



Carolina Barros Tavares Peixoto

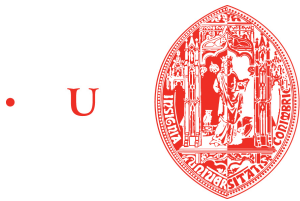
**SER, NÃO SER, VOLTAR A SER OU TORNAR-SE?
UMA REFLEXÃO SOBRE A (RE)INSERÇÃO SOCIAL DOS ANGOLANOS DE
ASCENDÊNCIA PORTUGUESA À LUZ DOS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS**

Tese de doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global, orientada pelo Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos e pela Professora Doutora Maria Paula Meneses e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Janeiro 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



• C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Carolina Barros Tavares Peixoto

Ser, não ser, voltar a ser ou tornar-se?

**Uma reflexão sobre a (re)inserção social dos angolanos de
ascendência portuguesa à luz dos estudos pós-coloniais**

Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global,
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
para obtenção do grau de Doutora

Orientadores:

Professor Doutor Boaventura de Sousa Santos

e

Professora Doutora Maria Paula Meneses

Coimbra, 2015

Agradecimentos

À Maria Paula Meneses e Boaventura de Sousa Santos, que no processo de supervisão do desenvolvimento desta tese de doutoramento sempre me incentivaram a superar meus limites, o meu muito obrigado. Foi um grande privilégio poder contar com os seus exemplos e conselhos nesta importante etapa do meu crescimento profissional e pessoal.

Ao Prof. Dr. Victor Kajibanga e ao Prof. Dr. Fidel Reis agradeço por apoiarem institucionalmente, através da Universidade Agostinho Neto, a realização do estágio doutoral que permitiu o desenvolvimento de meu trabalho de campo em Angola.

Ao Gilson, o grande kamba que me ajudou a encontrar condições para realizar o trabalho de campo em Angola; à mana Egídia por me receber como se eu fosse da família; à Angélica e ao João pelo mecenato; à Akira por me ensinar a não me perder por Luanda; aos Brunos pela amizade compartilhada e muito mais; aos inesperados amigos Ziza, pela foto da capa e todo o resto!; e Koque, por transformar meu sonho de conhecer Benguela e me aproximar da ‘Angola profunda’ em realidade; e a todos/as os/as angolanos/as que aceitaram compartilhar comigo as suas memórias e perspectivas sobre a história e a situação atual de seu país o meu muitíssimo obrigada. Espero que este trabalho corresponda à confiança que vocês depositaram em mim.

Agradeço com carinho e saudades a Ana Cláudia, Anna Poïsa, Bruno Andrade, Bruno Diniz, Caetano de Carli, Juca, Iolanda Vasile, Lúcia Helena, Margarida, Rinah e também os reforços que foram aparecendo ao longo do caminho (especialmente nossas ‘veteranas’ Júlia Benzaquem e Karine Queirós e os queridos visitantes Caio Araújo, Fernanda Vieira, Mariana Trotta e Orlando Aragón), que mais do que meros colegas de turma foram grandes companheiros na aventura que foi cursar a parte letiva do programa de doutoramento em Pós-colonialismos e Cidadania Global que, primeiro, muito nos confundiu para logo depois muito nos esclarecer. O que só foi possível graças ao excelente trabalho conduzido pelos Professores António Sousa Ribeiro, Boaventura de Sousa Santos, Clemens Zobel, José Manuel Mendes e pelas Professoras Maria Paula Meneses e Margarida Calafate Ribeiro que nos ensinaram a endurecer (n)as críticas sem perder a ternura jamais, pelo que registro aqui os meus mais profundos agradecimentos.

Aos investigadores mais gente boa do CES, os amigos Bruno Sena Martins, Catarina Gomes e Celso Rosa, agradeço pela parceria que rendeu, e espero que siga rendendo, uma preciosa troca de ideias, saberes e sorrisos também.

À Maria José, Acácio e Ana, os competentes responsáveis pela Biblioteca Norte/Sul, e à D. Fernanda que faz a gente ter a sensação de que CES se escreve com C de casa, muito obrigada por todo o carinho e a ajuda que sempre me prestaram.

A todos/as os/as amigos/as que encontrei em Coimbra, especialmente João Paulo Galvão dos Santos e Dimitri Vilhena que de tão amigos entraram para a família, muito obrigada por compartilharem comigo as dores e delícias de estar de passagem por uma cidade e uma etapa marcantes da vida, mas também por, neste processo, me mostrarem na prática como o mundo é diverso e, por isso mesmo, maravilhoso. Muito obrigada ao sanfoneiro e doutor Paul(inh)o Fonseca e ao pessoal do Forrocatu por preencherem essa fase da minha vida com a mais bela das trilhas sonoras. Com vocês Coimbra teve muito mais encanto.

Aos amigos e amigas que deixei do outro lado do mar oceano, mas que nem por isso me tiraram do coração, especialmente Camila Sampaio, Renata Moraes e Carlos Eduardo Coutinho, muitíssimo obrigada por todos os incentivos, trocas de experiência, ajudas, bons conselhos, boas vibrações e abraços apertados, ainda que virtuais.

À minha mãe, Joselha Maria Barros, agradeço por ter sido sempre o meu melhor exemplo de que todos os desafios são ultrapassáveis desde que a gente se empenhe e que faça isso não só com determinação, mas também com amor.

Aos meus familiares cariocas, especialmente ao tio Neto que me ajudou a driblar um probleminha para atender aos trâmites burocráticos inerentes à solicitação do visto de estudante, agradeço por todo apoio.

Agradeço à minha família chilena pelo carinho, cuidado, paciência e incentivo, especialmente à Varínia, minha cunhada-irmã e mentora nas artes do divino feminino, que me ensinou a reconhecer o poder da energia vital que guardo em mim e como canalizar a força dessa energia para o que realmente importa.

Aos mestres João e António, ao Dr. Diogo Amorim e todas/os companheiras/os das aulas de yoga e partilhas de Reiki com quem aprendi que para trabalhar melhor, assim como para viver melhor, é preciso manter o equilíbrio, agradeço por me ensinarem a

administrar o estresse, ser gentil comigo mesma e não esquecer o que realmente é essencial.

Agradeço todo o Axé compartilhado com os/as amigos/as integrantes da grande família formada pelos discípulos da Academia João Pequeno de Pastinha – Centro Esportivo de Capoeira Angola – Rio Vermelho (CECA-RV), especialmente ao Mestre Faisca, ao Ternel Junta de Cotovelo e ao camarada David Sumares, que foram os principais responsáveis por transmitir, no núcleo de Coimbra, os conhecimentos legados pelo nosso saudoso Mestre João Pequeno.

Às lindas mulheres com quem compartilho a paixão pelas danças orientais, a amiga Susana Carvalho e nossas professoras Marta Mozarabe e Petra Pinto, agradeço por não me deixarem perder o ritmo, em todos os sentidos.

Ao professor Gesso e a todos/as os/as amigos/as da Capoeira Muzenza em Coimbra e arredores, obrigada pelo carinho com que me acolheram permitindo que eu voltasse a temperar minha vida com um pouquinho de Dendê.

À Mia, por não me deixar perder a hora nem nas manhãs mais escuras, me fazer companhia nos momentos mais solitários e me aquecer nos dias mais frios, a minha gratidão.

Ao Pablo, os meus mais profundos agradecimentos por tudo e mais um pouco, pois, sem o seu apoio, que foi total e incondicional, este trabalho nunca seria possível. Muito obrigada amor.

Financiamento

Entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013 o trabalho de investigação que possibilitou a elaboração desta tese de doutoramento foi cofinanciado pelo Fundo Social Europeu, através do Programa Operacional Potencial Humano e por Fundos Nacionais através de uma bolsa individual de doutoramento – referência SFRH/BD/64059/2009 – concedida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).



En África empezó el viaje humano en el mundo. Desde allí emprendieron nuestros abuelos la conquista del planeta. Los diversos caminos fundaron los diversos destinos, y el sol se ocupó del reparto de los colores.

Ahora las mujeres y los hombres, arcoiris de la tierra, tenemos más colores que el arcoiris del cielo; pero somos todos africanos emigrados. Hasta los blancos blanquísimos vienen del África.

Quizá nos negamos a recordar nuestro origen común porque el racismo produce amnesia, o porque nos resulta imposible creer que en aquellos tiempos remotos el mundo entero era nuestro reino, inmenso mapa sin fronteras, y nuestras piernas eran el único pasaporte exigido.

(Eduardo Galeano)

Resumo

Esta tese de doutoramento pretende oferecer um contributo para complexificar os debates em torno dos processos de (re)construção da angolanidade. Um tema que tanto inspirou como desafiou os vários movimentos nacionalistas que se envolveram na luta pela independência de Angola e que, assim como outras heranças coloniais, transcendeu a conquista da soberania e da autonomia angolanas. Percebendo que a questão da legitimidade do pertencimento de pessoas não negras – nomeadamente indivíduos que, devido ao seu fenótipo ou suas características somáticas, são corriqueiramente descritos em Angola como ‘brancos’, ‘claros’, ‘cabritos’, ‘mestiços’ e ‘mulatos’ – à comunidade imaginada angolana continua a ser uma matéria sensível no presente, ao longo deste trabalho procurei recuperar os processos que informaram e/ou ainda informam as (re)construções identitárias dos/as angolanos/as de ascendência portuguesa. Quando o império colonial português chegou ao fim, em meados da década de 1970, Angola possuía a segunda maior população branca de todo o continente africano. Conquistada a independência de Angola, que lugares foram ocupados pelos ex-colonos portugueses e seus descendentes nascidos em território angolano? Partindo de uma perspectiva pós-colonial situada cujo enfoque recai sobre o processo de (des)colonização de Angola e o modo como as práticas e os discursos característicos do colonialismo português impregnaram os regimes identitários nas sociedades que dele participaram, tanto durante o período colonial como depois da independência das colônias (Santos, 2002), esta tese apresenta uma proposta de análise das múltiplas negociações culturais, sociais, econômicas e políticas associadas aos vários processos de (re)construção identitária e (re)inserção social vivenciados por angolanos/as de ascendência portuguesa, no novo país depois de conquistada a independência e/ou na antiga metrópole onde muitos buscaram refúgio durante a longa guerra civil angolana.

Palavras-chave: angolanos/as de ascendência portuguesa; identidade; (re)inserção social; (des)colonização; pós-colonialidade.

Abstract

This doctoral thesis aims to offer a contribution in order to complexify the debates around the processes of (re)construction of Angolanity. A topic that both inspired and challenged the various nationalist movements that were involved in the fight for the independence of Angola and, more than this, a subject that, like other colonial heritages, transcended the conquest of Angola's sovereignty and autonomy. Understanding that the question of non-black people's (including individuals routinely described in Angola as 'white', 'claros', 'cabritos', 'mestizos' and 'mulatto' because of their phenotype or their somatic characteristics) legitimacy of membership of the Angolan imagined community remains a sensitive issue in the present, throughout this work I sought to recover the processes that informed and / or inform the (re)construction of identity of the Angolan who are Portuguese descent too. When the Portuguese colonial empire ended in the mid-1970s, Angola had the second largest white population of the entire African continent. With the independence of Angola, which places were occupied by the former Portuguese settlers and their descendants born in Angola? From a situated postcolonial perspective, whose focus is on the process of (de)colonization of Angola and how the practices and discourses characteristic for the Portuguese colonialism permeated the identity regimes in the societies that participated, both during the colonial period as the independence of the colonies (Santos, 2002), this thesis presents a proposal for analysis of the multiple cultural, social, economic and political negotiations associated with the various processes of identity (re)construction and (re)integration experienced by the Angolans of Portuguese descent in the new country after independence and / or in the former metropolis where many sought refuge during the long Angolan civil war.

Keywords: Angolans of Portuguese descent; identity; social (re)integration; (de)colonization; postcoloniality.

Lista de Abreviaturas e Acrônimos

ANGOP – Agência Angola Press

BI – Bilhete de Identidade

CEA – Centro de Estudos Angolanos

CEI – Casa dos Estudantes do Império

CES – Centro de Estudos Sociais

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

DEFA – Direção de Emigração e Fronteiras de Angola

DIP – Departamento de Informação e Propaganda

DISA – Direção de Informação e Segurança de Angola

ESA – Exército Secreto Angolano

EUA – Estados Unidos da América

ESINA – Exército Secreto de Intervenção Nacional

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLA – Frente Popular de Libertação de Angola

FRA – Frente de Resistência Angolana

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUA – Frente de Unidade Angolana

GURN – Governo de Unidade e Reconstrução Nacional

IARN – Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação

JSN – Junta de Salvação Nacional

JURA – Juventude Unida Revolucionária de Angola

LNA – Liga Nacional Angolana

MAC – Movimento Anti-Colonial

MANU – Mozambique African National Union

MDA – Movimento Democrático de Angola

MFA – Movimento das Forças Armadas

MIA – Movimento para a Independência de Angola
MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola
MLA – Movimento de Libertação de Angola
MLN – Movimento de Libertação Nacional
MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT - Movimento Popular de Libertação de Angola - Partido do Trabalho
MUD – Movimento de Unidade Democrática
NESAM – Núcleo de Estudantes Secundaristas Africanos de Moçambique
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização de Unidade Africana
Padepa – Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola
PDP-ANA – Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola
PAI – Partido Africano da Independência
PAIGC – Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde
PCA – Partido Comunista Angolano
PCDA – Partido Cristão Democrata de Angola
PCP – Partido Comunista Português
PIB – Produto Interno Bruto
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança
PLD – Partido Liberal Democrático
PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PRS – Partido de Renovação Social
RUA – Resistência Unida de Angola
TAAG – Transportes Aéreos de Angola
SA – Semanário Angolense
SCA – Sociedade Cultural de Angola
UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique
UEA – União dos Escritores Angolanos
UNA – União Nacional de Angola
UNAMI – União Nacional Africana para Moçambique Independente

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

UPA – União dos Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Sumário

Introdução	15
Capítulo 1 - Sob(re) a luz dos estudos pós-coloniais	21
1.1. Ajustando o foco	21
1.2. Especificidades do (pós-)colonialismo no espaço-tempo de língua oficial portuguesa	25
1.3. Por uma perspectiva histórica pós-colonial	36
Capítulo 2 - Perguntas de partida, opções epistêmicas e metodológicas, (des)encontros com outras vozes	47
2.1. De uma observação à formulação de perguntas “impertinentes”	47
2.2. Um trabalho na encruzilhada e suas hipóteses-guia	48
2.2.1. Notas sobre o processo de revisão bibliográfica e a relevância de uma obra de ficção para a compreensão da realidade de Angola e de alguns dos sujeitos que foram objeto deste estudo.....	51
2.2.2. Notas sobre a relevância da história oral	54
2.2.3. Notas sobre a construção do campo de investigação e sobre as experiências de observação direta intensiva	62
2.2.4. Notas sobre o recurso ao método de análise crítica do discurso	104
Capítulo 3 - O lugar dos descendentes de portugueses radicados em Angola na história da luta pela independência	109
3.1. Partindo do princípio de que no século XX Angola foi uma colônia de povoamento	109
3.2. As várias posturas políticas assumidas pelos descendentes de portugueses radicados em Angola durante a guerra de libertação nacional	117
3.3. Do pós-25 de abril de 1974 ao 11 de novembro de 1975: as opções políticas disponíveis aos brancos e mestiços que não participaram da luta armada	127
3.4. A saída dos portugueses de Angola	158
3.5. Angolanos e angolanas de ascendência portuguesa na diáspora	161

Capítulo 4 - À volta dos que não foram	171
4.1. Estratégias de sobrevivência acionadas por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa (e não só) durante a fase de consolidação da independência	171
4.2. Novas diretrizes em tempos de paz? Analisando um debate público em torno da questão racial no pós-guerra	181
Capítulo 5 - Desafios do (des)retorno	223
5.1. Angolanos na diáspora	223
5.2. O (des)retorno dos (bi)nacionais	227
5.3. Angolanos desretornados ou expatriados portugueses?	238
5.4. Paradigmas e paradoxos da angolanidade na escrita de Manuel Rui sobre o “desretornar”	256
Considerações finais	267
Fontes	277
Referências bibliográficas	283
Apêndices Metodológicos	295
I. <i>Email</i> enviado à direção do ELOS Clube do Rio de Janeiro	297
II. Relato de uma experiência de observação participante realizada, no dia 28 de julho de 2012, durante o <i>I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal</i>	299
III. Perfil da autora na página web da rede social <i>Couchsurfing</i>	309
IV. Roteiro base para as entrevistas	313
Anexos	315
I. Mapa de Angola sob administração colonial portuguesa	317
II. Mapa de Angola depois da independência	318
III. Mapa indicativo das Regiões Político-Militares do MPLA	319
IV. Panfleto “Contra o boato contra a provocação”	320

Introdução

Inspirada pela metáfora dos jogos de espelhos entre Próspero e Caliban utilizada por Boaventura de Sousa Santos (2002) para assinalar as complexidades inerentes ao modo específico de ser e estar no espaço-tempo colonial que a realidade portuguesa criou, desenvolvi esta tese de doutoramento com a intenção de oferecer um contributo para a ampliação dos debates e, conseqüentemente, dos conhecimentos sobre o tema da construção da angolanidade. Tema este que não só inspirou e desafiou os movimentos nacionalistas ao longo da luta pela independência de Angola, mas que, segundo o que pude observar durante a investigação que deu origem ao trabalho aqui apresentado, continua a ser uma matéria sensível no presente. Sensibilidade que está associada à questão da legitimidade do pertencimento à comunidade imaginada angolana de pessoas não negras, isto é, indivíduos que, devido ao seu fenótipo ou suas características somáticas, são descritos em Angola como “brancos”, “claros”, “cabritos”, mestiços” e “mulatos”.

Diante deste quadro, optei por revisitar os processos que informaram e/ou ainda informam as (re)construções identitárias dos angolanos de ascendência portuguesa procurando desvelar as complexas tramas tecidas, mas também identificar aquelas que seguem por tecer, entre os múltiplos fios de memórias sobre as relações entre antigos colonizadores e ex-colonizados.

No texto que se segue busquei explorar outras possibilidades de aplicação da proposta de análise inaugurada por Boaventura de Sousa Santos (2002) observando o modo como as práticas e os discursos característicos do colonialismo português impregnaram os regimes identitários nas sociedades que dele participaram, tanto durante o período colonial como depois da independência das colônias, dando especial atenção ao caso de Angola.

Os objetivos centrais da pesquisa que serviu de base ao presente trabalho eram elucidar como angolanos e angolanas de ascendência portuguesa, nomeadamente pessoas fenotipicamente classificáveis como “brancas”, “claras”, “cabritas”, mestiças” e “mulatas”, vivenciaram os processos de transição para a independência, sobretudo a partir da emergência da luta de libertação e, posteriormente, a fase da guerra civil até a consolidação

da paz; e perceber como estes atores sociais interpretam atualmente a realidade pós-colonial em Angola.

Considerando que “um exame revigorado da pós-colonialidade requer igualmente um exame do processo de memória seletiva e esquecimento nas antigas sociedades coloniais” (Lubkemann, 2005: 258) e atenta ao fato de que

a história tem sido «usada» para legitimar ou para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Por outras palavras, a história continuou a ser um instrumento do (e de) poder, mesmo depois das independências africanas, o que significa que não foi feita uma «descolonização» dos estudos sobre o colonialismo português (Pimenta, 2008: 43).

Procurei dar voz a um grupo de atores sociais silenciados pelas narrativas oficiais e/ou oficializadas da história angolana contemporânea. Nesse sentido, ao elaborar a proposta interpretativa contida nesta tese utilizei como fontes principais os testemunhos recolhidos a partir de entrevistas que, em sua grande maioria, deram lugar a conversas informais de conteúdo muito mais elucidativo do que os registrados nos arquivos de áudio que me foram permitidos gravar. Entretanto, convém esclarecer que essa opção não significou a utilização desses discursos como se de verdades absolutas se tratassem. Como qualquer fonte, esses discursos foram submetidos à análise crítica baseada na contraposição de informações recolhidas em outras fontes primárias (sobretudo relatos de memória produzidos por outros atores sociais, peças legais, peças jornalísticas, panfletos e manifestos) e secundárias (livros, relatórios de pesquisa, artigos acadêmicos).

Na maior parte dos trabalhos dedicados a identificar as origens do moderno nacionalismo angolano prevalece uma certa hierarquização do papel político dos atores sociais envolvidos no processo de luta pela independência de Angola. Enfatiza-se a trajetória de uns, silencia-se a de muitos outros. Essa situação se torna evidente no que diz respeito às identidades e comportamentos políticos dos descendentes de europeus radicados em Angola. A exceção do trabalho de Fernando Tavares Pimenta (2008), que destaca a existência de um movimento nacionalista ‘euro-africano’ que atribuía aos brancos um papel dinâmico na luta pela independência e na construção do Estado-nação em Angola, o tema da participação dos angolanos de ascendência europeia nos movimentos de libertação e no campo político angolano pós-independência tem sido pouco explorado pelos investigadores. De acordo com o referido historiador, regra geral, os colonos brancos foram vistos como meros comparsas da situação colonial, desprovidos de qualquer agência no processo político. Uma espécie de espectadores passivos dos

fenômenos colonial e nacionalista. Praticamente não lhes foi atribuído qualquer significado ou relevância em termos políticos para a história de Angola. São poucos os estudos sobre a história política das comunidades brancas de origem portuguesa em África. Isto pode ser encarado como uma grave lacuna da historiografia sobre o colonialismo português – e sobre o nacionalismo angolano – que é tanto maior quanto o fato de Angola ter sido uma das mais significativas colônias de povoamento europeu em África (Pimenta, 2008: 15).¹

Segundo Pimenta (2008), os europeus radicados em Angola e seus descendentes foram invisibilizados por não se encaixarem na lógica africocêntrica inspirada pela ideia de Negritude que teve grande influência em boa parte dos processos de luta pela libertação nacional no continente africano, sobretudo na África Austral, também conhecida como África Negra. O problema é que, depois da Argélia, situada no norte do continente, a região austral concentrou as principais colônias de povoamento instaladas em solo africano. Entre finais da década de 1960 e meados da década de 1970, quando o império colonial português chegou ao fim, África do Sul, Angola, Rodésia do Sul (atual Zimbabwe) e Moçambique formavam o bastião branco da África Austral. Em 1974 Angola possuía a segunda maior população branca de todo o continente africano, número superado apenas pela África do Sul. Na então colônia portuguesa os brancos dominavam quase totalmente a infraestrutura logística de todos os setores vitais como a agricultura, a comunicação social, a indústria, o comércio, a administração pública, e os sistemas de saúde, educação, transportes, e até de limpeza urbana, por exemplo. Mas, *que lugar*

¹ De fato, talvez à excessão da história dos boers e dos indianos na África do Sul, as histórias das várias comunidades alemães, brasileiras, chinesas, judaicas, italianas, paquistanesas, sírio-libanesas, entre outros grupos não-negros formados por indivíduos cujas origens não eram nenhum dos principais Estados a manter colônias em África ao longo do século XX, nomeadamente a Inglaterra, a França ou Portugal, mas que, apesar disso, se radicaram no continente africano ao longo dos tempos, continuam, em grande medida, por serem escritas. No caso específico de Angola, embora a maior parte da comunidade não-negra seja de ascendência portuguesa, várias das pessoas com quem tive a oportunidade de conversar durante a realização do trabalho de campo em Luanda e Benguela, em 2012, mencionaram também outras ascendências ao descrever suas genealogias. Foi surpreendente verificar a quantidade de bisavós e mesmo avós brasileiros, holandeses, italianos e judeus. Em Benguela um de meus informantes chamou minha atenção para a existência de uma importante comunidade alemã naquela cidade até a altura da independência. Durante um *tour* pelo que ele considerava serem os pontos de maior interesse histórico da cidade e seus arredores passamos em frente ao edifício onde outrora funcionou um colégio que atendia as crianças e jovens dessa comunidade alemã. De acordo com esse informante, embora já não fosse utilizado com a finalidade para a qual havia sido construído, o edifício continuava a ser conhecido como o “antigo Colégio Alemão” e continuava a ser um ponto de referência histórica e geográfica da cidade de Benguela. Para uma perspectiva mais detalhada sobre a presença alemã em Angola desde o século XVII até meados do século XX, veja-se Heintze (2010). Sobre a presença de colonos judeus em Angola nos séculos XIX e XX veja-se Freudenthal (2004).

ocuparam os brancos de Angola depois da independência? Esta questão foi o *leitmotiv* da pesquisa cujos resultados são aqui apresentados.

Com a intenção de contribuir com os esforços de elaboração de uma *Sociologia das ausências* (Santos, 2008a), ao longo deste trabalho busco traçar um retrato dos angolanos de ascendência portuguesa, uma minoria ausente da maior parte dos estudos dedicados a interpretar a atual realidade angolana. Analisando a trajetória desses atores sociais, bem como as representações elaboradas na antiga metrópole sobre a ex-colônia e vice-versa, procuro assinalar as marcas do passado colonial que seguem presentes e demonstrar como elas afetam a vida de angolanos/as e portugueses/as interferindo nos processos atuais de identificação ou desidentificação desses sujeitos seja com uma ideia de angolanidade, com uma ideia de portugalidade, ou com ambas – no caso daqueles que atualmente acumulam essas duas nacionalidades.

Com o intuito de situar meu lugar de enunciação, dedico os dois capítulos iniciais ao registro do enquadramento teórico-metodológico que serviu de base para a construção deste trabalho. No primeiro capítulo abordo a relevância de adotar a perspectiva dos estudos pós-coloniais para refletir sobre os processos de (re)construção identitária dos angolanos de ascendência portuguesa tendo em vista que, “enquanto o discurso colonial construiu a polaridade entre o colonizador (Próspero) e o colonizado (Caliban), o pós-colonialismo salienta a ambivalência e a hibridez entre ambos já que não são independentes um do outro nem são pensáveis um sem o outro” (Santos, 2008a: 236). No capítulo subsequente descrevo o conjunto de estratégias metodológicas adotadas ao longo da pesquisa, nomeadamente do processo de recolha e análise das fontes e dados, que permitiram a escrita da proposta de interpretação das trajetórias dos angolanos de ascendência portuguesa, bem como da situação contemporânea de Angola, aqui apresentada.

No terceiro capítulo exponho algumas reflexões sobre a complexidade inerente ao desenvolvimento do moderno nacionalismo em Angola, dado que a experiência colonial que teve lugar nessa parte de África propiciou o surgimento de distintos projetos de nação, inspirados por diferentes exercícios de identificação e variadas interpretações sobre a legitimidade da pertença à comunidade imaginada angolana. Para tanto, identifico os projetos de nação que emergiram da luta pelo reconhecimento das diferenças que distinguem os angolanos/colonizados dos portugueses/colonizadores que levaria à

independência e descrevo as várias concepções de nacionalidade e angolanidade construídas ou esboçadas, de formas diversas, pelos descendentes de portugueses radicados em Angola, de acordo com suas diferentes experiências ao longo da última fase do período colonial, nomeadamente durante a luta de libertação nacional, bem como durante o primeiro ano subsequente à independência.

Depois de ter demonstrado no capítulo anterior que a discussão sobre a(s) cor(es) do poder e o questionamento sobre o lugar social dos brancos e mestiços têm gerado polémica entre os angolanos desde a emergência do moderno nacionalismo, no quarto capítulo, para interpretar os desafios vivenciados pelos angolanos de ascendência portuguesa (e não só) no pós-independência e na fase de consolidação da paz depois de 27 anos de guerra civil, reconheço a pertinência de seguir o exemplo de Fidel Reis e tento, então,

reter as propriedades ráticas/características somáticas como um elemento ideológico/identitário, problematizando estas propriedades como sistemas de classificação integradas em dinâmicas de construção identitária sustentadas tanto pelo Estado colonial como pelo campo político angolano (Reis, 2010: 51).

Assim, reúno argumentos para defender a hipótese de que os questionamentos sobre que lugar social tinham, têm, poderiam ter tido ou podem vir a ter os angolanos de ascendência portuguesa alimentam uma polémica que, apesar de permanecer em latência a maior parte do tempo por conta do tabu em torno da questão racial, vez por outra, (re)acende o debate sobre que país se está a (re)construir e que particularidades e características dão sentido à ideia de angolanidade que se quer associada a esse país. Para tanto, analiso a trajetória de alguns angolanos e angolanas de ascendência portuguesa que não fugiram do país na altura da independência e o debate público a propósito da constatação de um “escurecimento do poder” em Angola, que teve lugar, em 2004, nas páginas de um dos raros meios de comunicação privados existentes no país naquela altura.

No quinto capítulo, reúno evidências indicativas de que está em curso uma espécie de inversão de marcha do fenómeno que ficou conhecido em Portugal como o “retorno dos nacionais”, tendo em vista que vários dos ex-colonos, muitos dos quais naturais de Angola, que recorreram ao passaporte português para buscar refúgio na antiga metrópole na altura da guerra civil que acompanhou a consolidação da independência, estão a reivindicar a nacionalidade angolana para voltar àquele que afirmam ser (também) o seu país. Além disso, neste capítulo apresento um exercício de análise sobre os desafios enfrentados por

esse subgrupo autoidentificado com a diáspora angolana que ao longo da última década tem retornado ou, pelo menos, procurado retornar a sua terra natal.

Nas considerações finais registro uma tentativa de explicação da complexidade inerente às atuais relações sociopolíticas, econômicas e culturais herdadas das experiências vividas por ex-colonizadores e ex-colonizados oriundos de diferentes povos e nações, mas reunidos ao longo da história compartilhada das relações coloniais no território hoje correspondente ao moderno Estado-nação angolano.

Capítulo 1

Sob(re) a luz dos estudos pós-coloniais

..... uma das vantagens de pegar às vezes nos clássicos decorre da satisfação de constatar que não te cabe a responsabilidade de ter descoberto nada ou estar a inventar seja o que for..... mesmo nos teus momentos mais críticos apenas constatas e reafirmas, no contexto que é o teu, aquilo que eles mesmos andam a dizer desde sempre..... Coisas que assentam como uma luva a situações que todos nós muito bem conhecemos por já andarmos, pela nossa parte, lidando com elas faz um ror de tempo

(Ruy Duarte de Carvalho)

1.1. Ajustando o foco

Considerando os estudos pós-coloniais “um idioma crítico que tenta refletir sobre os processos de descolonização nas zonas geradas a partir da violência do encontro colonial” (Meneses, 2011: 32), acredito que esta linha de pensamento contra-hegemônica seja a ferramenta mais propícia para analisar as múltiplas negociações culturais, sociais, econômicas e políticas associadas aos processos de (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa no novo país depois de conquistada a independência e na antiga metrópole onde muitos foram confundidos com os chamados “retornados”.²

Um dos objetivos centrais da investigação cujos resultados são aqui apresentados era pôr em evidência um conjunto de práticas e discursos adotados por pessoas que se autoidentificam como angolanas apesar de terem ascendência portuguesa e, dessa maneira, contribuem para desconstruir a narrativa hegemônica formatada pela perspectiva colonial que ainda hoje influencia o imaginário coletivo e o senso comum com a ideia de que

² Cidadãos portugueses naturais da metrópole que deixaram os territórios coloniais na fase de transição para a independência e, desde então, voltaram a viver em Portugal. Veja-se: Meneses e Gomes (2013), Peixoto (2011), Lubkemann (2005; 2003), Pires *et al.* (1987).

angolanos e angolanas são pessoas de epiderme negra, enquanto portugueses e portuguesas têm a pele branca.

O esforço por identificar o lugar social ocupado por esta minoria e os problemas que tem enfrentado desde a emergência dos movimentos de libertação que projetaram os critérios em que se fundamenta a ideia de angolanidade (ou seja, as características definidoras de quem são os angolanos e as angolanas até os dias de hoje) também se faz com o intuito de contribuir para uma discussão que leve a uma melhor compreensão sobre a complexidade inerente à persistência do racismo, velado ou manifesto de parte a parte, isto é, tanto dos negros contra os brancos como vice-versa, e da colonialidade do saber e do poder (Quijano, 2009) que pautam não só as relações sociais em Angola como também as relações estabelecidas entre este país e sua ex-metrópole depois da independência.

Tendo em vista que os estudos pós-coloniais não têm origem numa matriz teórica única, mas sim numa variedade de contribuições que, apesar de seguirem orientações distintas, apresentam como característica comum a preocupação de promover a desconstrução dos essencialismos e dar lugar a emergência de referenciais epistemológicos críticos às concepções dominantes de modernidade (Costa, 2006: 83), convém destacar entre essas várias contribuições aquelas que iluminam as reflexões desenvolvidas ao longo deste trabalho.

Os estudos pós-coloniais de recorte culturalista, com destaque para os trabalhos de Boaventura de Sousa Santos (principalmente 2002 e 2008), Homi Bhabha (2007), Stuart Hall (2005) e Paul Gilroy (2001), tiveram um papel particularmente relevante na construção da presente análise. Sobretudo no que diz respeito à interpretação dos conceitos de identidade e de cultura, “o qual não se apoia na existência prévia de unidades e identidades culturais, mas na articulação contingente de diferenças” (Costa, 2006: 18).

Como bem observou Sérgio Costa (2006: 99-100), as concepções sobre a(s) diferença(s) formuladas por Bhabha, Hall e Gilroy são interpretações da noção de *différance* elaborada por Derrida para indicar a existência de diferenças que não são traduzíveis no processo de significação dos signos, nem organizáveis nas polaridades identitárias como: eu/outro, nós/eles, sujeito/objeto, mulher/homem, negro/branco, significante/significado. Essas distinções e classificações binárias criam a ilusão de representações completas e fixas seguindo o modelo ocidental logocêntrico de apreender o mundo, ao mesmo tempo em que o alimentam, constituindo assim a base das estruturas de

dominação modernas. As diferenças, de acordo com a perspectiva pós-colonial adotada por esses intelectuais, remetem ao excedente de sentido que não pode ser significado e representado nessas classificações binárias. Então, para transcender a essas marcas identitárias que se pretendem estanques e totalizantes quando autoatribuídas ou atribuídas externamente a indivíduos e/ou grupos, no lugar de identidade, esses autores preferem falar de identificação, como posição circunstancial nas redes de significação.

De acordo com Hall (2005: 105), “o conceito de ‘identificação’ acaba por ser um dos conceitos menos bem desenvolvidos da teoria social e cultural, quase tão ardiloso – embora preferível – quanto o conceito de ‘identidade’”. Tentando rearticular a relação entre sujeitos e práticas discursivas esse autor vê a identificação como uma construção em permanente processo, isto é, como algo que nunca é completamente determinado porque sempre se pode “ganhar” ou “perder”, sustentar ou abandonar. E, embora uma identificação tenha suas condições de existência minimamente determinadas pelos recursos materiais e simbólicos exigidos para alimentá-la, nem por isso ela deixa de ser condicional. Para este intelectual,

a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, uma sobredeterminação, e não uma subsunção. Há sempre “demasiado” ou “muito pouco” – uma sobredeterminação ou uma falta, mas nunca um ajuste completo, uma totalidade. [...] E uma vez que, como num processo, a identificação opera por meio da *différance*, ela envolve um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de “efeitos de fronteiras”. Para consolidar o processo, ela requer aquilo que é deixado de fora – o exterior que a constitui (Hall, 2005: 106).

A partir dessa reflexão Hall desenvolve um conceito de identidade que não é essencialista, mas sim estratégico e posicional. Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas, pelo contrário, na modernidade tardia elas são cada vez mais fragmentadas e fraturadas; e que elas também nunca são singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou antagonizar.

Santos também advoga que as identidades não são rígidas ou imutáveis, pelo contrário, “são resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação” (1997: 135) que dependem de posicionamentos sociais diversos, e que

mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades (Santos, 1997:135).

Consciente de que o tema das migrações e da diáspora³ “põe novos desafios à problemática das identidades culturais e dos processos de auto-representação” (Santos, 2008a: 240), dedico um dos capítulos subsequentes à análise das implicações da presença de um sentimento de transnacionalidade entre angolanos e angolanas de ascendência portuguesa que passaram pela experiência da diáspora na altura da guerra civil que acompanhou o processo de consolidação da independência e, atualmente, contestam o esforço de homogeneização racial que os exclui das representações da comunidade angolana e reivindicam o reconhecimento da (dupla) cidadania que lhes garanta o livre trânsito em Angola.

Interpreto a diáspora desses angolanos e angolanas de ascendência portuguesa como um espaço dinâmico de (re)construção de identidades que desafiam tanto o modelo de identidade nacional como a noção de raízes propiciando, assim, a emergência de uma “comunidade composta”⁴ ou de uma “nova etnia”, para utilizar a expressão adotada por Hall (1996a; 1996b *apud* Santos, 2008a: 240) para caracterizar os

grupos diaspóricos que contestam a fixidez das representações que lhe são impostas (por exemplo, negros) em nome das suas diferentes experiências sociais e posições subjetivas, e buscam formas próprias de organização alternativas às comunidades étnicas apadrinhadas pela sociedade dominante, mais para a sua legitimação do que para resolver os problemas reais dos imigrantes (1996a; 1996b *apud* Santos, 2008a: 240).

No caso em questão, são os angolanos e as angolanas fenotipicamente rotuláveis como brancos e brancas que objetam as representações que lhes são atribuídas, muitas vezes com uma velada ou mesmo aberta intenção estigmatizante, e, a partir de subjetividades, posturas, vivências sociais e memórias que desafiam quer o cânone, quer o senso comum, procuram legitimar o seu pertencimento à sociedade angolana. Neste sentido, falar na possibilidade da emergência de uma “nova etnia” em Angola como resultado das pressões sociais que têm acompanhando o processo de (des)retorno de

³ Adoto o termo diáspora para fazer referência à situação de pessoas que vivendo num país e no seio de uma coletividade, alimentam memórias que atravessam o tempo e o espaço servindo como elos de ligação com um outro país ou lugar que insistem em procurar, ou pelo menos recordar, ainda que um retorno a este tempo-espaço seja impossível (*cf.* Cohen, 2008).

⁴ Sobre a interpretação da diáspora enquanto “comunidade composta” veja-se McLeod (2000 *apud* Santos, 2008a: 240).

(bi)nacionais⁵ que até então viviam na diáspora parece pertinente uma vez que, durante a realização do trabalho de campo em Luanda, Benguela e também em Portugal, várias das pessoas que se autoidentificaram como angolanas apesar da ascendência portuguesa com quem tive a oportunidade de conversar incluíram em seus discursos argumentos do tipo: “o governo [angolano] devia nos tratar como uma minoria porque somos uma das muitas etnias que fazem parte do país. Somos angolanos de etnia branca.”

Reconhecendo que as identidades estão constantemente em processo de transformação e que, por isso, para analisá-las faz-se necessário submetê-las a uma historicização radical (Hall, 2005: 108), nos próximos capítulos procurarei demonstrar que o processo de (re)construção das estratégias de identificação e dos padrões de convivência social de angolanas e angolanos de ascendência portuguesa na pós-colonialidade⁶ espelha uma complexa negociação marcada pela necessidade constante de (re)articular diferenças.

Como o intuito é adotar uma perspectiva pós-colonial situada cujo enfoque incide no processo de (des)colonização de Angola e nas relações estabelecidas entre a antiga metrópole e a ex-colônia na atualidade, as reflexões de Boaventura de Sousa Santos sobre as especificidades do colonialismo e, conseqüentemente, do pós-colonialismo português assumem um papel central entre as referências teóricas que servem de base para o desenvolvimento deste trabalho.

1.2. Especificidades do (pós-)colonialismo no espaço-tempo de língua oficial portuguesa

De acordo com Santos (2008: 40), o fato de Portugal ter sido o centro de um império colonial ao mesmo tempo em que também era uma espécie de colônia informal da Inglaterra, tendo sido, inclusive, descrito pelos países do norte da Europa⁷ como um país com características sociais e culturais semelhantes àquelas atribuídas aos povos colonizados, tem um impacto específico na concepção e na vigência do pós-colonialismo no espaço geopolítico correspondente ao antigo império ultramarino português.

⁵ Pessoas que possuem, ou estão a reivindicar o direito de possuir, tanto o passaporte português como o angolano.

⁶ Entendida aqui como o tempo-espaço posterior à independência de Angola.

⁷ Nomeadamente Inglaterra, França e Alemanha, países da Europa considerada “civilizada”. (cf. Santos, 2008a)

Esse intelectual argumenta que as especificidades do colonialismo português assentam basicamente em razões de economia política. Isto é, são fruto da condição semiperiférica assumida por Portugal no sistema mundial capitalista moderno desde o século XVII, dado o fato de apresentar um desenvolvimento econômico intermédio e ocupar uma posição de intermediação entre o centro e a periferia da economia-mundo. Entretanto, o caráter semiperiférico do colonialismo português fez-se notar não apenas no plano econômico, mas também no que dizia respeito aos planos social, político, jurídico e cultural, às práticas quotidianas de convivência, aos discursos e narrativas, ao senso comum e aos outros saberes, às emoções e aos afetos, aos sentimentos e às ideologias. Cada um destes planos teria dado lugar a uma lógica de desenvolvimento, uma materialidade e uma institucionalidade específicas e estas, por sua vez, teriam conferido à condição semiperiférica portuguesa a espessura sociológica que a transformou num modo de ser e estar na Europa e no Além-Mar (Santos, 2008a: 227, 231-232).

Outra particularidade da experiência colonial portuguesa para a qual esse intelectual chama a atenção, é a sua longa duração histórica. De todos os colonialismos europeus o português foi o mais longo, pois precedeu em três séculos o colonialismo capitalista central⁸ e, tomando em conta o caso de Timor Leste, foi o único a se prolongar até o final do século XX. O que para Santos representa um anacronismo histórico, mas interessa como fato sociológico, sobretudo porque sua presença na contemporaneidade se mantém pouco explorada. Neste sentido, o autor alerta que:

Enquanto noutros espaços é o colonialismo, enquanto relação social, que domina os estudos pós-coloniais, no espaço da língua oficial portuguesa, pelo menos no que diz respeito à África e a Timor Leste, o colonialismo político tem ainda uma importância significativa na compreensão e explicação da contemporaneidade, tanto da sociedade colonizadora, como das sociedades colonizadas, do Estado à administração pública, das políticas de educação às identidades, do conhecimento científico-social à opinião pública, da forma de discriminação social no interior dos países que compõem este espaço às relações internacionais entre eles. Ou seja, neste espaço os processos de descolonização são parte da nossa atualidade política e também eles contêm especificidades que correrão o risco de ser desvalorizadas ou esquecidas se o cânone do pós-colonialismo hegemônico (ou seja, britânico) dominar acriticamente (Santos, 2008a: 45- 46).

⁸ Emergiu no século XIX e, uma vez consolidado, definiu as regras tanto da prática colonial na Conferência de Berlim (1884-1885), como do discurso colonial inspirado nas teorias do racismo científico e na ideia de que o “fardo do homem branco” era levar o progresso inerente ao seu modelo de civilização, transformado em padrão universal, a todos os povos e territórios do planeta.

Defendendo a necessidade de adotar “um pós-colonialismo de tipo novo” (Santos, 2008a: 47) para compreender a realidade do espaço-tempo de língua oficial portuguesa, Santos destaca três especificidades do colonialismo português em relação ao padrão hegemônico, ou seja, o modelo inspirado pela experiência colonial britânica, e aponta suas influências no pós-colonialismo.

A primeira destas características específicas diz respeito à experiência da ambivalência e da hibridação entre colonizador e colonizado. Observando que a prática da ambivalência, da interdependência e da hibridação foi uma necessidade da relação colonial portuguesa e esteve em vigor durante longos períodos, Santos propõe que o pós-colonialismo de língua oficial portuguesa deve centrar-se mais na crítica da ambivalência e da hibridação do que na reivindicação destas. Isto porque no contexto do pós-colonialismo de língua oficial portuguesa o importante é “fazer a distinção entre as formas de ambivalência e de hibridação que dão efetivamente voz ao subalterno (as hibridações emancipatórias) e aquelas que usam a voz do subalterno para o silenciar (as hibridações reacionárias)” (idem, *ibidem*: 244).

Outra especificidade portuguesa advém do fenômeno da miscigenação que “não é a consequência da ausência de racismo, como pretende a razão luso-colonialista ou lusotropicalista, mas é certamente a causa de um racismo de tipo diferente” (idem, *ibidem*). De acordo com Santos, se para os críticos pós-coloniais anglo-saxônicos, a cor da pele é um limite incontornável às práticas de imitação e de assimilação porque ou nega o que a enunciação afirma, ou, pelo contrário, afirma o que ela nega, no caso do pós-colonialismo português há que contar com a ambivalência e a hibridação na própria cor da pele porque mulatos e mulatas encarnam “o espaço-entre, a zona intelectual que o crítico pós-colonial reivindica para si” (idem, *ibidem*: 244-245).

A terceira particularidade está relacionada com o fato da identidade do colonizador português ser “duplamente dupla” porque formada “pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado” (Santos, 2008a: 245). Segundo a leitura proposta por Santos, “foi esta duplicidade de alta intensidade que permitiu ao português ser, muitas vezes, tratado mais como emigrante, do que como colono, nas “suas” próprias colônias” (idem, *ibidem*). Nesse sentido,

ao contrário do que acontece no pós-colonialismo anglo-saxônico, no pós-colonialismo português a ambivalência das representações não decorre apenas de não haver uma distinção clara entre a identidade do colonizador e a do

colonizado. Decorre também de essa distinção estar inscrita na própria identidade do colonizador. A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem (Santos, 2008a: 245).

Como não há um outro, mas “dois que nem se juntam nem se separam” (idem, *ibidem*: 245-246), ambos concorrem para balizar as margens da alteridade que definem a identidade do colonizador. Contudo, nesse caso a alteridade acaba por estar dos dois lados da margem. Isso implica em diferenças na forma como a imitação e o estereótipo, dois fenômenos centrais para os estudos pós-coloniais, ocorrem no contexto (pós-)colonial português.

Quando Bhabha (2007) reflete sobre o exercício da imitação no contexto pós-colonial britânico pressupõe que o que está em causa é a imitação do colonizador por parte do colonizado. De acordo com Santos (2008: 246), no caso do pós-colonialismo português “tal não pode ser pressuposto e deve, pelo contrário, ser objeto de investigação”. Isso porque no contexto da colonização portuguesa os jogos de imitação foram muito mais complexos e recíprocos dado que em várias ocasiões e durante bastante tempo o colonizador também imitou o colonizado. Ou seja, nas colônias portuguesas “as práticas de imitação foram muito mais caóticas porque, longe de ser sempre o instrumento de um desígnio de dominação imperial, foram as mais das vezes contingências intersubjetivas em contextos de sobrevivência difícil” (idem, *ibidem*).

Analisando as relações estabelecidas entre colonizadores e colonizados em Angola, bem como as representações de si e dos outros que esses atores sociais construíram em função dessas relações, Arlindo Barbeitos (2011) observa que até meados do século XIX, independentemente dos sentimentos íntimos que nutrissem em relação aos africanos, a relação de forças existente

condenou as autoridades portuguesas, os metropolitanos e os brancos em geral residentes na possessão a ter, face a nativos livres e poderosos, prudências que por vezes se transformavam em exemplos de uma sociabilidade aceitável, senão tolerância, que o universalismo católico consagrava (Barbeitos, 2011: 25).

Boaventura de Sousa Santos já havia chamado a atenção para esse fenômeno ao destacar que

o fato de o colonialismo português em África ter estado durante séculos mais interessado em controlar o comércio marítimo do que em ocupar territórios combinado com a debilidade político-administrativa do Estado colonial, fez com que os portugueses que comerciavam nessas paragens fossem

colonizadores sem Estado colonial e por isso fossem forçados a praticar uma forma de autogestão colonial. Esta autogestão colonial se, por um lado, permitia a identificação discricionária de cada um com o poder do Império, por outro lado, não lhes facultava desse império senão o poder que pudessem mobilizar com meios próprios. Como esses meios eram exíguos, o português teve de negociar tudo, não só o seu comércio como também a própria sobrevivência. Foi um “colonizador” que se viu frequentemente na contingência de prestar vassalagem como qualquer nativo às estruturas políticas (reinos) locais. Como o colonialismo quase não existia como relação institucional, a disjunção entre colono, por um lado, e Estado colonial e Império, por outro, era total (Santos, 2008a: 260).

Essa condição contribuiu para que a identidade dominante no espaço-tempo colonial português, ou seja, a identidade do colonizador produzisse apenas muito tardiamente a negação total do outro, o colonizado. Isso porque “os portugueses nunca puderam instalar-se comodamente no espaço-tempo originário do Próspero europeu” (idem, *ibidem*: 256). Então, quando se viram “forçados a jogar o jogo dos binarismos modernos, tiveram dificuldades em saber de que lado estavam. Nem Próspero nem Caliban, restou-lhes a liminaridade e a fronteira⁹, a inter-identidade como identidade originária” (idem, *ibidem*).

A vigência reiterada de um regime de inter-identidades deu lugar, não só em Angola, mas em todos os territórios colonizados por Portugal, a uma variedade de manifestações de sociabilidades complexas que extrapolavam o binarismo colonizador/colonizado. Dentre estas manifestações destacavam-se a “cafrealização”¹⁰ e a miscigenação, além de uma interpenetração cultural que Marcelo Bittencourt (2000: 179) identifica como a principal marca da “crioulidade”¹¹.

⁹ Com o conceito de fronteira Boaventura de Sousa Santos procura significar a deslocação do discurso e das práticas do centro para as margens. Neste sentido, o autor propõe uma “fenomenologia da marginalidade” assente no uso seletivo e instrumental das tradições, na invenção de novas formas de sociabilidade, nas hierarquias fracas, na pluralidade de poderes e ordens jurídicas, na fluidez das relações sociais, na promiscuidade entre estranhos e íntimos, entre herança e invenção, o que daria lugar a situações em que “viver na fronteira é viver nas margens sem viver uma vida marginal” (Santos, 2008a: 241-242).

¹⁰ Designação oitocentista utilizada para caracterizar de modo estigmatizante os portugueses que se desvinculavam da sua cultura e do seu estatuto civilizado para adotarem os modos de viver, pensar, ser e estar dos cafres, os negros transformados pelo pensamento ocidental moderno em primitivos e selvagens (*cf.* Santos, 2008a: 257).

¹¹ Padrão sociocultural oriundo da mescla entre elementos culturais de origem africana e europeia. A presença simultânea de elementos das culturas africana e europeia no comportamento de um indivíduo, ou seja, a sua capacidade de atuar nesses dois mundos e realizar uma interligação entre eles, era o que o caracterizava como um *crioulo*. Convém esclarecer que esse termo é uma construção analítica utilizada por alguns estudiosos com o objetivo de diferenciar os indivíduos imersos nesse padrão sociocultural mestiço tanto dos colonos como dos demais angolanos. Como o termo *crioulo* faz referência apenas a uma mestiçagem de tipo cultural, um indivíduo assim considerado tanto podia ser fenotipicamente mestiço como

Contudo, a partir da segunda metade do século XIX, o conceito de raça enquanto ingrediente indispensável de uma doutrina que se pretendia científica transformou-se, em oposição às épocas anteriores, num elemento fundamental do imaginário nacionalista português contribuindo para a legitimação da viragem que o colonialismo conheceu em Angola (Barbeitos, 2011: 25).

De acordo com a leitura de Barbeitos, foi a adoção das ideias propagadas pelo racismo ‘científico’ o que permitiu mais tarde a emergência do conceito de etnia, serviu para estigmatizar a miscigenação e contribuiu de forma decisiva para reformular as representações de identidade e alteridade, que se tornaram claramente racializadas e etnicizadas em todo o território sob domínio português. A implantação de uma concepção inflexível e hierarquizada do homem e da sociedade impulsionou a discriminação contra indivíduos negros e visivelmente mestiços, mas também contra todos os outros mestiços sociais, dos brancos “cafrealizados” aos negros “assimilados”,¹² entre tantas outras categorias de angolanos que ultrapassavam os limites de uma percepção essencialista de “autenticidade” de raça e de cultura que se imaginava condicionarem-se mutuamente (idem, ibidem: 552).

Esta viragem do colonialismo em Angola teve lugar depois que a Conferência de Berlim (1884-1885)¹³ e, sobretudo, o *Ultimatum* inglês de 1890¹⁴ tornaram evidente o papel negligenciável que o imperialismo moderno conferia a Portugal. A percepção de que não só as possessões ultramarinas, mas a própria metrópole estava a correr o risco de se

negro ou branco. Em Angola os *crioulos* nunca se assumiram enquanto tais, mas sim mantinham a convicção de que eram os verdadeiros angolanos, já que os demais teriam as etnias como laços primordiais (cf. Bittencourt, 2000: 177-184).

¹² Categoria jurídica-política atribuída a antigos indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa, após satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos: a) ter mais de 18 anos; b) falar corretamente a língua portuguesa; c) exercer profissão, arte ou ofício de que auferisse o rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor (“Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das colónias portuguesas de África”, aprovado pelo Decreto nº 16.473, de 6 de Fevereiro de 1929, art. 56º *apud* Meneses, 2010: 85) A “ascensão” à condição de assimilado era um “privilégio” outorgado pelo colonizador e podia ser revogado por decisão judicial, mediante justificação promovida pela competente autoridade administrativa (Antunes, 1980: 53).

¹³ Estabeleceu o princípio, segundo o qual a legítima posse das colónias derivava não do direito histórico adquirido a propósito das “descobertas”, mas sim da efetiva ocupação (militar e administrativa) desses territórios.

¹⁴ Exigiu a retirada das forças militares portuguesas do território interior compreendido entre as colónias de Moçambique e Angola pondo fim a pretensão alimentada por Portugal de exercer a soberania sobre uma vasta faixa do território africano (onde atualmente se situam a Zâmbia, o Zimbábue e o Malawi) fazendo a ligação entre os oceanos Atlântico e Índico.

transformar em vítima de predadores mais fortes, impulsionou uma reformulação drástica de Portugal e da sua política africana. Essa foi realizada através da importação massiva de ideologias e práticas estrangeiras e do concomitante abandono de muitas das velhas tradições coloniais portuguesas, não obstante todas as proclamações patrióticas que acompanharam tais reformas. Nesse contexto, as populações africanas, incluindo a antiga camada intermediária da sociedade angolana formada por brancos cafrealizados, mestiços e negros “assimilados”, transformaram-se em “presas de uma ambição tanto mais compensadora quanto provinha de uma potência que era, ela própria, vítima potencial” (Barbeitos, 2011: 528).

O advento do colonialismo moderno em Angola simbolizou não só a perda final da autonomia mental e física dos nativos antes livres, mas também assinalou “a abolição da velha política de conciliação ou colaboração e a relativa tolerância que, apesar de tudo, ela comportava” (idem, *ibidem*: 30). Para tanto contribuíram também alguns avanços técnico-científicos que significaram, por exemplo, uma maior facilidade nos transportes e comunicações entre Angola e a metrópole e uma transformação relativa das condições gerais de vida dos europeus, pelo menos em certas regiões da colônia, o que lhes permitia uma menor vulnerabilidade em relação ao meio e, concomitantemente, um domínio crescente sobre ele. Isso teve reflexos nas relações entre os colonizadores e os povos autóctones e nas respectivas representações de si mesmos e dos outros elaboradas por estes atores sociais. Nos centros urbanos onde era maior a presença branca, as normas regendo as relações entre colonizadores e colonizados foram se distanciando dos velhos modelos angolanos de interação, que pressupunham a fragilidade dos europeus e a conseqüente dependência das populações locais e seus saberes que essa condição impunha. Segundo Barbeitos,

na esteira desta evolução, surgiam configurações sociais inéditas que eram acompanhadas por uma circulação mais rápida das notícias e ideias, da qual se encarregava principalmente a imprensa local e estrangeira, lida avidamente na possessão. Esse movimento produzia nos *filhos do país*¹⁵ e nos europeus formas de sensibilidade que, direta ou indiretamente, correspondiam ao abismo que se criava entre as duas comunidades. Sem anular, ou mesmo diminuir, os contatos entre brancos e não-brancos, tais desenvolvimentos perturbavam antigos equilíbrios e tornavam-nos ao mesmo tempo mais assimétricos e conformes a

¹⁵ Destaque acrescentado pela autora. Expressão utilizada por Barbeitos para referir-se aos naturais de Angola independentemente da sua cor ou ‘raça’, tomando em conta “o antigo costume português”, de atribuir ao lugar de nascimento e às particularidades socioculturais que supostamente este permitiria adquirir um aspecto identitário essencial (Barbeitos, 2011: 570).

uma relação de forças local e internacional que se caracterizava pela privação de África e do africano das instâncias de autonomia que o tráfico e a escravatura não tinham conseguido destruir (Barbeitos, 2011: 431-432).

Dessa forma “os equilíbrios de um tempo remoto cederam lugar a uma dominação branca invasora que só deixava aos outros margens bastante reduzidas de ação autônoma” (Barbeitos, 2011: 435). Entre os outros estavam não só as populações autóctones, mas também os cafrealizados e os *crioulos* quer fossem mestiços, negros ou brancos, pois com a implementação do colonialismo moderno inspirado no “pensamento abissal”¹⁶ (Santos, 2009) ficava decretada a impossibilidade de copresença dos dois lados da linha que passou a dividir radicalmente a realidade social em dois universos supostamente intocáveis: o universo dos considerados ‘civilizados’, aqueles cuja existência era pautada pelas normas, conhecimentos e técnicas europeias, e o universo dos colonizados transformados em ‘primitivos’ e desprovidos de saberes relevantes.

A negação da inter-identidade como uma estratégia de identificação válida foi acompanhada pela propagação da ideia de Portugal enquanto nação-império e pela promulgação de um conjunto de dispositivos legais que levavam às últimas consequências a noção da ‘diferença de estado civilizatório’ entre as populações autóctones das colônias e os cidadãos metropolitanos.¹⁷ O antigo espaço de fronteira ocupado pelos *crioulos* foi substituído pela fratura abissal. Os africanos foram transformados em súbditos indígenas a quem o Estado colonial impunha deveres, mas outorgava poucos ou nenhuns direitos. O mito da superioridade do homem branco, dos seus saberes e experiências assumiu um lugar estratégico na arquitetura da dominação da África e dos africanos. A moderna política colonial-fascista portuguesa passou a discriminar inclusive os brancos nascidos nas colônias. Consequentemente, a sociedade angolana mergulhou numa complexa trama de

¹⁶ “O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções vivíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer forma de ser relevante ou compreensível” (Santos, 2009: 23).

¹⁷ O “Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique”, aprovado através do Decreto nº 12.533, de 23 de Outubro de 1926 (Boletim Oficial nº 48.), também conhecido como Estatuto do Indigenato que, sofrendo pequenas reformulações ao longo dos anos se manteve em vigor até 1961 e só foi abolido graças à pressão social resultante do início da luta armada em Angola, é o exemplo mais significativo da legislação colonial segregacionista adotada por Portugal no século XX. Para uma análise mais detalhada sobre a legalização da discriminação durante a colonização portuguesa em África veja-se, especialmente, Cruz (2005) e Meneses (2010).

tensões raciais uma vez que “para além da tensão entre os ‘brancos civilizados’ e os outros grupos sociais, a discriminação racial autorizava a segmentação demográfica da população branca em ‘brancos europeus’ e ‘brancos de segunda’, os nascidos nas colônias” (Messiant, 1989: 168-169; Errante, 2003: 21-22).

Este cenário fomentou a emergência do moderno movimento nacionalista angolano que reivindicando o direito dos naturais de Angola à existência, à história e à independência, acabou por empreender uma luta armada contra o colonialismo português que se prolongaria por 13 anos (1961-1974).

Devido à estrutura segregacionista assumida pela política colonial moderna, a questão racial foi um dos elementos-chave na luta pela independência dos africanos porque a corrente que unia colonizador e colonizado era o racismo, ainda que este fosse para o colonizador uma forma de agressão e para o colonizado uma forma de defesa (Memmi, 1977). Se a colonização era branca a luta anticolonial era negra.

A transformação da ‘raça’ negra numa identidade política pode ser interpretada como uma espécie de “essencialismo estratégico” (Spivak, 1997), adotado para efeitos de ação social. Contudo, em Angola, vários indivíduos brancos e mestiços destacaram-se, ao lado de tantos outros negros, na luta anticolonial e contra tudo o que o colonialismo representava, inclusive o preconceito racial. Neste contexto a ‘raça’, assim como as origens étnicas, foi apenas um dos muitos elementos acionados nos jogos de identificação dos angolanos e no processo de definição da angolanidade, porque o passado – elemento central na socialização dos indivíduos, na manutenção de grupos de solidariedade, no estabelecimento ou mudança de legitimações sociais – de opressão e exclusão era compartilhado por indivíduos de variadas origens étnicas e raciais.

Consciente de que, até a implantação do colonialismo moderno assente no paradigma do racismo ‘científico’, a carga simbólica das categorias raciais em Angola era “mais daltônica do que querem ou podem aceitar muitos observadores contemporâneos” (Barbeitos, 2011: 418), e que, portanto,

a reificação biologista levanta obstáculos não só ao entendimento da dinâmica diacrônica e sincrônica vivida por várias comunidades angolanas (especialmente a dos «civilizados», em que, no seio de uma mesma família e, segundo as gerações, podiam coexistir cores diferentes sem que isso obrigatoriamente pusesse em causa a coesão grupal ou o estatuto de cada um) (idem, ibidem: 590)

e tomando em conta as instigantes argumentações de Santos supracitadas, procurei analisar as estratégias adotadas por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa ao longo dos processos de (re)inserção social a que estiveram sujeitos no desenrolar da história contemporânea de Angola. Dessa forma coloquei à prova a seguinte hipótese de trabalho: assim como em determinados momentos a imagem de Próspero destacou-se no espelho identitário dos portugueses, em outros a imagem melhor refletida terá sido a de Caliban fomentando a identificação dos supostos colonizadores com as formas de ser e estar daqueles que deveriam colonizar, isto é, subjugar e anular.

Considerando as especificidades da experiência colonial portuguesa em Angola, creio ser possível identificar pelo menos três momentos de Caliban entre os portugueses que nasceram e/ou viveram neste território.

O primeiro remontaria à fase anterior à Conferência de Berlim e ao *Ultimatum* Inglês. Ou seja, à fase em que a presença do poder colonial era tão esporádica que resultava num descolamento quase total da figura do colono em relação ao Estado colonial e ao Império português. Obrigados a autogestionar sua presença e permanência na colônia graças ao pouco ou mesmo nenhum respaldo oferecido pelo Estado colonial, os portugueses tiveram que agenciar sua própria sobrevivência com as populações “colonizadas”. Neste processo os colonos negociaram inclusive a própria identidade assimilando as culturas locais e sendo assimilados por elas. Os fenômenos da cafrealização e da miscigenação seriam as principais marcas deste primeiro momento de Caliban.

O segundo momento de Caliban corresponderia à participação de indivíduos de ascendência portuguesa na luta pela libertação de Angola enquanto militantes dos movimentos nacionalistas que defendiam a independência total e a implantação de um governo que respeitasse os direitos e interesses da maioria negra. A adoção imediata da nacionalidade angolana por estes indivíduos de origem portuguesa quando o país se tornou independente assinalaria este segundo momento de Caliban.

O terceiro e último momento refletiria a experiência diaspórica de pessoas que têm, cada vez mais, se assumido como angolanas apesar da ascendência portuguesa. Trata-se de indivíduos que, ao assistirem o desaparecimento de seu lugar de “pertencimento”, que era a Angola do tempo colonial, sentiram-se obrigados a fugir para Portugal. Contudo, na antiga metrópole muitos acabaram por vivenciar um complicado e nem sempre bem sucedido processo de (re)inserção social. Em alguns casos, as dificuldades de (re)adaptação deram

lugar ao acionamento de mecanismos de identificação com o espaço-tempo perdido e à reivindicação de uma ideia de angolanidade como uma estratégia para (re)significar a própria existência.

Uma característica comum a esses três momentos de Caliban é o fato de todos corresponderem a períodos em que a prosperidade de Próspero, isto é, a sua própria sobrevivência, real e/ou simbólica, esteve ameaçada. Pese o fato de que, no primeiro momento a estratégia da cafrealização foi o que garantiu a sobrevivência dos colonos praticamente abandonados à própria sorte pelo Estado colonial. No segundo momento, o da luta pela independência, a opção de alguns cidadãos portugueses pela identidade de Caliban renegando a identidade de Próspero pode ser vista como a primeira vitória simbólica contra o colonialismo porque Próspero debilitava-se a cada sujeito que o desencarnava e passava a contestar a sua autoridade. Já o terceiro momento, o da evocação de uma relação de pertencimento à angolanidade, por vezes acompanhada da adoção de estratégias de identificação que enfatizam a hibridez tais como autodefinir-se enquanto “lusu-angolano”, “português-angolano”, ou até “português com o coração em África”, pode ser interpretado como uma espécie de tábua de salvação a qual têm procurado se apoiar algumas das pessoas afetadas pelo crescente fenômeno de exclusão social derivado da profunda crise em que se encontra Portugal.

Observando a sugestão de Santos (1997: 148), de que a recontextualização das identidades exige que o esforço analítico e teórico se concentre na compreensão das especificidades dos campos de confrontação e de negociação em que os processos de identificação se formam e dissolvem e na localização dessas especificidades nos movimentos de globalização do capital e, portanto, no sistema mundial, trabalharei com a hipótese de que, no contexto da globalização do modelo de funcionamento do moderno sistema capitalista, mesmo depois de terminada a experiência colonial as realidades heterogêneas de Portugal e Angola continuaram a influenciar-se mutuamente fomentando as negociações e (re)apropriações que são o motor dos constantes reajustamentos identitários vivenciados por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa.

Como todos os habitantes deste planeta cada vez mais globalizado, estes sujeitos absorvem influências e apropriam-se delas, construindo-se e reconstruindo-se permanentemente em função das mutações sociais e econômicas, da interpenetração cultural e da abertura a novos modos de vida que as facilidades de comunicação e de

migração produzem. Mas cabe não esquecer que este presente globalizado é informado por um passado e que

as representações da história medeiam as relações sociais e os processos identitários, sendo, por isso, instrumentos fundamentais à criação e gestão identitária, determinando, de forma fundamental, que projetos e perspectivas são vistos como legítimos e validados através de atos de memória (Meneses, 2010: 69).

No que diz respeito ao passado, a adoção de uma perspectiva pós-colonial “obriga a reconceitualizar o que foi a situação colonial e o que se esconde por trás do conceito das ‘independências africanas’, indagando sobre as latências e continuidades, rupturas e inovações que foram sucedendo” (Meneses, 2011: 38) ao longo da história.

1.3. **Por uma perspectiva histórica pós-colonial**

De acordo com Maria Paula Meneses (2011: 38), “para confrontar a história é necessário observá-la e teorizá-la a partir de novas perspectivas, transformando o passado em um passado presente”. Observando o presente em Angola e Portugal é possível verificar que as memórias sobre a colonização, a luta de libertação nacional/guerra colonial, as negociações para a descolonização encetadas pós-25 de abril de 1974, a consolidação da independência e a guerra civil que a acompanhou continuam a afetar, de forma profunda, o imaginário político contemporâneo na ex-colônia, mas também na antiga metrópole. Em contrapartida, a problematização sobre o sentido e os impactos da fratura abissal aberta pelo colonialismo que permanecem latentes nos dois países, por exemplo, no racismo que muitas vezes deriva da continuidade do uso de representações e categorias que não foram descolonizadas (Meneses, 2010: 70), é um exercício que tem sido feito por muito poucos.

Uma análise crítica do presente que permita não só identificar, mas superar radicalmente a persistência da colonialidade do saber e do poder nas relações entre Angola e Portugal, bem como entre seus respectivos cidadãos, requer um exame dos processos de construção das memórias, sempre seletivas, sobre os últimos anos da experiência colonial e os acontecimentos que se seguiram à independência, pelo menos até que o governo português reconhecesse oficialmente Angola como um novo Estado-nação,¹⁸ bem como

¹⁸ O que só ocorreu a 22 de fevereiro de 1976, depois que outros 81 países já o tinham feito. (cf. Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008b: 259).

dos esquecimentos que lhes são inerentes. É o que procuro fazer ao longo deste trabalho, sem perder de vista que “na reconstrução do passado nada há de natural” (Araújo e Santos, 2007: 99) e que “há várias formas de lidar com o passado e todas elas envolvem interesse[s], poder e exclusões” (idem, ibidem: 95).

Em Angola a memória da luta de libertação constitui o cerne da história nacional. A construção desta história assenta numa politização exacerbada do processo de acionamento e gestão da memória social do “acontecido”. Como neste país o acesso à independência não foi um momento de consenso ou comunhão, mas sim de confrontação militar generalizada entre as três principais organizações nacionalistas que travaram a luta armada contra o colonialismo sem deixar de atuar não só como rivais, mas como inimigas entre si,¹⁹ “a história oficial do nacionalismo angolano é, de uma forma mais acentuada do que é muitas vezes o caso, uma ‘história de vencedores’” (Messiant, 2000: 806).

A vitória do MPLA, obtida através de uma confrontação militar cuja violência foi exacerbada pela conjuntura internacional que levou à intervenção de vários atores externos dentre os quais se destacaram as forças armadas cubanas e sul-africanas,²⁰ deu lugar a uma política não de reconciliação nacional, mas de exclusão dos apoiantes da UNITA e da FNLA. Derrotadas, estas organizações foram rejeitadas como movimentos nacionalistas autênticos e rotuladas como “organizações-fantoches conluiadas com exércitos invasores” (Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008b: 230). Seus militantes foram considerados ‘traidores’ da nação recém-instaurada e do seu povo. De acordo com

¹⁹ Em novembro de 1975 o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) mantinha o controle sobre Luanda onde, às zero horas do dia 11, Agostinho Neto declarou a independência que foi imediatamente reconhecida pelo Brasil e outros países. Nesta mesma data, na vila do Ambriz, Holden Roberto, presidente da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), realizou uma outra cerimônia de declaração da independência fundando a República Democrática de Angola, que deveria ser administrada por um governo de coalizão FNLA/UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) a partir do Huambo. Contudo, este governo de coalizão anticomunista e sua República Democrática sucumbiram rapidamente graças às várias crises internas que enfrentaram e à falta de apoio internacional. Sobre a formação do governo de coalizão FNLA/UNITA e a fundação da República Democrática de Angola veja-se Cascudo (s./d.) e dos Santos (2002). Para uma análise mais detalhada sobre as origens do MPLA, da FNLA e da UNITA e seus respectivos projetos políticos para Angola veja-se Peixoto (2009).

²⁰ A região austral do continente africano foi um dos espaços mais devastados pelos violentos conflitos que marcaram a última fase da Guerra Fria. A violência que atingiu a África Austral ao longo da segunda metade do século XX é inseparável do choque ideológico entre os blocos capitalista e socialista e seus respectivos projetos expansionistas. As guerras de libertação nacional, na perspectiva quer do bloco capitalista ocidental, quer da ex-União Soviética, foram frequentemente reduzidas à categoria de meros confrontos “locais” entre projetos imperiais. Neste contexto, Angola foi um dos cenários quentes da Guerra Fria. Para uma análise aprofundada sobre os impactos desse conflito político-ideológico na África Austral veja-se: Meneses e Martins (2013); Onslow (2009); Shubin (2008); Westad (2007); Gleijeses (2002).

Messiant (2000), a persistência desses ‘inimigos’ e o prolongamento de uma guerra massiva não só possibilitaram como ‘justificaram’ uma radicalização da captação da história pelo partido no poder. Com a instauração de um regime ditatorial o monopólio sobre o discurso histórico exerceu um papel central na manutenção do poder simbólico do MPLA e, conseqüentemente, na defesa do poder de Estado, estando fora de causa ‘fornecer armas’ aos ‘inimigos vencidos’. Enquanto estes não desapareceram ou foram reinseridos, o regime ditatorial imposto pelos vencedores transformou a verdade do MPLA no poder em verdade de Estado e a sua versão oficial da história do nacionalismo em verdade histórica intocável.

Esta versão da história “retém e sublinha, simultaneamente com a sua inserção no campo progressista, a vertente universalista, laica, modernista da luta nacionalista” (Messiant, 2000: 812), correspondendo, portanto, a uma ideologia, que é, de fato, uma conceitualização particular do nacionalismo e do MPLA que não chega a representar nem mesmo esta organização em todo o seu conjunto. Ou seja, o discurso histórico ‘oficial’ não tem um sentido e um papel apenas em relação ao exterior e à legitimação face às duas outras organizações que também fizeram a luta armada contra o colonialismo. Ele contribui também para escamotear a heterogeneidade existente no interior do próprio MPLA uma vez que,

para lá do apagamento «normal», em todo o caso usual, tanto dos dissidentes e «renegados» como das contradições e das crises, para lá do relativo apagamento da história da clandestinidade (com a qual a direção externa mantinha laços muito tênues), trata-se de uma versão em que são também «historicamente apagados» ou desvalorizados certos fatos, atos, grupos, sensibilidades, embora constitutivos do MPLA – e que, além do mais, continuam «no poder» – mas que foram e continuam a ser, quer no discurso sobre a história quer em certos outros domínios mas não em todos, «fracções dominadas» (idem, ibidem: 813).

A propósito desse esforço de homogeneização e monopolização da história do nacionalismo angolano e do próprio MPLA, analisando o período imediatamente subsequente à independência, quando o *bureau* político ligado a Agostinho Neto²¹ passou a gerir o novo poder de Estado, Pacheco observa que

²¹ António Agostinho Neto (Kaxicane, 1922 – Moscú, 1979), Fez os estudos primários na Escola Evangélica, ingressando depois no Liceu Salvador Correia em Luanda. Como funcionário público dos Serviços de Saúde e Higiene, trabalhou em Malanje e Bié. Com uma bolsa de estudos patrocinada pela Igreja Metodista Americana cursou medicina nas Universidades de Coimbra e Lisboa. Em parceria com outros jovens de sua geração desenvolveu intensa atividade cultural e política. Em 1952 foi preso pela primeira vez por pertencer ao MUD-juvenil, ramificação do PCP (Partido Comunista Português). Em 1955 voltou a ser preso, por ser filiado ao PCP. Foi membro ativo do Movimento Anti-Colonial (MAC) em Lisboa. Formado, regressou à

quando se esperava da direção do MPLA a necessária lucidez na articulação de novas soluções políticas, donde saísse a constituição de uma «ampla frente» interna apaziguadora das graves tensões existentes capaz de, estrategicamente, recuperar as «raízes» e os fragmentos do nacionalismo sobrevivente do PCA, do PLUAA, do MIA²² e doutras correntes de opinião e interesses aglutinados em torno das várias igrejas, Neto, pelo contrário, fazendo tábua rasa desse precioso potencial histórico, impôs ao país um ritual de Poder e orientações frente aos quais de imediato os velhos nacionalistas sinceros se sentiram estranhos.²³

A gota de água com todas as consequências lógicas viria, no entanto, com a criação do MPLA-PT,²⁴ decalcado doutrinariamente dos arquétipos soviéticos. A partir de então acirraram-se as hostilidades com a FNLA e a UNITA e o diálogo da «nomenklatura» do Partido com os grupos internos fechou-se. Para os nacionalistas estilhaçavam-se no desalento as grandes utopias com que haviam sonhado um dia. Uns partiram para o exílio, outros foram encarcerados e outros simplesmente silenciados (Pacheco, 1997: 54-55).

A partir de 1992, quando o país se transforma numa suposta democracia multipartidária, têm lugar um número significativo de publicações de (auto)biografias e relatos de memória produzidos por protagonistas da história contemporânea angolana, alguns durante muito tempo estigmatizados ou desacreditados, membros da FNLA²⁵ e da

Angola em dezembro de 1959 onde deu continuidade ao combate político. Foi preso em junho de 1960 e deportado para o Tarrafal, em Cabo Verde, de onde foi encaminhado para Lisboa em regime de liberdade condicional com residência fixa. Após uma fuga, juntou-se ao Comitê Central do MPLA em Léopoldville (atual Kinshasa). Em 1962, durante a Iª Conferência Nacional do MPLA foi eleito presidente deste movimento. Em 11 de novembro de 1975 proclamou a independência tornando-se o primeiro presidente de Angola (*cf.* Comissão para a elaboração da História do MPLA, 2008a: 71).

²² Em 1955, um pequeno grupo de intelectuais e poetas ‘assimilados’ fundou em Luanda, clandestinamente, o Partido Comunista Angolano (PCA), com o objetivo de promover uma luta pela independência orientada pelas ideias marxistas-leninistas. Como não conseguiu recrutar aderentes, o PCA logo foi extinto, dando lugar ao Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA). Constituindo apenas uma nova roupagem do PCA, o PLUAA também não encontrou muitos simpatizantes. Seus idealizadores lançaram então, em 1958, um novo movimento menos ligado ao marxismo e com características nacionalistas mais vincadas denominado Movimento para a Independência de Angola (MIA). O MIA foi acolhido com grande simpatia entre a pequena burguesia africana, conseguindo exercer uma influência considerável nos meios nacionalistas em Luanda, e nas cidades de Lobito, Benguela, Uíje (chamada Carmona antes independência) e Malanje (*cf.* Pacheco, 1997: 63-65).

²³ De acordo com as informações reunidas por Lara Pawson enquanto investigava os silenciamentos e memórias em torno d’ “o massacre que Angola silenciou” (Pawson, 2014), boa parte da juventude nacionalista, incluindo a ala jovem do MPLA conhecida como JMPLA, também não se revia nas orientações e formas de exercício do poder adotadas por Agostinho Neto e alguns dos principais dirigentes do MPLA. Por isso, “nenhum membro da JMPLA sobreviveu. Nem os que se encontravam em Luanda escaparam. Foram todos mortos. Executados!” (idem: 111), assim como outras tantas vítimas da violenta reação do Estado à tentativa golpe de 27 de maio de 1977.

²⁴ Embora já contasse com estruturas organizativas semelhantes às de um partido político mesmo antes de assumir o governo de Angola, só em 1977, durante seu Iº congresso ordinário, o MPLA adotou oficialmente a ideologia marxista-leninista e assumiu a designação MPLA-Partido do Trabalho (*cf.* Tali, 2001b: 159).

²⁵ dos Santos (2002).

UNITA,²⁶ mas também antigos simpatizantes, ex-militantes e membros do MPLA,²⁷ revelando a existência de outras narrativas sobre o passado, desafiando a historiografia oficial e fomentando a discussão sobre que e, sobretudo, por que fatos, feitos e personagens foram incluídos ou excluídos da história recente do país.

Contudo, Messiant alerta que seria “um erro acreditar que esta nova situação política e estas novas fontes sejam suficientes para nos fazer passar da escuridão para a luz” (2000: 824). Sobretudo porque o aparecimento de outros testemunhos, para além da versão oficial, não faz desaparecer todos os elementos que estão em jogo na construção da memória, nem significa o desaparecimento dos interesses em jogo na história. Neste aspecto,

os «novos» testemunhos não são assim tão diferentes dos antigos. O que mudou foi o campo político, o lugar ocupado pelo MPLA nesse campo e as posições de um certo número de indivíduos, alguns dos quais já não se encontram na mesma situação ou já não têm a mesma concepção do que deva ser a sua «fidelidade» ao partido. Os novos testemunhos são prestados, tal como os antigos, em função da posição de cada um neste novo campo e também do seu itinerário na história do nacionalismo – em função do que fez, pensou e também do que disse ou não, em especial do seu envolvimento pessoal no passado na afirmação da versão oficial desta história; e posicionam-se por vezes em relação não apenas com o teor da versão oficial mas com os seus arautos (antigos e atuais), o que implica posições diferentes sobre o que cada um «pode» ou «quer» «salvar» (Messiant, 2000: 842-843).

Ainda assim, os discursos oficiosos produzidos por ‘inimigos’ e dissidentes que contradizem a ‘verdade’ oficial e revelam fatos até então calados, desde que submetidos a uma análise crítica tal como todos os outros, constituem um recurso importante para a construção de um panorama histórico mais aproximado da complexa realidade angolana.

Na sequência deste fenómeno de revisão do passado iniciado por atores sociais anteriormente silenciados, a publicação dos dois primeiros volumes da *História do MPLA*, em maio de 2008, meses antes da realização das primeiras eleições legislativas depois do fim da guerra civil,²⁸ veio confirmar que, em Angola, “a abertura em matéria de história [man]tem limites ainda estreitos” (Messiant, 2000: 824). Nas palavras de José Eduardo dos

²⁶ Chassanha (2000), Chiwale (2008), Muekalia (2012 [2010]).

²⁷ Veja-se, entre outros: Sebastião (1993), Carreira (1996), Andrade (1997a, 1997b), Dáskalos (2000), Rocha (2002a, 2002b), Laban (2003), Cosme (2004), Rodrigues (2004), Valentim (2005), Pimenta (2006), Pacavira (2008), Maria (2014).

²⁸ A guerra civil teve início ainda antes da proclamação da independência e se estendeu até 2002, ou seja, por 27 anos. As primeiras eleições legislativas em tempos de paz realizaram-se em outubro de 2008.

Santos, presidente do partido e do país desde 1979, esta versão revista e atualizada da história do MPLA “se confunde com a História de Angola” (dos Santos, 2008: 24). Segundo os responsáveis pela composição desta obra, ela teria sido elaborada com o intuito de “enriquecer o conhecimento histórico dos angolanos sobre os acontecimentos e os atores da longa caminhada do nacionalismo angolano até à conquista da independência” (Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008a: 25). Ou seja, no fundo esses dois grossos volumes continuam a reproduzir uma apropriação da história nacional pelo partido-Estado. Não por acaso a gênese do MPLA é atrelada à luta clandestina levada a cabo pelos nacionalistas que, entre meados dos anos 1950 e princípios dos anos 1960, formaram pequenos partidos e organizações como os supracitados PCA, PLUAA e MIA em Luanda. A estes precursores se teriam somado, seguindo a palavra de ordem de “criar milhares de organizações espalhadas por toda Angola!” expressa no *Manifesto do MPLA*, de dezembro de 1956,²⁹ o Movimento de Libertação de Angola (MLA), o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), a Frente Popular de Libertação de Angola (FPLA), o Movimento de Libertação Nacional (MLN) e o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA). Neste contexto ganha destaque a figura de Idílio Machado a quem teria cabido o papel de coordenar as iniciativas e atividades de todas estas organizações buscando construir as bases para a “necessária unificação” (Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008a: 85).

Assim, de acordo com a última versão da história oficial do MPLA e do nacionalismo, esses pequenos grupos nacionalistas autônomos teriam logo percebido a necessidade de unificar e coordenar as atividades que desenvolviam e, neste intuito, prontificaram-se a estabelecer contato com nacionalistas que se encontravam no exterior. Esse esforço para construir a ligação entre os nacionalistas atuando na clandestinidade em Angola e os que estavam no exterior, conexão que, de acordo com a *História do MPLA*, teria sido crucial para o desencadear da luta armada de libertação nacional, também é atribuído à coordenação de Idílio Machado (idem, ibidem: 92).

Esta releitura da história revela a adoção de uma estratégia política baseada na promoção da (re)união da “grande família do MPLA” (Pacheco, 1997: 55) com o intuito de apaziguar as persistentes tensões internas e consolidar ou recuperar apoios indispensáveis,

²⁹ Pacheco (1997) e Messiant (2000) consideram a transformação deste manifesto no documento-monumento da fundação do MPLA uma falsificação da história.

sobretudo às vésperas das eleições. Mas enquanto os “velhos nacionalistas” (Pacheco, 1997: 55) foram resgatados do limbo, transformados em antigos ‘camaradas’ e passaram a compor o panteão dos grandes nacionalistas, os ‘inimigos’ continuaram, obviamente, a ser o que eram. Quando citados na nova versão do discurso histórico oficial, os dissidentes, a FNLA e a UNITA aparecem sempre responsabilizados pelo principal problema que marcou a trajetória do nacionalismo angolano: a fragmentação. Os líderes da UPA (União dos Povos de Angola), organização que deu origem à FNLA, são acusados de nunca terem demonstrado qualquer “gesto de boa vontade” em relação aos vários “esforços desenvolvidos pelo MPLA” no sentido de “discutir, negociar e constituir [um]a Frente com as organizações políticas angolanas que tinham a sede na capital congoleza” (Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008a: 151). A UNITA é apenas brevemente mencionada como uma das “outras forças guerrilheiras que acabavam por servir os objetivos do inimigo comum: o colonialismo português” (idem, 2008b: 84) por hostilizarem o MPLA. No que diz respeito às dissidências, a revolta liderada por Daniel Chipenda é considerada uma “conspiração contra-revolucionária” com “bases de caráter tribal e regional” (idem, ibidem: 87), enquanto a chamada “Revolta Ativa” é vista como uma “tentativa de fragilizar e desagregar o Movimento” (idem, ibidem: 107). Esta última é ainda responsabilizada pelo “aprofundamento do fosso que se cavou entre antigos camaradas de luta, alguns ligados à gênese do próprio MPLA, precisamente quando se atingia o objetivo pelo qual lutaram – a independência” (idem, ibidem: 109).

Ou seja, a apresentação sumária dos ‘inimigos’ históricos serve apenas para reforçar a imagem do MPLA que se encontra no poder como o único grupo capaz de levar a bom termo a luta anticolonial, consolidar a independência e, conseqüentemente, assumir legitimamente a administração do país. Como a “razão metonímica” de que fala Boaventura de Sousa Santos (2002), o pensamento daqueles que se encontram no poder em Angola assenta numa obsessão pela ideia da totalidade. Por isso, na *História do MPLA* “não há compreensão nem ação que não seja referida a um todo e o todo tem absoluta primazia sobre cada uma das partes que o compõem” (Santos, 2002: 241). Há um reconhecimento de que as eventuais variações do movimento das partes, como as dissidências que são vistas como particularidades, tinham por objetivo abalar o todo, mas não teriam sido capazes de afetá-lo em profundidade. A versão oficial da história escrita sob as ordens da cúpula que dirige o Estado angolano tem a intenção de transmitir uma

ideia de simetria entre as partes, mas a relação supostamente horizontal existente quer entre o conjunto de militantes nacionalistas, quer entre as várias organizações que teriam se unido para formar o MPLA, oculta uma relação vertical porque, “na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais” (Santos, 2002: 242). O reacender da disputa em torno da história da emergência do nacionalismo e da luta armada pela independência na atualidade tem demonstrado que, ao contrário do que é proclamado pelo discurso histórico oficial, “o todo é menos e não mais do que o conjunto de partes” (idem, *ibidem*).

Cada vez mais membros das organizações ‘inimigas’, e das “frações dominadas no discurso sobre a história” têm exercido o direito de oferecer ao público outras interpretações sobre o passado recente de Angola. É o caso de um militante da UNITA que, nas reflexões conclusivas de seu relato de “memórias da luta pela Democracia” (Muekalía, 2012), enfatiza que:

Nenhum cidadão, grupo de cidadãos ou partido político deve reclamar o direito de propriedade da nossa independência nacional ou da democracia. Estes são bens comuns, valores universais que devem servir e beneficiar todos os cidadãos em pleno gozo dos seus direitos (idem, *ibidem*: 325).

A percepção da arbitrariedade do direito praticamente exclusivo de narrar a história atribuído a alguns poucos ajudou a alimentar entre os ‘historicamente silenciados’, mesmo durante o rígido sistema de partido único, mas principalmente depois da abertura democrática, contestações noutras áreas em relação às quais também existia, e ainda existe, um sentimento de exclusão, como o problema da identidade e da cultura, por exemplo. Neste ponto importa não perder de vista que, para além dos ‘camaradas’ e ‘inimigos’ ‘silenciados’, a monopolização da história de Angola produziu também um grupo ainda mais amplo e heterogêneo de excluídos.

Os movimentos nacionalistas se afirmaram como porta-vozes das aspirações de todo o povo angolano, mas, como ressalta Amina Mama (2007), em grande parte da África, as identidades nacionais sempre foram mal alicerçadas e sujeitas a uma permanente contestação, nunca logrando sobrepor-se ao pulsar multiétnico, multilíngue e multirreligioso do continente. Com a angolanidade não seria diferente. Em Angola, a luta anticolonial foi marcada pela ambiguidade entre a ideia homogeneizadora da angolanidade ligada a um projeto nacional inspirado nos ideais da modernidade e a realidade heterogênea fortemente marcada por outras narrativas como a questão etno-linguística, a

questão racial e as diversidades regionais, culturais e religiosas que nunca deixaram de fazer parte da vida dos habitantes do país. Entretanto, como nenhuma dessas outras identidades comunitárias contou com estruturas institucionais que lhes permitissem consolidarem-se no mundo moderno, elas foram adquirindo e perdendo aceitação ao sabor da variável sorte política angolana. Num primeiro momento chegaram a ser acionadas pelos movimentos nacionalistas numa tentativa de integrar o maior número possível de militantes na luta anticolonial. Depois, foram relegadas como sinônimo de ‘atraso’ diante de um projeto de nação que se queria moderno.³⁰ A difusão de uma concepção homogeneizadora dos critérios definidores da angolanidade promoveu o silenciamento de uma diversidade de memórias geradas pelas sempre complexas interações sociais estabelecidas entre colonizadores e colonizados, contribuindo assim para escamotear uma variedade de tensões e antagonismos que permeavam (e ainda permeiam) a sociedade angolana.

As fortes imbricações entre o esforço de monopolização da história e as disputas sobre a ideologia, a cultura, a questão das identidades, incluindo a própria identidade nacional, que seguem tendo lugar na esfera hegemônica da qual permanece excluída grande parte da população angolana, assim como o fato de sobre estas questões ter presentemente lugar um debate que tem levantado várias polêmicas – como a que se refere ao papel dos angolanos de ascendência portuguesa na luta pela libertação nacional e no processo de consolidação da independência, por exemplo, continuam a influenciar a (re)construção da história contemporânea de Angola. Daí a necessidade de investir no “descentrar da produção de conhecimento e [n]a produção de uma história relacional, com múltiplas interpretações, incluindo processos de confronto, cooperação e diálogo” (Meneses, 2013: 16) e numa “sociologia das ausências” (Santos, 2002) que, centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela leitura totalitária da realidade, permita “transformar objetos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (Santos, 2002: 246).

³⁰ Os movimentos de libertação que fizeram a luta armada contra o colonialismo não abandonaram o marco epistemológico moderno ocidental em que este assentava, por isso, seus projetos nacionalistas acabaram por reificar a suposta diferença inferiorizadora atribuída pelos colonizadores aos colonizados que preservavam formas de organização comunitária, práticas religiosas, técnicas medicinais entre outras manifestações culturais ancestrais encaradas como ‘primitivas’ e ‘inválidas’.

Ao identificar e valorizar diversas experiências sociais acumuladas por angolanos de ascendência portuguesa que até então vinham sendo desperdiçadas e invisibilizadas espero contribuir para a realização do que Messiant (2000: 855) chamou de “tarefa de higiene pública” necessária para promover uma mudança nas relações entre o poder e a sociedade que levem a uma profunda reconciliação dos angolanos e angolanas com seu passado e lhes permita viver melhor o presente e proteger o futuro.

Capítulo 2

Perguntas de partida,

opções epistêmicas e metodológicas, (des)encontros com outras vozes

“Esta é a essência da ciência: faça uma pergunta impertinente e cairá no caminho da resposta pertinente.”

(J. Bronowski)

“Se houver um caminho entre aquele que marcha e o objetivo para o qual tende, há esperança de o atingir; se faltar o caminho, de que serve o objetivo?” (Santo Agostinho)

2.1. De uma observação à formulação de perguntas “impertinentes”

Observando a relação colonial estabelecida entre Portugal e Angola, nomeadamente as características que esta relação assumiu ao longo do século XX, com base na proposta interpretativa dos retratos do colonizador e do colonizado avançada por Albert Memmi (1977) e na teoria da especificidade do colonialismo português desenvolvida por Boaventura de Sousa Santos (2002), pretendo apresentar o retrato daqueles que (re)negaram o papel de colonizadores e optaram pela identidade dos colonizados, aqueles a quem Memmi (1977: 58) considerou “uma força desprezível no confronto” entre colonizadores e colonizados por personificarem uma “insanável ambiguidade”, sendo, para os primeiros, um “trânsfuga, e para os últimos, “na melhor das hipóteses, um suspeito”.

Tomando as complexas relações sociais construídas durante a vigência da dominação colonial portuguesa em Angola como parâmetro de análise, será pertinente considerar o papel dos angolanos brancos e mestiços no confronto entre colonizadores e colonizados como uma força desprezível? Considerando as origens do moderno nacionalismo angolano e a composição do MPLA, o movimento de libertação responsável pela declaração da independência oficialmente reconhecida pela comunidade

internacional³¹ e pelo o governo do país até os dias atuais, parece que os angolanos de ascendência portuguesa atuaram no processo de luta contra o colonialismo e consolidação da independência com uma força que não deve ser menosprezada. Antes, pelo contrário. Se esses sujeitos foram, de modo geral, encarados com desconfiança tanto pelos colonizadores como pela maioria dos colonizados, como se posicionaram diante das suspeitas levantadas por tais interlocutores? Como viam a si mesmos na altura da transição para a independência e como vivenciaram esse processo histórico? Que caminhos seguiram depois do fim da experiência colonial? Atualmente sentem-se angolanos e/ou portugueses? Como decodificar as suas percepções identitárias para além da identidade política fixada nos documentos que servem como registros de cidadania nos dias atuais?

Buscando responder a essas perguntas, nesta tese proponho-me a esboçar um retrato dos angolanos de ascendência portuguesa, uma minoria ausente da maior parte dos estudos preocupados em retratar a atual realidade angolana. Analisando algumas trajetórias e relatos destes atores sociais, bem como as representações elaboradas na antiga metrópole sobre a ex-colônia e vice-versa, procuro assinalar as marcas do passado colonial que seguem presentes e demonstrar como elas afetam a vida de angolanos e portugueses interferindo nos processos atuais de identificação ou desidentificação desses sujeitos seja com uma ideia de angolanidade, com uma ideia de portugalidade, ou com ambas – no caso daqueles que atualmente possuem dupla nacionalidade.

2.2 Um trabalho na encruzilhada e suas hipóteses-guia

Como uma encruzilhada, o presente trabalho é resultado da convergência de vários caminhos. Para estudar um objeto multifacetado como a (re)construção de identidades em espaços-tempo pós-coloniais, optei por uma utilização flexível de várias técnicas metodológicas buscando chegar com o seu entrecruzamento não a uma inatingível verdade única, mas sim ao estabelecimento de algumas conexões, ainda que parciais, que me permitissem ampliar o campo de possibilidades de confirmação ou refutação das hipóteses de partida que guiaram esta investigação.

Acreditando que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios e que, sendo assim, todo o conhecimento é autoconhecimento, numa postura crítica e reflexiva (Santos,

³¹ No dia 11 de novembro de 1975, a FNLA, em sua base militar no Ambriz, e a UNITA, no Huambo, também realizaram cerimônias onde declararam a independência de Angola. Os pormenores deste episódio e seus desdobramentos serão explorados no próximo capítulo.

1995: 22-37), penso que, de certa maneira, o pluralismo metodológico ou a transdisciplinaridade em que se baseia a construção desta tese reflete minha própria trajetória acadêmica.³² Nesse sentido, é enquanto uma testemunha modesta da complexa realidade angolana, consciente da pequena oportunidade de intervenção no mundo que significa apresentar uma tese de doutoramento, que recorro à diversidade ou “ecologia de saberes” (Santos, 2009) que fui capaz de reunir ao longo de minhas vivências acadêmicas e pessoais (o que inclui a enriquecedora experiência de ter feito trabalho de campo em Luanda e Benguela, que descreverei melhor a seguir, mas também o fato de ser brasileira e afrodescendente nascida numa família mestiça há várias gerações que guarda a memória de antepassados europeus, africanos e indígenas). Preocupada em respeitar o compromisso de fazer alguma diferença contribuindo com a produção de um conhecimento que dê voz àqueles que têm sido sistematicamente silenciados pela perspectiva hegemônica que normalmente é aplicada à leitura da realidade angolana, ao longo da elaboração deste trabalho utilizei as seguintes estratégias metodológicas e técnicas de pesquisa:

- a) revisão bibliográfica;
- b) história oral;
- c) observação direta intensiva;
- d) análise crítica do discurso, segundo a perspectiva proposta por Teun A. van Dijk (2005, 2010).

Assim, entre as fontes primárias utilizadas na elaboração desta tese, como ficará evidente nas páginas que se seguem, predominam as fontes orais produzidas durante a realização do trabalho de campo, bem como artigos e textos de opinião publicados em jornais angolanos e portugueses. Além disso, também utilizo alguns documentos compilados pelo historiador Jean-Michel Mabeko Tali (2001a, 2001b) e um panfleto cedido por uma entrevistada. Isto porque, dada à conturbada conjuntura sociopolítica angolana pós-independência, a recente consolidação da paz e a permanente disputa sobre os significados do passado naquele país, o acesso à documentação sobre temas sensíveis da história política contemporânea – como é o caso dos lugares (des)ocupados por indivíduos

³² Iniciada na Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense, onde o diálogo com outras áreas de produção de conhecimentos afins, como a Geografia, a Literatura, a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política e até o Cinema, sempre foi estimulado, e continuada no Programa de Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra onde a transdisciplinaridade é uma característica central.

brancos e mestiços em Angola, não é exatamente facilitado. Já nos arquivos públicos portugueses é possível consultar um significativo acervo sobre os chamados “retornados”. Contudo, é muito frequente que as diversas origens e trajetórias desses indivíduos não sejam sequer mencionadas nos documentos que serviram de registro, principalmente dos aspectos materiais, dos processos de (re)inserção desses “portugueses” na antiga metrópole colonial. Diante dessa homogeneização, bem como da escassez de documentos que aportassem informações de caráter qualitativo sobre angolanos e angolanas de ascendência portuguesa que buscaram refúgio em Portugal durante a fase de transição para a independência de Angola, a consulta aos arquivos portugueses não foi de grande utilidade para os objetivos propostos nesta tese.

Convém esclarecer que não estabeleci nenhuma hierarquia entre os diferentes métodos de trabalho supracitados. Antes, pelo contrário, encarei-os como complementares entre si por acreditar que o contato com a Literatura, o debate político popularizado pelos meios de comunicação em Angola e Portugal, distintas versões da História e também com a diversidade de leituras sobre a atual conjuntura à luz do passado presente nos relatos de memória de angolanos, angolanas, portuguesas e portugueses possibilitariam o necessário processo de desaprendizagem de uma versão hegemônica da História. Exercício que demonstrou ser fundamental ao servir como uma espécie de chave de acesso capaz de me abrir os caminhos da experimentação de uma forma mais sofisticada de análise da complexa realidade dos/as angolanos/as de ascendência portuguesa, mas também dos/as portugueses/as naturais de Angola. Entre estes últimos destaco aqueles que, atualmente, estão a reivindicar o direito à nacionalidade angolana.

Ao relacionar as várias estratégias metodológicas de produção de conhecimento supracitadas procurei potencializar as suas (e também as minhas) capacidades para (re)criar outras perspectivas sobre a sociedade angolana enfatizando outros pontos de vista e lugares de encontro e/ou desencontro na colonialidade e na pós-colonialidade. O objetivo nunca foi transformar minha interpretação numa nova meta-narrativa totalitária, mas sim contribuir com os esforços que tem sido feitos por outros intelectuais comprometidos com a transformação das relações injustas e desiguais existentes no mundo tal como ele é hoje, bem como com a transformação radical das estruturas geradoras da opressão, da desigualdade e da injustiça. Como o sociólogo moçambicano Elísio Macamo, por exemplo, para quem

só parece fazer sentido pensar as ciências sociais em África como um empreendimento interdisciplinar, uma vez que a fragmentação do nosso conhecimento sobre África – em função de disciplinas sistemáticas como a sociologia, antropologia, história, economia e ciência política – não parece ter conduzido a um melhor conhecimento sobre o nosso continente (2012: 69).

Macamo instiga aqueles que se interessam pela recuperação do continente africano a partir do conhecimento a começar por

duvidar da utilidade do olhar fragmentado que as ciências sociais lançam ao objeto. Esse olhar fragmentado fragmenta o objeto, desarticula a História do lugar onde ela ocorre, da qualidade de relações sociais que a nutrem, das motivações que a movem. Enfim, precisamos de uma visão de conjunto que nos permita recuperar África como o todo que ela é ou devia ser (idem, *ibidem*: 72).

Foi justamente buscando construir uma visão de conjunto que me permitisse conhecer melhor a realidade angolana que adotei as estratégias metodológicas que passo a detalhar.

2.2.1. Notas sobre o processo de revisão bibliográfica e a relevância de uma obra de ficção para a compreensão da realidade de Angola e de alguns dos sujeitos que foram objeto deste estudo:

Ao iniciar a investigação que deu origem à elaboração desta tese de doutoramento procurei identificar e/ou construir interfaces entre vários trabalhos já produzidos na grande área das Ciências Humanas e Sociais, mas principalmente nos campos da História, da Memória e da Literatura, quer sobre a conjuntura política, social e econômica de Angola, quer também de Portugal. Este esforço visava alcançar um melhor aproveitamento da polifonia de contribuições presentes tanto nas obras consultadas como nas outras fontes analisadas para a compreensão do contexto em que ocorreram, e/ou ainda ocorrem, as experiências de (re)inserção social dos angolanos e angolanas de ascendência portuguesa.

Num artigo publicado mais de duas décadas depois do fim da presença política colonial portuguesa em Angola, a historiadora angolana Maria da Conceição Neto chamava a atenção sobre a latência da ideologia do projeto colonial, ao realçar que

o discurso colonial foi tão insistente, nos meios acadêmicos, na imprensa, na literatura, nas pregações religiosas, nos manuais escolares, na adulteração da História, nos lugares-comuns, que ainda hoje se projecta nas afirmações de muitos ex-colonizadores e ex-colonizados (Neto, 1997: 328).

Considerando que esta observação permanece válida na atualidade e inspirada pelas reflexões de Aníbal Quijano (2009), sobre as persistentes manifestações da colonialidade do poder, do saber e do ser nas diferentes sociedades marcadas pela experiência colonial, procurei testar a validade das seguintes hipóteses-guia:

a) os (re)ajustamentos identitários acionados por angolanas e angolanos de ascendência portuguesa na pós-colonialidade continuam a ser influenciados por reminiscências do discurso colonial português;

b) ‘a ideia da raça’ (e as situações de discriminação racial que lhe estão associadas) enquanto uma rede de dominação herdada do colonialismo continua a formatar o imaginário construído por angolanos e portugueses sobre si mesmos e sobre os outros de si mesmos, isto é, sobre os antigos colonizadores e colonizados.

Entendendo que o presente é informado pelo passado, na tentativa de compreender os processos de (re)inserção social vivenciados por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa a partir do fim da experiência colonial, concentrei meu exercício analítico na observação de seus relatos de memória em contraponto com o discurso histórico oficial, mas também com uma representação literária deste fenômeno.

Observando a realidade portuguesa, Bethencourt chama a atenção para o

caráter estruturalmente conservador da historiografia, mesmo quando se quer livre, crítica e progressista, pois está de tal maneira envolvida nos processos de elaboração da memória coletiva e da identidade nacional que não se apercebe sequer dos pressupostos do ofício e ainda menos dos efeitos perversos das divisões universitárias. Neste jogo de estudos compartimentados e rotineiros, reproduzidos num ambiente de bibliotecas universitárias de uma pobreza confrangedora, entorpecidos por querelas individuais e de grupo sem qualquer interesse intelectual, a historiografia é o parente pobre do movimento criativo da desconstrução da memória imperial que detectamos na literatura e na arte (2003: 81).

A meu ver a realidade angolana não destoa muito da descrição supracitada considerando que a Literatura tem se destacado como um espaço privilegiado de (re)construção de uma memória descolonial que denuncia e critica os efeitos da colonialidade do saber, do poder e do ser na sociedade angolana enquanto, de modo geral, a produção historiográfica sobre Angola continua muito marcada pela versão dos

“vencedores”.³³ Soma-se a isto o fato de que em Angola, assim como acontece em Portugal e também em outros países, a Literatura tem sido um canal recorrentemente utilizado para retratar situações traumáticas e questões sociopolíticas delicadas que tanto políticos, como historiadores e sociólogos têm dificuldades para abordar. Por isso, além de pautar a elaboração de cada um dos capítulos deste trabalho na manutenção de um diálogo permanente com um significativo número de obras pré-existentes, sempre que estas abordavam questões diretamente ou tangencialmente relacionadas com a complexidade do(s) processo(s) de (re)construção da(s) identidade(s) angolana(s), pareceu-me de extrema relevância incluir pelo menos uma sessão onde ficasse contemplada também a importante contribuição acrescentada por uma obra literária para uma melhor compreensão do fenômeno social que elegi como objeto de estudo. A seguir apresento a obra em questão aproveitando para acrescentar algumas justificativas para a relevância de sua presença neste trabalho.

No romance *A casa do rio*, publicado em 2007, Manuel Rui³⁴ coloca sua ficção a serviço de uma reflexão sobre as heranças coloniais, sobretudo no que diz respeito às fraturas abissais abertas pelo racismo e pelo epistemicídio, que ainda marcam os discursos que dão forma a uma consciência nacional angolana com pretensões hegemônicas. Ao apresentar uma proposta ficcional que estimula o leitor a pensar o real interrogando os conceitos de identidade nacional e angolanidade arraigados no imaginário sociopolítico angolano, esta produção literária contribui para a desmontagem de significações sistematicamente inculcadas pelos aparelhos de comunicação do Estado, sobretudo no que se refere às narrativas que alimentam uma ideia de Angola e da angolanidade que

³³ Esse tema é tratado em detalhe na última seção do primeiro capítulo desta tese. Entretanto, os trabalhos precursores de Christine Messiant (2000; 2008a; 2008b), Jean-Michel Mabeko Tali (2001a; 2001b) e mais recentemente, de Fidel Reis (2010) e Lara Pawson (2014) merecem destaque por contrariar vivamente essa lógica pautando-se em profundos exercícios de questionamento dos discursos canônicos e oficiais produzidos sobre a história política contemporânea de Angola.

³⁴ Manuel Rui Alves Monteiro nasceu na cidade do Huambo em 1941. Nesta cidade fez os estudos primários e secundários, seguindo depois para Portugal, onde estudou Direito na Universidade de Coimbra, terminando o curso em 1969. Enquanto estudante foi ativista cultural da Casa dos Estudantes do Império (CEI) e participou em acontecimentos literários e políticos, pelo que chegou a estar detido por dois meses. Exerceu a advocacia em Coimbra e Viseu até que, em 1974, regressou a Angola, onde foi Diretor Geral da Informação e Ministro da Informação no Governo de Transição. Após a independência ocupou diversos cargos, destacando-se o de Procurador Popular no Tribunal Revolucionário, Diretor da Faculdade de Letras do Lubango e do Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Foi também professor universitário e jurista. Poeta, contista, ensaísta, crítico, escreve com frequência comentários críticos para jornais e revistas angolanas. Além de vários romances, tem alguns livros de literatura infantil publicados. É o autor do Hino Nacional e de vários poemas que integram o cancioneiro angolano (cf. União dos Escritores Angolanos, s./d.a).

resultaram na formação de uma espécie de “hiperidentidade” nacional homogeneizadora e, portanto, sintomaticamente excludente, cujas sequelas Manuel Rui expõe e problematiza ao longo do romance.

A casa do rio retrata as transformações que o fim da experiência colonial portuguesa deflagaram em Angola e que o processo de reconstrução nacional iniciado depois do fim da guerra civil que acompanhou a consolidação da independência aprofundaram. Transformações que abalaram radicalmente a noção que os angolanos de ascendência portuguesa mantinham de si mesmos, obrigando-os a um exercício de reconstrução identitária, ou seja, ao confronto com o outro de si mesmos. Os personagens centrais do romance são indivíduos comuns, membros de uma família mestiça que fizeram opções distintas na altura da transição para a independência: um primo fugiu com a mulher e os dois filhos para Portugal; o outro ficou em Angola e integrou as FAPLA³⁵ combatendo ao lado daqueles que saíram vencedores da guerra civil. O romance enfatiza o “desretorno” (Rui, 2007) do primo que na ex-metrópole foi chamado de ‘retornado’ e a sua profunda identificação com o interior de Angola, lugar a que sempre havia julgado pertencer, apesar da ascendência portuguesa.

Enxergando nesta obra literária uma perspectiva que desafia o senso comum, bem como alguns aspectos de pretensas verdades oficiais sobre Angola e a comunidade formada ou imaginada por angolanos e angolanas, nomeadamente no que se refere à sensível questão dos indivíduos marcados pela ascendência portuguesa, considereei pertinente explorar a sofisticada componente crítica com que Manuel Rui dá a ver as dificuldades existentes em Angola para garantir o respeito e a preservação dos laços multiculturais característicos de sua sociedade.

2.2.2. Notas sobre a relevância da história oral:

No que diz respeito às relações entre História e Memória, também tanto em Angola como em Portugal, o Estado ainda é um dos principais agentes promotores da memória social.³⁶ Através da difusão de certos rituais comemorativos e manuais educativos, o

³⁵ Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, braço armado do MPLA que deu origem ao exército de Angola independente.

³⁶ Processos através dos quais o conhecimento e a consciência do passado são gerados e mantidos numa dada sociedade. Em todas as sociedades as comemorações de acontecimentos importantes, como revoluções, por exemplo, ajudam a moldar a identidade coletiva. Enquanto disciplina que procura expandir o conhecimento

Estado reproduz uma versão, oficial, dos eventos históricos que ele mesmo define como fundamentais para afirmar a unidade e a continuidade da comunidade nacional moldando as relações sociais, as atitudes políticas e até os valores morais e culturais dos cidadãos. No entanto, essa versão oficial da História, alimentada por uma memória social difundida pelo Estado, apesar de ser apresentada como um discurso hegemônico, nunca é única. Frequentemente o que é fixado, por escrito, nessa (e em muitas outras) narrativas históricas é uma versão, uma representação particular sobre uma sequência de eventos passados que foram “realmente” vividos e/ou imaginados, bem como são interpretados e/ou lembrados por cada indivíduo, enquanto ator social envolvido e/ou interessado nesses acontecimentos, à sua maneira. Muitas vezes essas múltiplas possibilidades de leituras históricas dão lugar à disputas sobre os significados do passado que, segundo Mihaela Mihael (2012), são características de conjunturas políticas pretensamente democráticas. Como enfatiza essa autora,

há, naturalmente, uma inevitável dimensão interpretativa na memória social. No entanto, para que as comunidades possam aprender com as vitórias passadas – e especialmente com os erros do passado –, os debates democráticos têm de filtrar as visões flagrantemente distorcidas do passado, que servem interesses de poder no presente. O que os atores políticos omitem é tão importante como o que eles relembram aos cidadãos. Uma vez que a memória é maleável à interpretação e à manipulação política, a crítica social deve prestar especial atenção à forma como aquela é invocada nas atuais tomadas de decisão (Mihael, 2012: 143-144).

Memória e esquecimento têm sido utilizados como instrumentos de poder por governos diversos, sejam eles totalitários ou democráticos, com o objetivo de alcançar e/ou manter o controle político sobre forças antagônicas (Araújo e dos Santos, 2007: 100). Conscientes disto, alguns historiadores, principalmente aqueles que têm desenvolvido trabalhos no campo da história do tempo presente e da história oral,³⁷ mas não só,³⁸ têm se empenhado em construir, dentro da narrativa histórica, espaços de valorização da subjetividade, dos sentimentos e da experiência humana. Preocupação que se reflete tanto no esforço de resgatar memórias, experiências e vivências ocultadas e silenciadas; como na

do passado, as ‘macro-narrativas’ históricas contribuem para a construção e manutenção da memória social (cf. Mihael, 2012).

³⁷ Veja-se, entre outros, os trabalhos de Alessandro Portelli (1996) e Paul Thompson (1992).

³⁸ Haja vista a valiosa contribuição de Carlo Ginzburg (1989; 1991; 2006; 2007), que se dedica principalmente aos estudos renascentistas, para a construção de uma nova historiografia.

intenção de desvendar as sutis (ou mesmo veladas) relações de dominação por vezes impostas no próprio processo social de construção das memórias sobre determinados acontecimentos históricos. Como Maria Paula Meneses aponta,

sem dúvida que as entrevistas não só contêm o potencial para apresentar outras cosmovisões, como também constituem expressões de luta, de memória política, permitindo tornar visíveis áreas até agora obscurecidas pela força hegemónica das políticas de produção do saber (2008: 381).

A história oral, assim como a desafiante proposta epistemológica difundida pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2014, 2012a, 2009, 2008a, 2008b, entre outros), procura dar voz àqueles que não mereceram destaque nas narrativas hegemônicas ou nem sequer foram contemplados por seus sistemas de registro documental. Nesse sentido, busca promover a recuperação da história dos grupos em pequena escala a partir da recolha de relatos construídos ao longo das trajetórias pessoais de cada indivíduo. Esses relatos, embora parciais, apresentam um grau de profundidade e contornos morais ligados à subjetividade que, de modo geral, acabam por escapar às demais análises. Daí a sua relevância para a compreensão do passado, mas também do presente.

Inspirada por essa proposta epistêmica e metodológica, para além de analisar várias publicações baseadas em testemunhos e memórias de diversos atores sociais envolvidos no processo de luta de libertação nacional e transição para a independência de Angola, também recolhi informações fundamentais a partir da realização de entrevistas optando por procurar dar voz as “memórias subterrâneas” (Pollack, 1989) e “facilitar a emergência e a auto-apresentação de conhecimentos outros” (Santos, 2008b: 16) não só para contribuir com os esforços feitos por outros pesquisadores para elaborar versões científicas que permitam um entendimento mais amplo e inclusivo do passado angolano, mas para ir além disso. Pois, como ensina Boaventura de Sousa Santos,

há muitos modos de conhecer o mundo e o conhecimento científico é um entre outros; por mais importante que seja, o conhecimento científico é um conhecimento limitado e não pode superar os seus limites com recurso exclusivo aos seus métodos; o privilégio epistemológico concedido ao conhecimento científico nos últimos duzentos anos foi motivado pelo objectivo de transformar a ciência numa força produtiva do desenvolvimento capitalista e contribuir para a paz social; por sua vez, as forças políticas que nos dois últimos séculos lutaram contra o capitalismo viram igualmente na ciência – ainda que frequentemente numa ciência alternativa (a crítica da economia política) – um instrumento progressista; nas últimas décadas, tornou-se evidente, por um lado, que as promessas progressistas da ciência não foram cumpridas e, por outro, que a supressão ou marginalização dos conhecimentos não científicos redundou num desperdício de experiências e actores sociais que, se reconhecidos, podiam

ter fortalecido os caminhos da emancipação social; o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos não científicos, tornará possível uma compreensão mais ampla do mundo e uma complementaridade entre conhecimentos científicos e não científicos na tarefa de reinventar a emancipação social (Santos, 2008b:15).

Por isso, optei por incluir, ao longo desta tese, alguns exemplos concretos de análises e interpretações das permanências e transformações das realidades sociais angolana e portuguesa produzidos pelos interlocutores que aceitaram partilhar comigo suas experiências, seus saberes práticos, ou seja, os conhecimentos emergentes de suas práticas sociais. Essas análises e interpretações foram produzidas em diálogo com o processo de construção de meu conhecimento científico, sendo, a meu ver, impossível distinguir se fui eu que selecionei os interlocutores ou se, pelo contrário, foram eles que me selecionaram, dada a confiança que depositaram em mim. Devo admitir que, a partir do estabelecimento de uma relação de confiança mútua, em determinados momentos, alguns deles foram inclusive capazes de, em certa medida, manobrar minha interferência no campo e me transformar muito mais numa ouvinte/aprendiz, do que na cientista social/ entrevistadora que eu pretendia ser. Além disso, a interseção entre os conhecimentos produzidos por meus interlocutores e o meu conhecimento científico fica evidente no trabalho de conversão destes conhecimentos transmitidos oralmente em conhecimento escrito.

Michel Pollack define a construção do depoimento oral como um resumo condensado de uma história social individual e afirma que “através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros” (1989: 11). Narrativas memoriais resultam sempre de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isso é, dos processos que constituem, a cada momento a identidade de cada um/a.

Segundo Philippe Joutard (2006), a construção de identidades é uma das temáticas recorrentemente abordadas por uma história oral antropológica voltada para questões que se acham presentes nas diversas experiências nacionais. Essa história oral afim da antropologia caracteriza-se por: evidenciar as relações que o passado mantém com o presente; valorizar a subjetividade; pretender ser uma ‘história alternativa’, democrática, em oposição e contra visão das classes dominantes, uma história que dá voz aos ‘vencidos’ (Revelli *apud* Joutard, 2006: 52); e encarar a memória como “produtora de representações e reveladora das mentalidades” (Clemente *apud* Joutard, 2006: 53).

Para Henry Rousso (2006) a memória corresponde a uma reconstrução psíquica e intelectual, logo, subjetiva, que acarreta uma representação seletiva do passado do indivíduo inserido em seu contexto (familiar, social, espaço-temporal, etc.); toda memória é, por definição, ‘coletiva’ e representa um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Quando constrói um depoimento oral o indivíduo é levado a fazer uma reflexão sobre a própria utilidade de transmitir seu passado; a divulgação da memória, bem como os silêncios sobre si mesmo são mediados pelas possibilidades de comunicação, tendo em vista que mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável do contexto social, da organização da vida. Alberti (2006: 167) enfatiza que, o trabalho com a história oral pode mostrar como a constituição da memória é objeto de contínua negociação e ajudar a identificar as disputas em torno das memórias que prevalecem em um grupo, em uma comunidade, ou até em uma nação, dando assim uma importante contribuição para se compreender esse mesmo grupo, ou a sociedade como um todo.

Além dessas referências, que podem ser consideradas clássicas ou cânones da história oral, as reflexões de Philippe Denis (2008) sobre o potencial da história oral para ajudar os sul-africanos a lidar com suas memórias do passado e construir juntos um novo senso de identidade também serviram como um importante contributo para a elaboração desta tese. De acordo com esse intelectual “num país ainda ferido por um legado de discriminação racial, a recuperação das memórias orais é uma tarefa urgente”³⁹ (Denis, 2008: 16). Na África do Sul esse foi um dos principais propósitos que levaram à instauração da Comissão de Verdade e Reconciliação, o maior esforço de memória coletiva experimentado naquele país e possivelmente no mundo, com o objetivo de cicatrizar as feridas do passado através da recuperação das memórias. Segundo Denis (2008: 10), o efeito do ato de lembrar sobre a pessoa que lembra estaria no centro desse processo.

Ciente de que a história oral é eminentemente contextual⁴⁰ e por identificar algumas semelhanças entre o contexto angolano e o sul-africano, nomeadamente o fato de serem sociedades africanas fraturadas por legados de discriminação racial herdados do

³⁹ Tradução livre da autora. No original: *In a country still wounded by a legacy of racial discrimination, the retrieving of oral memories is a task more urgent than ever.* (Denis, 2008: 16).

⁴⁰ Não só porque as questões levantadas durante as entrevistas variam de país para país, mas também porque variam as interações que têm lugar durante essas entrevistas e a maneira pela qual as comunidades envolvidas dão sentido às memórias recolhidas (cf. Denis, 2008: 1).

colonialismo, recorri à opção de investir na “oratura”,⁴¹ enquanto uma abordagem epistêmica e metodológica mais propícia para explorar não só o conteúdo dos relatos de memória recolhidos através de entrevistas formais e conversas informais, mas também os efeitos do ato de lembrar sobre as pessoas que lembram. Ou seja, as *performances* associadas às situações de transmissão de conhecimentos através desses relatos orais que pude vivenciar⁴² durante a realização do trabalho de campo.

Cabe esclarecer que minha opção por utilizar a “oratura” para desenvolver o trabalho de recuperação das memórias orais dos/as angolanos/as de ascendência portuguesa partiu da observação da chamada de atenção feita por Denis para o fato de que as obras de referência que inspiraram gerações de praticantes da história oral ao redor do mundo – como as citadas anteriormente – foram escritas para uma audiência ocidental e, por isso, muitas vezes “não respondem a todas as questões levantadas por estudantes, ativistas comunitários e ‘trabalhadores da herança’ quando coletam, se envolvem com e refletem sobre testemunhos orais na África do Sul” (2008: 1).⁴³ Foram diversas as experiências em campo que me ajudaram a comprovar, na prática, que o mesmo era válido para o contexto angolano.

Foi buscando respostas para questões que as referências clássicas sobre história oral não abordavam que cheguei às reflexões de Ngũgĩ Wa Thiong'o (2007) sobre a “oratura” e sua íntima relação com a *performance*. Para esse intelectual a “oratura” atinge sua plenitude na *performance* (Thiong'o, 2007: 7) e é através desta última que negociamos grande parte da nossa relação com a realidade, mesmo no dia a dia. Além disso, muitas

⁴¹ Termo cunhado pelo linguista ugandês Pio Zirimu na década de 1970 para contrariar a tendência de ver as artes comunicadas oralmente e recebidas foneticamente como estando num grau inferior, ou um degrau mais baixo, no desenvolvimento linear da literatura (cf. Thiong'o, 2007: 4). De acordo com Ngũgĩ Wa Thiong'o (idem), Zirimu definia a oratura como o uso da expressão oral como um meio de expressão estética. No final da década de 1980, Pitika Ntuli, escultor, poeta e contador de histórias sul-africano, declarou: “*Orature is more than the fusion of all art forms. It is the conception and reality of a total view of life. It is the capsule of feeling, thinking, imagination, taste and hearing. It is the flow of a creative spirit*” (Ntuli, 1988: 215 *apud* Thiong'o, 2007: 5). Entretanto, foi a partir da interpretação de Thiong'o (2007), que olha para a oratura à luz da presença onipresente da *performance*, que percebi a pertinência de adotar essa abordagem.

⁴² A *performance* envolve o ator e o público/ a audiência, na “oratura” é frequente que a audiência seja participativa (cf. Thiong'o, 2007: 7).

⁴³ Tradução livre da autora. No original: *Textbooks such as Paul Thompson's 'The Voice of the Past' or Donald Ritchie's 'Doing Oral History' inspired generations of oral history practitioners around the world, but because they are written for a Western audience, they do not answer all the questions asked by students, community activists and heritage workers when they collect, engage with and reflect upon oral testimonies in South Africa.* (Denis, 2008: 1).

vezes é através da *performance* que aspectos aparentemente invisíveis da realidade tornam-se visíveis (Thiong'o, 2007: 4).

Pelo acima exposto, foi principalmente a partir da análise das experiências de “oratura” proporcionadas pela realização do trabalho de campo que procurei (re)constituir, ao longo desta tese, algumas das várias versões da história do processo de construção de uma ideia de angolanidade e/ou de uma ideia de portugalidade em tempos pós-coloniais, segundo as representações produzidas por atores sociais que vivenciaram contextos e situações relacionados a esses processos. Isso foi feito tendo sempre em perspectiva que as narrativas memoriais podem apresentar-se de diferentes maneiras conforme o contexto histórico-social e o lugar de enunciação de cada narrador. Ou seja, tais narrativas estão sujeitas a múltiplos e sucessivos rearranjos e constituem-se em contraposição a outras narrativas. Ao adotar essa metodologia procurei explorar a clivagem entre a memória oficial dominante e “memórias subterrâneas”, marcadas pelo silêncio, pelo não dito, pelo ressentimento. Clivagem que, como destacam Araújo e dos Santos, “pode aparecer não apenas nas relações entre um Estado dominador e a sociedade civil, como também entre a sociedade englobante e grupos minoritários” (2007: 104). Dessa forma busquei identificar em que medida as lembranças silenciadas dos angolanos e angolanas de ascendência portuguesa opõem-se ou, pelo contrário, corroboram a mais poderosa das memórias coletivas: a memória nacional.

Gostaria ainda de enfatizar que ao analisar, interpretar e situar historicamente os depoimentos e evidências orais colhidos a partir de conversas informais⁴⁴ e entrevistas com os atores sociais envolvidos – quer por inclusão quer por exclusão – nos processos de identificação que servem de base para a construção de uma ideia de angolanidade e/ou de

⁴⁴ Situações em que, muitas vezes, “a competência informativa da informação era secundária em relação à competência interrelacional (a relação de confiança e de amizade) de que era apenas um sinal eloquente” (Santos, 2014: 243). Geralmente essas situações tiveram lugar nas ocasiões em que, seguindo os ensinamentos de Boaventura de Sousa Santos, transgredi a postura de neutralidade ou distanciamento científico que deveria envergar enquanto investigadora de acordo com a maior parte da literatura sobre metodologia sociológica que divulga técnicas para evitar a indução de respostas esquecendo a origem primordial dessa indução: “a própria pessoa do cientista social enquanto estereótipo vivo que configura e reproduz um horizonte de expectativas” (Santos, 2014: 179). Ao expor minhas opiniões e impressões enquanto dialogava com meus interlocutores respeitando os seus conhecimentos e deixando-me envolver pela realidade social analisada, ao invés de tentar neutralizá-la, ultrapassando assim os muros que deveriam separar o mundo da ciência do mundo da vida, obtive acesso à informações que ninguém daria a um/a cientista social estereotipado/a. Ou seja, muitos dos “dados” apresentados ao longo desta tese de fato emergiram daquilo que Santos definiu como “uma experiência total, irreduzível à mera recolha de informação” (2014: 369; 371) no relato sobre o trabalho de campo que deu origem à sua própria tese de doutoramento.

uma ideia de portugalidade, considerei as fontes orais em si mesmas e não só como um mero apoio factual ou como ilustrações qualitativas. Ou seja, as fontes orais tiveram um papel medular para a construção da percepção, no tempo e no espaço, das várias experiências e trajetórias dos atores sociais que foram objeto de minha pesquisa tendo em conta que, interpretar trajetórias “significa acompanhar o desenrolar histórico de grupos sociais concretos em um espaço social definido por esses mesmos grupos em suas batalhas pela definição dos limites e da legitimidade dentro do campo em que se inserem” (Montagner, 2007: 257).

Para testar a hipótese de que o fato de ter nascido em Angola, ou lá ter vivido por muitos anos, nomeadamente se esta vivência inclui a fase correspondente à primeira infância (antes dos cinco anos de idade), influencia as percepções dos angolanos e angolanas de ascendência portuguesa não só sobre si mesmos, mas também sobre Angola e Portugal; o processo de independência e a ideia de angolanidade, procurei fazer entrevistas e/ou conversar com:

- a) descendentes de portugueses que nasceram em Angola ou lá viveram desde a primeira infância, mas deixaram o país na fase de transição para a independência, seja porque, na altura, eram menores de idade e foram obrigados a acompanhar os pais, ou porque, sendo maiores de idade, optaram por fugir da guerra civil;
- b) angolanos de ascendência portuguesa, fenotipicamente classificáveis como brancos ou mulatos, que permaneceram em Angola após a independência.

Finalmente, acabei por recolher também alguns depoimentos de indivíduos portugueses, isto é, portadores apenas de documentos de identificação que registram a nacionalidade portuguesa, radicados em Angola há muitos anos. Estas experiências foram cruciais, pois ajudaram a comprovar a relevância de descodificar as percepções identitárias para além da(s) nacionalidade(s) fixada(s) nos documentos que servem como registros de cidadania nos dias atuais para alcançar uma compreensão mais ampla dos diferentes modos de ser e estar no mundo.

2.2.3. Notas sobre a construção do campo de investigação e sobre as experiências de observação direta intensiva:

Como as perspectivas apresentadas ao longo desta tese de doutoramento partem do campo de pesquisa que construí, cabe apresentar aos leitores os pilares dessa construção que acabam por serem os mesmos que sustentam a própria tese em si.

Ceguei a Coimbra no princípio do outono de 2009, poucos dias antes do início da parte letiva do programa de doutoramento que teria lugar na Faculdade de Economia da Universidade dessa cidade. Os primeiros meses foram de encantamento com as transformações da paisagem, mas à medida que o inverno se aproximava meu corpo rapidamente demonstrou sinais de inadaptação ao frio. Fenômeno que só compreendi depois de uma consulta médica apavorante. Sentindo uma forte comichão nas juntas dos dedos das mãos que também estavam inchadas e avermelhadas, procurei atendimento médico acreditando estar passando por algum tipo de reação alérgica. Depois de escutar minha descrição dos sintomas e observar minhas mãos o clínico geral perguntou de que região do Brasil eu vinha. Quando expliquei que vinha do Rio de Janeiro, e que tinha chegado há um par de meses em Coimbra, o médico disse com ar de enfado: “– Pois, vocês vêm lá do calor, pá, chegam aqui..., isso é normal, é do frio.” Saí do consultório com um pedido de análise sanguínea para verificar a possibilidade de ser um caso de reumatismo (!), a receita de uma pomada e a recomendação de massagear os dedos pelo menos duas vezes ao dia e usar luvas para manter as mãos aquecidas.

Assustada pela ideia de estar vivendo uma crise de reumatismo, coisa que até então eu achava que só acometia aos idosos, tratei de ir fazer a análise sanguínea o mais rapidamente possível. No laboratório de análises clínicas fui atendida por Lídia,⁴⁵ uma técnica muito atenciosa e simpática. A sua boa disposição e amabilidade despertaram a minha atenção, pois contrastavam bastante do tipo de tratamento que vinha recebendo por parte dos portugueses e portuguesas em geral. De fato, nessa altura o “mau feitio” da população local já era tema comum nas conversas com os colegas da turma de

⁴⁵ Trata-se de um pseudônimo escolhido aleatoriamente por mim. Cabe esclarecer desde já que, à exceção de Adolfo Maria, *persona* pública objeto e autor de livros sobre a história política contemporânea de Angola – veja-se Pimenta (2006a) e Maria (2014), devido aos temas sensíveis e por vezes íntimos abordados nas entrevistas e conversas informais realizadas no âmbito da investigação que deu origem a esta tese de doutoramento, recorri ao uso de pseudônimos para resguardar a identidade de todas as outras pessoas entrevistadas e também daquelas que, por livre vontade, assumiram o importante papel de informantes e/ou intermediários facilitadores quer da minha entrada no campo de investigação em Angola como das articulações para a realização da maioria das entrevistas.

doutoramento, majoritariamente brasileiros. Todos avaliávamos que os primeiros contatos com os locais não vinham sendo exatamente muito amistosos.

E, de repente, encontrei uma portuguesa que me sorria. Não um sorriso trocista, ou de pena, mas sim de cumplicidade. Estranhei. Sentia-me vulnerável e não queria compartilhar isso com uma desconhecida. Tentei fechar-me em copas, mas ela derrubou o meu castelo de cartas ao segurar as minhas mãos geladas entre as suas quentinhas e dizer: “– *Eh, que chatice, pá! Apanharam-te as frieiras, não foi? Também aconteceu-me a mim quando cheguei de lá. Que eu também sou d’África, sou d’Angola. De que parte d’África a menina é, d’Angola ou Cabo Verde?*” Devolvi o sorriso cúmplice. Lídia aparentava ter entre 40 e 50 anos e, apesar da pele branquinha e do sotaque conimbricense, afirmava ser “d’Angola”. Foi Lídia quem me abriu pela primeira vez a porta do campo. Expliquei que era do Rio de Janeiro e que tinha vindo para Coimbra estudar justamente a história dos antigos colonos de Angola,⁴⁶ queria entender o que tinha acontecido com essas pessoas depois da independência. “–*Vimos embora porque as coisas ficaram muito feias lá, que remédio? Mas aqui também foi difícil. No início foi tudo muito mau.*” Desabafou Lídia.

A coleta de sangue durou menos de cinco minutos, mas como não havia mais pacientes ficamos conversando por algum tempo. Quer dizer, ela falava, eu ouvia. Sua narrativa não diferia muito de tudo o que eu já tinha lido sobre os “retornados”. Confesso que, regra geral, o enredo baseado em lamentações por tudo o que “lá [no tempo-espaço colonial] tinham, mas que foram obrigados a abandonar” adotado pela maioria dos chamados “retornados” me enfadava. Não era isso o que eu queria ouvir. Essa versão da história eu já conhecia. O que eu queria era descobrir se havia discursos dissonantes desse chororô. O discurso era chato, mas Lídia tinha sido muito “gente boa” comigo, então eu escutava atentamente tentando perceber algum indício que verdadeiramente valesse a pena explorar. Contudo, Lídia não contou nada mais do que o mesmo. Entretanto, apareceram mais pacientes e nossa conversa terminou quase tão inesperadamente como tinha começado. Perguntei-lhe se podia ficar com um contato para agendar uma futura

⁴⁶ Inicialmente pretendia investigar as estratégias de reinserção social acionadas pelos brancos de Angola, ou seja, os antigos colonos, depois da independência. Agradeço a Maria Paula Meneses a recomendação para sofisticar minha leitura sobre as relações estabelecidas entre colonizadores e colonizados durante a vigência da dominação colonial portuguesa em território angolano. Exercício que me levou a ampliar o foco de minha investigação que passou a abranger qualquer pessoa que se identificasse como angolana sem desvalorizar ou negar a ascendência portuguesa, independentemente de suas características fenotípicas e do seu local de residência atual.

entrevista. Ela respondeu que estava sempre ali, quando eu quisesse bastaria passar pelo laboratório e marcaríamos algo. Voltei ao laboratório para buscar o resultado da análise, negativo para a suspeita de reumatismo. Lídia não estava. Infelizmente, nunca mais a encontrei.

Naquela altura, como eu mal tinha começado a parte letiva do doutoramento, achei que a minha falta de jeito para explorar aquela primeira porta de entrada no campo em Portugal podia ser um sinal de que era cedo demais para me aprofundar na pesquisa empírica.⁴⁷ Só com o passar dos anos, depois de consolidar várias relações de amizade com portugueses e portuguesas é que me dei conta de que, vivendo em Portugal, consciente ou inconscientemente, eu estava invariavelmente imersa no campo. Paulatinamente, fui descobrindo que vinha travando contato com sujeitos-objeto da minha pesquisa nas situações mais corriqueiras da vida: taxistas mais falantes me contavam como a vida era melhor em África; em outros transportes públicos passageiros/as, em geral mais velhos/as, interpretavam o meu sorriso habitual e a cor da minha pele como características “africanas” e aproveitavam para compartilhar memórias do tempo em que viviam “lá em África”; o dono do café da esquina vinha de Moçambique, o dono da loja de revistas que ficava ao lado de casa vinha de Angola, assim como a médica de família que me atendia no centro de saúde. Normalmente fiquei sabendo que essas pessoas vinham das antigas colônias de povoamento mantidas por Portugal em África depois de responder a pergunta: “– e o que é que a menina está a fazer cá em Coimbra?” Minha resposta costumava causar admiração e interesse, o que acabava dando lugar à identificação dessas pessoas com meu tema de pesquisa. Apesar disso, quando eu perguntava se poderíamos marcar um café para conversar mais sobre o tema, ou fazer uma entrevista, todos “desconversavam” e procuravam subterfúgios para não aceder ao pedido.

No dia 14 de abril de 2011 realizei minha primeira entrevista formal no âmbito da pesquisa para a elaboração desta tese de doutoramento. Passei uma tarde inteira a conversar com Adolfo Maria, antigo quadro do MPLA e destacado membro da diáspora angolana em Portugal, em sua residência, em Lisboa. Gravei nossa conversa com o

⁴⁷ Só mais tarde percebi o quanto estava equivocada, pois “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar. Esses momentos são arbitrários por definição e dependem, hoje que abandonamos as grandes travessias para ilhas isoladas e exóticas, da potencialidade de estranhamento, do insólito da experiência, da necessidade de examinar por que alguns eventos, vividos ou observados, nos surpreendem. E é assim que nos tornamos agentes na etnografia, não apenas como investigadores, mas nativos/etnógrafos” (Peirano, no prelo).

consentimento de Adolfo. O contato que permitiu a realização dessa entrevista aconteceu dias antes, durante um seminário realizado no CES-Lisboa. Quando expliquei os objetivos da pesquisa e solicitei a entrevista Adolfo Maria incentivou vivamente o desenvolvimento de meu trabalho e expressou uma grande disponibilidade para colaborar dando o seu testemunho sobre as fases da luta de libertação nacional e da consolidação da independência de Angola. Foi uma experiência bastante enriquecedora, mas, ao mesmo tempo, um bocado frustrante. Apesar da sua perspectiva crítica em relação à narrativa hegemônica difundida pelo MPLA partido-Estado, que domina a cena política angolana desde a independência, Adolfo Maria é um reconhecido ator sociopolítico, um personagem histórico cuja trajetória inspirou a publicação de dois livros.⁴⁸ Ou seja, sua narrativa, embora contra-hegemônica, já era reconhecida. Entretanto, minha intenção era que meu trabalho pudesse funcionar como uma espécie de caixa de ressonância capaz de difundir as micronarrativas das pessoas comuns, “anônimas”, cujas trajetórias tinham sido ignoradas ou subvalorizadas pelas macronarrativas sobre o processo de (des)colonização e a realidade pós-colonial de Angola e Portugal. Mas quando encontrava portugueses e portuguesas que admitiam ter vindo “d’África” e convidava-os a relatar suas histórias, tudo o que eu ouvia eram evasivas. Ruídos esparsos que indicavam a alta intensidade das memórias (traumáticas?) que preferiam manter em silêncio.

Apesar de estar consciente de que os silêncios também comunicam (Peirano, no prelo; Pollack, 1989), como o projeto inicial desta tese de doutoramento previa a observação de outros dois campos de investigação, um no Brasil e outro em Angola, mantinha a esperança de poder contribuir para a reescrita de uma parte importante da história contemporânea de Angola e Portugal a partir de um diálogo não só com o silêncio, mas também com outras vozes.

De acordo com o Embaixador Celso Amorim,⁴⁹ um “dos mais interessantes e importantes” momentos da história da política externa brasileira recente foi “o reconhecimento da independência angolana antes de qualquer outro país”, visto que “a intenção por trás do gesto era encerrar o histórico de ambiguidade quanto à manutenção do

⁴⁸ Pimenta (2006a) e Maria (2014).

⁴⁹ Exerceu o cargo de ministro de Relações Exteriores do Brasil por mais de oito anos (dois mandatos do governo Lula e mais um período no governo Itamar Franco).

regime colonial português e, dessa forma, iniciar um novo capítulo no relacionamento do Brasil com a África” (Amorim, 2009: 10).

Ainda em fins de 1974, Ovídio de Andrade e Melo foi convidado pelo Chanceler Antônio Azeredo da Silveira e por Ítalo Zappa, então Chefe do Departamento de África, Ásia e Oceania do Itamaraty,⁵⁰ para representar o Brasil junto ao Governo de Transição que conduziria Angola à independência. Ovídio permaneceu em Luanda durante quase todo o ano de 1975 preparando as instalações da futura representação diplomática permanente no país. Foi ele o representante brasileiro que esteve presente nas festividades que marcaram a declaração formal da independência de Angola, transmitindo assim aos novos líderes angolanos a mensagem de que o Brasil desejava estabelecer relações bilaterais imediatamente. Talvez por isso, grande parte do livro onde reuniu várias “recordações” de sua carreira diplomática seja dedicada às experiências relacionadas ao estabelecimento das relações entre Brasil e Angola em 1975. Segundo Ovídio, naquela altura

todas as partes em conflito, portugueses e angolanos, esperavam algo do Brasil. Apoio moral, apoio político, ajuda econômica, ou mesmo militar. Quando nada esperavam, queriam pelo menos um visto permanente às pressas, para escapar da guerra o quanto antes e emigrar para o Rio, já que Lisboa lhes parecia estar-se tornando “comunista”...

[...] foi com muita falta de pessoal, com recursos muito reduzidos, com riscos aumentados que tivemos de levar às costas a Representação Especial (uma incrível missão diplomática neutra, simultaneamente credenciada perante três movimentos políticos armados e absolutamente antagônicos) mais um Consulado que, quando se ativou, chegou a conceder cinco mil vistos permanentes por mês,⁵¹ talvez um recorde no Itamaraty de todos os tempos (Melo, 2009:121).

Mas o que aconteceu a estes portugueses e angolanos que entre 1975 e 1976 buscaram refúgio no Brasil? O que estas pessoas teriam a dizer sobre a fase de transição para a independência de Angola, sobre o papel desempenhado pelo Brasil neste processo histórico e sobre suas próprias vivências durante o processo de inserção social num novo país quase 40 anos depois? Buscando respostas para estes questionamentos fui fazer trabalho de campo no Brasil no período compreendido entre agosto e outubro de 2011. Como o relato de Ovídio de Andrade e Melo mencionava a cidade do Rio de Janeiro como um destino almejado por portugueses e angolanos que solicitavam vistos permanentes ao

⁵⁰ Nome pelo qual é conhecido o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

⁵¹ Sublinhados acrescentados pela autora.

consulado brasileiro em Luanda para fugir da guerra, acreditei que seria possível realizar nesta cidade um trabalho à semelhança do que já havia sido realizado por Zeila Demartini e Daniel Cunha (2008) e por Cláudia Cardoso (2008) no contexto da grande São Paulo.⁵²

Minha entrada no campo no Rio de Janeiro foi facilitada por Roberto, um amigo dos tempos de licenciatura e mestrado na Faculdade de História, que mobilizou a avó, D. Adelaide e a tia, Lia, para me contarem a trajetória de suas vidas em Angola e depois de deixarem esse país. Apesar de sermos amigos há alguns anos, eu não conhecia a família de Roberto nem sabia que eles tinham emigrado de Angola em decorrência do violento processo de consolidação da independência. Esta informação me foi revelada por Roberto quando num encontro casual trocávamos impressões sobre o andamento de nossos projetos de doutoramento. Agendamos então uma visita à casa de sua avó e sua tia, que aconteceu no dia 25 de setembro de 2011.

Roberto já havia introduzido o tema previamente, ou seja, elas esperavam a nossa visita e sabiam que eu estava interessada nas suas memórias sobre a saída de Angola. D. Adelaide foi quem nos recebeu e imediatamente tratou de se desculpar por já não lembrar de muita coisa. Realmente ela pouco falou depois de contar que tinha ido viver em Angola em 1953, depois de casar, mas que o marido (falecido) já vivia lá há muitos anos. Quando a filha, Lia, chegou, D. Adelaide praticamente não falou mais. Lia foi logo definindo a saída de Angola, em setembro de 1975, como uma perda de lugar: “*nós ficamos sem pátria*”, foi a expressão que utilizou. Na sequência, acrescentou: “*e o começo no Brasil foi muito difícil*”. Quando perguntei se poderia gravar nossa entrevista as duas demonstraram bastante desconforto, então optei por esquecer o gravador e tentar recuperar o clima de conversa informal estabelecido inicialmente.

Perguntei que nacionalidade tinham, Lia respondeu que tinham a nacionalidade portuguesa e que não queria se naturalizar brasileira porque não via necessidade de alterar

⁵² De modo geral, os estudos desenvolvidos por esses pesquisadores exploram as complexas vivências do deslocamento de indivíduos, portugueses e africanos, provenientes das antigas colônias portuguesas em África e da sua inserção no novo contexto paulista ou paulistano; os conflitos identitários que esse processo migratório e as novas vivências colocaram a esses imigrantes; além de identificar que tipos de laços foram mantidos com o contexto de origem. Demartini e Cunha buscaram “compreender como os imigrantes reconstruíram esse processo, que tem como referência três diferentes contextos, o metropolitano, o colonial e o pós-colonial” (2008: 123). Para tanto, utilizaram a metodologia da produção de “histórias de vida resumidas” (idem) para mapear as características e as clivagens internas dessas correntes migratórias de portugueses e africanos representadas por refugiados que, de acordo com a análise que apresentam, formam entre si subgrupos, estratificados em termos culturais, sociais, econômicos, políticos e ideológicos vindos para o Brasil em função dos processos históricos-políticos da descolonização e/ou da derrubada da ditadura salazarista.

as coisas. Por ela manteria a nacionalidade portuguesa com a naturalidade angolana, como consta na sua documentação. Perguntei se gostaria de ter a nacionalidade angolana. Ela não demonstrou o menor interesse, apesar do comentário feito por seu sobrinho Roberto, em tom de brincadeira, sobre a possibilidade de Angola vir a se transformar numa grande potência.

Quando perguntei se ela gostaria de voltar a Angola, Lia não demonstrou interesse, apesar de afirmar que o tempo em que viveu lá (desde o seu nascimento, em 1959, até um par de meses antes da independência, em 1975) foi um tempo bom. Em Angola a família morava no interior da província do Huambo, antiga Nova Lisboa. Foi interessante notar que Lia referiu-se ao lugar primeiro pelo nome atual “Huambo”, lembrando depois do antigo nome, mas enfatizou o nome angolano e mencionou apenas uma vez o fato de que antes a província teve um nome português. Perguntei se ela falava alguma língua local. Ela disse que não, que quando criança até usava uma palavra ou outra com as outras crianças de lá, mas que já não se lembrava de nada. Os pais tinham lojas de comércio em duas cidadezinhas, chamadas Sambo e Jamba. O pai ficava numa das cidades, administrando uma das lojas e a mãe com as crianças fazia o mesmo na outra cidade. Lia e os irmãos estudaram numa escola primária pública, na cidadezinha onde moravam com a mãe e continuaram os estudos em colégios internos particulares na cidade do Huambo.

Lia tinha 16 anos quando saiu de Angola, portanto, suas recordações sobre o “tempo bom” em que viveu lá são marcadas por descrições de episódios que remetem a uma infância e juventude felizes como o hábito de brincar o carnaval com fantasias confeccionadas pela mãe, frequentar os “*vários*” espaços de diversão existentes na cidade do Huambo, como “*o cinema, a estufa fria, a loja de modas York*”, e ainda, passar as férias em casa dos avós, em Portugal.

A família de Lia sempre manteve um contato muito próximo com os parentes que ficaram em Portugal. Essa manutenção dos laços familiares foi o que lhes valeu quando chegaram a antiga metrópole num dos vôos disponibilizados pelo governo português. Antes de emigrar para o Brasil, Lia e seus pais ficaram hospedados por seis meses na casa de parentes em Portugal enquanto seu noivo, também angolano, e um de seus irmãos, partiram logo para o Brasil em busca de emprego e de uma estabilidade mínima para que a família

pudesse recomeçar a vida no novo país. O irmão mais velho, funcionário da TAAG,⁵³ permaneceu em Angola até 1978-79, quando também emigrou para o Brasil, na companhia da mulher e do primeiro filho.

Eu queria entender porque o Brasil foi o destino escolhido pela família de Lia. Ela reconheceu que já havia uma afinidade anterior com o Brasil, pois consumiam música, moda, revistas e fotonovelas brasileiras em Angola. Além disso, tiveram as passagens pagas pelo governo português e, de acordo com sua percepção, era uma “*fase boa*” para chegar no Brasil porque “*o custo de vida era baixo*”. Chegaram com umas economias, “*porque não gastavam todo o subsídio dado por mês para a família pelo governo português porque já tinham a intenção de vir para o Brasil, e conseguiram comprar logo uma geladeira nova e foram ao mercado e compraram muitas coisas, muita comida com o que achavam ser pouco dinheiro. O escudo [antiga moeda portuguesa] na época era mais forte que o cruzeiro [antiga moeda brasileira]*”. Perguntei se, além disso, a família havia recebido algum tipo de subsídio ou apoio do governo brasileiro. Lia esclareceu que não haviam recebido nenhuma ajuda do governo brasileiro, apesar de não terem enfrentado dificuldades para conseguir os vistos de residência.

Pouco antes de terminar nossa conversa, perguntei se Lia mantinha contatos com amigas e/ou amigos dos tempos em que viveu em Angola e se, por acaso, algum desses amigos havia emigrado também para o Brasil ou para Portugal. Dessa forma tentei sondar a possibilidade de encontrar outras pessoas para entrevistar. Ela explicou que já tinha passado muito tempo, que cada um tinha ido para um lado e que, por isso, tinha perdido o contato com os amigos de infância/juventude. Resumindo, não sabia de ninguém mais que eu pudesse entrevistar.

Apesar de ter concordado em conversar comigo, percebi que o relato de Lia esteve marcado por um distanciamento em relação ao processo de (des)colonização de Angola, apesar desse ter sido o desencadeador de sua migração para o Brasil. Identificar-se e ser identificada como portuguesa, apesar de ser natural de Angola e viver no Brasil, não pareceu ser (ou ter sido) motivo de questionamentos na trajetória de Lia. O fato de ter nascido e passado a infância em Angola aparecia quase como um dado pitoresco em sua narrativa. Enquanto a identidade nacional que assumia era a portuguesa, a mesma que constava (desde sempre) nos seus documentos de identificação.

⁵³ Transportes Aéreos de Angola.

Esta postura distanciada em relação ao processo de (des)colonização de Angola seguiria um padrão entre os ex-colonos que emigraram para o Brasil na altura da independência? Para responder esta questão eu precisava realizar outras entrevistas. Como não tinha outros contatos, recorri aos jornais da época para tentar identificar a existência de algum programa ou centro de acolhida para estes imigrantes no Brasil. Julguei ter encontrado um indício importante quando me deparei com o artigo “MAEP já atendeu a mais de 500 portugueses e angolanos” (Jornal do Brasil, [24 de agosto] 1975: 10).

Segundo informava esta reportagem, MAEP era a sigla do Movimento de Apoio aos Emigrantes Portugueses criado pelo então presidente do ELOS Clube do Rio de Janeiro,⁵⁴ com o fim de prestar apoio moral e assistencial as pessoas que chegavam ao Brasil vindo de Portugal e/ou de suas colônias em África, territórios que avançavam a passos largos para a independência. Pelo o que foi possível depreender das informações contidas na referida reportagem o MAEP chegou a fazer uma espécie de cadastro desses emigrantes, o que serviria para ajudá-los a encontrar colocações profissionais condicentes com sua formação, por exemplo. Procurei então contatar a direção do ELOS Clube do Rio de Janeiro, esperando que esta entidade pudesse mediar meu encontro com possíveis entrevistados. Por telefone solicitei o agendamento de uma reunião para explicar o meu interesse pelo ELOS. A senhora que atendeu minha ligação sugeriu que primeiro eu entrasse em contato com a direção através de um *email*. Segui a recomendação,⁵⁵ mas nunca obtive nenhuma resposta.

Interpretei este silêncio como uma corroboração à versão “oficial” da história da (des)colonização, uma opção estratégica favorável à perpetuação da invisibilidade da história dos portugueses e angolanos que emigraram para o Brasil fugindo dos conturbados contextos políticos associados à queda do governo colonial fascista em Portugal e à consolidação da independência de Angola. Mas quem era eu para questionar o direito dessas pessoas ao “esquecimento”?

⁵⁴ “Entidade cultural, sem fins lucrativos, congregando intelectuais, profissionais autônomos, artistas e produtores de arte, servidores públicos, empresários e não empresários, etc., etc. Foi fundado em 1959, na Cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, pelo saudoso médico Eduardo Dias Coelho. Tem por objetivo: divulgar e propagar a língua portuguesa, os valores lusófonos em todos os países e Continentes onde se fala a língua-mater. No Brasil, defender e propagar os valores luso-brasileiros e lutar pela uniformização da língua portuguesa, respeitados as peculiaridades de cada país, quanto aos dialetos ou fonogenias que a tornam, por isto mesmo, tão rica.” Informação disponível em: www.elosclube-rj.org/ [acesso 27 out. 2011].

⁵⁵ Veja-se o Apêndice Metodológico I.

Entretanto, recorrendo aos contatos de alguns amigos, consegui realizar outras duas entrevistas com portuguesas naturais de Angola que viviam no Brasil. Nos dias 3 e 4 de novembro de 2011, utilizando o aplicativo *Skype* conversei com Marina, que saiu de Benguela aos 14 anos, em setembro de 1975, com a família. Seu pai, “*angolano de 4ª ou 5ª geração*” tentou ficar em Angola resguardando os bens da família, mas “*acabou saindo, meio fugido, meio escondido, em outubro de 1975*”. O pai teria começado então uma “*peregrinação*” em busca de emprego: de Portugal foi para a Alemanha; não encontrando uma boa posição partiu para o Brasil. Esteve um tempo em São Paulo e acabou indo viver em Maceió atendendo a uma proposta de emprego. Enquanto isso, durante cerca de um ano, Marina e o restante do agregado familiar que havia abandonado Angola viveram em Lisboa, na casa de um tio. Até que em meados de 1976 emigraram definitivamente para Maceió.

Durante nossa conversa, Marina interpretou a atração do pai pelo Brasil como um reflexo da raiva que ele teria nutrido em relação aos portugueses “*porque tiraram o exército de Angola e deixaram os angolanos na mão*”. Marina explicou que mantinha a nacionalidade e a documentação portuguesa. Mas fez questão de enfatizar que gozava de igualdade de direitos e deveres com os cidadãos brasileiros e exercia seu direito de voto no Brasil. Ou seja, a migração de seu pai para o Brasil teria respondido a dois critérios: um de foro econômico – facilidade de inclusão no mercado de trabalho; e outro de foro político – discordância em relação à forma como o governo português atuou durante o processo de descolonização de Angola. Quanto as suas próprias relações de pertencimento, apesar de nutrir boas recordações da infância em Angola, Marina revelou sentir-se cidadã, tanto no Brasil, dado o longo tempo de residência nesse país, como em Portugal. Do período em que viveu neste último país, que visita com frequência e onde mantêm fortes vínculos familiares, Marina guardava apenas memórias positivas. Nesse ponto o discurso de Marina destoa da maior parte das narrativas publicitadas sobre o “*retorno*” dos ex-colonos à metrópole onde, regra geral, prevalecem descrições de experiências inicialmente traumáticas de (re)inserção social.

Em 24 de novembro de 2011, utilizando o aplicativo *Skype*, entrevistei Marta, uma mestiça, natural de Benguela, que às vésperas da independência emigrou para a metrópole acompanhando parte da família. Depois de viver por quase uma década em Lisboa, Marta emigrou para a Suíça, onde se casou. Mais tarde, acompanhando o marido, emigrou para o

nordeste do Brasil e quando conversamos vivia no Rio de Janeiro onde estava a fazer o doutoramento em Ciências Sociais. Apesar de suas origens “angolanas”, Marta percebe-se como portuguesa incorporando assim a complexidade das relações estabelecidas entre brancos e negros durante a vigência da colonização portuguesa em Angola. Essa entrevista, que será melhor explorada no capítulo seguinte, funcionou como um ponto de viragem de minha investigação pois veio confirmar minhas suspeitas de que, apesar dos silenciamentos e/ou do recurso estratégico ao “esquecimento” que terminava por corroborar versões “oficiais” amplamente divulgadas mesmo que defasadas, ainda existem outras histórias por contar sobre as heranças da experiência da (des)colonização e a complexidade dos processos de reconstrução identitária no espaço-tempo pós-colonial.

De volta a Portugal, continuei a esbarrar no silêncio até que, num seminário sobre os traumas da guerra colonial, conheci D. Úrsula, uma professora aposentada, que se identificou como uma pessoa com “*duas pátrias: Angola e Portugal*”. Filha de pais portugueses, essa senhora de pele muito branca e olhos azuis, natural de Luanda, emigrou com a família para Coimbra em outubro de 1975 e nunca mais voltou à sua cidade natal. Desde que nos conhecemos D. Úrsula demonstrou profundo interesse por minha investigação e procurou colaborar com o bom desenvolvimento da mesma, não só concedendo uma longa entrevista como facilitando o acesso a vários documentos de seu acervo pessoal e o contato com outros/as possíveis entrevistados/as.⁵⁶

Foi D. Úrsula quem me informou que a Casa de Angola⁵⁷ em Coimbra estava a organizar uma comitiva para participar no *I Encontro Inter-Regional das Comunidades*

⁵⁶ Foi a partir de D. Úrsula que a aplicação do método de amostragem por cadeia de referência, ou efeito *snowball*, começou a funcionar no âmbito da pesquisa que deu origem a esta tese. Utilizando esse método de trabalho consegui produzir uma significativa amostra de estudo através das referências indicadas quer pelos sujeitos-objeto do meu estudo, como D. Úrsula, quer por algumas pessoas que foram assumindo voluntariamente o papel de informantes e/ou assistentes da minha investigação ao longo da realização do trabalho de campo e que, apesar de nem sempre reunirem as características inerentes aos indivíduos que faziam parte de meu “grupo-alvo”, conheciam pessoas com as quais julgavam que “seria interessante eu falar”. De acordo com Patrick Biernacki e Dan Waldorf (1981), as amostragens por cadeia de referências, ou efeito *snowball*, tem sido amplamente utilizadas em pesquisas sociológicas qualitativas. Esses autores enfatizam ainda que trata-se de um método bem adequado para uma série de finalidades de pesquisa, sendo particularmente recomendável a sua aplicação quando o foco do estudo recai sobre uma questão sensível (Biernacki e Waldorf, 1981: 141).

⁵⁷ Associação sem fins lucrativos que pretende reunir os angolanos e naturais de Angola para promover a divulgação cultural, econômica e social do país. A sede central desta associação, localizada em Lisboa, pretende ser uma casa aberta a todos os angolanos e aos amigos de Angola. “À Casa de Angola compete, em colaboração estreita com a Embaixada, tratar dos assuntos que dizem respeito à comunidade angolana em Portugal, em uníssono com as atuais associações representativas da comunidade e da diáspora angolana” (Belli-Bello, 1996).

Angolanas do Norte e Centro de Portugal, que teria lugar na cidade do Porto, no dia 28 de julho de 2012. Entrei em contato com os organizadores da comitiva que sairia de Coimbra e fui autorizada a participar enquanto investigadora. Essa experiência teve especial influência sobre os argumentos desenvolvidos no quinto capítulo, mas também um papel fundamental para a construção da proposta interpretativa que apresento ao longo desta tese como um todo.⁵⁸

Entretanto, foi também em meados de 2012 que dei início aos trâmites burocráticos incontornáveis para qualquer estrangeiro interessado em solicitar um visto de entrada em Angola.⁵⁹ O primeiro passo foi solicitar junto à direção da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto uma carta institucional de acolhimento. Documento exigido para justificar tanto a concessão do visto de entrada em Angola, como a disponibilização de um subsídio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) para o meu deslocamento a esse país. No princípio de outubro de 2012 fui informada de que a carta de acolhimento da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto já havia sido enviada para o consulado de Angola em Lisboa. As autoridades angolanas concederam-me um visto de entrada ordinário que permitia uma estadia de 30 dias no país. Vítima de um brutal corte orçamentário, a FCT já não dispunha de recursos para a concessão de “subsídios de deslocamento para a formação complementar” a que os estudantes agraciados com uma bolsa individual de doutoramento (BD) podiam recorrer para realizar estágios doutorais, durante os quais costumavam ser feitos os trabalhos de campo, por um período máximo de três meses a cada ano de concessão da BD financiada por essa instituição.

Com o visto no passaporte e as passagens compradas, para que a realização do trabalho de campo em Angola se tornasse viável, faltava encontrar um alojamento compatível com os escassos recursos provenientes de algumas economias familiares. Eu chegaria no dia dois de novembro de 2012 em Luanda, uma das cidades com o custo de vida mais alto no mundo.⁶⁰ Ao longo dos primeiros dez ou quinze dias de estadia esperava realizar algumas entrevistas nessa cidade e estabelecer contatos que permitissem meu

⁵⁸ Uma descrição detalhada de meu exercício de observação participante durante o *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal* pode ser lida no apêndice metodológico II.

⁵⁹ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o impacto destes trâmites ou entraves burocráticos sobre o desenvolvimento de investigações científicas veja-se a tese de doutoramento de Camila Sampaio (2014).

⁶⁰ Cf. MERCER (2014).

deslocamento à Benguela e ao Huambo, duas outras cidades onde se concentraram os principais núcleos populacionais de colonos até a altura da independência e que, depois disso, aparentemente continuaram a ser habitadas por um considerável número de indivíduos brancos e mestiços.⁶¹ Os custos das poucas hospedagens disponíveis em Luanda na altura eram proibitivos para o meu orçamento. A solução que encontrei foi apelar para uma rede de solidariedade.

No ano anterior um amigo insistiu para que eu me cadastrasse no *Couchsurfing*,⁶² pois acionando esta rede social poderíamos encontrar hospedagem a custo zero para uma viagem que faríamos em conjunto. Cadastrei-me e, de fato, ficamos hospedados na casa de dois outros membros dessa rede social durante uma curta visita às cidades de Pretória e Johannesburg. Como meu amigo era um membro mais antigo dessa rede social e já tinha algum *know-how* sobre a sua lógica de funcionamento, foi ele quem articulou essas hospedagens. Apesar da experiência ter sido muito positiva, não surgiram outras situações que me levassem a recorrer novamente ao sistema *Couchsurfing* até o momento em que precisei encontrar onde “morar” durante um mês em Angola. Acionando a ferramenta “surf”, que ajuda os membros do *Couchsurfing* a planejar viagens e encontrar anfitriões, descobri que haviam alguns “sofás” disponíveis em Luanda. Antes de enviar solicitações de hospedagem aos vários membros do *Couchsurfing* dispostos a receber pessoas em Luanda, atualizei meu perfil nessa rede social para transformá-lo numa carta de apresentação que

⁶¹ Os resultados preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola, realizado de 16 a 31 de maio de 2014, o primeiro depois da independência, divulgam apenas dados referentes à contagem da população residente e recenseada, que somaria um total de 24, 3 milhões de habitantes. O documento onde estes dados foram divulgados fornece também algumas orientações para a leitura dos mesmos informando que: “o total da população residente do país foi desagregado por província e em cada província por municípios. A população residente foi desagregada por sexo. A informação destas variáveis directas permite conhecer outras indirectas como o índice de masculinidade (rácio entre homens e mulheres) e a densidade demográfica (rácio entre habitantes e superfície por quilómetros quadrados)” (INE, 2014: 11). Como a população residente e recenseada não foi desagregada por cor da pele/características fenotípicas ou “raça”, não é possível determinar que percentagem da população total de Angola é composta atualmente por indivíduos brancos e mestiços. O último censo realizado em Angola durante a vigência da administração colonial portuguesa, em 1970, apurou que a população residente em território angolano somava então 5.646.166 habitantes. Mas este censo também não desagregou a população total de acordo com a cor da pele/as características fenotípicas ou a “raça”.

⁶² Na seção *About us* da página web oficial desta rede social é possível ler a seguinte definição: *Couchsurfing is a global community of 9 million people in more than 120,000 cities who share their life, their world, their journey. Couchsurfing connects travelers with a global network of people willing to share in profound and meaningful ways, making travel a truly social experience.* Disponível em: <https://www.couchsurfing.org/n/about> acessado 05 nov. 2014.

inspirasse a confiança e a simpatia de meus eventuais anfitriões.⁶³ Nos pedidos de hospedagem apelei, literalmente, ao espírito de solidariedade das pessoas que contatava. Como precisava de hospedagem por um período relativamente longo, enviei solicitações referentes a períodos fracionados (uma semana cada) a vários membros. Nos pedidos sempre mencionava o período total de minha estadia em Angola, minha intenção de viajar para outras cidades do país, apesar de em nenhuma delas haver “sofás” disponíveis cadastrados no *Couchsurfing*, e explicava que viajaria para fazer trabalho de campo e que se tratava de uma etapa fundamental para a elaboração de minha tese de doutoramento. Duas pessoas responderam aos meus apelos. Um estrangeiro solteiro e uma angolana casada. De acordo com os dados disponíveis em seus perfis na página *web* daquela rede social ambos tinham trinta e poucos anos e eram profissionais liberais. Sem descartar a oferta do estrangeiro, com quem cheguei a conversar em “tempo real” via *Skype*, preferi apostar na solidariedade feminina.

Os contatos subsequentes com minha anfitriã angolana, que passarei a chamar de Joana para preservar sua identidade e privacidade, foram extremamente amistosos. Ela concordou em hospedar-me pelo tempo que eu precisasse a partir do dia cinco de novembro e assim aconteceu. Como já tinha comprado a passagem para o dia dois de novembro, recorri à solidariedade de Gilberto, um amigo angolano que cursava o doutoramento em Lisboa e que, por sua vez, acionou uma amiga que aceitou abrigar-me durante as três primeiras noites de minha estadia em Luanda. Resumindo, a realização do meu trabalho de campo em Angola só foi possível através da construção de uma rede de sociabilidade e solidariedade aparentemente precária, mas que na prática revelou ser extremamente forte e eficiente. Em Luanda, seis pessoas, nomeadamente o Gilberto, a Emília, a Joana, o Ângelo, a Acácia e o Breno, fizeram parte dessa rede sem a qual o trabalho não teria sido possível.

Gilberto não só acionou sua própria rede de amizades para encontrar alojamento para mim nos primeiros dias, como aguardou a minha chegada no aeroporto de Luanda, providenciou meu transporte até a casa da família que me receberia durante estes dias e ajudou-me a adquirir uma linha telefônica móvel angolana que seria uma de minhas principais ferramentas de trabalho.

⁶³ Desde então meu perfil na rede social *Couchsurfing* permanece o mesmo, vide Apêndice Metodológico III.

Emília (e sua família), gentilmente cedeu-me um dos quartos de sua casa, compartilhando comigo suas refeições e seus momentos de lazer durante meu primeiro fim de semana em Luanda. Joana foi minha anfitriã durante a maior parte do tempo em que estive na capital de Angola, bem como seu companheiro Ângelo, que por coincidência (ou não) era um sujeito-objeto da minha pesquisa, ou seja, um angolano de ascendência portuguesa. Acácia, é uma prima de Joana que vivia com o casal e era a quem eu recorria para descobrir como circular pela cidade utilizando o complexo sistema (in)formal de transporte público dominado pelos candongueiros. Finalmente o Breno, que é amigo de um de meus companheiros da turma de doutoramento, foi a primeira pessoa para quem telefonei em Luanda para pedir ajuda para encontrar possíveis entrevistáveis. Apesar de ser mestiço, Breno nunca se identificou como um sujeito-objeto de minha pesquisa. Talvez porque eu tenha explicado que queria conversar com angolanos de ascendência portuguesa, brancos e mestiços, que não tinham saído do país em consequência da independência, o que não era o seu caso. Breno concordou prontamente em apresentar-me algumas pessoas com o perfil que eu havia indicado e, como éramos praticamente vizinhos, disponibilizou-se para facilitar-me transporte pela cidade sempre que possível.

Além dessas pessoas, o professor Fidel Reis também foi um importante ponto de apoio para minha inserção no campo em Angola. Foi ele quem chamou minha atenção para o fato de que, talvez mais do que realizar entrevistas, o que me daria uma melhor dimensão das experiências e relações cotidianas, do imaginário social angolano, seria justamente vivenciar esse cotidiano. Isso aconteceu, no dia nove de novembro, durante uma reunião de trabalho, depois de eu revelar um certo receio de não conseguir fazer entrevistas tendo em perspectiva as experiências falhadas em Portugal e no Rio de Janeiro, bem como o comportamento esquivo da maioria das pessoas que havia contatado em Luanda até aquele momento. Então, usando o tom de quem revela um segredo, Fidel Reis explicou-me que duas coisas regiam o atual funcionamento da sociedade angolana, ainda muito marcada pela experiência da longa guerra civil/de desestabilização: a fidelidade e o segredo. Ou a mentira, acrescentou logo depois. Isso porque, segundo a sua avaliação, a sociedade angolana é uma sociedade castrada. Para driblar a castração essa sociedade aprendeu a funcionar pela lógica do segredo e da mentira.⁶⁴ Ou seja, até podia ser que ninguém

⁶⁴ A leitura do trabalho de Nelson Domingos (2013) ajuda a contextualizar e compreender melhor o que Fidel Reis chamou de "castração" da sociedade angolana. De acordo com Domingos, a organização política

aceitasse ser entrevistado ou que, aceitando, contasse apenas "mentiras". Isso não seria um empecilho para compreender a realidade angolana, desde que eu prestasse a devida atenção às reações das pessoas aos acontecimentos cotidianos. Era o que eu vinha fazendo desde o momento em que tinha chegado ao aeroporto de Luanda.

A primeira semana desta etapa de realização de trabalho de campo em Angola foi um período de adaptação e, analisando retrospectivamente as experiências vivenciadas naquela altura, creio ter correspondido também a uma fase de construção e/ou reforço de relações de confiança mútua tanto com as pessoas que fizeram parte da rede de apoio supracitada, como com alguns daqueles que mais tarde eu viria a entrevistar.

Nos primeiros três dias limitei-me a exercitar a observação direta intensiva (Marconi e Lakatos, 2007: 87) e o hábito de registrar minhas impressões sobre as experiências que via e vivia num diário de campo. No dia quatro de novembro registrei a seguinte observação:

[...] no shopping os clientes são de todo o tipo, negros, brancos, mestiços e asiáticos, nacionais e importados, mas, de modo geral, todos os funcionários são negros. Onde estão os brancos e mestiços? Um dos programas televisivos de um canal local tinha um casal como apresentadores, ele negro, ela mestiça com cabelos ondulados e cor de mel. No programa seguinte, que apresentava vídeos dos maiores sucessos da música angolana do momento, o primeiro vídeo da lista era de um cantor que eu consideraria mulato. A cena principal decorria numa discoteca onde ele se encantava por uma loira, estilo Barbie, que estava aparentemente acompanhada de outro mulato, mas, no fim, claro que o cantor ficava com a loira. Será esse o padrão de "consumo" sexual dos negros endinheirados? Ter mulheres claras? E as negras, sonharão com príncipes encantados loiros de olhos azuis? São coisas para pensar...

institucional de Angola no pós-independência tem sido de governanças autoritárias, ou seja, sem alternância de poder. Ao longo das últimas quatro décadas esses governos autoritários legitimaram-se, internamente, exercendo uma forte coibição às divergências. Essas, quando aparecem, por norma são reprimidas de forma violenta e exemplar, revelando as características do que o autor denomina por "violência pedagógica", que teria sido especialmente adotada nos primeiros anos após a independência. Os efeitos da violência pedagógica iriam muito além da eliminação física dos que ousaram contestar o poder instituído, uma vez que os relatos e/ou os silenciamentos sobre a crueldade da repressão aos contestadores passariam a integrar a memória coletiva, alimentando não só o ressentimento, mas também o medo que levaria aqueles que foram testemunhas ou sobreviventes e mesmo as novas gerações a procurar evitar críticas diretas sobre a vida política. Ou seja, a guerra aos "inimigos internos" também contribuiu muito para a "castração" da sociedade angolana.

Foi também nesse dia, véspera de minha partida da primeira casa onde estive hospedada, que vivi uma situação inusitada. Faltou luz durante horas e não havia nada a fazer além de conversar. Quando contei a Emília, minha anfitriã naquele momento, que minha família era uma grande mistura entre brancos, negros e índios, ouvi o seguinte comentário: “– *Então você não é racista, né?!*” Ao que respondi o mais placidamente que consegui, tentando não parecer ofendida com esta desconfiança: "mas como eu poderia ser racista?" e acrescentei que tendo crescido numa família como a minha aprendi desde cedo que gente era tudo igual apesar da variedade de tons de pele que possa ter. Para exemplificar ou talvez para, de certo modo, defender-me da suspeita de ser racista, expliquei que meus bisavós maternos e paternos eram filhos de escravas, que eu era a mais clara dos meus irmãos e que cada um deles tinha um tom de pele diferente do outro, apesar de sermos todos filhos da mesma mãe e do mesmo pai, ambos também mestiços. Contei que uma das irmãs da minha mãe casou-se com um negro e por isso eu tinha primos com a pele tão escura como a de Emília. Reparei que ela até parecia-se muito com uma das minhas primas e cheguei a comentar isso lamentando não termos energia ou acesso à internet para que eu pudesse mostrar-lhe fotos dessa prima e do restante da minha família. Para que não restassem dúvidas, relatei um episódio em que, mesmo não tendo a pele tão escura como a dela, eu tinha sido vítima de racismo durante umas férias no sul do Brasil.

Emília morava num bairro afastado do centro de Luanda, depois dessa nossa conversa reparei que durante os dias em que estive hospedada em sua casa não vi nenhum indivíduo mestiço ou branco pelas ruas da vizinhança. Essa conversa ajudou-me a perceber que o fato de ser mestiça, talvez muito mais do que o fato de ser estrangeira, marcava-me como uma *outsider* naquela comunidade. Entretanto, acredito que a franqueza com que Emília questionou meu posicionamento em relação à questão racial foi uma espécie de teste de confiança. Ou talvez um passo fundamental para a desconstrução de eventuais resquícios de desconfiança em relação a minha pessoa. E falo em resquícios porque tendo convivido com ela e sua família intensamente durante meus primeiros dias em Luanda, não imagino que ela teria feito esse questionamento da forma que o fez sem que houvesse um certo grau de confiança entre nós. Minha resposta pareceu ter sido suficiente para dissipar aquela suspeita. Mas esse seria apenas o primeiro de muitos testes de confiança que precisei ultrapassar para conseguir realizar o trabalho de campo em Angola.

Na tarde do dia cinco de novembro cheguei à casa de Joana, onde fui recebida com muita empatia. Nas conversas que se seguiram às apresentações expliquei, de modo geral, o tema e os objetivos da pesquisa que estava desenvolvendo no âmbito do doutoramento e que tinha me levado a estar ali. Foi então que Ângelo, o companheiro de Joana, identificou-se como um sujeito objeto da minha pesquisa. Ele revelou que tinha nascido no sul de Angola, onde viveu até o início da adolescência quando deixou o país acompanhando os pais. Isso aconteceu na altura da independência. Ângelo morou por algum tempo em Portugal, depois no Brasil, e voltou para Angola no final dos anos 1990. Ele demonstrou bastante interesse por minha pesquisa e ficou de apresentar-me a um tio que poderia aceitar ser entrevistado. O que realmente veio a acontecer alguns dias depois como descrevi no diário de campo:

Luanda, 11 de novembro de 2012.

Ontem à noite Ângelo me convidou para acompanhá-los numa visita à casa de seu tio, que passo a chamar de Sr. Ricardo. No momento das apresentações Ângelo acrescentou a informação de que eu era uma amiga carioca que estava em Angola fazendo uma pesquisa para o doutoramento e estava hospedada em sua casa. Quando expliquei que, com minha pesquisa, eu estava procurando entender o que aconteceu com os brancos de Angola depois da independência,⁶⁵ uma das primeiras coisas que o Sr. Ricardo me disse foi: “há cada vez mais racismo neste país; as pessoas estão cada vez mais agressivas”.

Estabeleceu-se logo uma relação de empatia e confiança, mas, como já tinha passado pela experiência de ver uma relação semelhante abalada pela menção da realização de uma entrevista, preferi manter o clima de conversa informal. O Sr. Ricardo acabou por confessar que, na verdade, atualmente acumulava três nacionalidades: a portuguesa, a angolana e a brasileira, apesar de saber que isso era irregular. Foi ele mesmo quem lembrou que parece que segundo vários acordos e resoluções internacionais não é permitido acumular mais do que duas nacionalidades. Mas como ninguém lhe perguntou nada, ele não se sentiu obrigado a informar que já possuía duas nacionalidades quando solicitou a terceira. Fiquei com a sensação de que a última nacionalidade que ele

⁶⁵ Ângelo havia comentado que o tio identificava-se mais com o Brasil do que com Angola ou Portugal. Imaginei que se afirmasse estar interessada na trajetória de angolanos e angolanas de ascendência portuguesa talvez ele não se motivaria muito a relatar suas experiências. Por isso, quando lhe apresentei meu tema de pesquisa fi-lo desta forma estrategicamente adaptada.

tratou foi a angolana porque ele entrou no Brasil em 1975 como português. Foi no Brasil que se formou, casou e teve filhos, e disse se identificar mais com esse país do que com Angola e Portugal. Contou-me que voltou para Angola em 1996-97, afirmando categoricamente que esta decisão não foi fruto de nenhum sentimentalismo, mas sim porque viu em Angola uma oportunidade de refazer a vida numa altura em que enfrentava uma situação pessoal algo complicada.

Ângelo participou durante todo o tempo da conversa que aconteceu na cozinha da casa do Sr. Ricardo enquanto comíamos castanhas assadas acompanhadas de um bom vinho chileno. Se não me engano, foi Ângelo quem mencionou que está a surgir agora em Angola uma geração que nunca fez nada [resumidamente uns parasitas, apesar dele nunca ter usado explicitamente essa expressão foi o que ficou subentendido pela descrição que fez] e nem quer fazer, pois acha que o Estado ou o MPLA, o que dá no mesmo, tem a obrigação de sustentá-los. E se uma pessoa [branca, como eles, supus] monta um negócio ou uma empresa tem que lhes empregar e lhes garantir o sustento mesmo que eles não trabalhem ou sejam maus funcionários. E ainda assim, quem é empreendedor, é sempre acusado de estar aqui só a roubar. Reflexão que o Sr. Ricardo corroborou dizendo que os angolanos, mesmo aqueles que fazem parte das elites negras, não são empreendedores nem investidores, não passam de atravessadores. São tipos necessários para abrir uma porta, fazer um favor ou um contato, mas depois, mesmo sendo sócios do negócio, parece não lhes fazer diferença se terão uma margem de lucro de 50 ou 100 mil, porque não se batem pela prosperidade do negócio e não investem o que ganham nas empresas. Resumindo, não sabem fazer negócios. Fazendo uma comparação, o Sr. Ricardo disse que os congoleses são melhores nisso porque são mais empreendedores, mais lançados, estão sempre a comprar e vender, a se virar e trabalhar. Já os homens angolanos são uns descansados que não querem nada e que isso faz parte da sua maneira de ser, porque aqui em Angola só as mulheres trabalham. Que no interior era comum só ver os homens quando acontecem os conselhos comunitários ou nos comícios. De resto são as mulheres que fazem tudo, os homens só fazem filhos. O que segundo meu interlocutor era de se esperar, dado que, afinal, eles tinham que gastar energia em alguma coisa e a mulher não tinha outra escolha senão “aceitar porque é assim que as coisas são e elas, coitadas, estavam sujeitas a isso”.

Quase não fiz perguntas, simplesmente escutei o que quiseram dizer assumindo a postura de quem estava ali mais para ouvir do que para perguntar. Como assumi a opção de não registrar esta conversa com o gravador, tentei reproduzir aqui o mais fielmente possível o que me pareceu mais marcante de tudo o que ouvi.

Acredito que o fato de ter sido apresentada pelo sobrinho como "uma amiga" tenha sido crucial para a relação de empatia e confiança que marcou esta experiência. Avaliando-a *a posteriori* percebo que isso só foi possível porque desde o momento em que cheguei em sua casa Ângelo vinha acompanhando o desenvolvimento de meu trabalho como um espectador privilegiado e interessado. Quase todas as noites conversávamos sobre o andamento de minha pesquisa. Nestas conversas fiquei a saber que ele conhecia os espaços por onde eu estava circulando, mas não as pessoas que eu já tinha contatado e que esperava conseguir entrevistar. Eram pessoas mais velhas e em sua maioria mestiças. Talvez Ângelo tenha me apresentado ao tio para assegurar que os brancos também estivessem representados nos resultados de minha pesquisa. Afinal o tio era uma figura mais velha que podia corroborar os detalhes cada vez mais "pitorescos" sobre a trajetória de sua família – em Angola, antes da independência, em Portugal, a partir de 1975, no Brasil na década de 1980, e novamente em Angola desde meados da década de 1990 – que, pouco a pouco, à medida que o tempo passava reforçando entre nós uma relação de confiança e até de cumplicidade, Ângelo ia relatando em nossas conversas. De fato, estar hospedada na casa de um angolano de ascendência portuguesa obrigava-me a trabalhar literalmente a tempo integral dado que os momentos de conversação informal, que o ambiente doméstico facilitava, revelaram ser extremamente propícios a recolha de informações pertinentes para minha investigação. Mas não era só em casa que isso acontecia.

Logo depois de estar instalada naquela que seria a minha morada durante a maior parte do tempo em que estive em Angola, acionei os contatos indicados por alguns amigos que conheciam pessoas que poderia ser interessante entrevistar ou que poderiam facilitar minha entrada no campo em Luanda. Foi assim que no dia seis de novembro encontrei Breno. Tínhamos um grande amigo em comum e por isso ele se prontificou logo a ajudar. Com essa intenção, nesse mesmo dia Breno levou-me ao S. João, um restaurante que, segundo ele, era muito frequentado pela boemia de Luanda e num passado recente tinha sido palco de muitas tertúlias. Ou seja, um bom lugar para contatar possíveis entrevistáveis. E foi justamente o que aconteceu. Fui apresentada a um grupo de amigos,

em sua maioria mestiços, que estavam ali a tomar uns copos e a conversar depois de ter saído do trabalho e antes de jantar. No meio dessa reunião informal contei o que tinha vindo fazer em Angola e, para resumir, disse que estava interessada em saber o que tinha acontecido com os angolanos de ascendência portuguesa. A maioria dos meus interlocutores se esquivou quando perguntei se poderia entrevistá-los, mas nenhum deles se negou a continuar a conversar, informalmente, sobre o assunto. Entre as muitas coisas que ouvi, uma frase, dita entre risos, chamou minha atenção: “*os brancos de Angola ficaram morenos*”. Pedi que explicassem. Ouvi que os brancos eram muito poucos, foram se misturando e apanhando muito sol, portanto, ficaram morenos. Repliquei comentando que no Brasil muitas vezes descrever alguém como moreno era uma maneira considerada “polida” de se referir a uma pessoa afrodescendente, mesmo que essa pessoa fosse negra e não necessariamente mestiça. Ninguém me confirmou se o mesmo valia em relação aos angolanos brancos, mas fiquei com a sensação de que a situação poderia ser semelhante. Restava descobrir que espaço de inserção uma brasileira “morena” conseguiria conquistar fazendo trabalho de campo em Angola.⁶⁶

Enquanto isso, eu ia apostando nos contatos indicados por amigos. Essa estratégia levou-me a passar o feriado do 11 de novembro, dia da independência de Angola, na Ilha de Luanda, atendendo a um convite de Lucas, um dos possíveis entrevistáveis indicado por um amigo que tínhamos em comum em Coimbra. Lucas nasceu em Luanda e viveu nessa cidade até 1974, quando foi enviado pelos pais, portugueses metropolitanos, para a casa dos avós nos arredores de Coimbra. Lucas tinha doze anos quando chegou a Portugal e comentou ter estranhado um pouco a forma como as pessoas se comportavam e se relacionavam. Em 2009 Lucas regressou à sua cidade natal e no ano seguinte conseguiu obter a cidadania angolana, mesmo tendo pais portugueses. Outros três colegas de trabalho de Lucas, todos imigrantes portugueses sendo um deles também natural de Angola, nos acompanharam nesse passeio à Ilha de Luanda. Mais uma vez, durante as conversas

⁶⁶ Colocando o conjunto das experiências que vivenciei ao longo da realização do trabalho de campo em Angola em perspectiva, creio que o fato de ser “morena”, portanto nem branca nem negra, pode ter contribuído positivamente tanto para minha entrada no campo e para facilitar meu trânsito social em Luanda e Benguela, como para que meus interlocutores não tivessem ou, pelo menos, não aparentassem ter receios em abordar comigo questões relacionadas à persistência do racismo (anti-brancos, anti-negros e até anti-mestiços) em Angola. De todos os comentários sobre problemas associados à persistência do preconceito racial que ouvi em Angola, apenas Emília encarou-me inicialmente como uma *outsider*, conforme o episódio relatado anteriormente. Todas as outras pessoas com quem falei sobre o assunto abordaram a questão de igual para igual, confiando que eu seria capaz não só de compreender, mas de corroborar seus pontos de vista.

informais foram abordados alguns temas de interesse para minha pesquisa, conforme registrei no seguinte excerto do diário de campo:

[...] Entre as muitas coisas que escutei nessa manhã de praia e conversas informais, vale a pena destacar a seguinte pérola:

“Os angolanos não gostam de estudar e ainda bem! Se não, nós não estaríamos aqui. Não teríamos nada para fazer aqui se eles estudassem, se soubessem fazer as coisas...”

Sinceramente, achei fenomenal esse comentário feito por Lucas porque não foi algo simplesmente pejorativo em relação aos angolanos. Se, em certo sentido, foi um comentário pejorativo que não levou em conta todas as dificuldades que as crianças e jovens aqui enfrentam para estudar (escolas insuficientes e com infraestrutura precária, falta de professores, ensino de péssima qualidade, etc.), por outro lado, revelou muito sobre o grau de envolvimento de Lucas com essa sociedade e esse país. Percebi que, emocionalmente, esse não é o país com que se identifica, ele está aqui para trabalhar e ganhar a vida porque em Portugal não estão as condições para isso. Simples assim.

Lucas, com quem agendei uma entrevista individual para o próximo fim de semana, contou que teve sorte porque quando voltou a Angola em 2009, entrou pela primeira vez com um visto ordinário, depois ficou ainda uns meses com um visto de trabalho, mas logo conseguiu tratar do BI [bilhete de identidade]. E teve sorte porque nessa altura ainda não exigiam a ascendência angolana, bastava comprovar ter nascido aqui. Logo depois o direito à nacionalidade ficou restrito aos filhos de pais angolanos, o que não era o caso dele.

Almoçamos no Clube Náutico, a maior parte dos frequentadores do restaurante, que estava lotado, era de brancos e mestiços, uns com pinta de estrangeiros outros nem por isso. Fiquei pensando quantas daquelas pessoas tinham passaporte estrangeiro, e fiquei mesmo com a sensação de que a grande maioria devia ter outro passaporte além do angolano. No menu imperavam os pratos portugueses, como o clássico bacalhau com batatas ao murro que foi a pedida de dois dos portugueses que faziam parte do nosso grupo. No quesito gastronomia os restaurantes mais arranjadinhos, que é onde sempre me levam, servem basicamente comida portuguesa.

De fato, entrevistei Lucas no domingo seguinte, dia 18 de novembro de 2012. Mais uma vez tivemos uma conversa muito produtiva no que dizia respeito aos meus interesses

de pesquisa. Além disso, Lucas colocou-me em contato com Maísa, uma amiga com uma trajetória semelhante à dele, com quem eu conversaria no dia seguinte.

Maísa convidou-me para almoçar num restaurante. Como o ambiente era bastante barulhento e ela estava acompanhada por uma colega de trabalho, considerei descabido propor a gravação da conversa. Ela definiu-se como uma “*angolana de 2ª geração*”, ou seja, filha de brancos também nascidos em Angola. Tendo acompanhado os pais que fugiram do país na altura da independência, passara por um campo de refugiados na África do Sul, de onde haviam sido deportados para Portugal. Maísa aproveitou o convite feito pela empresa onde trabalhava para retornar à sua terra natal. Ela comentou que viveu durante cerca de um ano sem passaporte em Angola, portanto sem poder sair do país, até que conseguiu vencer a burocracia e regularizar a dupla cidadania, o que fazia dela uma “*mwangula*”, mistura de “*mwangolé*” [forma como os angolanos chamam um conterrâneo] com “*pula*” [forma como os angolanos chamam os portugueses/brancos, de acordo com as circunstâncias e/ou o grau de intimidade entre os interlocutores esta expressão pode assumir um caráter pejorativo], como ela esclareceu. Maísa demonstrou grande interesse em relação à minha pesquisa e, ao saber que eu me dirigia à Benguela me forneceu o contato de Roque, seu cunhado que vivia nessa cidade.

Roque acabou sendo um dos principais responsáveis pelo sucesso do meu trabalho de campo em Benguela e arredores, como relatarei posteriormente. Mas antes que eu viajasse para essa cidade, muitas coisas relevantes, inclusive para essa segunda fase de trabalho de campo no sul de Angola, aconteceram em Luanda.

A casa de Joana e Ângelo continuou a funcionar como um verdadeiro laboratório de pesquisa. No dia 12 de novembro, por exemplo, registrei as seguintes observações no diário de campo:

Hoje para o almoço veio um casal de amigos do pessoal da casa. Um casal interracial e internacional, o marido era um “pula” do Porto, a mulher uma angolana negra, de Malanje. Um casal bem simpático e jovem, os dois pareciam andar na casa dos 30 e poucos anos e estavam contentíssimos com a gestação do primeiro filho.

As conversas na maior parte do tempo correram em torno da chegada do bebê. O que chamou logo minha atenção foram as conversas sobre o parto que vai ser em Portugal porque aqui as condições hospitalares são terríveis. Joana e Ângelo deram várias dicas sobre os trâmites que os amigos teriam que enfrentar para registrar a criança como

angolana, porque como portuguesa parece que o registro se faz na própria maternidade. Já para ter o registro angolano é preciso passar pelo consulado em Portugal, tirar lá uma cédula de identidade do bebê que não é válida aqui até que apresentem esse documento e mais alguns, sobretudo o registro de nascimento atualizado da mãe para comprovar que é mesmo filho de angolana. Depois desse périplo emitem aqui um BI válido para o bebê. E o futuro papai lembrou que logo na sequência tinham que tratar do passaporte. O que é compreensível dado que essas famílias mistas vivem viajando, Luanda-Lisboa ou Porto é quase uma ponte aérea. Na verdade, começo a achar que a ponte aérea que se montou em 1975 nunca deixou de existir, mudou foi de fluxo...

Depois o casal que me hospedava contou um episódio de racismo/ xenofobia que vivenciaram quando a filhinha deles teve que ser hospitalizada em Madrid e eles se identificaram como angolanos e não como portugueses. Caso que foi mencionado para ilustrar a importância de ter também a nacionalidade portuguesa que pode ser muito útil em certas situações, ou para evitá-las.

Outro tópico dentre os vários assuntos que foram tema das nossas conversas ao longo do almoço e dessa tarde foram as críticas, feitas pelos homens, ambos brancos, aos trabalhadores angolanos. Críticas que foram acompanhadas de toda uma argumentação de que "essa gente só funciona a chicote porque é uma questão de educação e civismo que as pessoas ainda não têm e que são coisas que demoram anos a mudar". Nesse ponto gostei muito da postura da grávida que disse logo algo do tipo: "calma lá, esses encarregados de obras também não tem o menor respeito para com os empregados". Aliás, pelas descrições feitas tanto pelos homens como por ela, fiquei com a sensação de que os encarregados são todos portugueses/brancos e a relação com os funcionários das obras, em sua esmagadora maioria negros, é, na maior parte do tempo, tipo a do capataz com os contratados, como eram chamados aqueles que eram "recrutados" para o trabalho forçado no tempo colonial.

Como Fidel Reis havia alertado, era observando as ações, reações e interações de angolanos e angolanas no cotidiano que eu ia reunindo informações úteis para interpretar a realidade angolana, inclusive no que dizia respeito às heranças do tempo colonial como demonstrado no excerto do diário de campo supracitado. Mesmo assim, continuei investindo na busca de indivíduos angolanos de ascendência portuguesa que aceitassem relatar suas memórias sobre a última fase da presença colonial portuguesa em Angola, o

período de transição para a independência seguido pela longa guerra civil e também comentar a atual situação de Angola e das relações do país com o Brasil e Portugal.

Só no dia 13 de novembro consegui realizar a primeira entrevista formal, registrada com o gravador, em Luanda. Juca, um engenheiro e empresário mulato – filho único resultado do matrimônio de um colono português (falecido em Angola nos anos 1990) com uma senhora angolana negra –, que há poucos anos adquiriu também a cidadania portuguesa, era amigo de infância de uma amiga, também angolana de ascendência portuguesa que atualmente vive em Portugal, a quem fui apresentada por D. Úrsula. Portanto, a articulação para a realização dessa entrevista foi feita por intermédio dessa amiga comum. Juca recebeu-me de forma bastante amistosa e demonstrou bastante interesse pelo tema de minha pesquisa. As informações recolhidas a partir do registro do depoimento de Juca serão devidamente exploradas nos próximos capítulos deste trabalho.

O local onde havia marcado a entrevista com Juca ficava muito próximo ao restaurante S. João. Tínhamos agendado nosso encontro para as três da tarde, pelo que optei por almoçar naquele restaurante. No S. João encontrei Vicente, um dos senhores a quem Breno havia me apresentado naquele mesmo local uma semana antes. Comentei que estava ali porque logo a seguir ao almoço iria fazer uma entrevista ali perto. Vicente perguntou quem eu entrevistaria. Respondi e ele disse saber de quem se tratava apesar de não conhecer pessoalmente. Vicente pareceu mais interessado no meu trabalho depois de saber que outras pessoas já tinham aceitado ser entrevistadas por mim. Perguntei quando poderia entrevistá-lo. Sua resposta foi evasiva. Disse que poderíamos conversar ali no S. João, no final daquela mesma tarde.

Quando voltei ao restaurante Vicente ainda não havia chegado. Entretanto encontrei Tónico, outro senhor mestiço, da mesma faixa etária que Vicente (entre os 55 e os 65 anos), a quem tinha sido apresentada por Fidel Reis durante um almoço alguns dias antes. Ficamos a conversar sobre amenidades até que Vicente chegou acompanhado da esposa, também angolana de ascendência portuguesa. Fiquei a saber que Tónico e Vicente eram amigos. Enquanto estivemos os quatro, a conversa passou a girar basicamente em torno da minha pessoa e da minha pesquisa. A sensação de que estava sendo avaliada confirmou-se quando Vicente pediu que eu lhe apresentasse uma cópia do meu projeto de pesquisa. Ele justificou o pedido afirmando que só depois de estudar meu projeto decidiria se concederia uma entrevista, ou não. Concordei em providenciar-lhe uma cópia do projeto o mais

rapidamente possível para que ele tivesse tempo de avaliá-lo e, eventualmente, conceder-me a entrevista antes do meu retorno a Portugal agendado para o dia primeiro de dezembro. Vicente questionou o fato da minha estadia em Angola ser tão curta. Expliquei que não tinha recebido nenhum tipo de financiamento para cobrir os gastos da viagem, apesar de estar ali trabalhando, e, como o custo de vida em Luanda era muito alto, minhas economias eram suficientes apenas para aquela estadia que eu também considerava extremamente curta. Meus interlocutores pareceram surpresos com a informação de que eu estava realizando meu trabalho sem nenhuma contrapartida financeira imediata. Essa situação repetir-se-ia em Benguela. Acredito que dar a conhecer aos sujeitos que eram objeto da minha pesquisa o investimento pessoal que eu tinha feito para encontrá-los teve um papel significativo na consolidação das relações de confiança que consegui estabelecer com as pessoas que aceitaram compartilhar comigo suas histórias ao longo da realização do trabalho de campo em Angola.

Ainda naquela noite, 13 de novembro, no S. João, outros angolanos de ascendência portuguesa juntaram-se ao grupo inicial, como descrevi no diário de campo:

A dada altura, um senhor um pouco mais velho, e que eu descreveria como negro, se aproximou para cumprimentar um dos senhores com quem eu conversava e acabou se somando ao grupo. Fui devidamente apresentada por meus outros interlocutores a este senhor que, pouco depois me diria ter quase 80 anos e ser o irmão mais velho de uma figura pública angolana de grande destaque. Depois de ser inteirado sobre o meu tema de pesquisa, ele me contou, com orgulho, que seu tetravô era um militar português de alta patente que, depois de cumprir o serviço militar em Angola, optou por ficar por essas bandas, arranjou primeiro uma negra, depois 10 e povoou a região de Luanda e do vale do Bengo de mulatos. Além disso, este mais velho disse, com todas as letras, que: “isso hoje está pior que no tempo colonial! Porque já não se respeita nada, quem está no poder atualmente não tem tradição nem capital simbólico para isso, portanto não há mais elites propriamente ditas.” E que ele tinha autoridade para emitir essa opinião porque como tem agora 77 anos, viveu mais tempo sob a bandeira portuguesa do que sob a angolana e com todos os problemas da época colonial, havia o estatuto [devia ter perguntado a que estatuto ele se referia; seria o que diferenciava 'indígenas' de 'assimilados'?] e havia respeito.

No fim das contas, para resumir, porque fiquei de contatar esse senhor em Portugal, onde está a viver neste momento devido à necessidade de fazer um tratamento de saúde que exige um acompanhamento médico prolongado, para fazermos uma entrevista como deve ser,⁶⁷ acabaram todos a lamentar o problema de defasagem geracional que estão a enfrentar cá, porque os filhos que eles mandaram com sacrifício para a Europa, para livrá-los de ir para as frentes de combate, não reconhecem o sacrifício que fizeram; não querem cuidar dos negócios que os pais, com sacrifício, conseguiram montar ou manter ao longo de tantos anos e por aí fora.

Depois que os cotas [mais velhos] saíram e eu estava começando a falar com Breno sobre como a geração mais nova, ou seja, a geração da nossa idade, que nasceu em tempos de plena guerra civil em Angola, vivenciou e vivencia todo esse processo, um deles regressou acompanhado de um senhor branco para me apresentar. O tipo, um angolano filho de pais portugueses se entusiasmou bué [muito] com meu tema de pesquisa e marcamos uma entrevista como deve ser para quinta-feira de manhã. Além disso, ele já me passou o contato de dois amigos seus, que vivem em Benguela, com quem eu também poderia falar.

Foi assim que, na quinta-feira, 15 de novembro, entrevistei Jorge. Natural da província de Benguela e definindo-se como militante do MPLA desde os tempos de estudante universitário, esse filho de portugueses metropolitanos foi o único membro de sua família a permanecer em Angola na altura da independência e depois dela. Além de seu depoimento, que foi fonte de muitas informações relevantes para minha investigação, como ficará evidente ao longo dos capítulos subsequentes, Jorge ofereceu-me um exemplar do livro *Angola-Portugal. Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades* (Barbeitos, 2011) e facilitou o contato de vários amigos seus que, eventualmente, poderiam se dispor a me conceder entrevistas. A maioria desses possíveis entrevistáveis vivia em Benguela, o que justificava o meu deslocamento a essa cidade.

Contando com poucos recursos, reservei quatro dias para estar em Benguela. Viajei na manhã do dia 20 de novembro levando o contato de Roque, o cunhado de Maísa, e de três amigos de Jorge, que esperava que pelo menos um deles pudesse apresentar-me a outras pessoas. No final desse dia fiz o seguinte registro no diário de campo:

Benguela, 20 de novembro de 2012 (21:52 hs – Eros hostel).

⁶⁷ Infelizmente, nunca tive a oportunidade de realizar essa entrevista.

Finalmente estou em Benguela, cidade de encantamento. E o modo como cheguei aqui foi tão maluco que tendo a acreditar que tinha mesmo que ser.

Ontem almocei com a amiga de um amigo de um amigo. É assim que as coisas funcionam aqui. Cunhas e mais cunhas. Estratégia de tempos difíceis em que o pouco não chegava para os muitos, em que um era inimigo de dia e o outro era inimigo à noite, do tempo do desenrasque que só foi possível pela articulação de toda uma rede alternativa de troca de favores, como me contou Juca, meu primeiro entrevistado. Tivemos uma conversa bastante agradável durante o almoço e no fim das contas, quando lhe disse que eu viria para Benguela hoje, assim meio no susto, ela me passou o contato do seu cunhado. Confesso que a princípio imaginei que seria um autêntico “mwangula”, como ela própria se autodefiniu e logo depois me explicou que se tratava da mistura das expressões mwangolé (angolano) e pula (branco/português). Mas não. Meu cérebro pré-formatado teve que mudar o cumprimento de onda. No aeroporto da Catumbela me esperava um negão extremamente simpático e uma das pessoas mais prestativas que já conheci na vida. Roque não só foi me buscar no aeroporto, como me arranhou lugar para ficar por 6.500 Kwz/noite,⁶⁸ pelo preço e por toda a boa vontade dele não consegui me recusar a estar cá, apesar das condições não serem as melhores. Até tirei umas fotos da minha suíte, não resisti!



Acervo pessoal da autora.

⁶⁸ Naquela altura esse valor era o equivalente a 65 dólares estadunidenses.



Acervo pessoal da autora.



Acervo pessoal da autora.



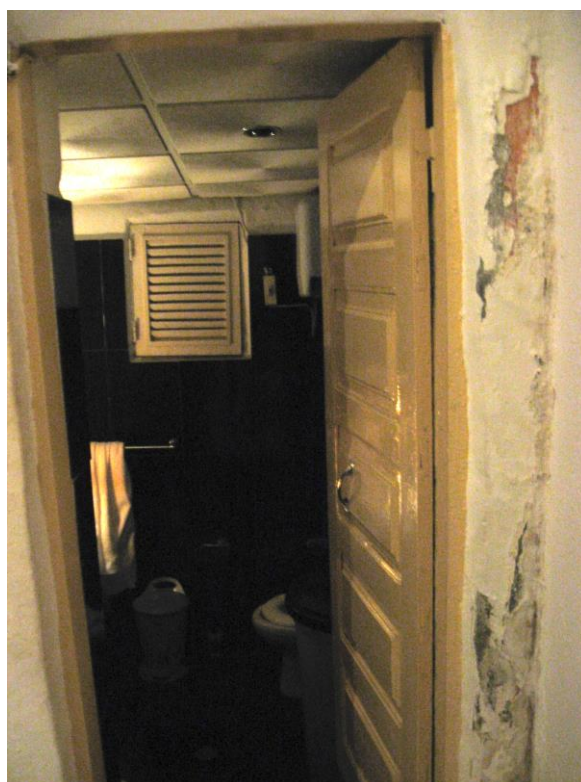
Acervo pessoal da autora.



Acervo pessoal da autora.



Acervo pessoal da autora.



Acervo pessoal da autora.

Na verdade, Roque foi fundamental para minha entrada no campo em Benguela. Depois que lhe expliquei o objetivo da minha viagem àquela cidade, ele assumiu voluntariamente o papel de meu "assistente de investigação", pois conhecia algumas pessoas que eu poderia entrevistar. Como Roque sabia que eu não tinha muito tempo disponível, no próprio dia 20, levou-me à casa de dois produtores rurais portugueses, portanto ex-colonos, que permaneceram em Angola depois da independência.

Na primeira casa, o senhor a quem Roque tencionava que eu entrevistasse não se encontrava. Quem nos atendeu foi sua esposa, D. Heralda. Roque apresentou-me explicando o motivo da visita. D. Heralda convidou-nos a esperar, visto que o marido não deveria demorar. Roque precisava resolver outras coisas, mas passaria dentro de cerca de uma hora para buscar-me. Passei esse tempo a conversar com D. Heralda, que relatou ser filha de um casal de colonos portugueses, esclarecendo que tinha nascido no interior de Angola, em 1960, e nunca tinha vivido em outro país. Ela ficou muito constrangida quando perguntei se poderia ligar o gravador, mas consentiu que eu tomasse algumas notas. Apesar de se autoidentificar como angolana, ela contou que não tinha a nacionalidade angolana, possuía apenas um cartão de residente vitalício, e explicou que abdicou da nacionalidade para não ter que fazer a tropa durante a guerra civil. Segundo ela, os problemas que existiram na altura da guerra civil, de 1977 a 1992,⁶⁹ estiveram relacionados com as posições políticas assumidas por cada um, por isso, o melhor era não tomar partido de nenhuma frente política. Quando perguntei se ela havia sofrido discriminação pelo fato de ser branca, ela respondeu que não houve perseguições por conta da cor, mas sim da política. Seu irmão, também nascido em Angola, fugiu para Portugal em 1978, com 17 anos, para não ser obrigado a fazer tropa e participar da guerra. Em 1982, seus pais também fugiram para Portugal. Nos anos 1990 seu filho, nascido em Angola, tratou da nacionalidade portuguesa para não ser obrigado a prestar serviço militar e participar da guerra. Na altura em que conversamos seu filho vivia novamente em Benguela e trabalhava com o pai na agricultura. Segundo D. Heralda, seu marido, com quem nunca consegui conversar, tinha chegado a Angola em 1962 e desde então nunca mais tinha vivido fora do país.

Na segunda casa fui apresentada ao Sr. Tomás e a sua esposa, D. Helena, uma senhora mulata, natural de Benguela. Dessa vez Roque participou durante todo o tempo da

⁶⁹ Datas mencionadas pela entrevistada.

entrevista que o Sr. Tomás, consentiu que fosse gravada. Esse senhor declarou ser militante do MPLA desde a fase pré-independência e, como D.Heralda, enfatizou que os problemas enfrentados na altura da independência e da guerra civil/de desestabilização foram de ordem política, portanto, a cor de sua pele não teria sido um problema para a sua inserção social em Angola.

No caminho até minha hospedagem Roque comentou que no dia seguinte faria uma pequena viagem a trabalho, mas retornaria à tarde e poderia então continuar a ajudar-me. Preocupado em otimizar o pouco tempo que eu tinha disponível, ele sugeriu que, pela manhã, eu procurasse conversar com o Sr. José, um pequeno comerciante local bastante conhecido, e que, portanto, eu não deveria ter dificuldades para encontrar sozinha.

Seguindo as recomendações de Roque encontrei facilmente o Sr. José que anuiu imediatamente a realização da entrevista. Quando expliquei que estava interessada na trajetória dos angolanos de ascendência portuguesa, esse senhor esclareceu que era membro da terceira geração de uma família mestiça com antepassados de várias origens. Pelo lado paterno mencionou trisavós italianos, um bisavô nascido no Brasil, mas no seio de uma comunidade de imigrantes italianos, e um avô português. A avó paterna era uma angolana negra, filha de um soba de região de Malanje. Pelo lado materno, elencou um bisavô oficial do exército português que esteve na Guiné e em Cabo Verde onde casou com uma senhora negra com quem teve vários filhos sendo um deles o seu avô. A avó materna era natural da Cacuanda, situada no planalto central angolano, numa região pertencente a atual província da Huíla, mas também era mestiça oriunda de uma família brasileira. Essa breve reconstrução da árvore genealógica do Sr. José ajuda a ilustrar a complexidade das relações interpessoais e, conseqüentemente, sócio culturais, mas também políticas e econômicas construídas em Angola ao longo da experiência colonial e cujos reflexos ainda podem ser observados no país quatro décadas depois da independência.

A entrevista com o Sr. José aconteceu em na sua loja, o que também me permitiu observar a dinâmica das interações cotidianas que foram acontecendo ali ao longo de toda a manhã. Terminada essa experiência que, assim como as demais aqui relatadas, será melhor explorada ao longo dos próximos capítulos desta tese de doutoramento, parei num restaurante próximo com a intenção de almoçar. Dois clientes puxaram conversa e, como eram mestiços e mais velhos, expliquei que estava fazendo trabalho de campo para a tese de doutoramento e perguntei se poderiam me conceder entrevistas. O mais velho dos dois

recusou com a desculpa de que a memória da chegada de seus antepassados, que eram judeus, àquelas terras era tão antiga que já tinha se perdido e foi logo embora sem dar oportunidade a qualquer contra-argumentação. O outro, o Sr. Carlos, se entusiasmou com a proposta e me convidou para almoçar em sua casa onde poderíamos fazer a entrevista. Chegando a sua casa, ele me apresentou à esposa e a um dos filhos como jornalista. Esclareci que era historiadora e estava a colher relatos de memória dos angolanos de ascendência portuguesa para elaborar minha tese de doutoramento, inclusive mostrei-lhe o meu cartão de estudante da Universidade de Coimbra, mas ainda assim ele parecia suspeitar da minha identidade. Foi interessante notar que em várias ocasiões ao longo da entrevista o Sr. Carlos teceu muitos elogios ao partido no poder, ao primeiro presidente de Angola e, sobretudo, ao atual presidente a quem ele atribuía a responsabilidade pela consolidação da paz e pelo atual crescimento econômico do país. Lembrando do alerta de Fidel Reis, de que a sociedade angolana era uma sociedade castrada, e consciente de que em Angola a liberdade de expressão continuava a ser bastante relativa, interpretei esse discurso laudatório ao governo, precedido pela atitude de desconfiança em relação a minha identidade, como uma estratégia defensiva adotada pelo Sr. Carlos para o caso de eu ser uma agente secreta.⁷⁰ Apesar disso, seu depoimento constituiu uma fonte de informações bastante significativa para a elaboração de minha proposta de interpretação da realidade angolana e da situação dos angolanos de ascendência portuguesa desde o período que antecedeu a independência até a atualidade.

Na tarde do dia 21 de novembro, Roque levou-me à casa de outras duas pessoas que julgava importante eu entrevistar. Primeiro apresentou-me ao Sr. Joaquim, um

⁷⁰ Por outro lado, devo reconhecer que a presença dessas declarações laudatórias ao governo e ao presidente, que havia acabado de ser reeleito em agosto de 2012, poderiam simplesmente ter sido inspiradas pela conjuntura. Pois, por um lado, a ideia da manutenção da “Paz”, associada ao crescimento econômico, foi um dos carros-chefes do programa de governo do MPLA divulgado durante a campanha eleitoral cujo *slogan* “Crescer mais e distribuir melhor” ainda podia ser lido, em novembro, em vários *outdoors* que também estampavam o rosto do presidente reeleito e continuavam espalhados pelas ruas de Luanda e Benguela. Por outro lado, como bem observou Camila Sampaio (2014: 91): “Após tantos anos de degradação pelas guerras, pela falta de investimentos em algo que pudesse ser revertido para a maior parte da população, as visíveis melhorias tendem a ser celebradas. As construções espalhadas pelas cidades, a circulação de bens de consumo em mercados formais e informais, a quantidade de carros espalhados pelas ruas geram a sensação de que uma mudança positiva se faz presente, ainda que não esteja disponível a todos. [...] a perspectiva da reconstrução nacional tem sido enfatizada pelo poder estatal angolano. Subjacente a essa ideia estaria o objetivo de bem comum para todos, acionado como elemento discursivo em prol da ampliação de projetos que colocam Angola como um país em desenvolvimento capaz de superar os anos de guerra.” De qualquer maneira, a intenção do entrevistado foi demarcar sua posição política, apesar de eu não ter feito nenhum questionamento a esse respeito ou, talvez, por isso mesmo.

caminhoneiro e caçador amador, que emigrou para Angola com os pais portugueses aos dois anos de idade e nunca mais saiu do país. Esse senhor pareceu bastante lisonjeado, apesar de um pouco surpreso, com a proposta de conceder-me uma entrevista. Foi Roque quem o convenceu explicando que era só uma conversa e que eu utilizaria o gravador para não ter que me preocupar em fazer anotações. Roque participou da entrevista e, como conhecia o Sr. Joaquim há muitos anos, ajudou a explorar pontos de sua trajetória que muito provavelmente eu não teria conseguido acessar sozinha. Depois, fomos à casa de outro produtor rural português. Ele não estava, então, conversei com D. Fabiana, sua esposa que relatou ter chegado a Angola em 1966, aos dois anos de idade, acompanhando os pais portugueses. Roque não participou dessa conversa. Entre outras coisas D. Fabiana contou: que fugiu para Portugal com a mãe e os irmãos mais novos na altura da independência e ali viveram por dois anos como “retornados” com a ajuda do IARN (Instituto de Apoio ao Retorno dos Nacionais); que voltaram para Angola em 1977 onde reencontraram o pai e o irmão mais velho; que à medida que a guerra se prolongava e a situação se deteriorava os irmãos foram indo para Portugal; que seus pais também foram, até que ela ficou sozinha no país com o marido, que havia chegado a Angola em 1964, e os filhos, que nasceram em Benguela durante a guerra civil e quando adolescentes foram enviados para a casa de parentes em Portugal para estudar e escapar do serviço militar; que sua filha nunca voltou a morar em Angola. Seu filho, um rapaz que aparentava ter por volta de 25 anos e que a certa altura também participou da conversa, afirmou que nunca se adaptou à vida em Portugal e, por isso, voltou assim que pôde para o seu país. Depois do constrangimento provocado pela menção do gravador à D. Heralda, na tarde anterior, tive receio de que o mesmo pudesse acontecer e preferi não arriscar porque, a princípio, D. Fabiana parecia um pouco desconfortável. À medida que a conversa fluía me surpreendi com algumas de suas leituras, principalmente sobre a atual situação das pessoas brancas em Angola, e perguntei se poderia tomar algumas notas para utilizar na tese. Ela não só consentiu como me forneceu um correio eletrônico através do qual eu poderia entrar em contato caso precisasse de algum esclarecimento.

Na manhã do terceiro dia em Benguela encontrei Ademar, Zeca e Marcelo, os contatos indicados por Jorge, que eram todos amigos em comum. Nesse primeiro encontro, Ademar inverteu os papéis e conduziu uma entrevista a mim. Entre outras coisas tive que explicar porque tinha escolhido meu tema de pesquisa e mencionar quantas entrevistas já

tinha realizado. Terminado esse exame ele avaliou que eu não sabia nada da realidade angolana e sugeriu que Zeca, seu primo, me apresentasse um pouco dessa realidade. Depois disso talvez ele conseguisse encontrar algum tempo para falar comigo.⁷¹

Enquanto passeávamos pela cidade e arredores, Zeca autorizou-me a gravar nossa conversa e foi relatando sua trajetória desde a militância no MPLA, nos tempos de estudante universitário em Luanda, até sua desilusão com o partido-Estado, o que provocou o seu afastamento da política e do funcionalismo público. Branco, natural de Benguela, Zeca nunca viveu fora de Angola, apesar de ter familiares em Portugal e no Brasil. Zeca demonstrou grande interesse por minha pesquisa e se esforçou para me colocar em contato com amigos que achava que eu deveria entrevistar para conhecer aquilo que definiu como “*o outro lado da História*”, nomeadamente um ex-militar de origem portuguesa que foi uma figura importante no seio da UNITA, mas, atualmente, está afastado da política e vive na Catumbela a produzir flores. Enquanto conversávamos, Zeca telefonou para esse amigo e insistiu para que ele, pelo menos, me conhecesse, mas pude entreouvir quando, do outro lado da linha, o senhor recusou-se veementemente.

A intensidade desse dia, que exemplifica a surpreendente magnitude do trabalho de campo que consegui realizar em Benguela apesar do curto espaço de tempo em que estive nessa cidade, ficou registrada no seguinte excerto do diário de campo:

Benguela, 22 de novembro de 2012.

“A ordem das árvores não altera o passarinho” (Tulipa Ruiz) Essa foi a frase que me ocorreu quando liguei o computador para escrever as minhas impressões e entreouvidos por aí do dia de hoje. Talvez porque tenha terminado o dia com a sensação que não importa em que árvores/lugares pouse, é o passarinho/sujeito que faz sua uma árvore de eleição e a leva no coração onde quer que vá e busca por ela entre todas as outras árvores da floresta.

Hoje estive com os amigos indicados por Jorge. Um deles desconversou quando perguntei se poderia entrevistá-lo, talvez por ser uma figura pública, mas disse que ia me dizer o que era Angola: “uma mentira, onde funcionava uma economia de mentira, um sistema criado para iludir o povo. Mas isso não era culpa do Zédu, mas sim da conjuntura internacional. Porque o que acontece aqui acontece em todo o lado, inclusive no Brasil onde o último ex-presidente também roubou milhões. Porque a política é assim em todo o

⁷¹ O que nunca aconteceu.

lado, etc. Angola não era diferente dos outros países, era tudo uma grande mentira”, mas, mesmo assim, ele achava que valia a pena e por isso ainda estava ali a fazer alguma coisa. E depois mandou passearem comigo um pouco para me mostrar como as coisas aqui funcionam. E quem ficou me ciceroneando o dia todo foi o seu primo Zeca, um tipo legal e de conversa fácil.

Fomos primeiro ao Lobito porque ele precisava recuperar sua carta de condução que tinha sido apreendida por excesso de velocidade. No pátio da esquadra da polícia onde ele tinha que resolver o assunto passou uma cena secundária interessante: estava pelo menos um polícia no meio de uns jovens meio à toa a observar dois cães que aparentemente andavam ali pelo estacionamento. O polícia estava a enxotar os cães e dizer que um fosse embora senão o outro ainda lhe dava cabo. Ao que alguém dentre os jovens desocupados disse: “– Claro! Então, é preto! Só podia dar cabo do branco!” São essas cenas banais do cotidiano que revelam as tensões sociais latentes. Não preciso dizer que tanto o polícia como os jovens desocupados eram todos negros.

Do Lobito, fomos até o que Zeca chamou de “Tomba”, um mercado informal de peixe na periferia. Para lá do bairro dos Navegantes onde morava o caçador com quem andei a conversar ontem. Aliás, hoje tive a dimensão de que em Benguela há uma classe média branca empobrecida e há uma elite que para além de ser uma elite econômica é também uma elite do ponto de vista político-intelectual. Hoje andei no seio da elite benguelense.

Obviamente que na “Tomba” a negrura era evidente, não havia ali nem branco nem mestiço. A miséria tem cor e é negra retinta com o agravante de que as crianças têm os cabelos acobreados por causa da avitaminose, “um sintoma da falta de ferro”, explicou o meu informante. Dali seguimos em direção à Baía Farta, uma vila piscatória com pouco ou quase nada. A escola ainda era a mesma do tempo colonial, casas pobres pelo caminho, porcos a fuçar no lixo e algumas crianças também. Passamos por uma fábrica de peixe congelado e uma salina antes de chegar à Baía Azul. Lugar que eu sonhava conhecer desde que li “Geração da Utopia”, do Pepetela. O céu estava nublado e por isso o mar parecia mais cinzento do que azul. Foi triste constatar que o lugar que eu imaginava paradisíaco já não tinha nada de idílico. O que havia eram muitas casas dos ricos de bom e mau gosto de Angola, um hotel de luxo inaugurado há pouco tempo e

adolescentes, ou “catorzinhas” como lhes dizem aqui, na beira da estrada a oferecer seus corpos com olhos cheios de desesperança e barrigas vazias de fome.

Voltamos ao centro de Benguela, a cidade branca e bonita das casas ao estilo modernista onde viviam, e ainda vivem, os brancos. Meu informante-cicerone deixou-me na porta da minha nova hospedagem⁷² e ficou de buscar-me cerca de uma hora depois para irmos jantar no “Tudo na brasa”.

No restaurante – um reduto de portugueses, expatriados e angolanos brancos e mestiços, encontramos Marcelo, que também esteve na sessão de apresentações formais que tinha ocorrido pela manhã e outros amigos dos dois, todos brancos. Reparei que naquele estabelecimento eram negros a servir, brancos e mestiços a serem servidos, brancos a gerenciar. A divisão social benguelense estava ali clarinha como água.

Perguntei pelos intelectuais de Benguela, já que de manhã me disseram que a cidade também já foi conhecida como a cidade dos poetas. Disseram-me que cansaram e foram desistindo, porque sobreviver em Angola como ser pensante, mantendo a sanidade mental e sem se prostituir intelectual e politicamente, era uma tarefa para poucos, uma tarefa hercúlea. Tanto que até alteraram a celebre frase de Platão: “Penso, logo existo”. Disseram-me que em Angola a frase era: “penso, logo exausto”. Tive que concordar e acabei por confessar que esses dias de trabalho de campo tem me deixado exausta. Meu pobre cérebro anda num “brainstorm” constante. É muita informação para processar ao mesmo tempo. Queria ter memória de elefante...

O jantar acima descrito permitiu a articulação da entrevista que realizei na manhã do dia seguinte. Álvaro, que também havia participado do jantar, começou por esclarecer que só tinha concordado em conversar comigo porque eu tinha sido recomendada por Zeca e Marcelo, amigos de longa data cuja postura política ele respeitava e em quem depositava grande confiança.

Álvaro afirmou ser filho de uma família de colonos instalada a várias gerações em Angola. Identificava-se como angolano apesar de, por acaso, ter nascido em Portugal enquanto os pais gozavam umas “férias graciosas na metrópole”. Ao longo da entrevista fiquei a saber, por exemplo, que Álvaro viveu a maior parte da vida em Luanda, exerceu várias funções estratégicas para a logística de funcionamento da capital e para a

⁷² Onde paguei 8.700 kwanzas, na altura equivalentes a 87 dólares estadunidenses, por um quarto sem casa de banho privada, mas com o pequeno-almoço incluído e um aparelho de ar condicionado que funcionava. Infelizmente não me ocorreu fotografar o novo quarto para efeitos de comparação com o primeiro.

consolidação das condições de administração do próprio Estado angolano no pós-independência. Nos anos 1990, devido a vários desentendimentos políticos, partiu para uma espécie de autoexílio. Viveu por 10 anos em Portugal e quando decidiu regressar a Angola preferiu instalar-se em Benguela, pois considerava que a sua Luanda tinha sido "*assassinada*". Conhecer a singular trajetória de Álvaro ajudou-me a complexificar a leitura sobre o processo de consolidação da independência de Angola que procurei apresentar ao longo deste trabalho.

Na tarde do dia 23, entrevistei Marcelo, um dos amigos indicados por Jorge. Filho de pais portugueses que fixaram residência no interior da então colônia de Angola no princípio da década de 1950, Marcelo permaneceu no país durante toda a fase de transição e consolidação da independência. Os extratos mais significativos de seu depoimento referem-se à passagem de uma experiência de ativa militância e participação nas ações de base promovidas pelo MPLA antes de 1977, para uma situação de desconforto em relação às opções feitas pelo partido-Estado para garantir a manutenção do controle do poder que levaram ao seu afastamento da cena política.

Algumas horas antes do meu regresso à Luanda, Roque levou-me até o vale do Cavaco, zona que formava uma espécie de cinturão verde nos arredores da cidade de Benguela, onde me apresentou "*o branco mais velho residente em Benguela*", o Sr. Carvalho, e sua esposa, D. Maura. Tratava-se de um antigo colono português que chegara a Angola em 1962, aos 27 anos, em busca de trabalho e nunca mais saiu do país. O Sr. Carvalho relatou que sempre trabalhou na agricultura, antes da independência arrendava o pedaço de terra que cultivava até hoje a outro colono, um engenheiro que era proprietário de todos os terrenos cultiváveis da região do Cavaco. Depois da independência deixou de pagar rendas, porque a terra foi nacionalizada, e viu a vida melhorar um pouco, apesar da guerra. Sua esposa é uma senhora negra, natural da região onde nos encontrávamos. Estavam casados há 40 anos, tinham três filhos e vários netos. Nosso encontro foi rápido porque eles estavam encerrando uma jornada de trabalho e preparando o retorno a casa, na cidade. Eles se mostraram muito lisonjeados com o fato de concederem aquela entrevista e se disponibilizaram para conversar mais num outro momento. O que não foi possível dado que eu viajaria de volta à Luanda poucas horas depois.

Ainda que tenha sido a mais breve de todas as entrevistas que realizei, conversar com esse casal contribuiu para corroborar minha percepção de que a complexidade das

relações sociais estabelecidas entre portugueses e angolanos, brancos, negros e mestiços, durante a experiência colonial, e também depois dela, continuava a determinar as percepções sobre a legitimidade do pertencimento à comunidade angolana imaginada que, pelo que pude verificar durante a realização do trabalho de campo, era validada pelo comportamento social dos indivíduos e não por suas características étnico-raciais.

De volta à Luanda, realizei mais três entrevistas. No dia 26, durante um jantar num restaurante, entrevistei Felipe, um professor universitário, ex-militante da UNITA que, sendo natural de Angola, deixou o país na altura da independência, tendo vivido em Portugal, no Brasil e novamente em Portugal antes de regressar a Angola. Filipe só permitiu que eu gravasse parte da nossa conversa; além disso, o registro de áudio ficou bastante comprometido porque o ambiente em que conversamos era muito barulhento. A articulação para a realização dessa entrevista foi feita por Zeca e Marcelo, que eu havia entrevistado dias antes em Benguela e eram amigos de Filipe. Assim como os amigos que facilitaram a realização dessa entrevista, Filipe demonstrou grande interesse em relação à minha pesquisa. Ao longo da nossa conversa ele enfatizou que em Angola os brancos não funcionavam como um grupo social coeso. Filipe também afirmou que depois que saiu de Angola aprendeu "*a arte de ser estrangeiro em todo o lado*". Quando questionei como interpretava a nova onda de imigração portuguesa em Angola, da qual eu tinha tomado conhecimento que faziam parte várias pessoas naturais de Angola ou descendentes de ex-colonos que fugiram na altura da independência, Filipe comentou: "*quem conheceu Portugal em profundidade, fica com raiva dos portugueses mesquinhos que vem para cá*". Antes de terminarmos nossa conversa, Filipe preocupou-se em telefonar para Albino, um amigo, também ex-militante da UNITA, e agendar uma entrevista para o dia seguinte.

Assim como Filipe, Albino propôs encontrar-me num local público. Depois que expliquei os objetivos da minha pesquisa, ele revelou que só tinha aceitado conversar comigo para atender ao pedido de seu amigo e verbalizou sua desconfiança em relação ao meu interesse em realizar aquela entrevista, pois suspeitava que eu fosse jornalista e/ou tivesse alguma motivação política. Esclareci que estava a realizar o trabalho de campo no âmbito do doutoramento e ele consentiu então que eu registrasse parte da nossa conversa. Albino afirmou ser descendente de uma importante família de colonos do sul de Angola que permaneceu no país até a década de 1980, quando se refugiaram em Portugal onde viveram, e de onde continuaram a disputar a cena política angolana, até a década de 1990.

De acordo com sua leitura da realidade, *"a portugalidade é uma componente da angolanidade. Os portugueses são uma tribo de Angola, só que não estão organizados enquanto tribo ou grupo social. Mas é claro que compõem a angolanidade, até por conta da língua!"* Mais do que suas considerações sobre os brancos serem "uma tribo de Angola", o que chamou minha atenção em seu depoimento foi o suposto protagonismo assumido por alguns brancos no seio do movimento que durante décadas representou a maior oposição ao MPLA, o partido-Estado que até hoje controla o poder em Angola.

Apesar de ter sido uma das primeiras pessoas a quem fui apresentada em Luanda, no contexto do trabalho de campo, Vicente foi a última pessoa que entrevistei em Angola. No dia 26 de novembro ele telefonou-me para agendar a entrevista para o dia seguinte, no restaurante S. João. Quando nos encontramos ele não fez nenhuma menção ao meu projeto de pesquisa, embora eu realmente tenha lhe entregado uma versão impressa do mesmo cerca de 10 dias antes daquele encontro que marcaria o fim do meu trabalho de campo em Angola. Vicente falou livremente, indicando que eu desligasse o gravador em vários momentos da nossa conversa. Antes de nos despedirmos, insistiu que eu deveria ficar mais tempo em Angola. Expliquei que, de fato, eu havia tentado prolongar minha estadia por mais 15 dias, mas não existiam lugares disponíveis em nenhum voo para Portugal no mês de dezembro e eu não dispunha de meios para permanecer no país até janeiro.

Sobre a experiência de fazer trabalho de campo em Angola, acredito ser pertinente destacar que não conheci nenhum indivíduo branco ou mestiço pobre. Associei essa situação ao fato de que ainda que tenham perdido muito dinheiro em alguma altura, os angolanos de ascendência portuguesa, de modo geral, sempre mantiveram um capital simbólico e esse nunca perdeu seu valor, muito pelo contrário. Ou seja, os angolanos de ascendência portuguesa que permaneceram em Angola ou que voltaram para o país continuam a fazer parte da diminuta elite local, o que se reflete no fato da maioria das pessoas que entrevistei serem profissionais liberais.

De volta à Coimbra, realizei uma última entrevista no âmbito da pesquisa que deu origem a esta tese de doutoramento no dia 28 de maio de 2013, na esplanada de um café. Nessa ocasião tive a oportunidade de conversar com Joel, um engenheiro e professor universitário angolano, mestiço. Joel revelou-me que foi preso no pós-27 de maio de

1977⁷³ e que depois de ser libertado foi vítima de um ostracismo sociopolítico que o empurrou para o autoexílio em Portugal, onde viveu por 16 anos. Atualmente Joel vive em Angola e afirmou ser reconhecido pelas altas instâncias do MPLA como militante desde 1974 e antigo combatente. A articulação para a realização dessa entrevista foi feita por Zeca. Infelizmente, devido aos ruídos do entorno onde se realizou essa entrevista e ao baixo tom de voz utilizado por Joel, a compreensão do arquivo de áudio ficou bastante comprometida.

Embora tenha priorizado a realização de entrevistas focalizadas, ou seja, que partiam de um tema geral pré-definido por mim,⁷⁴ assumi sempre uma postura flexível incentivando as pessoas entrevistadas a desenvolverem a temática proposta inicialmente por mim em qualquer direção que julgassem pertinente. Assumi essa estratégia procurando não sobrepor meus interesses às diferentes perspectivas das pessoas que me autorizaram a registrar, por meio de gravação do áudio e/ou da confecção de notas, seus depoimentos.

Entendendo que “a transcrição já é uma forma de análise” (Mendes, 1999: 160), convêm destacar que, assim como as entrevistas, todas as transcrições foram feitas por mim. Por economia de tempo, na maioria dos casos, transcrevi apenas os excertos que avalei serem mais significativos para minha pesquisa desconsiderando os trechos nos quais os discursos fugiam ao tema investigado.

Ao apresentar os cenários que delinearão as (im)possibilidades da realização do trabalho de campo em Portugal, no Brasil e em Angola pretendi indicar os quadros a partir dos quais desenvolvi esta tese de doutoramento. Minha intenção nunca foi produzir um trabalho sobre os angolanos e angolanas de ascendência portuguesa. Mas sim, elaborar uma proposta alternativa de interpretação do passado recente e do presente de Angola e da relação deste país com Portugal, a antiga metrópole colonial, e com o Brasil, o suposto “país irmão”, em diálogo com os/as angolanos/as de ascendência portuguesa. Entretanto, no terreno descobri que “falar com pessoas não é tão simples como parece” (Santos, 2014: 161). Foi por acreditar que sem incluir as narrativas produzidas por esses atores sociais

⁷³ Em 27 de maio de 1977 teve lugar uma frustrada tentativa de Golpe de Estado encabeçada por Nito Alves, um destacado militante e guerrilheiro do MPLA que chegou a ocupar importantes posições políticas no governo do país recém-independente. Na sequência do 27 de maio, a reação do MPLA no poder instaurou um processo de purga política em Angola com o objetivo de eliminar os adversários e resguardar o controle do governo do Estado da ameaça potencial representada por indivíduos que foram considerados ‘inimigos internos’ (cf. Mateus e Mateus, 2007; Pawson, 2014).

⁷⁴ O roteiro que inicialmente tentei utilizar como base para a aplicação das entrevistas, mas que na maior parte dos casos foi rapidamente abandonado, pode ser consultado no Apêndice Metodológico IV.

minha proposta deixaria de fazer sentido que, depois de concluída a fase de trabalho de campo, optei por fazer algumas adaptações ao projeto inicial.

Nesse sentido, acabei por "abandonar" a ideia de explorar a contribuição do Brasil para a consolidação da independência de Angola enquanto um dos países receptores de angolanos e ex-colonos que fugiram da violência associada a esse processo, bem como a de verificar seus eventuais impactos sobre a atual relação entre os dois países. Isso aconteceu depois que percebi que para a grande maioria de meus interlocutores esse tema era absolutamente irrelevante. Por um lado, nas poucas entrevistas que consegui realizar com pessoas naturais de Angola que haviam fixado residência no Brasil o papel desse país no processo histórico que as levou a migração não mereceu grande destaque. Por outro, nas conversas com meus interlocutores em Angola o Brasil só era mencionado quando eu perguntava pela relação entre os dois países. Normalmente ouvia respostas do tipo: "*O Brasil aqui é a empresa X, a empresa Y, que estão aqui há anos, mais nada. Bem, também têm as novelas, né? E essas igrejas que estão aí por todo lado.*" (Juca);⁷⁵ ou "*Que relação?! Não há nenhuma relação! E desculpe que lhe diga, mas os brasileiros não sabem nada de Angola. Não sabem absolutamente na-da. São mesmo uns ignorantes, pá!*" (Jorge). Isso para citar apenas os comentários mais exemplares. Rapidamente percebi que, em Angola, o fato de ser brasileira enquadrava-me num estereótipo que poderia funcionar, dialeticamente, a meu favor. Tratando-me como uma potencial completa ignorante da realidade angolana, a maioria de meus entrevistados admirava o fato de eu estar ali buscando conhecer aquela realidade e, alguns deles, normalmente homens mais velhos e/ou com formação superior, procuraram então assumir o papel de "tutor" ou "orientador" de meu processo de aprendizagem. Por exemplo, não foram raras as vezes em que, durante entrevistas ou mesmo conversas informais, registrei indicações de referências de livros que eu deveria ler para "*realmente ser capaz de compreender Angola*". E devo admitir que boa parte dessas indicações foi incorporada ao conjunto de referências bibliográficas desta tese.

2.2.4. Notas sobre o recurso ao método de análise crítica do discurso

Durante a análise tanto das fontes orais quanto de fontes escritas, como documentos políticos (manifestos, panfletos, acordos, discursos, programas de governo, decretos, leis,

⁷⁵ Na verdade o entrevistado realmente mencionou o nome de duas grandes empresas brasileiras, inseridas no mercado angolano há muitos anos, e também nomeou uma das principais igrejas neopentecostais brasileiras presentes em Angola. Ou seja, a omissão dessas referências foi uma opção da autora.

etc.), livros baseados em relatos de memórias e peças jornalísticas, procurei explicitar como foram construídas as narrativas sobre o processo de transição para a independência e as manobras de (re)construção identitária realizadas pelos diferentes atores sociais em presença no espaço-tempo pós-colonial luso-angolano. Para tanto, optei por seguir os pressupostos da análise crítica do discurso avançados por Teun A. van Dijk (2005, 2010).

Segundo van Dijk “a análise do discurso em si não é um método; antes, constitui um domínio de práticas acadêmicas, uma transdisciplina distribuída por todas as ciências humanas e sociais” (2010: 12). Este domínio de estudo tem por objetivo explicitar os modos como as estruturas do discurso permitem colocar em prática, confirmar, legitimar, reproduzir ou desafiar relações de poder e de dominância na sociedade (van Dijk, 2005: 20). Para isso, “examina sistematicamente as estruturas e funções do texto e da fala nos seus contextos sociais, políticos e culturais” (idem, ibidem: 73-74). Ou seja, “o discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (idem, 2010: 12).

Atenta ao fato de que “a análise social crítica está intimamente imbricada com a análise de discurso contextual” (van Dijk, 2010: 23), a análise das fontes documentais que serviu de base para a elaboração desta tese centrou-se, principalmente, sobre os discursos da comunicação social escrita, com destaque para uma série de reportagens e artigos de opinião publicados entre outubro e dezembro de 2004, ao longo de sete semanas consecutivas, pelo *Semanário Angolense* (SA),⁷⁶ a propósito da constatação de um “«escurecimento» do poder executivo do país” (Carlos, 2004c: s./p.), que foi seguida por um debate sobre a discriminação racial e os lugares (des)ocupados por indivíduos brancos e mestiços na sociedade angolana. Essas análises baseadas em descrições qualitativas dos detalhes da estrutura discursiva que encontrei no SA serão exploradas em maior

⁷⁶ Em novembro de 1997, um grupo de jornalistas com uma vasta experiência acumulada durante anos de prestação de serviços em órgãos públicos, fundou o jornal *Angolense*. Essa iniciativa, encabeçada por Américo Gonçalves e Graça Campos, desagregou-se alguns anos mais tarde dando origem a duas publicações diferentes, embora ambas mantivessem a designação “Angolense”, sendo uma produzida sob a direção de Américo Gonçalves e a outra dirigida por Graça Campos, que antes tinha feito parte da equipe responsável pelo primeiro jornal desportivo militar, trabalhado no *Jornal de Angola* (estatal) e também no semanário *Folha 8*, no período da abertura democrática que teve lugar nos anos 1990 e permitiu a (re)introdução da imprensa privada em Angola. Em 2003, o grupo de jornalistas dirigido por Graça Campos e Silva Candembo formou a “Sociedade Semanário Angolense, L.da” de direito privado e refundou sua publicação, adotando a designação de *Semanário Angolense* (cf. correspondência pessoal trocada com Gilberto entre 9 e 11 de setembro de 2013).

profundidade no quarto capítulo da tese. Entretanto, cabe esclarecer de antemão porque optei por trabalhar com este conjunto de peças jornalísticas.⁷⁷

De acordo com Gilberto,

o *Semanário Angolense* está certamente no leque de jornais que mudaram a forma de ver e fazer jornalismo em Angola. Esta afirmação pode ser facilmente verificada nos textos produzidos desde 2003 a 2008, pois sua linha editorial tinha uma força de mudança sem prejuízo do sensacionalismo que depois se veio a constatar. Pelo menos tínhamos um dinamismo melhor do que se vê atualmente.⁷⁸

Esse sociólogo angolano afirma ainda que, até 2010 – ano em que foi vendido e passou a assumir outro dinamismo editorial devido à saída de muitos jornalistas e às exigências dos novos proprietários, o SA primava pelo jornalismo opinativo diversificado e “tinha uma linha editorial que usava a ousadia e o confronto de ideias em assuntos com fundo político e social. Era um jornal que arriscava e não tinha medo das consequências políticas dado ao fechamento do sistema político nacional”.⁷⁹

Apesar dessa postura diferenciada assumida pelo SA, convém lembrar, como bem observa van Dijk, que:

os pesquisadores responsáveis por estudos críticos sobre a mídia destacam o fato de que, devido a sua socialização e pertencimento a uma classe, os jornalistas tendem a reproduzir as ideologias dominantes da elite (Hall *et al.*, 1980). No entanto, argumenta-se também que os jornalistas são críticos em relação aos políticos e às empresas dominantes e que nem sempre compartilham as ideologias dessas elites. Apesar dessas contradições, assumimos com os teóricos críticos que as práticas midiáticas continuam, em geral, dentro das fronteiras de um consenso flexível, mas dominante, mesmo quando há espaço para discordâncias ou críticas ocasionais. Os valores, as normas e os arranjos de poder fundamentais são apenas raramente contestados de forma explícita nos meios de comunicação dominantes. Na verdade, essa dimensão de discordância é em si própria organizada e controlada. A oposição, também a realizada pelos meios de comunicação, limita-se às fronteiras fixadas pelas instituições de poder e pode, assim, também se tornar rotineira. (van Dijk, 2010: 75)

Ao explorar os textos publicados no SA, bem como alguns outros discursos midiáticos enquanto fontes de pesquisa procurei problematizar a intrincada relação entre a

⁷⁷ Devo a Gilberto a informação sobre a existência dessa documentação e sua disponibilidade para consulta pública na Biblioteca Municipal de Luanda.

⁷⁸ Excerto de correspondência pessoal trocada com Gilberto entre 9 e 11 de setembro de 2013.

⁷⁹ Excerto de correspondência pessoal trocada com Gilberto entre 9 e 11 de setembro de 2013. Até a década de 1990, todos os meios de comunicação de Angola eram administrados pelo Estado. Contudo, mesmo depois de iniciado o processo de abertura democrática que permitiu a existência de meios de comunicação independentes, estes estiveram sempre sujeitos a enfrentar o assédio e, muitas vezes, inclusive a interferência do Estado.

manipulação sociopolítica exercida através dos meios de comunicação social e os processos de (re)construção identitária e (re)inserção social vivenciados por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa durante e após o processo de transição para a independência de Angola. Além disso, tentei perceber como os meios de comunicação retratam a relação entre a antiga metrópole e a ex-colônia na atualidade com especial destaque para a cobertura jornalística sobre os fluxos de pessoas e capitais entre os dois países. Para tanto, tomei como base a reflexão desenvolvida por Mendes sobre

a relação entre os *media*, entendidos como meios de comunicação de massa, e a construção dos públicos, tomando estes como alicerçados em identidades e processos de identificação ativados em contextos concretos e bem definidos. Esta relação, complexa e marcada por dinâmicas de poder, permite definir espaços e processos de cidadania, de visibilidade e de invisibilidade de causas, projetos e trajetórias. A pergunta central que serve de ponto de partida para esta reflexão é a seguinte: que contribuição dão os *media*, na sua lógica de funcionamento autônomo, à reflexão sobre a cidadania? Quem e o que incluem e excluem? (Mendes, 2004: 147)

Seguindo esta linha de reflexão e tendo em conta a observação feita por van Dijk (2005: 14) de que o discurso da mídia, das notícias na imprensa, é aquele através do qual um amplo espectro das opiniões e atitudes sociais são formadas, ao analisar os discursos midiáticos procurei responder as seguintes perguntas:

- a) Que imagens os meios de comunicação social constroem e/ou divulgam sobre Angola e os angolanos?
- b) Que imagens os meios de comunicação social constroem e/ou divulgam sobre Portugal e os portugueses?
- c) Como os meios de comunicação social retratam as relações políticas e econômicas entre os dois países?
- d) Quando abordam temas relacionados à questão dos angolanos e angolanas de ascensão portuguesa, a intenção expressa nos discursos midiáticos, implícita ou explicitamente,⁸⁰ induz à promoção da inclusão ou da exclusão social desses indivíduos?

⁸⁰ van Dijk (2005: 66) alerta que “uma das noções semânticas mais poderosas numa análise crítica das notícias é a de implicações”. Isto porque “muita da informação de um texto não está explicitamente expressa, mas é deixada implícita. Palavras, frases e outras expressões textuais podem implicar conceitos ou proposições que podem ser inferidas com base no conhecimento que a todos é comum. Este traço do discurso e da comunicação tem importantes dimensões ideológicas”. Assim sendo, “a análise do ‘não dito’ é por vezes mais reveladora do que o estudo daquilo que é realmente expresso num texto”.

Ao buscar responder a essas perguntas minha intenção era verificar a validade da hipótese de que atualmente o racismo e a xenofobia continuam a ser difundidos a partir dos discursos públicos, controlados pelas elites, tanto na sociedade angolana como na portuguesa.

Capítulo 3

O lugar dos descendentes de portugueses radicados em Angola na história da luta pela independência

É isso que acontece com o racismo: olha-se para uma pessoa e presume-se algo sobre ela. E por isso é tão absurdo.

(Chimamanda Ngozi Adichie)

3.1. Partindo do princípio de que no século XX Angola foi uma colônia de povoamento⁸¹

Este capítulo procura apresentar as várias concepções de nacionalidade e angolanidade construídas ou esboçadas, de formas diversas, pelos descendentes de portugueses radicados em Angola, de acordo com suas diferentes experiências durante a última fase do período colonial, nomeadamente o período da luta de libertação nacional e o imediato pós-independência. Importa analisar como as distintas formas de resistência ao colonialismo e de adaptação à condição de cidadão de um novo país constituíram espaços-tempo de reconfiguração identitária para esses atores sociais.

Para perceber que papéis foram desempenhados ao longo da guerra de libertação nacional pelos descendentes de portugueses radicados em Angola é preciso identificar os projetos de nação que emergiram da luta pelo reconhecimento das diferenças que distinguiam os angolanos/colonizados dos portugueses/colonizadores corroborando assim a reivindicação da independência. Assim sendo, parece oportuno incluir aqui uma reflexão sobre a complexidade inerente ao desenvolvimento do moderno nacionalismo em Angola

⁸¹ As colônias de povoamento foram marcadas por desigualdades profundas, geralmente codificadas na lei, entre colonos e populações indígenas. Nas colônias de povoamento a divisão de castas entre o colono e o indígena era geralmente construída sobre a economia, o sistema político e a lei, com atividades econômicas particulares e privilégios políticos reservados aos membros da população de colonos. Essas duas estruturas – uma estrutura de governo marcada pela negociação e disputa envolvendo a metrópole, o governo local, a população de colonos e a comunidade indígena, e a instituição de privilégios para os colonos – são as definidoras do que podemos chamar de o tipo ideal de colonialismo de povoamento do século XX (cf. Elkins e Pedersen, 2005: 4).

dado que a experiência colonial que teve lugar nessa parte de África propiciou o surgimento de distintos projetos de nação inspirados por diferentes exercícios de identificação e variadas interpretações sobre a legitimidade da pertença.

Pressionado pela Conferência de Berlim e pelo ultimato britânico de 1890 a demonstrar uma presença efetiva em África, a partir do final do século XIX, mas principalmente ao longo da primeira metade do século XX, Portugal transformou Angola e Moçambique em colônias de povoamento colocando em prática um projeto político colonial moderno através de campanhas militares de ocupação e ‘pacificação’, ‘acordos’ de vassalagem com algumas autoridades locais representantes das populações autóctones e planos de fomento à imigração de europeus. Todavia, no que diz respeito à política de povoamento, elemento fundamental para uma ocupação real, a presença da população europeia continuou a ser irrisória durante décadas. De acordo com Cláudia Castelo (2007: 48), a maioria da população europeia que instalou-se em Angola no período compreendido entre o último quartel do século XIX e os anos 1920 continuava a ser constituída por militares e degredados. Até 1914 mesmo a administração colonial tinha presença regular apenas em Luanda e Benguela, ambas cidades litorâneas. No interior essa presença se reduzia, de modo geral, “a uma política nominal, dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais” (Gonçalves, 2003: 25 *apud* Meneses e Gomes, 2013: 62).

A progressiva instauração do aparelho de Estado colonial moderno aconteceu par e passo com a perda de prestígio das elites locais crioulas⁸² e a entrada crescente de colonos brancos, que se concentraram principalmente nas cidades, especialmente em Luanda e Benguela. A forma como a sociedade colonial estruturou-se a partir de então levou a que, no seu seio, a estratificação social passasse a assentar mais na ‘raça’ que na classe. As relações entre colonos e populações autóctones foram pautadas pela espoliação das terras indígenas, pela discriminação racial e pela exploração da mão de obra nativa. Por conseguinte, os pontos de tensão social máxima passaram a ocorrer onde as divisões raciais e étnicas foram exacerbadas por divisões socioeconômicas. Ou seja, entre os que estavam no topo da sociedade crioula e os que se encontravam na base da sociedade colona, os europeus pobres recém-chegados (Castelo, 2007: 23). Além disso, verificou-se também o acirramento de um processo de diferenciação dos brancos naturais de Angola em relação

⁸² Constituídas por indivíduos negros, mestiços e brancos naturais de Angola ou há muito radicados em território angolano.

aos metropolitanos. Segundo Barbeitos, esse processo de diferenciação dos naturais de Angola em relação aos metropolitanos ou brasileiros instalados em África remontava à primeira metade do século XIX, pois teria começado desde que

a independência do Brasil e das jovens repúblicas americanas, que não passaram despercebidas em Luanda e Benguela, que – através do tráfico – há muito mantinham relações estreitas com vários desses territórios, contribuiu para reforçar a importância jurídica e, sobretudo, sentimental do país de nascimento face ao exterior (Barbeitos, 2011: 415).

Mas também há que ter em conta as difíceis condições de vida enfrentadas pelos europeus em Angola durante o século XIX. Situação que, em muitos casos, estendeu-se até o início do século XX fomentando particularismos socioculturais e múltiplas formas de solidariedade entre brancos e negros que, posteriormente, contribuiriam para distanciar os naturais dos estrangeiros. Assim, o lugar de nascimento e as particularidades socioculturais que esse lugar supostamente permitia adquirir assumiram um aspecto identitário essencial para os angolanos de ascendência europeia, ou seja, para os brancos e mestiços integrados na sociedade crioula.

As políticas de povoamento europeu com caráter definitivo, intensificadas a partir dos anos 1920, contribuíram sobremaneira para a implantação de um regime de estratificação sociopolítica assente em critérios raciais que dividiu a população que habitava Angola nas seguintes categorias: ‘cidadãos’ (brancos metropolitanos); ‘cidadãos de segunda’ (brancos naturais da colônia); ‘assimilados’ e ‘indígenas’. Essa última categoria foi construída como um espaço, simultaneamente, oposto e anterior ao espaço da cidadania, definido como branco/europeu. Como advertem Meneses e Gomes,

consagrando esta diferenciação, os diversos códigos legais produzidos pela autoridade colonial procuravam traduzir e institucionalizar um ideal de ordem social claramente racial e assente, numa lógica de espelhos invertidos, na imagem do indígena *versus* a imagem da ação colonial tal como ambicionava ser vista e representada. Tais códigos condensa(ra)m a interferência colonial de Portugal em África, moldando profundamente as mentalidades e atuações dos colonos portugueses (Meneses e Gomes: 2013: 64).

A constatação da diferença de tratamento na legislação e da generalização da discriminação nas formas de interação quotidiana entre brancos e negros fomentou a emergência de uma consciência racial entre a cada vez mais desprestigiada elite nativa que se defrontou com uma intransponível desigualdade face aos europeus. A consciência do

fosso estabelecido entre os dois grupos raciais⁸³ advinda da percepção de que a cor da pele havia se transformado no principal critério para estabelecer as diferenças entre os indivíduos e não a sua situação econômica, a sua cultura ou as suas qualidades morais.

Assim, na década de 1930, apesar de alguns intelectuais, que em sua maioria pertenciam a famílias da elite crioula, defenderem convictamente serem angolanos os brancos nascidos em Angola, entre um grupo formado, sobretudo, pelos elementos mais jovens da intelectualidade nativa “a consciência racial reforçou a percepção dos brancos como um grupo distinto” (Rodrigues, 2003: 90) e até mesmo “como grupo opositor” (idem, ibidem). A visão da sociedade angolana dividida em duas grandes raças implicou num “processo de exclusão dos brancos de qualquer afinidade com os negros”. Assim, “se, aqui e além, convenientemente se afirmava que os colonos também eram angolanos, dominava a ideia de que o nascimento em Angola não lhes conferia a angolanidade. Alegava-se, para além da ausência de laços de sangue, a divergência de interesses” (idem, ibidem: 82).

Não obstante, nem todos os colonos foram mal vistos. Analisando a representação dos brancos em Angola na década de 1930, nomeadamente no discurso da revista *Angola* publicada pela Liga Nacional Angolana (LNA),⁸⁴ Eugénia Rodrigues observa que nesse período

opunham-se duas imagens do colono: uma visão positiva reportava-se, sobretudo, a uma idealização do colono do passado, mito construído pela memória coletiva para denunciar os comportamentos predominantes nessa década, de que prevalecia uma imagem negativa. Essa representação favorável projetava no passado o colono estabelecido em Angola e raramente regressado a Portugal, o que era explicado pela ligação emocional à terra africana. No imaginário das elites, assim era o pequeno comerciante ou agricultor que se impusera graças ao seu trabalho (Rodrigues, 2003:123).

⁸³ A noção de ‘negro’ incluía também os mestiços, para o que, provavelmente, terá contribuído o fato de que nas primeiras décadas do século XX “o discurso racista baseado nas teorias da ‘pureza da raça’, na altura hegemônicas, atingiu igualmente os mestiços, então considerados por vezes mais depreciativamente do que os negros” (Rodrigues, 2003: 86).

⁸⁴ Associação cultural frequentada apenas por famílias mestiças e negras ditas assimiladas. Durante as décadas de 1930 e 1940, a atitude de seus dirigentes em relação às autoridades coloniais baseou-se numa tentativa de diálogo e de compromisso na procura de soluções para os problemas da comunidade africana. Gradualmente, ao longo dos anos 1950, uma geração mais jovem e mais crítica em relação à dominação colonial passou a ganhar destaque no interior da associação dando início a uma mudança de orientação que inquietou as autoridades coloniais, as quais passaram a cercar a relativa autonomia de que gozava a LNA (cf. Rocha, 2002a: 79-83).

A valorização dos antigos colonos foi uma forma encontrada para, apesar da censura, denunciar os comportamentos dos colonizadores recém-chegados. Comportamentos esses que seriam contraditórios com os do passado recente em que, supostamente, vigoraria uma ordem social isenta de preconceitos raciais e, portanto, a cor da pele não determinaria as relações quotidianas. Na realidade, como já foi dito anteriormente, os poucos europeus que se instalaram em territórios angolanos até o princípio do século XX não passavam de uma frágil minoria num espaço físico hostil hegemônico por africanos. Nessas condições sua integração na sociedade local foi, inicialmente, apenas uma estratégia de sobrevivência. Contudo, segundo a leitura de Rodrigues, no discurso idealizado pela elite nativa na década de 1930 salientava-se “uma representação [do recente passado colonial] em que as relações igualitárias e marcadamente afetivas entre brancos e negros eram erigidas em símbolos da presença portuguesa em Angola” (Rodrigues, 2003: 125). Além disso, “num sentido biológico, o colono era ainda [visto como] o fundador da angolanidade porque, a par da mulher africana, estivera na origem da sociedade nativa” (idem, *ibidem*: 126).

Na perspectiva dos intelectuais associados à LNA, os ‘velhos colonos’ participavam numa memória coletiva que integrava colonos e nativos numa experiência comum, oposta a dos europeus recém-chegados que tentavam impor os seus valores encarados como estranhos. Esses ‘novos colonos’ representariam “um mundo novo que enterrava o antigo, cuja queda arrastara também alguns velhos colonos, por exemplo, na destruição de casas e na usurpação de terras” (idem, *ibidem*: 129).

Apesar de alguns ‘velhos colonos’ também terem sido afetados pelo aumento da presença colonial e do número de metropolitanos instalados em Angola, Rodrigues adverte que “na década de 30, seria tênue a afinidade dos brancos, mesmo dos nascidos em Angola, com a elite de negros e mestiços”. De acordo com essa autora, o fato de que muitos brancos admitissem uma forte ligação ao espaço geográfico angolano não os demoveu de procurar “demarcar-se de prováveis acusações de «africanização» levantadas pelos europeus recém-chegados e colocar-se acima dos negros e mestiços” (Rodrigues, 2003: 140). De fato, como explica Fernando Pimenta (2008), os colonos brancos constituíram uma ‘terceira força’ no interior da situação colonial em Angola, no sentido em que, em termos sociais, econômicos e políticos, distinguiram-se quer do poder colonial, quer da população colonizada.

Segundo Pimenta (2008: 137-138), a partir da década de 1940, uma parte dos filhos dos colonos nascidos em Angola “deixou de se sentir parte integrante do estrato colonizador, para assumir a posição de elemento «colonizado» na situação colonial”. De acordo com o referido historiador, essa percepção de si mesmos como um grupo ‘alvo’, e já não agente da colonização portuguesa em Angola, foi o que levou esses indivíduos a assumirem uma identidade nacional angolana, apesar da ascendência portuguesa, e a defender o fim da dependência colonial em relação a Portugal.

Pimenta demonstra que “muitas das causas do ressentimento político dos brancos angolanos em relação à dominação colonial de Salazar eram do foro econômico” (2008: 139) De fato, a partir de 1942 as colônias portuguesas registram um desempenho econômico excepcional devido à subida generalizada das cotações internacionais dos principais gêneros produzidos nestes territórios (algodão, açúcar, café, oleaginosas, borracha, tabaco, chá, sisal, peles, madeira) e muito procurados pelos países envolvidos na 2ª Guerra Mundial e pela metrópole. Nesse contexto, as colônias passaram a ser encaradas como uma excelente oportunidade de negócio atraindo vários grupos de investidores metropolitanos enquanto o Estado reforçou a política de nacionalização da exploração colonial (Castelo, 2007: 110), o que barrou o desenvolvimento de uma base econômica autônoma em Angola e retirou aos colonos qualquer possibilidade de participação política na governação colonial (Pimenta, 2008: 140). Na leitura de Pimenta, essa “subordinação dos interesses angolanos aos interesses metropolitanos, «empurrou» definitivamente uma parte dos brancos – sobretudo os brancos naturais de Angola – para o campo político do nacionalismo” (idem, *ibidem*: 194).

Além disso, a chegada maciça de novos colonos⁸⁵ atraídos pela expansão da economia angolana alimentou um clima de tensão entre as gerações precedentes de colonos e, sobretudo, entre os brancos naturais de Angola. Numa série de entrevistas transformadas num livro por Pimenta (2006a), Adolfo Maria⁸⁶ lembra que

⁸⁵ A população branca passou de 44.083 efetivos em 1940 a 78.826 em 1950 e a 172.529 em 1960, isto é, de 1,2% a 3,6% do total da população de Angola (Pimenta, 2008: 197).

⁸⁶ Descendente de transmontanos, nasceu em Luanda, a 2 de outubro de 1935. Estudou no Liceu Salvador Correia até ao 7º ano. Participou dos movimentos culturais dos anos 1950 estando ligado à Sociedade Cultural de Angola. Foi membro do efêmero Partido Comunista Angolano surgido em 1958. Em 1962 partiu para Lisboa de onde seguiria para o exílio. Em Paris, fez parte da direção da Frente de Unidade Angolana (FUA) no exterior. Participou na fundação do Centro de Estudos Angolanos (CEA), em 1963, na Argélia. Integrou-se no MPLA, tendo desempenhado funções de relevo no Departamento de Informação e Propaganda (DIP) deste movimento. Foi um dos principais nomes da Revolta Ativa que emergiu em maio de 1974. No

Para muitos brancos angolanos, a chegada contínua e maciça de colonos portugueses, que se acentuou na década de 1950, arrogantes e cheios de preconceitos raciais quer contra os negros e mestiços, quer contra os brancos nados e criados em Angola, representava uma afronta e uma humilhação. Existia, realmente, um sentimento de alteridade: nós éramos angolanos, eles (os novos colonos) eram «matarroanos» e «bezugos», isto é, portugueses! Neste sentido, quando adolescentes, alguns de nós íamos (brancos, negros e mestiços) para o porto de Luanda «receber» os novos colonos com insultos orgulhosamente lançados sobre os recém-chegados! Víamos neles os instrumentos do sistema de dominação de que não gostávamos (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 38).

Os velhos colonos e seus descendentes se viram obrigados a enfrentar a competição dos metropolitanos pelos postos de trabalho, em particular na função pública, e pelo controle das melhores terras produtoras de café, sendo que os colonos recém-chegados eram favorecidos pela administração colonial em detrimento dos brancos naturais da colônia, rotulados de ‘euro-africanos’ e considerados ‘brancos de segunda’, logo, cidadãos de segunda.⁸⁷ Assim, os brancos naturais de Angola foram colocados numa posição de subalternidade social em relação aos metropolitanos. Pimenta (2008: 199-200) considera que, de certa maneira, o estatuto de cidadãos de segunda que distinguia os portugueses naturais de Angola dos metropolitanos aproximava-os dos mestiços, filhos de colonos, com os quais compartilhavam algumas características sociais e identitárias, espaços de sociabilidade, como as escolas e associações culturais, e até ideias políticas. Isso porque tanto os brancos naturais de Angola como os mestiços foram alvo de discriminação por parte do regime colonial que os impedia, por exemplo, de ascender a lugares de comando na administração civil e militar da colônia. Essa situação fomentou entre os descendentes de portugueses nascidos em Angola um profundo ressentimento em relação ao domínio colonial e a necessidade de afirmar, em termos culturais e políticos, a sua identidade especificamente angolana.

final de 1978 foi preso pela DISA – primeira polícia política angolana. No início de 1979 foi expulso de Angola para Portugal. Desde então vive no exílio, em Lisboa. Em 1991-92, participou junto com Gentil Viana e Mário de Andrade, duas outras figuras de destaque na Revolta Ativa, na tentativa de promover a aproximação das lideranças políticas angolanas, nomeadamente o MPLA e a UNITA, com o objetivo de preparar um processo de transição democrática sem violências. Para o efeito, esteve em Luanda pouco antes das eleições de 1992. Foi a última vez que esteve em seu país. (cf. Entrevista a Adolfo Rodrigues Maria, realizada em 14 de abril de 2011, em Lisboa).

⁸⁷ A institucionalização da distinção entre brancos metropolitanos e brancos naturais de Angola aconteceu no Recenseamento Geral da População de Angola de 1940 onde apareceu a categoria dos «Euro-Africanos» distinta dos «Europeus» (cf. Pimenta, 2008: 198).

Nesse sentido, a partir de finais dos anos 1940, vários jovens brancos nascidos e criados em Angola, tomaram ativamente parte, em conjunto com outros jovens intelectuais mestiços e negros, no processo de construção de uma identidade nacional angolana através da cultura, sobretudo da literatura.⁸⁸ Vários desses intelectuais eram muito influenciados por ideias/ideais de inspiração marxista e entendiam que seu papel era promover a consciência política do proletariado para potencializar a luta nacionalista da população colonizada. Foi com esse intuito que alguns deles participaram na formação do Partido Comunista Angolano (PCA) e/ou se engajaram em outras das organizações nacionalistas clandestinas que foram surgindo em Luanda a partir de meados dos anos 1950. Mas essa não foi a única via adotada pelos descendentes de portugueses radicados em Angola para expressar seu descontentamento em relação à dominação colonial. Como bem observa Pimenta (2008: 19), “a população branca [de Angola] nunca constituiu um bloco político homogêneo, no sentido em que não elaborou uma, mas várias identidades políticas”.

De acordo com o trabalho de Pimenta, o nacionalismo predominante entre a elite branca do Centro-Sul, nomeadamente do distrito de Benguela, se espelhava nos modelos nacionalistas americanos do século XIX. Isso é, tal como os *criollos* que assumiram o poder na América Latina, essa elite formada essencialmente por brancos nativos de Angola acreditava que lhe competia um papel político dinâmico na condução de Angola à independência e se julgava “no direito de assumir um papel de relevo na governação do novo país independente” (Pimenta, 2008: 210). A ideia dominante entre esses nacionalistas do Centro-Sul era a de alcançar a independência de forma pacífica e de comum acordo com o governo metropolitano. Por isso, nas eleições presidenciais de 1958, esses nacionalistas votaram maciçamente em Humberto Delgado esperando que sua vitória abrisse as portas para o derrube da ditadura e concomitantemente para a descolonização de Angola. Como esse projeto não teve sucesso, na sequência do início da luta armada de libertação em 1961, os nacionalistas do Centro-Sul liderados pelo Engenheiro Fernando Falcão, um descendente de colonos madeirenses, nascido em Moçâmedes e empresário no Lobito, organizaram o movimento político denominado Frente de Unidade Angolana (FUA) para exigir do governo português “a concessão imediata de uma autonomia política ao território, como primeiro passo para uma futura independência” (Pimenta, 2008: 227).

⁸⁸ Sobre a importância da literatura para a emergência da angolanidade veja-se, entre outros Andrade (1997), Rocha (2002a) e Padilha (2008).

3.2. As várias posturas políticas assumidas pelos descendentes de portugueses radicados em Angola durante a guerra de libertação nacional

Segundo Pimenta (2008: 230), quando a luta armada pela independência eclodiu as elites brancas de Luanda estavam divididas, desorganizadas e despreparadas para lidar politicamente com aquele problema. Por um lado, alguns empresários e intelectuais progressistas procuraram estabelecer um entendimento político com os movimentos de libertação, o que não foi possível tendo em vista que, na prática, o reconhecimento do direito dos brancos à nacionalidade angolana era um tema tabu, como demonstrarei adiante. Por outro, os setores mais conservadores da elite econômica pediram ao Presidente da República a proclamação do estado de emergência em Angola, o reforço dos efetivos militares estacionados na colônia, a constituição imediata de um Conselho Governativo pelas ‘entidades locais’ e a transferência do Ministério do Ultramar para Luanda. Em contrapartida, uma parte substancial dos brancos do distrito de Benguela apostou na organização da FUA, recusando o recurso à via militar para resolver o problema do estatuto político de Angola e acreditando que a independência deveria ser alcançada de forma pacífica e gradual mediante o exercício duma pressão política sistemática sobre o governo português.

Ainda em março de 1961 a FUA tentou lançar os alicerces duma plataforma política unificada que envolvesse os setores liberais da elite econômica e os membros de uma elite intelectual progressista ligada à Sociedade Cultural de Angola (SCA). A FUA julgava que seria possível reconstruir a unidade política outrora existente entre as comissões das candidaturas de oposição durante as campanhas para as eleições de 1958 e que isso poderia servir de base para a formação de uma ampla frente nacionalista suficientemente forte para conter a onda de violência associada ao início da luta armada de libertação nacional e criar as condições políticas para um acordo entre o regime colonial e todas as tendências nacionalistas sobre a questão da independência (Pimenta, 2008: 232). Mas as elites econômicas e os intelectuais progressistas tinham perspectivas inconciliáveis sobre a atribuição de direitos políticos à maioria indígena e sua consequente participação na governação de Angola. Os empresários liberais aceitavam a incorporação política da elite composta pelos mestiços e negros assimilados, mas não admitiam a ‘subversão’ da pirâmide social pela entrega do poder à maioria indígena, que até então ocupava a base da estrutura social na colônia. Em contrapartida, os intelectuais progressistas defendiam a

ideia de que o poder deveria ser confiado aos representantes políticos da maioria negra, ou seja, os movimentos de libertação. Na leitura de Pimenta (2008: 233),

O projeto político da FUA situava-se num ponto intermédio entre estas duas posições, no sentido em que defendia a elevação política da população negra, pela atribuição de direitos políticos à maioria indígena. Porém, a FUA considerava que a população branca tinha um papel dinâmico na autonomização política da colônia e na sua governação depois da independência. Esta era pensada em termos multirraciais e procurava a sua inspiração no Brasil.

Os esforços feitos pela FUA na tentativa de promover o consenso entre as várias tendências políticas esboçadas pelas elites brancas falharam e em junho de 1961, num contexto de fortalecimento da autoridade portuguesa em Benguela, a PIDE⁸⁹ deu início a uma ação de neutralização desse movimento prendendo e exilando seus dirigentes (Pimenta, 2008: 239). Enquanto as elites econômicas passaram a colaborar com a linha reformista do regime colonial representada por Adriano Moreira (*idem*, *ibidem*: 234), os intelectuais progressistas sentiam-se cada vez mais oprimidos pela repressão colonial. Por esse motivo, vários optaram por deixar o país e colaborar com a direção do MPLA no exterior atraídos por sua orientação política progressista, pelo tom antirracista de sua propaganda política, mas também pelo fato de que muitos dos dirigentes e quadros do MPLA tinham feito o mesmo percurso escolar e frequentado os mesmos ambientes associativos no campo cultural desses intelectuais brancos (*idem*, *ibidem*: 241-242).

No discurso oficial contido nas mensagens, declarações e panfletos produzidos pelo MPLA antes do início da luta armada, esse movimento reconhecia que o povo angolano era “formado por homens de diferentes origens raciais” e declarava opor-se “à opressão e à subjugação, sob quaisquer formas ou pretextos, de qualquer grupo racial sobre os outros grupos raciais” com a mesma energia devotada ao combate contra o colonialismo, por entender o racismo enquanto “uma manifestação inerente ao colonialismo” (Comitê Executivo do MPLA, 1960 *apud* Bragança; Wallerstein: 1978: 115-116). Contudo, quando em 1962, Adolfo Maria procurou sair de Portugal e ir ao encontro do MPLA foi informado de que “dentro do MPLA, já existiam problemas do foro racial” (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 59). Dadas estas circunstâncias, esse nacionalista foi então aconselhado “a falar com alguns elementos da FUA, que tinham sido deportados de Angola para Portugal” (*idem*, *ibidem*).

⁸⁹ Polícia política do regime colonial-fascista.

Foi assim que Adolfo Maria e outros jovens angolanos de ascendência portuguesa como Arthur Pestana (que mais tarde viria a ser conhecido como Pepetela), Maria do Céu Carmo Reis e Adelino Torres, passaram a integrar a FUA no exílio encarando essa organização como “um meio de exercer atividade nacionalista pela independência de Angola” (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 71), dado que “naquela altura era impossível um branco ser militante do MPLA” (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 62). A entrada desses jovens intelectuais progressistas na FUA transformou completamente a orientação ideológica do movimento que havia surgido em Benguela. A FUA no exílio tornou-se uma espécie de “grupo de apoio ao MPLA” (idem, *ibidem*: 59). Posição que Adolfo Maria, Sócrates Dáskalos, e João Mendes, enquanto membros da direção da FUA no exílio, deram a conhecer a Mário de Andrade, então presidente do MPLA, e Lúcio Lara, membro do Comitê Diretor deste movimento, numa reunião realizada em Paris no âmbito da preparação da Iª Conferência Nacional do MPLA. Sobre essa reunião, Adolfo Maria recorda que:

Falamos do trabalho de esclarecimento da população branca que poderia ser feito pela FUA acerca do nacionalismo progressista angolano, o que resultaria em benefício do MPLA. Referimos que uma parcela da minoria branca angolana poderia ser aliada do MPLA, o que seria muito positivo para o progresso da luta pela libertação de Angola. Referimos a hostilidade dos angolanos negros e mestiços em Paris e noutras capitais europeias para conosco, o que era sintoma de problemas a serem equacionados e resolvidos: o racismo e a cidadania angolana. Explicamos que a FUA era a emanção de certa população angolana e colocamos a questão da inserção da FUA no MPLA. Pedimos que a direção do MPLA estudasse formas de colaboração conosco, quer individualmente, quer como organização. Lúcio Lara respondeu-nos que a questão da entrada de brancos no MPLA seria discutida na Conferência do Movimento, em Dezembro (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 62-63).

Mas, “na realidade, a Conferência Nacional do MPLA de dezembro de 1962, nos seus considerandos e resoluções, apenas «apoia a luta progressista dos filhos dos portugueses»” (idem, *ibidem*: 63). Na perspectiva de Torres (2000: 16 *apud* Pimenta, 2008: 252), naquela altura “a direção do MPLA recusou a entrada de brancos no movimento, alegando que «as massas não estavam preparadas para ver brancos nas fileiras do MPLA»”. Rechaçar a participação dos brancos foi uma decisão coerente com a manobra política de ‘escurecimento’ da cúpula dirigente do movimento. Estratégia que foi adotada para fazer frente às críticas da UPA que acusava o MPLA de ser um movimento de ‘filhos de portugueses’ e privilegiados. Dessa forma o MPLA acabou por sucumbir à lógica de que a legitimidade nacionalista provinha da ‘raça’ e que esta era um dos

principais fundamentos da identidade angolana. Nessa perspectiva só os negros e mestiços, por serem também descendentes de negros, podiam ser considerados autenticamente angolanos.

Depois de tomar conhecimento das resoluções finais da Iª Conferência Nacional do MPLA, os autodenominados “Nacionalistas Angolanos de raça branca” enviaram uma “carta aberta ao Movimento Popular de Libertação de Angola”⁹⁰ dando a conhecer a repulsa suscitada pelo “estropiado e torpe conceito de nacionalidade que, naturalmente, verte da afirmação ‘portugueses progressistas nascidos em Angola’” contida nos documentos oficiais produzidos por aquela conferência. Esses indivíduos que se consideravam angolanos, apesar da ascendência portuguesa, defendiam

a aplicação ao caso angolano dum conceito de nacionalidade apoiado no “*jus solis*” [o que] conduziria logicamente à aceitação duma posição que visse como angolanos todos aqueles que houvessem nascido no território angolano, sem margem para quaisquer discriminações de raça, cor, credo político ou religioso, e em conformidade plena com o que reza a Carta das Nações Unidas (Nacionalistas Angolanos de raça branca *apud* Tali, 2001a: 454).

Além de se apegarem ao princípio do *jus soli* para corroborar sua angolanidade, os “Nacionalistas angolanos de raça branca” chamavam a atenção para o

fato da Independência Nacional estar a ser conquistada não só por elementos de raça negra, mas também (e muitos são eles) por representantes da etnia branca, nascidos ou vividos em Angola; negar tal participação, para além de um gritante ato de injustiça, seria desconhecer, como aliás lamentavelmente o temos constatado, as prisões e perseguições de toda a ordem de que têm sido vítimas aqueles que, embora de raça branca, mas animados do mesmo espírito de liberdade e descolonização, firmados na mesma esperança no futuro, se têm dedicado arduamente à luta pela libertação da nossa Pátria (*idem, ibidem*: 455-456).

E para responder àqueles que argumentavam que boa parte dos brancos era indiferente ou contrária ao processo de independência, sobretudo quando se projetava que o futuro governo deveria ser dirigido pelos representantes da maioria negra, os signatários desse documento chamavam a atenção para “a existência, para mágoa e tristeza de todos nós, de um grande número de elementos negros não só indiferentes, como também por vezes avessos a essa Independência, e até participando voluntariamente nas forças de repressão” (*idem, ibidem*).

⁹⁰ Um fac-símile desse documento encontra-se publicado em Tali (2001a: 454-456).

De acordo com Pimenta (2008: 253-256), as resoluções da Iª Conferência do MPLA também provocaram certa frustração entre os membros da FUA que se sentiram rejeitados por um movimento que internacionalmente procurava dar de si mesmo uma imagem progressista, antirracista e multirracial. Mesmo assim a FUA continuou a desenvolver as suas atividades nacionalistas⁹¹ e a almejar uma fusão ou integração no MPLA. Ao longo de 1963, a definição das relações com esse movimento teria dominado o debate político no seio da FUA que agregava os nacionalistas brancos então divididos em duas tendências: uns consideravam que uma fusão ou integração no MPLA devia acontecer numa base negocial em que ficasse explicitado de forma clara e evidente a igualdade de direitos entre a minoria branca e a maioria negra numa futura Angola independente; outros defendiam que a integração no MPLA deveria ser realizada na base da adesão ideológica a esse movimento. A impossibilidade de se construir um consenso sobre essa questão foi um dos fatores que levaram à dissolução da FUA em princípios de 1964.

Segundo o relato de Adolfo Maria (*apud* Pimenta, 2006a: 76-82), a partir de meados de 1963, a FUA não teve mais atividade política, mas a maior parte dos indivíduos que foram membros daquele movimento permaneceu em Argel, disposta a trabalhar em prol do nacionalismo angolano. Entretanto, Henrique Abranches – um estudioso de etnologia, chegou a essa cidade e, face ao insucesso em se integrar no MPLA naquela altura por ser branco, teve a ideia de formar um centro de estudos sobre Angola com o intuito de valorizar e dar a conhecer a cultura nacional angolana. Abranches discutiu a ideia com Adolfo Maria e alguns outros angolanos radicados em Argel e, em 1964, foi instituído o Centro de Estudos Angolanos (CEA). O CEA nasceu como um organismo autônomo, mas a totalidade dos seus membros identificava-se com o MPLA. Isso explica a intensa colaboração que existiu entre o centro de estudos e a representação do MPLA em Argel. Além disso, o apoio explícito de Agostinho Neto contribuiu para consolidar um certo enquadramento político do CEA que, desde meados de 1965, passou a ser subvencionado pelo MPLA sendo posteriormente integrado nesse movimento. A integração do CEA no MPLA foi ditada pelo pragmatismo político de Agostinho Neto que precisou suprir a falta de quadros na organização do movimento em Brazzaville no final dos anos 1960. Essa decisão causou polémica nalguns meios do MPLA, porque havia uma

⁹¹ Nomeadamente a realização de conferências e entrevistas, a publicação de artigos na imprensa e o envio de cartas de denúncia do problema angolano para vários chefes de Estado e a ONU. A FUA publicou ainda um “Programa e Estatutos” e um jornal intitulado *Kovaso* (*cf.* Pimenta, 2008: 245).

tentativa de reduzir o CEA a um grupo de brancos e a participação desses indivíduos na luta pela independência continuava a ser alvo de desconfiança entre alguns militantes e quadros negros e mestiços. Por isso, a posição dos brancos no MPLA ficou, desde o início, muito dependente da vontade política pessoal de Agostinho Neto enquanto presidente do movimento.

Em fevereiro de 1968, Mário de Andrade, o antigo presidente do MPLA, reconhecia que havia chegado o “momento de sair do impasse da negritude” aderindo ao processo histórico desalienante em que brancos, negros e mulatos deixariam de estar em oposição entre si e em que o drama dos seus destinos se desenrolaria numa retumbante verdade humana: a revolução. Essas seriam as principais características de um “processo real de descolonização” (Andrade, 1968 *apud* Bragança; Wallerstein: 1978b: 286) Em junho do mesmo ano, Agostinho Neto declarava que o objetivo do movimento era “combater aqueles que apoia[va]m o regime colonial” e que, portanto, todos aqueles que manifesta[sse]m o desejo, seja de que forma for, de não cooperar com o regime colonial, não deve[ria]m ser desprezados ou tratados como inimigos” (Neto, 1968 *apud* Bragança; Wallerstein: 1978a: 277). Neto chamava atenção para a necessidade de abandonar os limites estreitos dos preconceitos raciais para não correr o risco de confundir amigos com inimigos, pois o combate travado pelo MPLA não era “uma luta isolada no mundo; faz[ia] parte de uma luta global da humanidade para pôr termo à exploração do homem pelo homem” (idem, *ibidem*). Ou seja, com o avanço da luta de libertação nacional pelo menos no discurso das principais lideranças do MPLA foi recorrente a presença da mensagem de que a cor da pele não era ou, pelo menos, não deveria ser um fator determinante para definir o principal inimigo contra o qual se lutava. O desafio era desconstruir a imagem, consolidada por razões históricas, sociais e pela experiência vivida pela maioria da população negra, de que os brancos eram seus inimigos. Por outro lado, era também importante libertar a população branca do terror racista sob o qual vinha sendo mantida pela potência colonial para assegurar o seu apoio. Cabendo lembrar, como bem o faz Pimenta (2008: 432), que o afastamento político da maioria da população branca em relação aos movimentos de libertação foi amplamente condicionado pela propaganda política da ditadura e pela repressão policial. Entretanto, nas disputas internas pelo poder a confusão entre ‘amigos’ e ‘inimigos’ não só fragilizou o MPLA como contribuiu para

aprofundar a fratura abissal cavada pelo racismo que marca a sociedade angolana desde os tempos coloniais.

No início dos anos 1970, a composição sociocultural e racial da representação do MPLA instalada em Brazzaville, a repartição dos papéis atribuídos aos diferentes quadros e militantes num contexto de guerra em que aumentava a virulência das ofensivas perpetradas pelo exército colonial e a complexidade das relações entre os diversos grupos etnolinguísticos e raciais integrados no movimento constituíram a origem de conflitos e de contestações que levaram à fragmentação do MPLA.

De acordo com Jean Michel Mabeko Tali (2001a: 171), a partir do final da década de 1960, era notável a predominância de quadros brancos e mestiços no funcionamento quotidiano da representação do MPLA em Brazzaville. Além disso,

o quotidiano dos militantes de diversas raças e condições sociais não era o mesmo nem era compartilhado no âmbito de uma comunidade unida. Pelo contrário. Os militantes negros e não negros, embora convivendo, viviam em cenários sociais mais ou menos diferentes. E, especialmente, frequentavam meios congolenses diferentes: os meios oficiais, e mais ou menos da elite social congolense, eram frequentados pelos quadros e intelectuais mestiços e brancos, ou por alguns raros dirigentes negros do MPLA, ao passo que, de uma maneira geral, e embora com exceções, havia de fato um MPLA «popular» que vivia no meio popular congolês e não tinha contatos com os meios oficiais congolenses a não ser no âmbito de acontecimentos específicos e, portanto, raros. [...] Este fato teve, igualmente, por consequência que, em regra, apenas os membros da direção do Movimento (sem distinção de raças) gozassem de facilidades na obtenção de documentos excepcionais como, por exemplo, os passaportes, de serviço ou diplomáticos, com a subsequente cobertura diplomática oferecida pelos países hospedeiros (Tali, 2001a: 172-173).

Essa situação ajudou a fomentar o descontentamento entre os guerrilheiros que, desde 1969, enfrentavam nas matas o aumento da ofensiva militar portuguesa. Nesse ano emergiu a Revolta do Leste que se prolongaria por anos, contando, a partir de 1972, com a liderança de Daniel Chipenda, na altura um alto responsável da direção política do MPLA. Esse movimento de contestação acusava a direção do MPLA de privilegiar a Frente Norte em matéria de armamentos e garantir aos dirigentes mestiços e brancos mais privilégios e melhores postos nas estruturas do movimento. Além disso, acusava os intelectuais de não se identificarem com o povo e de gozarem de todas as regalias.⁹²

Enquanto na Frente Leste se tentava superar o já longo estado de crise através da organização de um ‘movimento de reajustamento’, a direção do MPLA se viu obrigada a

⁹² Sobre a Revolta do Leste veja-se Tali (2001a: 119-168; 270-273).

lidar com outra crise. Em março de 1972, os chefes militares da Frente Norte se amotinaram e exigiram uma reunião com a direção do movimento. No mês seguinte teve início uma assembleia geral do MPLA e os amotinados apresentaram um manifesto onde denunciavam o ‘oportunismo’ de certos militantes dirigentes, que acusavam de sabotar a luta de libertação nacional. A principal questão levantada em suas reclamações era o papel dos mestiços, dos brancos e dos intelectuais na organização. Os chefes político-militares da Frente Norte contestavam aquilo que julgavam ser o estatuto privilegiado de que gozariam os militantes com essas características somáticas e sociais, pois eram poupados de tarefas essenciais da luta armada com o objetivo de “preservar as suas vidas, para apenas amanhã serem chamados nas cadeiras dos Ministérios” (Manifestação político-militar dos militantes da II Região⁹³ *apud* Tali, 2001a: 337). Por isso os amotinados que se autointitulavam como “filhos de origem da camada mais explorada” pediam “a substituição imediata de todos os mestiços, ao nível da direção do Movimento, assim como em outros departamentos que constituem a segurança e a vida do Movimento e da Luta” (Manifestação político-militar dos militantes da II Região *apud* Tali, 2001a: 339) e o afastamento de “todos os portugueses considerados como militantes” (*idem*, *ibidem*: 340).

Segundo a leitura de Tali (2001a: 177-178), as elites político-militares das frentes Leste e Norte representavam dois grupos distintos da elite rural que disputavam o domínio da direção do movimento. Mas se esse ponto da situação os dividia, era comum o desejo de afastar os não negros – ou seja, os mestiços e brancos – das estruturas de direção do MPLA. Muitos dos quadros mestiços eram membros fundadores, sendo, portanto, bastante difícil afastá-los da direção do movimento. Já os brancos, foram os últimos a serem integrados e, conforme o exposto anteriormente, nunca deixaram de ocupar uma posição extremamente vulnerável e dependente da vontade política de Agostinho Neto. Assim, na Assembleia Regional Extraordinária das I^a e II^a Regiões Militares do MPLA, realizada na base militar de Dolisie (Congo-Brazzaville), de 9 a 16 de abril de 1972, enquanto os quadros mestiços foram criticados e repreendidos por sua fraca presença nas frentes de combate, os brancos foram “sacrificados” para acalmar os ânimos dos revoltosos, pois nessa reunião ficou decidido que os brancos não poderiam ser militantes, mas apenas simpatizantes do movimento (Pimenta, 2008: 264).

⁹³ Veja-se anexo III contendo mapa indicativo das Regiões Político-Militares do MPLA.

Para Adolfo Maria (*apud* Pimenta, 2006a: 63), desde a Iª Conferência do MPLA “a questão racial e a da cidadania ficaram para segundo plano” e “durante anos e anos, nunca houve coragem para levantar e discutir estas questões. Só em [maio de] 1974, no Manifesto da Revolta Ativa,⁹⁴ o Apelo dos 19, é que elas foram equacionadas”. Contudo, nesse documento⁹⁵ a questão racial não aparece exatamente em primeiro plano considerando que não há um ponto de discussão dedicado exclusivamente a abordar esse problema. Nomeadamente no que diz respeito à participação de indivíduos de ascendência portuguesa ou europeia, isto é, os brancos e mestiços, na luta contra o colonialismo, no pequeno excerto que se segue é possível observar o registro de um repúdio implícito a sua exclusão uma vez que se considerava essa participação como o cumprimento de um dever patriótico. Fica subentendido que o cumprimento desse “dever” confirmaria a legitimidade da pertença de qualquer indivíduo, independentemente de suas origens étnico-raciais, entre outras características como gênero, religião e ideologia, enquanto cidadão angolano. De acordo com o *Apelo da Revolta Ativa aos quadros do MPLA*,

a exploração e a opressão coloniais constituem o maior flagelo para a grande maioria das camadas sociais da nossa população, e isso, independentemente da sua origem racial, étnica ou nacional. A Nação angolana está em formação e todos os que lutam realmente contra o inimigo colonialista são objetivamente nacionais angolanos. / O fato de resistir à colonização cimenta a Nação em construção. Constitui um dever sagrado de todos os nacionais independentemente da sua ideologia política, local de nascimento, sexo, origem racial ou étnica, da sua religião ou da nacionalidade dos seus antepassados, lutar pela construção de uma Angola definitivamente liberta do flagelo colonial. / É cumprindo inteiramente esse dever primordial para com a Pátria, o nosso continente e o mundo, que nos tornamos realmente cidadãos nacionais angolanos, um povo digno do respeito dos demais povos do mundo (*apud* Tali, 2001a: 361).

A guerra de independência produziu alterações muito significativas nas identidades políticas dos brancos de Angola. Antes da guerra, muitos colonos tinham construído a sua identidade baseada na ideia de que eram os principais obreiros da emergente nação angolana. Mas o levante armado da população colonizada, com destaque para os massacres ocorridos no Norte em março de 1961, demonstraram que entre a maioria negra vários

⁹⁴ Dissidência que se deu a conhecer pouco depois do golpe de Estado que derrubou a ditadura salazarista em Portugal. Formada essencialmente por quadros intelectuais mestiços e brancos, a Revolta Ativa contaria também com a adesão de elementos que, por diversos motivos, haviam se afastado da luta armada e das estruturas do MPLA e trabalhavam como funcionários do governo hospitaleiro do Congo (Brazzaville). Para uma descrição mais detalhada sobre a emergência e o malogro da Revolta Ativa veja-se Tali (2001a: 184-190; 255-268; 273-275).

⁹⁵ Que pode ser consultado em Tali (2001a: 354-371).

indivíduos tinham um entendimento completamente diferente da ideia de nação angolana. Um entendimento que não só negava aos brancos qualquer centralidade no processo de formação da nacionalidade angolana, como, de modo geral, os excluía dessa mesma nação. Perante essa situação, ganharam corpo duas macrovisões diferentes do problema da nacionalidade entre a população branca. Os intelectuais progressistas aderiram primeiro à FUA no exílio e posteriormente ao MPLA sempre buscando criar condições políticas para a continuação da comunidade branca no país depois da independência, entendendo que a população branca era uma das muitas componentes da nação angolana e que, portanto, deveria ter exatamente os mesmos direitos e deveres políticos do restante da população angolana, tanto na condução da independência do país como na sua governação depois desta. Por seu turno, alguns membros da elite econômica interessados na manutenção de seus privilégios garantidos pelo colonialismo aderiram a uma estratégia de resistência política e militar aos esforços dos movimentos de libertação nacional para tomar o poder. De acordo com Pimenta (2008: 433), essa resistência era motivada pela ideia de que os brancos não teriam lugar numa futura sociedade angolana independente caso os movimentos guerrilheiros tomassem sozinhos o poder em Luanda. A saída dos brancos do antigo Congo Belga em 1960, muitos dos quais utilizaram a fronteira norte de Angola como rota de fuga difundindo o pânico entre os colonos locais ao relatar as violentas reações dos congoleses à dominação colonial, e o êxodo maciço de quase um milhão de *piets-noirs*⁹⁶ da Argélia em 1962 eram os exemplos que alimentavam os receios políticos desses setores das elites brancas de Angola.

Enquanto a repressão colonial fez de tudo para eliminar os poucos espaços de consciencialização política existentes na colônia e nos meios estudantis da metrópole tornando a população branca de Angola mais suscetível de ser influenciada pela propaganda colonial, os movimentos guerrilheiros não fizeram nenhum esforço no sentido de conquistar o apoio político dessa minoria da população. Antes pelo contrário. Como demonstram os trabalhos de Pimenta (2006a, 2006b, 2008) e Tali (2001a), de modo geral, os guerrilheiros consideravam que os brancos não deviam participar na luta pela independência por não serem “autênticos angolanos” e essa percepção em muitos momentos foi compartilhada ou, pelo menos, acatada por figuras que exerciam papéis de liderança, tanto na esfera política como na militar, no seio dos movimentos de libertação.

⁹⁶ Maneira como eram chamados os colonos franceses radicados na Argélia.

Reflexos importantes dessa situação ganhariam um peso ainda mais significativo depois do 25 de abril de 1974, nomeadamente durante as disputas políticas que antecederam a consolidação da independência.

3.3. Do pós-25 de abril de 1974 ao 11 de novembro de 1975: as opções políticas disponíveis aos brancos e mestiços que não participaram da luta armada

Em 1974 a população branca residente em Angola era de meio milhão de pessoas, incluindo os militares e seus familiares (*cf.* Bender, 1978: 28). Um terço dessas pessoas havia nascido em Angola (Figueiredo, 2012: 19). Tratava-se da segunda maior concentração de população branca em todo o continente africano, superada apenas pela da África do Sul. Contudo, como recorda Adolfo Maria (*apud* Pimenta, 2006a: 73), “não havia um pensamento político comum aos brancos. Não havia uma consciência de comunidade entre os brancos de Angola”. Por isso, “quando se deu a queda do poder fascista em Lisboa, em 25 de abril de 1974, apareceram profundas clivagens no seio da população branca” (Maria *apud* Pimenta, 2006a: 72). Inicialmente, um setor muito minoritário dessa população tomou atitudes ultrarreacionárias apoiando as manobras provocatórias da PIDE que incluíram uma onda de assassinatos de indivíduos negros iniciada em Luanda logo após o golpe de Estado em Lisboa.⁹⁷ Posteriormente, alguns grupos políticos tentariam emplacar um projeto de independência à rodesiana, ou seja, garantir a permanência do poder nas mãos da diminuta elite branca. Em contrapartida, vários indivíduos brancos, sobretudo os que viviam em Luanda e no litoral centro, aderiram aos projetos políticos defendidos pelos movimentos de libertação que se destacaram durante a luta armada (MPLA, FNLA e UNITA). Enquanto isso, uma grande parte da população branca não defendeu abertamente nenhuma dessas propostas políticas e se manteve expectante. Segundo a leitura de Pimenta (2008), a maioria da população branca entrou no período de transição para a independência praticamente sem pontos políticos de referência e consideravelmente ignorante do processo político angolano. Ou seja, de modo geral, na sequência do golpe de Estado de 25 de abril de 1974 que derrubou o regime colonial-fascista, essa franja da população vivenciou uma profunda desorientação política e uma grande ansiedade em relação ao seu futuro em Angola.

⁹⁷ Veja-se no anexo IV a fotografia de um panfleto alusivo às manobras provocatórias fomentadoras do ódio racial.

O relato de D. Úrsula, antiga professora do Liceu Industrial de Luanda, retrata a experiência da maioria dos descendentes de portugueses radicados em Angola que optaram pelo não envolvimento direto nas disputas pelo controle do poder que antecederam a consolidação da independência. Durante duas sessões de entrevista realizadas em meados de 2012, na cidade de Coimbra, onde vive desde outubro de 1975, D. Úrsula comentou que, tendo alunos militantes dos três movimentos de libertação – MPLA, FNLA e UNITA –, manteve sempre um “*certo distanciamento crítico*”⁹⁸ em relação a esses movimentos com o intuito de preservar a boa convivência não só com todos os seus alunos, mas com a população em geral. Como “*ouvia muitas coisas dos três [movimentos de libertação] e necessitava de muita informação para poder alinhar por algum*”, logo após o 25 de abril passou a frequentar as reuniões realizadas, aos sábados, no Liceu Feminino,⁹⁹ buscando dessa maneira acompanhar o debate político sobre os destinos do futuro país. Sobre essa fase, volvidos quase 40 anos, D. Úrsula reconheceu: “*eu queria conscientizar-me, ou seja, eu queria politizar-me, porque eu não era nada politizada. E quem o era?!*”. Em 1975, essa professora em início da carreira tinha 24 anos. Durante nossa entrevista ela avaliou que, dada a sua formação e aptidão para a assistência social, considerava-se um “*quadro*” importante para Angola. Então, mesmo durante o que chamou de “*fase difícil*”, quando “*as rajadas de metralhadoras eram o pão nosso de cada dia*”, não teria pensado em deixar a cidade onde nasceu. Sobre o início da guerra civil D. Úrsula enfatizou as seguintes recordações: “*nós brancos que não tínhamos a ver com estas guerras entre os três movimentos de libertação, nós dizíamos assim: isto é a guerra deles. Nós não temos nada a ver com isto. Eles que se entendam*”. Só depois de ouvir vários relatos de episódios de violações sexuais de jovens brancas por supostos militantes dos movimentos de libertação e passar a temer tornar-se vítima de semelhante violência D. Úrsula decidiu acompanhar

⁹⁸ Este e os demais trechos grafados em itálico ao longo deste parágrafo correspondem a excertos do depoimento de D. Úrsula durante entrevista realizada em 30 de maio e 06 de junho de 2012, em Coimbra. Cabe desde já esclarecer que a opção por incluir no corpo do texto desta tese de doutoramento, sempre destacados pela grafia em itálico, os excertos dos discursos produzidos por meus interlocutores durante a realização do trabalho de campo inspira-se na perspectiva de Johannes Fabian (2013), que não só questiona a cisão “Nós/Outros” e dicotomias que dela advém como defende que a intersubjetividade presente no trabalho de campo etnográfico deve prevalecer no processo escrito, como reconhecimento do tempo que nos é compartilhado e que faz de “Nós” parte dos “Outros” e vice-versa. O uso da grafia diferenciada para destacar esses excertos tem a intenção de, por um lado, valorizar o protagonismo e o contributo das pessoas que compartilharam comigo suas memórias e visões de mundo e, por outro, demonstrar que o texto reflete os resultados do trabalho que fiz com (e não sobre) essas pessoas.

⁹⁹ Forma como era conhecido por todos em Luanda o Liceu D. Guiomar de Lencastre (cf. Figueiredo, 2012: 7)

sua família na fuga para Portugal. Ou seja, a fuga de D. Úrsula e de sua família teria sido inspirada pela propagação do medo através de boatos sobre (re)ações violentas dos colonizados, fortalecidos pela desestabilização da administração colonial pós-25 de abril de 1974, contra os colonos que, literalmente, encarnavam a dominação portuguesa em Angola.

Um dos *leitmotiv* do Movimento das Forças Armadas (MFA), responsável pelo golpe de Estado de 25 de abril de 1974, foi o reconhecimento de que a solução do problema ultramarino, ou seja, da(s) guerra(s) travada(s) em Angola, na Guiné e em Moçambique, era uma questão política e não militar.¹⁰⁰ Entretanto, no seio do MFA não havia consenso sobre as estratégias a adotar para alcançar a almejada solução política para o problema colonial. Enquanto alguns membros do MFA defendiam o reconhecimento imediato do direito dos povos colonizados à autodeterminação, o general Spínola, eleito presidente da Junta de Salvação Nacional (JSN) que assumiu o governo em Portugal após o golpe de Estado, era defensor de uma autodeterminação a prazo, ou seja, de uma condução faseada da descolonização sob a tutela do Estado português. Proposta que Spínola havia apresentado no livro *Portugal e o Futuro*, que veio a público em fevereiro de 1974, causando grande impacto na sociedade civil e militar portuguesa e cujos reflexos também se fizeram notar em Angola. Segundo Medeiros Ferreira (1993: 72 *apud* Meneses e Gomes, 2013: 86), a proposta de Spínola para solucionar o problema colonial teria sido encarada por muitas pessoas no seio da diversa comunidade branca da maior colônia de povoamento mantida por Portugal em África como “uma das últimas oportunidades para a representação política autônoma dos colonos portugueses no processo de independência de Angola”. Imaginário reforçado quando, em 11 de junho de 1974, Spínola nomeou o general Silvino Silvério Marques¹⁰¹ para governar Angola. O MPLA criticou veementemente essa nomeação afirmando que dessa maneira “o colonialismo português aliado do imperialismo internacional reforça[va] as suas posições de explorador e opressor

¹⁰⁰ Vide o próprio “Programa do M.F.A.” [disponível em <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/docs25a/MFA1-4.HTM>, acesso 20 nov. 2013] e o comunicado “O “Movimento”, as Forças Armadas e a Nação”, tornado público em 5 de março de 1974 [disponível em <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=552&verGaleria=1>, acesso 20 nov. 2013].

¹⁰¹ Já tinha exercido o cargo de governador de Angola entre 1963 e 1966, quando se distinguiu por colocar em prática a demagógica política denominada “ação psicossocial” para “conquistar os corações e mentes” das populações coloniais, o que lhe valeu muitas simpatias entre os colonos e certa camada de assimilados contrários à independência.

do Povo Angolano”.¹⁰² Estudantes, professores e trabalhadores, mobilizados pelo recém-fundado Movimento Democrático de Angola (MDA)¹⁰³ e por militantes do MPLA, promoveram greves para exigir o afastamento de Silvério Marques (Pacavira, 2008: 17). As figuras mais proeminentes dentre os representantes do MFA em Angola também fizeram pressão para que o governador fosse substituído com a maior urgência, visto que a tensão social de cariz racial em Luanda tinha aumentado perigosamente sob sua administração.

Silvério Marques foi rapidamente afastado e compelido a regressar a Lisboa, mas deixou como herança o incêndio da tensão racial que seria um dos fatores complicadores do processo de consolidação da independência. O exemplo mais paradigmático dessa onda de violência teria lugar nos dias 11, 12 e 13 de julho de 1974, quando, após o assassinato de um taxista branco, grupos de colonos racistas mataram pessoas indiscriminadamente nos muceques de Luanda. Na sequência desse incidente, um enfermeiro negro simpatizante do MPLA foi morto, o que por sua vez, gerou violência contra os brancos. Segundo Figueiredo (2012: 37), “nestes dias morreram centenas de pessoas, na maioria negros, nos distúrbios dos muceques que circundavam Luanda. De onde saíram mais de 5 mil brancos, que ali residiam ou possuíam comércio, para serem encaminhados para Portugal”. Assim teve início a saída dos portugueses de Angola.

Com a posse do II Governo Provisório, em 18 de julho de 1974, o MFA assumiria maiores responsabilidades políticas executivas, com reflexos na clarificação e no avanço da descolonização (Melo Antunes *apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 292). O primeiro marco sinalizador dessa mudança foi a promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74, em 27 de julho, confirmando “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, inclui[ndo] a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. Além de oferecer o suporte jurídico necessário para desencadear o processo de transferência de poder aos representantes das populações dos territórios colonizados,

¹⁰² *cf.* Panfleto do MPLA alusivo à nomeação do general Silvério Marques como governador de Angola. S./l. Centro de Documentação 25 de Abril. Espólio António Belo (A25A). Descolonização de Angola. CCPA – Documentos/I.

¹⁰³ Criado em 2 de maio de 1974, em Luanda, por um grupo de intelectuais progressistas e liberais, que tradicionalmente tinham se colocado na “oposição” à ditadura. O MDA reconhecia os movimentos que fizeram a luta armada pela independência como os legítimos representantes do povo angolano e partilhava de uma linha ideológica de esquerda próxima do MPLA. Segundo Pimenta (2008: 355), as ideias defendidas pelo MDA ficaram circunscritas a uma base social de apoio bastante restrito entre os setores mais instruídos da população urbana branca e mestiça.

essa lei foi também um importante instrumento político na medida em que ajudou a tranquilizar os movimentos de libertação quanto às reais intenções portuguesas. Porém, entre a promulgação da lei e sua aplicação real havia grandes desafios por superar. Um deles foi a insistência de Spínola em defender que a transição para a independência, especialmente a de Angola, se fizesse de modo lento e gradual.

Em 9 de agosto de 1974 a JSN difundiu um comunicado em que definia, unilateralmente, ou seja, sem a participação de representantes dos movimentos de libertação, um programa para a descolonização de Angola. Tal programa estabelecia determinados passos a adotar depois de obtido o cessar-fogo. Entre eles a constituição de um governo provisório de coligação, com representação de todos os movimentos de libertação em paralelo com os grupamentos étnicos mais expressivos de Angola, incluindo os brancos. Outros passos seriam a elaboração de uma lei eleitoral, a realização de um recenseamento eleitoral na base um homem (ou mulher) / um voto, e a eleição de uma Assembleia Constituinte no prazo aproximado de dois anos, a qual definiria o tipo de relações a estabelecer com Portugal. Referência que trazia implícita a admissão de que pudesse haver outras soluções para o problema colonial que não a independência. Esse programa de descolonização, esboçado para se estender por um período de três a cinco anos, chegava mesmo a antecipar algumas das resoluções que deveriam constar da Constituição do futuro país, como, por exemplo, quais seriam os órgãos do aparelho de Estado e as formas da sua escolha. Resoluções essas que só aos futuros constituintes competiria definir.

Na avaliação de Pezarat Correia (1991: 86), essa proposta de programa para a descolonização foi um projeto fadado ao fracasso desde a sua partida. Na realidade, esse programa de descolonização para Angola apresentado em nome da JSN refletia mais um esforço do presidente Spínola com o intuito de assumir “pessoalmente” os rumos desse processo. Nesse sentido, em 27 de setembro, Spínola convocou as “Forças Vivas de Angola”, isto é, “não só os movimentos de libertação como as demais correntes de opinião que traduz[i]am opções diversas quanto ao regime político da Angola do futuro” (Spínola, 1976: 206), para uma reunião de trabalho em Lisboa. Além de apresentar as linhas gerais do programa de descolonização para os angolanos, nesse encontro o presidente da JSN reforçou a ideia de que “o processo de descolonização só poder[i]á, então, considerar-se terminado quando o povo de Angola tiver votado a sua própria constituição política e

instituído, pela via constitucional, os seus órgãos de soberania. Se assim não for, jamais Angola será de fato independente” (idem, *ibidem*: 205).

Angola sempre esteve próxima do centro do conflito entre Spínola e o MFA durante os turbulentos primeiros meses que se seguiram ao golpe que derrubou o Estado Novo. Em pouco tempo a estratégia de Spínola para resolver o problema colonial em Angola se mostraria impraticável. Isso porque, manter a tutela de Angola, mesmo no curto prazo, significava continuar a guerra cujo término fora um dos principais objetivos do golpe de Estado realizado pelo MFA. E, em sua grande maioria, os militares portugueses não estavam dispostos a agir de nenhum modo que viesse a prolongar sua permanência nos territórios ultramarinos (Maxwell, 2006: 124).

Na altura da reunião com as “Forças Vivas de Angola” o conflito entre o MFA e Spínola atingira o seu limite máximo. Numa tentativa de recuperar o poder que vinha perdendo, o general buscou o apoio da “maioria silenciosa”. Membros da velha oligarquia financeira e empresarial ajudaram a financiar a propaganda para o apelo de Spínola que tentava mobilizar para o dia 28 de setembro uma marcha “pacífica” sobre Lisboa com o intuito de corroborar a sua política. Os militantes de esquerda ergueram barricadas que impediram o acesso da população do interior à capital do país. Mais de 200 personalidades “suspeitas” de apoiarem essa tentativa de manifestação “reacionária” foram presas e algumas armas foram confiscadas. O fracasso desse evento levaria Spínola a renunciar à presidência. Assim, o MFA que marchava para a esquerda passaria a deter, de fato, o poder político-militar do país (Secco, 2004:129-130).

As crises que levaram Portugal decisivamente para a esquerda deram um impulso inexorável à independência das colônias em África. Enquanto as negociações com os movimentos nacionalistas africanos para arquivar as transferências de poder ganhavam força, em Portugal, o MFA também se fortalecia chegando ao ponto de conseguir remover do poder os moderados de Lisboa que desejavam manter a África portuguesa ou, pelo menos, manter a descolonização a um ritmo bastante lento.

Contudo, a posição assumida pelo MFA em relação à descolonização enfrentou resistências por parte de alguns colonos, cujo poder estava entrelaçado com as instituições políticas e econômicas do Estado colonial e que não estavam preparados para renunciar aos seus privilégios, bem como de altos responsáveis portugueses mais conservadores. Esses descontentes apoiaram o surgimento de organizações com projetos rivais para a

independência como a Frente de Resistência Angolana (FRA),¹⁰⁴ o Exército Secreto de Intervenção Nacional (ESINA), a Resistência Unida de Angola (RUA) e o Exército Secreto Angolano (ESA) que tinham como objetivo assegurar a continuidade do poder branco e da exploração capitalista em Angola.

Como bem observam Maria Paula Meneses e Catarina Gomes (2013), é preciso ter em conta que a emergência desses grupos de nacionalismo branco com aspirações independentistas dialogava com um projeto mais amplo – promovido pela África do Sul desde os anos 1960 e apresentado a Angola, Moçambique, Rodésia,¹⁰⁵ Malawi, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Zâmbia –, que visava construir uma ‘Terceira África’ (Rhodie, 1968) assegurando o regime do *apartheid* através da fundação de um bloco político-econômico forte na região austral do continente. Nesse sentido, cabe destacar que em 1974, parte significativa da população branca residente no continente africano estava concentrada em Moçambique, Angola, África do Sul e Rodésia, e que Angola e Moçambique representavam, juntamente com o Sudoeste Africano,¹⁰⁶ uma ‘zona tampão’ entendida como fundamental para a segurança dos regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul.¹⁰⁷ Para esses governos a possibilidade de que Angola e Moçambique se tornassem países independentes governados por regimes políticos oriundos de seus respectivos movimentos de libertação representava, de fato, vários perigos tendo em vista que a concretização dessa hipótese alargaria suas fronteiras à infiltração da guerrilha nacionalista, ameaçaria o vital acesso ao mar e, sobretudo, colocaria em causa a hegemonia

¹⁰⁴ Criada a 19 de julho de 1974, por iniciativa de Nuno Cardoso da Silva, secretário de Silvério Marques, entre outros (Meneses e Gomes, 2013: 92). De acordo com Guerra (1988), a FRA tinha por ideólogos Fernando Pacheco Amorim e Francisco Roseira e era apoiada pelo último governador da Guiné, general Bettencourt Rodrigues, pelo major Mariz Fernandes, membro da facção spinolista do MFA, e por Silvério Marques, último governador geral de Angola. Em Luanda, essa organização mantinha contatos com outros agrupamentos políticos ‘fantoques’, como o Partido Cristão Democrata de Angola (PCDA) e a União Nacional de Angola (UNA), criados e promovidos por inspiração do general Spínola no âmbito do seu projeto de descolonização faseada com vistas à implantação de um regime federalista. Segundo informações divulgadas pela edição de 17 de novembro de 1975 do *Diário de Luanda* (apud Meneses e Gomes, 2013: 93), a FRA era composta por civis da Organização Provincial de Voluntários da Defesa Civil, por militares e paramilitares das Tropas Especiais, dos Flechas, do Serviço de Centralização e Coordenação das Informações de Angola e da 2ª Repartição (de Informações) do Estado-Maior. Disponha da rede de transmissão da PIDE/DGS e mantinha contatos com a África do Sul, através do coronel Santos e Castro e de Pinto Ferreira, graduado da PIDE que trabalhava com a polícia secreta da África do Sul.

¹⁰⁵ Atual Zimbábue.

¹⁰⁶ Atual Namíbia, na altura um ‘protetorado’ sul-africano.

¹⁰⁷ A manutenção desta ‘zona tampão’ motivou a formalização de uma aliança secreta, que recebeu o discreto nome de *Exercício Alcora*, entre Portugal, África do Sul e Rodésia contra a ‘insurreição’ africana (cf. Meneses e Martins, 2013).

branca na região. Não por acaso, a FRA, que chegou a preparar um golpe de Estado desmantelado pelo MFA a 23 de outubro de 1974,¹⁰⁸ contou com o apoio da África do Sul.

Mas é preciso lembrar que a adoção de posturas extremistas não foi uma exclusividade de uma minoria branca. No pós-25 de abril, quando se abriu o debate político sobre o futuro de Angola, também emergiram posturas extremistas entre a maioria negra. Um artigo publicado no jornal *A Província de Angola*, em 19 de junho de 1974, denunciava que

dentro da liberdade de expressão de pensamento garantida pela Junta de Salvação Nacional para o debate franco e aberto do «Problema Ultramarino», alguns deixaram já cair repentinamente a máscara que os protegia da PIDE/DGS, das prisões e campos de concentração; e dizem até que nem os MESTIÇOS têm direito a ficar numa Angola independente do futuro. Que extremistas! Que insensatos! (Pinto, 1974: 27).

Na sequência dessa peça jornalística o autor identifica o racismo e o extremismo como os grandes desafios a serem enfrentados pelos angolanos no momento em que se buscava consolidar a independência do país:

Impõe-se que os povos angolanos, tão lamentavelmente divididos por profundos antagonismos étnicos e ideológicos, se identifiquem primeiramente como «Nação» unificada antes de se constituírem em «Estado» soberano. Na conquista desse objetivo, impõe-se simultaneamente que cada um saiba respeitar a identidade rática do seu concidadão e os seus direitos legitimamente adquiridos, na plena convicção de que não é a cor branca ou morena da pele, em si, nem o fruto do trabalho honesto que impedem a independência de Angola e a plena realização dos seus naturais: os seus inimigos são outros e esses é que a nação angolana tem de combater e vencer na atual conjuntura.

Há mestiços criminosamente degenerados e «esquecidos» da sua dupla e honrosa ascendência euro-africana? Há brancos responsáveis por crimes impunes que geraram ódios e clamam por vingança?

Sem dúvida que os há, infelizmente, do mesmo modo que há pretos criminosamente implicados na colaboração prestada à sinistra polícia secreta do anterior regime contra os seus próprios irmãos de raça!

Há, portanto, que julgar com isenção e justiça, caso por caso. Há que evitar as generalizações precipitadas e evitar responsabilizar toda uma raça por crimes isolados de alguns dos seus membros.

Aqui se abre às elites intelectuais de Angola e aos líderes dos Movimentos de Libertação uma vastíssima tarefa que é, afinal, o maior desafio lançado à sua capacidade. Nisto se revelará a nossa maturidade política, se de fato a tivermos.

Descurar a solução dos problemas de base que afetam os legítimos direitos dos povos que pretende libertar e servir, para dar satisfação desordenada a recalcados instintos racistas e extremistas, só demonstra pura

¹⁰⁸ Cf. entrevista concedida por Álvaro, angolano de ascendência portuguesa, ex-membro do MFA e do MPLA, em Benguela, a 23 de novembro de 2012.

demagogia e desonestidade de propósitos, que não interessam a Angola nem à sua gente (Pinto, 1974: 29).

Ao lembrar que nem todos os negros foram simples vítimas da experiência colonial, dado que alguns desempenharam o papel de algozes ou, pelo menos, contribuíram para o infortúnio de seus ‘irmãos de raça’ ao colaborar com as forças da repressão que tanto ajudaram a perpetuar o colonialismo, e que nem todos os mestiços e brancos eram criminosos ou vis aproveitadores de uma condição privilegiada garantida pelo regime colonial, esse artigo explicita a complexidade das relações sociais construídas durante a experiência colonial e demonstra que a transição para a independência representava muito mais do que uma simples transferência de poderes. No seu sentido mais amplo, esse processo de transição constituiu um campo de disputas sobre várias representações e distintos projetos políticos, o que obrigou, tanto angolanos como portugueses, a repensar conceitos fundamentais e, em muitos casos, a redefinir suas trajetórias. Foi o que aconteceu entre alguns indivíduos brancos que procuraram ingressar nos movimentos de libertação reconhecidos pelo MFA como os únicos interlocutores legítimos a considerar durante as negociações para a efetivação da independência de Angola. Por sua vez, os movimentos de libertação, que durante a luta armada tanto rechaçaram a participação dos brancos, também se viram obrigados a reavaliar suas posturas ao perceber que sem o contributo desses indivíduos, que formavam a camada mais qualificada da população angolana graças ao acesso privilegiado à educação que tiveram durante o período colonial, faltariam quadros com as qualificações necessárias para conduzir o processo de consolidação da independência e, sobretudo, para administrar o futuro país.

Sobre esse aspecto do processo de transição para a independência, Onofre dos Santos, angolano de ascendência portuguesa que no início de 1975 se tornou colaborador da FNLA, registrou as seguintes impressões em seu relato de memórias:

A Revolução dos Cravos despertou, imediatamente, contatos dos movimentos com muita gente de Luanda. O MPLA tinha, desde logo, um grupo de contato natural nos velhos democratas em que pontificavam figuras como a dos meus ilustres colegas Eugénio Ferreira e Maria do Carmo Medina. A FNLA enviara a Luanda uns representantes seus que se multiplicaram em contatos com vários elementos da vida social luandense para desfazer a impressão, carregada de maus presságios, que as atividades da UPA, e depois da FNLA, haviam acumulado ao longo das décadas de sessenta e setenta. A UNITA procurou também os seus grupos de apoio, tarefa que, sobretudo entre os portugueses, era facilitada pelas cores da sua bandeira, pela ideia de um novo despertar para Angola que o galo fazia lembrar e pelo aparente desejo de cooperação com os residentes portugueses que quisessem ficar em Angola (Santos, 2002: 18).

Segundo Pimenta (2008: 415-416), dos três movimentos, a UNITA foi o que recebeu maior adesão entre a população branca, sobretudo no Centro-Sul de Angola, que viu em Savimbi¹⁰⁹ o seu melhor defensor e um líder capaz de garantir a paz. Apesar de ter um histórico de militância no MPLA, um angolano de ascendência portuguesa natural de Benguela reconheceu que “*sem dúvida, o partido que aparece naquele primeiro tempo em Angola, com uma postura mais construtiva, mais conciliadora, é a UNITA*”.¹¹⁰ O fato desse movimento ter sido o primeiro a assinar um acordo de cessar-fogo com Portugal, em 14 de junho de 1974, antes mesmo que a metrópole emitisse uma declaração formal reconhecendo aos povos das colônias o direito à independência, certamente terá contribuído para reforçar a imagem da UNITA como um movimento que pugnava por uma descolonização pacífica e consensual. Outro angolano de ascendência portuguesa, que também declarou ser um ex-membro do MPLA, explicou-me da seguinte maneira a popularidade alcançada pela UNITA entre alguns colonos durante a fase de transição para a independência: *o Savimbi tinha dois discursos. Um era o discurso em português, e tinha o discurso em umbundo. E em [19]75, a população branca colona, vamos chamar assim [faz uma breve pausa], vou usar um termo que não gosto, que é apolítica, porque ninguém é apolítico, mesmo aqueles que dizem que são apolíticos, estão a tomar uma posição política. Então, essa população branca ouviu da boca do Savimbi, em português, aquilo que queria ouvir e deixou-se levar pelo canto da sereia. Não vendo que estava a dar tiros nos pés.*¹¹¹

Onofre dos Santos não menciona o recurso a discursos duplos e/ou contraditórios por parte do líder da UNITA, mas chama a atenção para o fato desse movimento ter conhecido uma importante inserção entre a população branca de Angola angariada pelo Dr.

¹⁰⁹ Jonas Malheiro Savimbi nasceu em 1934, em Munhango, onde o pai era chefe de uma estação da linha do caminho-de-ferro de Benguela. Foi educado por missionários protestantes anglo-saxônicos. Em finais dos anos 50 obteve uma bolsa de estudos e seguiu para Lisboa a fim de estudar Medicina. Trocou a metrópole pela Suíça onde estudou Ciências Políticas. No início dos anos 60 aderiu a FNLA. Como responsável pelas relações exteriores do governo angolano no exílio fundado por este movimento nacionalista, viajou por todo o mundo e estabeleceu ligações com destacados nacionalistas africanos. Em 1966 fundou a UNITA. Depois de uma longa trajetória de irreconciliáveis conflitos com o MPLA, foi morto em fevereiro de 2002 numa ação do exército nacional angolano. Sua morte marcou o fim da guerra civil angolana (cf. Peixoto, 2009: 101).

¹¹⁰ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em 22 de novembro de 2012, na cidade de Benguela.

¹¹¹ Excerto do depoimento de Álvaro durante entrevista realizada em 23 de novembro de 2012, na cidade de Benguela.

Joaquim Fernandes Vieira, “um dos causídicos mais ilustres e competentes de Luanda que o viu nascer, filho de um modesto comerciante português, a meio da década de trinta” (dos Santos, 2002: 55). De acordo com esse “jurista de serviço da FNLA” (idem, ibidem: 56), o Dr. Fernandes Vieira teria aderido “ruidosamente à UNITA” e, sendo, na altura, além de

presidente da Associação Comercial, um dos advogados de maior clientela em Angola, a sua ligação àquele movimento só podia ser percebida como um sinal para todos os que, divididos entre um passado à sombra da bandeira colonial e uma nova bandeira a escolher, hesitavam entre partir ou ficar em Angola, abster-se de uma luta de galos que não era a sua ou juntar-se ao coro de algum deles./Aquele causídico foi assim, não apenas uma mais-valia jurídica para a UNITA, mas um importante fator de influência e até de ajuda econômica, na medida em que liderou um vasto angariamento de fundos para um movimento visto de Luanda como o mais desprovido e mais carecido de ajuda material (dos Santos, 2002: 56).

Enquanto a UNITA estendia a mão ao apoio oferecido pela população branca, o MPLA, que “estava literalmente em «estado de coma» no momento do golpe de Estado em Portugal” (Tali, 2001a: 184) devido às fraturas provocadas por sucessivas disputas internas entre grupos com projetos divergentes sobre a condução da luta anticolonial e a projeção do futuro governo do país independente, tinha que lidar com a fama, alimentada pela propaganda colonial, de representar uma terrível ameaça comunista. Imagem que serviu para ajudar a manter a maior parte dos colonos e mesmo dos brancos naturais de Angola afastada desse movimento. Segundo o depoimento de Zeca, um angolano de ascendência portuguesa que, em 1974, cursava a Faculdade de Economia na Universidade de Luanda, foi uma camada mais ‘progressista’ da população branca, formada, principalmente, por alguns estudantes dos liceus e da universidade, mas também por membros dos ‘movimentos democráticos’, que aderiu ao MPLA. Sobre seu próprio envolvimento com esse movimento naquela altura, Zeca elaborou a seguinte interpretação quase quatro décadas depois: *a nossa relação com o MPLA sempre foi uma relação, digamos... natural, pela nossa origem pequeno burguesa, urbana e porque, na altura, o MPLA representava uma certa ideia de esquerda muito consubstanciada em gente que nós conhecíamos. Havia o Pepetela, na altura, havia... sei lá. O nosso processo de inserção no MPLA é um processo natural.*¹¹²

Sobre a mobilização política no meio estudantil, outro angolano de ascendência portuguesa, que também estava a cursar a Faculdade de Economia da Universidade de

¹¹² Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em 22 de novembro de 2012, em Benguela.

Luanda no período de transição para a independência, enfatizou que seria *mentira dizer que havia um grande conhecimento nacionalista, uma grande mentalidade, consciência nacionalista nos estudantes universitários naquela altura, não havia. Começa a haver, de fato, em [19]74. Em 74 é que é a grande explosão, quando é o 25 de abril. Aí, digamos, aí misturam-se os angolanos progressistas, digamos com consciência nacionalista, e os portugueses, os filhos dos portugueses também progressistas. Aí há uma grande consciência da situação, e aí nós tomamos conta da universidade. Éramos poucos, a maioria dos estudantes era mesmo muito reacionária, alguns muitos ligados à FNLA, à UNITA, e no fundo pretendendo uma solução neocolonial. E nós éramos ligados ao MPLA e lideramos o processo. Um grupo pequeno, mas forte, que liderou o processo de mobilização dos estudantes.*¹¹³

De acordo com Leonor Figueiredo, os alunos da Universidade de Luanda “protagonizaram as primeiras posições progressistas da juventude no novo espaço de liberdade política” (2012: 23). Nas Assembleias Magnas dessa universidade, realizadas entre os dias 6 e 8 de maio de 1974, “mais de dois mil alunos, professores e funcionários repudiaram a hipótese de um governo minoritário branco e pediram o fim das hostilidades com os Movimentos de Libertação” (idem: *ibidem*). A autora, que testemunhou *in loco* esse processo, pois, na altura, era aluna do Liceu Feminino de Luanda, lembra ainda que o movimento estudantil do Ensino Secundário também foi bastante intenso em 1974-75 e que as mobilizações políticas entre os estudantes contaram com um importante contributo de jovens brancos, que eram a esmagadora maioria dos alunos dos liceus e da Universidade de Luanda dado que durante o período colonial tanto barreiras sociais como econômicas dificultavam o acesso da maioria negra àquelas instituições de ensino. Quanto à posição assumida pelos docentes, obviamente, também em sua maioria brancos, numa reunião geral, da qual participaram professores e professoras de todos os graus do ensino, realizada em 5 de maio de 1974, criaram o Movimento Pró-Sindicato dos Professores de Angola, simpatizante do MPLA. Figueiredo, “não [se] admirava que assim acontecesse, pois a maioria dos intelectuais apoiava o movimento de Agostinho Neto” (idem: 26).

Em contrapartida, segundo Pimenta (2008: 415), a maior parte da população branca teria mantido distância desse movimento por acreditar que esse gérmen de partido comunista seria contrário à sua permanência em Angola. Essa visão era o resultado de anos

¹¹³ Execerto do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em 15 de novembro, em Luanda.

de propaganda do regime colonial contra o MPLA, mas também uma consequência da prática interna do movimento, que durante a guerra de libertação cerceou a participação de militantes nacionalistas brancos, e de determinadas declarações feitas por alguns dirigentes do movimento já depois do 25 de abril. De acordo com um ex-integrante desse movimento, *na conferência de quadros do MPLA – acho que foi em setembro de 74, eu não tenho certeza, eu de data sou péssimo –, em que entre outras questões se discutiu o conceito de angolanidade, houve problemas de questões ráticas e houve questionamento. Nomeadamente uma pessoa que hoje já é falecida que era o Ndunduma,¹¹⁴ advogava que angolano é[ra] mesmo o dark skin.*¹¹⁵

Realmente, segundo a versão “oficial” da história veiculada pelo MPLA no poder,

de 12 a 20 de setembro de 1974 reuniu-se, em solo angolano, a Conferência Inter-Regional de Militantes do MPLA, com poderes deliberativos que, entre outras coisas, reviu e atualizou o programa e os estatutos, elaborou um programa de ação imediata, ratificou a proclamação das FAPLA,¹¹⁶ a constituição das FAPLA e os princípios de estrutura militar das FAPLA e, finalmente, elegeu os membros do Comitê Central do MPLA (Comissão para elaboração da História do MPLA, 2008b: 125).

Para Tali, essa conferência foi “o Congresso da recuperação do poder no MPLA” ou “o Congresso dos partidários de Agostinho Neto” (2001a: 209) que, apesar de contar com sinais de solidariedade de Lisboa, por parte de algumas figuras importantes do MFA, nomeadamente da sua ala mais à esquerda, internamente enfrentava a contestação publicamente declarada de duas facções, a Revolta do Leste e a Revolta Ativa, sendo que essa última contava com um número significativo de quadros mestiços e brancos.

¹¹⁴ Francisco Fernando da Costa Andrade, nasceu no Lépi, Huambo a 12 de abril de 1936. Fez os estudos primários e liceais no Huambo e Lubango, indo depois para Portugal onde cursou até ao 3º ano do curso de Arquitetura. Em Lisboa participou nas atividades culturais realizadas pela Casa dos Estudantes do Império, sendo um dos organizadores da coleção *Autores Ultramarinos* e da revista *Mensagem*, publicações que ajudaram a divulgar a literatura africana de expressão portuguesa. Como poeta, contista e ensaísta publicou várias obras sob pseudónimos diversos, sendo o de Ndunduma, que também foi o nome de guerra que adotou nos tempos de guerrilha no leste de Angola, o seu pseudónimo literário mais conhecido. Antes de tomar parte na luta de libertação como guerrilheiro no MPLA andou por diversos países como Brasil, Iugoslávia e Itália, proferindo conferências como ativista político contra o colonialismo enquanto prosseguia seus estudos. Após a independência, foi um dos membros fundadores da União dos Escritores Angolanos (UEA); diretor do *Jornal de Angola* e exerceu outros cargos diretivos na área da informação e da cultura. Também foi deputado pela bancada do MPLA na Assembleia Nacional angolana. (cf. UEA, s./d.c). Ndunduma era mestiço e faleceu em Portugal, em setembro de 2009.

¹¹⁵ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em 22 de novembro de 2012, em Benguela.

¹¹⁶ Forças Armadas Populares de Libertação de Angola.

De acordo com esse autor, o mais fundamental e simbólico ato que assinalou a Conferência Inter-Regional de Militantes foi a reestruturação das tropas da guerrilha representada pela ratificação da proclamação das FAPLA, o que veio confirmar a adesão da maioria dos dirigentes e chefes militares à autoridade política de Agostinho Neto e à estrutura que ele ainda representava. A manutenção da fidelidade desses homens, que se entendiam possuidores de uma incontestável legitimidade conquistada nas frentes de combate e da qual não admitiam ser desapossados por indivíduos ou grupos que rotulavam como ‘oportunistas’ e ‘traidores’, teve um papel fundamental no momento em que a independência despontava no horizonte, mas o controle do poder no futuro país continuava a ser alvo de uma acirrada disputa em que tomavam parte não só várias forças internas como também externas.

Para além dos combatentes das matas, a Conferência Inter-Regional de Militantes teve a particularidade de reunir, pela primeira vez, os militantes da chamada Frente Interna, isso é, os ativistas das células clandestinas urbanas, alguns dos quais tinham acabado de ser libertados das prisões coloniais onde haviam cumprido longos anos de detenção. Guerrilheiros e militantes clandestinos representavam dois macro horizontes diferentes da luta de libertação nacional, mas nem por isso formavam dois grupos homogêneos, seja no que dizia respeito aos aspectos ideológicos ou no que se relacionava com as experiências acumuladas durante a luta propriamente dita. Embora unidos na sua fidelidade à direção do movimento encabeçada por Agostinho Neto, esses dois horizontes traziam, cada um, os seus problemas particulares e a sua própria visão do processo de construção da nação. Conciliar essas diferentes experiências e visões num discurso o mais unitário e o mais coerente possível em redor de Agostinho Neto não foi uma tarefa fácil (Tali, 2001a: 210-211).

A confirmação do compromisso dos militantes dos centros urbanos com o MPLA de Agostinho Neto representou um reforço importante para esse movimento, silenciando aqueles que duvidavam da sua implantação no interior de Angola. Segundo a leitura de Tali (2001a: 212), a incorporação desse grupo funcionou como “uma lufada de ar fresco que fazia falta aos quadros da guerrilha, esmagados, havia anos, pelo peso dos conflitos internos do Movimento”. Cabe lembrar que a maioria dos nacionalistas que lutavam a partir do exílio ou combatiam na guerrilha tinham saído de Angola há anos e, portanto, de certa forma, desconheciam a nova realidade social angolana que refletia cerca de 15 anos

de um notável crescimento econômico do qual a maior parte da população colonizada pouco ou nada se beneficiou, o que serviu para aprofundar a fratura abissal entre brancos e negros e, depois do 25 de abril, alimentou a emergência de vários incidentes violentos motivados pelo ódio racial de parte a parte, ou seja, tanto de brancos contra negros, como de negros contra brancos. Os militantes do interior, jovens, na sua maioria, cumpriram então um papel crucial ao pôr a liderança do movimento e os guerrilheiros que chegavam do exterior ao corrente das notícias das lutas travadas na capital contra a resistência que a sociedade colonial ainda opunha por meio das suas instituições e das suas componentes mais retrógradas. Dessa forma esses jovens militantes indicariam novas perspectivas para a luta que o MPLA teria que enfrentar nas disputas pelo poder que passariam a ser travadas não só entre as organizações nacionalistas armadas como também com outras organizações políticas que emergiram na sequência do golpe de Estado em Portugal.

Tali (2001a: 213) afirma que, grosso modo, os militantes do interior estavam divididos em dois grupos: por um lado, os antigos presos políticos recentemente saídos das prisões; por outro, militantes clandestinos que se haviam mantido numa relativa liberdade. Porém, esse autor esclarece que os ex-presos políticos tão pouco formavam um grupo homogêneo e que a grande maioria dos ativistas que não passaram pela prisão eram jovens estudantes que depois do 25 de abril de 74 passaram a desempenhar um papel essencial na mobilização da juventude a favor do MPLA. Esse foi o caso de um grupo de amigos, todos angolanos de ascendência portuguesa, que tive a oportunidade de entrevistar. Sobre essa fase do processo de transição para a independência, dois deles enfatizaram o papel que teriam desempenhado para a consolidação do MPLA no poder:

Fomos nós, os do interior, que desequilibramos a balança. A favor do MPLA. Não foram os que vieram do maqui.¹¹⁷ Aqui a componente que fez a unidade foram de fato os brancos e mulatos. Aqueles que entramos. [...] Nós conquistamos o poder, entregamos o poder sem pedir nada em troca. Eu lá me lembrava que era branco?! Era angolano!¹¹⁸

*

Quando eu, no princípio desta conversa terei dito: o que é que seria deste MPLA se nós [os militantes do interior] não tivéssemos existido, convém interpretá-lo em duas fases distintas. Uma antes da independência e uma pós-independência. Antes da independência

¹¹⁷ Zonas de matas onde se travou a guerrilha contra o exército colonial.

¹¹⁸ Excerto do depoimento de Álvaro durante entrevista realizada em 23 de novembro de 2012, em Benguela.

foi como eu te expliquei há pouco, eles quando chegam cá não são nada. Estão completamente desmembrados, desestruturados, e nós somos quem dá a conhecer a sua imagem, o seu hino, os seus símbolos, tudo isto, de uma forma sistemática e isso criou uma aderência, uma popularidade que o MPLA depois capitalizou porque se não, provavelmente, não estaria em condições sequer de fazer a proclamação da independência. Após a independência [...] fomos nós que de fato formatamos, consolidamos as estruturas das células do partido através dos círculos de estudo, boletim do militante, jornal A vitória é certa [...] Nós pusemos o bebê a andar. Ou demos condição do bebê andar. O bebê que não tinha condição nenhuma de andar. Com a mesma consciência que o bebê não tem do por que é que ele andou, porque aquilo depois parece inato, não é? Ele anda e aquilo não está na memória dele: "por que é que eu andei?" Ele não sabe por que andou (risos) e nem vai cobrar a ninguém [ou dar crédito a mais ninguém além de si mesmo por] isso (risos).¹¹⁹

Tali (2001a: 217), também acredita que o alcance simbólico da aliança dos setores nacionalistas urbanos com a guerrilha no momento de grandes transformações vivenciado em Angola no pós-25 de abril de 1974 foi fundamental para promover a recuperação do poder de Agostinho Neto e permitir que o MPLA elaborasse respostas urgentes às principais questões do momento, como os problemas internos do movimento, as perspectivas para a independência e o lugar do MPLA no processo de descolonização que se anunciava, e também a questão da definição dos critérios a adotar para a atribuição da nacionalidade dos cidadãos do futuro Estado independente.

O debate em torno da questão da nacionalidade revelou a existência de distintas interpretações sobre as relações de pertencimento à comunidade angolana imaginada. Essas interpretações diversas estavam reunidas no seio de um mesmo movimento nacionalista cujos princípios, inscritos nos estatutos e repetidos em cada discurso e em cada palavra de ordem, supostamente eram, ou deveriam ser, acatados por todos os seus militantes. Mas, na realidade, o princípio do antirracismo foi duramente contestado quando o tema do lugar dos brancos no futuro Estado angolano independente foi posto em discussão.

Como antes o MPLA jamais havia tido a possibilidade de organizar um congresso que reunisse lideranças, quadros e militantes de todas as suas diversas frentes de luta, a

¹¹⁹ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em Benguela, em 22 de novembro de 2012.

Conferência Inter-Regional de Militantes foi a primeira oportunidade para debater em profundidade algumas questões fundamentais como a questão racial. Grosso modo, por um lado, havia uma tendência que se opunha a qualquer concessão automática da nacionalidade angolana aos brancos, mesmo os nascidos em Angola, por seculares que fossem as suas raízes no país. Ou seja, de acordo com essa tendência, defendida principalmente por alguns quadros da 1ª Região, só os negros nascidos em Angola teriam direito à nacionalidade. Essa posição recebeu o apoio de boa parte dos delegados do interior presentes na conferência. Adesão influenciada pelo clima de insegurança provocado pelo comportamento dos brancos das classes mais baixas nos centros urbanos – particularmente em Luanda –, que passaram a aterrorizar a população negra nos muceques, e pela ameaça de uma solução de tipo rodesiano, agitada por certos meios extremistas brancos. Por outro lado, a maioria dos quadros e militantes oriundos da Frente Leste defendia o respeito aos princípios registrados nos estatutos do MPLA acerca dos objetivos da luta de libertação. Nesse sentido, acreditavam que lutavam contra o regime colonial e não contra uma determinada ‘raça’. Os defensores dessa posição baseavam a sua argumentação no reconhecimento da presença e participação ativa de militantes brancos em todas as esferas da luta de libertação nacional (luta clandestina, prisões coloniais, luta de guerrilha, etc.). Tali salienta que a discussão sobre o lugar dos brancos no futuro país conduziu à elaboração de uma resolução em que o MPLA assumia o compromisso de reconhecer: o “direito de permanência no País para todos os estrangeiros que se sujeit[ass]em às leis” e que não “atent[ass]em, por atos comprovados, contra a luta de libertação e a dignidade do Povo angolano”; o “direito de naturalização para os estrangeiros que satisfaçam as condições previstas pela lei”; o direito de nacionalidade “a todos os que nasceram em Angola e a todo o estrangeiro que participou na luta de libertação nacional”. Além disso, nessa resolução teria ficado também registrado o compromisso de “reafirmar o Programa do MPLA em todos os pontos relativos à comunidade estrangeira de Angola, quer no respeitante aos direitos da pessoa humana, quer no respeitante à proteção dos seus bens” (Tali, 2001a: 226).

Apesar de considerar a aprovação dessa resolução como um ponto final do debate em torno do problema da comunidade branca, baseado nos testemunhos de antigos dirigentes brancos e mestiços da guerrilha e de presos políticos, Tali (2001a: 227) observa que a virulência das posições de conotação racista e antibranca que se manifestaram

durante as discussões alimentaram uma sensação de mal-estar não só entre os quadros e ativistas brancos como também entre boa parte dos mestiços. Esses indivíduos viram a sua angolanidade ser posta em causa e transformada em tema de uma acirrada disputa no interior de um movimento do qual vinham participando abnegadamente, quando supunham se tratar de uma questão que nem deveria ser objeto de discussão, dado que se sentiam ‘muito naturalmente, angolanos’. Diante desse quadro, Tali (2001a: 228) afirma que o discurso universalista do MPLA, do qual Agostinho Neto era o principal promotor e ativo defensor, saiu fortemente abalado do debate sobre a nacionalidade angolana que teve lugar na Conferência Inter-Regional de Militantes. Esse fato teve como resultado aproximar ainda mais os dirigentes brancos e mestiços, colocados em posição de fragilidade, à figura de Agostinho Neto, associando sua legitimidade política a do líder máximo do movimento. Em contrapartida, essa espécie de dependência moral foi muitas vezes interpretada pelos defensores do discurso pan-negro, dentro e fora do MPLA, como uma estratégia de Agostinho Neto que, ao oferecer sua proteção a esses angolanos ‘não genuínos’ – ou seja, de ascendência não negra, poderia contar, em troca, com a sua lealdade indefectível.

Ao concluir a Conferência Inter-Regional de Militantes, o MPLA dotou-se, pela primeira vez, de um Comitê Central e um *Bureau* Político, estruturas dignas de um verdadeiro partido. Essa reestruturação permitiu ampliar os órgãos de direção para neles incluir os dirigentes vindos do interior e promover novos dirigentes da guerrilha. De acordo com Tali (2001a: 228), os quadros incorporados nesses novos órgãos tinham em comum o fato de reforçar a legitimidade política e militar da direção presidida por Agostinho Neto. Ou seja, por mais divergentes que pudessem ser suas trajetórias e percepções sobre a legitimidade da pertença a uma comunidade angolana imaginada, tanto os quadros brancos e mestiços, quanto os dirigentes vindos do interior e da guerrilha tinham em comum o fato de considerarem Agostinho Neto como o símbolo de seus próprios combates e, portanto, da sua própria legitimidade política. Foi em torno da figura de Neto que o MPLA se reergueu superando as crises internas e o risco de estilhaçamento provocado pela insurgência da Revolta do Leste e da Revolta Ativa.

Em 21 de outubro de 1974, foi Agostinho Neto quem assinou com as autoridades portuguesas, em nome do MPLA, o acordo do cessar-fogo pondo fim a treze anos de guerra contra o colonialismo. Gesto que veio confirmar, aos olhos da comunidade angolana e internacional, sua legitimidade como o único líder reconhecido do MPLA e,

indiretamente, marcou o desfecho das dissidências da Revolta Ativa e da Revolta do Leste no seio do MPLA (Bittencourt, 2002: 705).

Cabe destacar que tanto o MPLA como a UNITA e a FNLA assinaram unilateralmente os acordos de cessar-fogo com as forças armadas portuguesas. Formalizada a paz entre Portugal e cada um dos três principais movimentos de libertação angolanos, o próximo passo era negociar os termos da independência e da transferência do poder. Entretanto, havia uma condição que estava longe de ser realidade quando a guerra de libertação nacional foi considerada oficialmente terminada. Esperava-se que o MPLA, a FNLA e a UNITA chegassem a um entendimento para que, da parte angolana, existisse um único interlocutor para negociar com Portugal ou, no mínimo, uma posição consensual entre os vários interlocutores. Mas, ao mesmo tempo em que faziam apelos à unidade, os três movimentos seguiam com acusações mútuas e declarações que não favoreciam a aproximação. A rivalidade alimentada por mais de uma década continuaria dificultando a elaboração de uma plataforma comum que apresentasse as propostas dos mais representativos nacionalistas angolanos para a resolução do problema colonial (Peixoto, 2009: 144).

Em fins de outubro e princípios de novembro de 1974, os três movimentos começaram a dar sinais de que estariam dispostos a colaborar entre si para fazer avançar as negociações com as autoridades portuguesas. Em 29 de novembro, depois de uma série de entrevistas bilaterais preparatórias, Rosa Coutinho¹²⁰ anunciou a realização de uma conferência de cúpula reunindo as lideranças do MPLA, da FNLA e da UNITA, que serviria para definir os termos fundamentais do acordo sobre a independência a assinar com Portugal. Esse encontro inédito realizou-se em Mombaça, no Quênia, de 3 a 5 de janeiro de 1975 e fixou algumas resoluções fundamentais onde os três movimentos:

a) reconheceram a necessidade de se considerarem, mutuamente, como parceiros independentes com direitos e responsabilidades iguais, à exclusão de qualquer outro partido, durante uma fase de preparação para a independência;

¹²⁰ Na altura do golpe de Estado que derrubou o regime colonial-fascista era capitão de fragata e foi designado para integrar a Junta de Salvação Nacional representando a Marinha. Data de então a sua promoção a vice-almirante. Em finais de julho de 1974, após a demissão do último governador-geral de Angola, general Silvino Silvério Marques, Rosa Coutinho foi chamado a substituí-lo, na qualidade de presidente da Junta Governativa de Angola. Entre outubro de 1974 e janeiro de 1975, assumiu o posto de alto-comissário em Angola. De modo geral, sua atuação durante o processo de descolonização é avaliada como tendo sido favorável ao MPLA. Essa postura estaria associada a uma aproximação das orientações do PCP ao longo de 1975. Tendência que lhe valeria o epíteto de “almirante vermelho” (cf. Peixoto, 2009: 152).

- b) admitiram colaborar entre si e com as autoridades portuguesas durante um período de transição, necessário para estabelecer as bases do Estado angolano independente;
- c) proclamaram o princípio da integridade territorial de Angola dentro das suas fronteiras coloniais, rejeitando quaisquer exigências separatistas;
- d) aceitaram o princípio de que todos os habitantes de Angola, independentemente de suas origens étnicas, poderiam tornar-se cidadãos do novo país (Acordo de Mombaça *apud* Vaz, 1975: 21-27).

As resoluções registradas no Acordo de Mombaça pareciam representar, de fato, um entendimento entre os três movimentos. Apesar disso, na prática, as divergências entre eles não desapareceram por completo. Melo Antunes, na altura ministro sem pasta do IIº Governo Provisório de Portugal, que tinha como uma de suas funções ajudar a articular soluções para problemas relativos à descolonização, afirmaria posteriormente que “tinha consciência disso, mas pensava que não poderíamos protelar indefinidamente as negociações com o pretexto de que ainda haveria muitas divergências. Precisamente para isso é que serviam as reuniões” (Antunes *apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 168).

De acordo com Melo Antunes, Portugal não podia continuar hesitante em relação ao problema colonial porque, a “descolonização constituía [...] um passo estrutural e estruturante, se se quiser, de todo o processo de transformação da nossa sociedade, e por isso não podia deixar-se para as calendas gregas, tinha de ser resolvido no momento próprio” (idem, *ibidem*). E que momento mais propício do que aquele, quando o MFA gozava o auge de seu poder e prestígio?

Assim, mesmo sem uma efetiva unificação dos seus projetos políticos, os líderes da FNLA, do MPLA e da UNITA, acompanhados de suas respectivas delegações, se reuniram com o governo português entre 10 e 15 de janeiro, na cidade de Alvor, no Algarve. O resultado foi a definição dos princípios que orientariam o processo de transferência do poder político para o controle exclusivo dos angolanos. Tais princípios ficariam conhecidos como o Acordo de Alvor. A independência foi agendada para o dia 11 de novembro de 1975. Até essa data, Angola seria administrada por um governo transitório dirigido por um colegiado presidencial constituído por três membros, ou seja, um representante de cada movimento de libertação. As deliberações do governo transitório seriam tomadas por maioria simples, de dois terços, sob a presidência rotativa dos

membros do colégio presidencial. Durante o período de transição, o governo português seria representado por um alto-comissário nomeado pelo presidente da República. Não caberia ao alto-comissário intervir na ação governativa, mas poderia ser consultado pelo colégio presidencial sempre que esse desejasse.

A estrutura do governo de transição foi montada ainda durante a reunião no Algarve. Ao presidente português coube designar os ministros da Economia, das Obras Públicas, da Habitação e Urbanismo, dos Transportes e Comunicações. A FNLA assumiu os ministérios do Interior, da Saúde e Assuntos Sociais e da Agricultura. Do MPLA vieram os ministros da Informação, do Planeamento e Finanças e da Justiça. A UNITA nomeou os ministros do Trabalho e Segurança Social, da Educação e Cultura e dos Recursos Naturais. Também foram criadas secretarias de Estado com funções e cargos equitativamente distribuídos entre os três movimentos nacionalistas.

Além de conduzir a política interna, o governo de transição deveria preparar a realização de eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola, respeitando um prazo de nove meses a partir de 31 de janeiro, data da sua instalação. As candidaturas à Assembleia Constituinte deveriam ser apresentadas “exclusivamente pelos movimentos de libertação, FNLA, MPLA e UNITA, únicos representantes legítimos do povo angolano” (Acordo de Alvor *apud* Correia, 1996: 277). Formada a Assembleia Constituinte, ela deveria eleger o primeiro presidente da República de Angola, autoridade incontestável para quem o Estado português transmitiria em 11 de novembro de 1975 todos os soberanos poderes de uma Angola completamente independente.

Em Alvor foi criada também uma Comissão de Defesa Nacional para “definir e concretizar a política militar resultante do presente Acordo; assegurar e salvaguardar a integridade territorial de Angola; garantir a paz, a segurança e a ordem pública” (Acordo de Alvor *apud* Correia, 1996: 275). Essa comissão era composta pelo alto-comissário, o colégio presidencial e o Estado Maior Unificado. Este último reuniria os comandantes dos três ramos das forças armadas portuguesas em Angola e três comandantes dos movimentos de libertação e ficaria sob a autoridade direta do alto-comissário português. As decisões da Comissão Nacional de Defesa seriam tomadas por maioria simples, mas, o alto-comissário, enquanto seu presidente, teria voto de qualidade. A principal função da Comissão de Defesa Nacional seria organizar a integração das forças armadas dos três movimentos de libertação, em paridade com as forças armadas portuguesas, numa ‘força mista’ cujo

contingente seria formado por 8 mil combatentes de cada um dos movimentos angolanos e 24 mil militares portugueses. Os efetivos das forças armadas portuguesas que excedessem esse número deveriam ser desmobilizados até 30 de abril de 1975. Depois, gradativamente, o contingente das forças armadas portuguesas integrado nas forças mistas também seria desmobilizado. Processo previsto para ter início em primeiro de outubro de 1975 e ser concluído até 29 de fevereiro de 1976.

Outra questão central para a organização do futuro de Angola discutida em Alvor foi a demarcação dos critérios definidores da nacionalidade angolana. Nesse sentido o acordo registra que

a FNLA, o MPLA e a UNITA reafirmaram a sua política de não-discriminação segundo a qual a qualidade de angolano se define pelo nascimento em Angola, ou pelo domicílio, desde que os domiciliados se identifiquem com as aspirações da nação angolana através duma opção consciente (Acordo de Alvor *apud* Correia, 1996: 277).

Depois de formalizado o Acordo de Alvor, Holden Roberto regressou imediatamente à Kinshasa. Jonas Savimbi iniciou um périplo por várias cidades da região Centro-Sul de Angola, promovendo a sua campanha eleitoral através de declarações públicas onde enfatizava sempre a ideia de que a UNITA teria sido o primeiro entre os movimentos de libertação nacional a defender o direito dos brancos à cidadania angolana e a aceitar a negociação da unificação de todos os esforços para pacificar o país e conduzi-lo à independência. Essas campanhas políticas de Savimbi receberam uma cobertura generosa e simpática por parte da imprensa ainda administrada por portugueses.¹²¹ Agostinho Neto permaneceu por alguns dias em Portugal, onde participou de reuniões com líderes políticos e militares, regressando à Luanda, estrategicamente, no dia 4 de fevereiro, data que o MPLA transformou no marco histórico do início da luta armada pela independência. Segundo o relato de Manuel Pedro Pacavira, um antigo militante do MPLA, a “chegada triunfal” de Neto mobilizou um “mar de gente nunca visto” (Pacavira, 2008: 101). Vale lembrar que era na capital que o MPLA concentrava seu maior número de adeptos. O impacto da chegada de Neto em Luanda consolidaria de forma definitiva seu poder não só como presidente do MPLA, pois para uma ampla maioria ele seria considerado também como um mito: o líder incontestável da luta pela independência.

¹²¹ Veja-se *Revista de Angola*, n.º 322, Luanda, fevereiro de 1975.

Definidos os critérios para a última fase do complexo processo de descolonização, em 31 de janeiro de 1975, conforme idealizado em Alvor, o governo de transição entrou em vigor em Angola. O colégio presidencial foi formado por Lopo do Nascimento (MPLA), José N'Dele (UNITA) e Johny Eduardo (FNLA). O general Silva Cardoso foi o escolhido para assumir a função de alto-comissário representante de Portugal. O ato da tomada de posse do governo decorreu num ambiente de “civismo e união patriótica” (Revista de Angola, 1975). Contudo, o governo de transição transformou-se rapidamente num campo de batalhas partidárias muito virulentas. As reuniões do Conselho de Ministros decorriam num ambiente de total ausência de confiança entre os representantes da FNLA, do MPLA e da UNITA. Nem a presença dos representantes portugueses atenuava o clima de desacordo.

Mesmo tendo assumido o compromisso de manter as posições militares que ocupavam quando assinaram o Acordo de Alvor, os três movimentos de libertação lançaram-se imediatamente numa ampla ação de recrutamento dos militares angolanos acabados de se licenciar do exército português e dos elementos dos vários tipos de forças auxiliares que estavam em vias de ser dispensados. A deliberada preocupação de reforçarem seus efetivos armados, que revelava a permanência de um clima de tensão no que dizia respeito à disputa pelo controle do poder em Angola, pode ser interpretada como um prenúncio da generalização de uma confrontação armada que, diante dessa conjuntura, parecia apresentar-se como inevitável.

Cada um dos movimentos de libertação procurou consolidar e expandir o controle de áreas de influência onde assegurassem uma atividade política exclusiva, expulsando os demais. Essa estratégia começou a ser adotada logo a seguir à assinatura do cessar-fogo com as autoridades portuguesas. A continuidade de sua aplicação após a formalização do Acordo de Alvor revelaria o completo fracasso da plataforma comum supostamente estabelecida entre a FNLA, o MPLA e a UNITA no encontro de Mombaça. Mesmo depois de instalado o governo de transição prosseguiria a luta pelo poder entre os três movimentos porque na arena do debate político os “únicos representantes legítimos do povo angolano” nunca chegaram de fato a um verdadeiro consenso. Em fevereiro, já era evidente que as estratégias de ocupação do espaço político passariam por uma prova de força militar. As armas voltariam a apontar o futuro de Angola (Peixoto, 2009: 159-160).

No início de fevereiro, o Comitê Central do MPLA divulgaria a orientação estratégica a seguir durante a fase do período eleitoral ativo, inaugurada pela implementação do governo de transição. Fazendo um balanço do estado das forças presentes e avaliando suas possibilidades político-militares perante os adversários, os dirigentes desse movimento chegariam a seguinte constatação:

Para o próximo período preveem-se três alternativas: guerra civil, eleições e constituição duma frente pelas três organizações. A possibilidade de guerra é tanto maior quanto mais fortes formos.

Face a estas três alternativas, apresentam-se perante o MPLA duas opções possíveis: continuar a política atual ou radicalizar a sua atuação.

Porque a continuação da política atual conduziria a uma degradação ainda mais acelerada da situação, o MPLA opta pela segunda possibilidade.

Há que radicalizar nos aspectos organizacional e ideológico, sendo o primeiro o principal. O MPLA DEVE REALIZAR UMA POLÍTICA E UMA PRÁTICA QUE O DEMARQUEM NITIDAMENTE DAS OUTRAS ORGANIZAÇÕES.

São objetivos da nossa luta: a curto prazo, a tomada do poder pelo MPLA, a médio, a democracia nacional, e a longo prazo, a democracia popular. (Comitê Central do MPLA, 1975 *apud* Tali, 2001b: 274).

O excerto supracitado revela que o MPLA não parecia exatamente disposto a partilhar o espaço político angolano com os demais movimentos de libertação ou com outras organizações políticas. Pelo contrário, a orientação divulgada através desse texto era continuar os esforços da luta política organizada até a conquista exclusiva do poder, mesmo que para atingir esse fim fosse necessário enfrentar uma guerra.

A FNLA esvaziaria rapidamente sua atuação no governo de transição e instigaria o início da guerra civil atacando sistematicamente as posições do MPLA em Luanda a partir de fins de março. Confiante no apoio político-militar zairense e estadunidense que lhe permitiria manter uma esmagadora superioridade militar em relação aos demais movimentos, a expectativa de Holden Roberto era controlar o poder pela força.

Confiante de que ganharia as eleições,¹²² a UNITA foi a única que verdadeiramente fez campanha para que se efetivasse o processo eleitoral previsto no Acordo de Alvor enquanto a FNLA e o MPLA se enfrentavam em cada vez mais frequentes incidentes armados.

Especulando que o possível resultado das eleições que deveriam ter sido realizadas em 1975 seria quase exclusivamente um reflexo do peso demográfico relativo dos

¹²² Cf. Depoimento de um dos fundadores da UNITA recolhido em 23 de outubro de 2008, em Luanda, no âmbito do trabalho de campo para a elaboração da dissertação de mestrado (*cf.* Peixoto, 2009).

diferentes segmentos populacionais de Angola, Heimer (1980: 73-74) apontou que a FNLA, contando principalmente com o apoio dos bakongos e de uma pequena parte dos brancos, não teria obtido mais de 20% dos votos. O MPLA, tendo apoio dos ambundu assim como da maioria dos não brancos urbanos e das sociedades tradicionais do Leste, poderia ter obtido entre 35 e 40%. O grande número dos ovimbundu rurais, mais parte dos habitantes de Cabinda, das sociedades tradicionais do Sul e do Sudeste, e de grande parte da população branca teria garantido a UNITA uma maioria relativa de 40 a 45%. Os alinhamentos da população em relação aos vários movimentos que disputavam o poder seguiam linhas que eram uma combinação de clivagens étnicas, raciais, culturais e de classe. Desde fins de 1974, tais alinhamentos se conformaram por um padrão previsível que foi enrijecendo na mesma medida em que os conflitos entre os movimentos endureciam. Nesse contexto, a situação da população branca era de extrema vulnerabilidade.

De acordo com a avaliação desse processo histórico feita por um angolano de ascendência portuguesa volvidos quase quarenta anos, *os Acordos do Alvor foram já uma condicionante grave do que podia ser uma solução para este país porque, para uma situação em que a população era completamente apolítica, a cultura política era zero, obrigar a identificar toda a população de Angola em três movimentos de libertação, é[ra] forçar a barra. É[ra] excluir montes de gente, de gente boa, gente com princípios, gente com uma postura de independência num sentido correto, mas que não se revia em nenhum daqueles partidos. Essa gente numa primeira fase quis se identificar em volta da FUA. Mas havia, efetivamente, uma má informação da própria FUA. Eu confesso que são apenas questões que depois eu próprio investiguei porque na altura não tinha tempo para perceber esses fenômenos e os estudar. A FUA nesta altura é[ra] consubstanciada numa pessoa que era importante, que era um nome no país, que era o engenheiro Falcão. Mas é[ra] uma FUA que vem de um outro processo, mais antigo, dos anos 60, que tu conheces, então não vou repetir. E a FUA nunca conseguiu resolver muito bem os seus problemas de identificação, talvez por algum complexo de serem maioritariamente brancos. E nunca conseguiram superar esse problema. E, portanto, foi muito tida também como uma organização só de brancos. Ideia que foi vendida um pouco também pelo próprio MPLA. Não obstante o Agostinho Neto ter tentado, ou o Falcão ter tentado, alguns entendimentos.*

*O que nunca houve na prática. Portanto, quando por definição se exclui[u] uma parte significativa da população isso está[va] viciado à partida.*¹²³

Leonor Figueiredo (2012: 19) lembra que, na fase de efervescência política pós-25 de abril, Fernando Falcão reativou a FUA progressista do início dos anos 1960 para tentar, mais uma vez, unir os nacionalistas e evitar a violência. Mas nada conseguiu. Quando o Acordo do Alvor foi celebrado só com os três movimentos que participaram da luta armada, a comunidade branca viu-se afastada do futuro de Angola.

Segundo Pimenta (2008: 413-414), no dia 15 de janeiro de 1975 a FUA publicou seu último comunicado à imprensa exortando aos brancos a não terem medo de ficar em Angola. Logo depois essa organização se dissolveu, uma vez que o Acordo de Alvor tinha tornado politicamente impossível a sua continuação. A FUA não deu nenhuma indicação política aos seus militantes e simpatizantes no sentido de integrar um movimento específico. Mas, na avaliação desse historiador, pelo menos aparentemente, a UNITA teria ocupado o espaço político deixado vazio pela FUA. De certa maneira, Onofre dos Santos corrobora essa hipótese ao fazer o seguinte registro em seu relato de memórias:

A UNITA tivera, durante o período de transição, um discurso inteligente, destinado expressamente a cativar o pessoal branco. Com boa-fé ou sem ela, Savimbi expressou mais de uma vez que contava com todos para se poder manter o nível de progresso a que os Angolanos estavam já habituados. Este discurso era um refúgio para aqueles que já eram vistos pelo MPLA como reacionários ou que temiam a FNLA pelos seus antecedentes dos tempos da UPA (dos Santos, 2002: 111-112).

Quando a via das armas passou a gerir a concorrência política, dominar Luanda tornou-se o primeiro objetivo estratégico a conquistar rumo à vitória. De início, a luta pelo domínio da capital seria travada entre o MPLA e a FNLA. A UNITA tentaria preservar a imagem de um movimento pacífico para obter votos adicionais no caso de ainda se realizarem as eleições previstas em Alvor. Por isso, apesar da sua aliança potencial à FNLA e depois de algumas escaramuças com os militantes do MPLA, os partidários de Savimbi deixaram Luanda e se concentraram na área etno-geográfica dos ovimbundu, no Centro-Sul do país. Contudo, à medida que o confronto entre os outros dois movimentos se agudizava, o governo de transição perdia toda e qualquer capacidade de iniciativa. Situação que punha em dúvida a realização das eleições no prazo fixado no Acordo do Alvor.

¹²³ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em 22 de novembro de 2012, em Benguela.

Avaliando a conjuntura, mas também o reflexo dos séculos de colonialismo e das décadas de ditadura em que a prática eleitoral não tinha sido aplicada em Angola, portanto, admitindo que o povo ainda não estaria educado para o exercício da cidadania, Agostinho Neto concluía, em maio de 1975, que haveria, de fato, muitas dificuldades para a realização das eleições. Ainda assim, na mesma declaração, ele afirmaria: “é bom que se passe pelo teste das eleições para não continuarmos a viver esta dúvida sobre qual a tendência principal do povo angolano” (Neto, 1975 *apud* Pacavira, 2008: 197). Por isso, o presidente do MPLA continuava declarando seu apoio ao governo de transição empossado com o dever de trabalhar em prol da realização das eleições.

Segundo a análise de Fernando Santos (1975: 93-94), durante a curta existência do governo de transição vigorou a ausência absoluta de uma política global coerente. Cada ministro conduzia os assuntos do seu departamento de acordo com a ideologia que animava o movimento a que pertencia. Nos ministérios mais importantes, em que além do ministro o poder era repartido por mais dois secretários de Estado, cada um representando um dos outros dois movimentos, as decisões de peso provocavam controvérsias infundáveis e as soluções terminavam sempre adiadas. A falta de eficácia executiva era acompanhada pela falta de autoridade.

Sobre a Comissão Nacional de Defesa, Correia (1991:139) esclarece que, tendo maioria portuguesa, a comissão funcionava, mas não dispunha de instrumentos que pudessem materializar suas decisões. As forças portuguesas em Luanda encontravam-se relativamente moralizadas e com capacidade operacional, mas essa situação ameaçava deteriorar-se. Ao contrário, fora de Luanda as tropas portuguesas davam mostras de desmotivação e mau enquadramento hierárquico. Os soldados, nada dispostos a se envolver em novos confrontos armados, tinham praticamente abandonado as fronteiras angolanas. Segundo o relato de Melo Antunes (*apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 144),

perante o agravamento da situação militar, o comando-chefe de Angola pedia a Lisboa substanciais reforços militares [...]

[Mas] em Portugal estava-se em pleno ‘Verão quente’ de 1975, em que a situação política atingia um ponto de dramatismo à beira da rotura iminente. As forças políticas, concentradas na crise e nos conflitos internos, não tinham tempo, nem disponibilidade, para se virarem para a descolonização e, em especial, para Angola.

A ala marxista-leninista do MFA, associada ao coronel Vasco Gonçalves e próxima do PCP, estabeleceu formidáveis bases de poder durante os meses seguintes a julho de 1974. A crise viria em 11 de março de 1975 com a tentativa de golpe orquestrada por Spínola e seus seguidores. No dia seguinte, o Conselho da Revolução instalou-se como suprema autoridade de Estado. Medida adotada para institucionalizar o poder do MFA. Antes do final de 1975, a luta entre socialistas e comunistas e entre os partidos políticos e o MFA dividiria de tal modo o país e seus líderes que deixaria Portugal à beira de uma guerra civil (Maxwell, 2006: 158). Então, quando o processo de descolonização de Angola começou a rumar para o descontrole total, os portugueses estavam tão absorvidos por seus próprios problemas que não puderam cumprir com as obrigações que tinham assumido no Acordo de Alvor (Melo Antunes *apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 166).

Até janeiro de 1975, as velozes mudanças na situação dos territórios portugueses na África contribuíram para a impressionante guinada para a esquerda em Portugal. Os acontecimentos na Europa e na África coincidiram de um modo que favoreceu as forças radicais em cada região. Depois de março de 1975 essas circunstâncias reverteram-se drasticamente. Um dos principais fatores para a implementação do Acordo de Alvor sobre a independência angolana foi a suposta capacidade do MFA de controlar a situação até que a transferência de poder pudesse ser concluída. Os problemas intrínsecos em Angola já eram suficientemente espinhosos para tumultuar a implementação prática das orientações definidas em Alvor. Mas a incapacidade do MFA de cumprir sua parte no acordo também contribuiu para o colapso total do processo de descolonização. Impotente, o governo português aprovou o princípio da “neutralidade ativa”, ou seja, o não envolvimento das forças armadas, como atitude a manter perante o conflito angolano.

De 16 a 21 de junho, realizou-se a Cimeira de Nakuru, no Quênia, que, de acordo com as declarações de Melo Antunes,

foi mais um nado-morto, isto é, essa cimeira foi em grande parte sugerida ou provocada por nós [representantes do MFA em Angola] numa tentativa de ver se os três movimentos eram capazes de chegar a acordo. Era, no fundo, um Alvor II, no sentido de ver o que tinha corrido mal... Não tanto em Alvor, porque os Acordos nem sequer eram postos em causa, mas na aplicação dos mesmos no terreno, mas percebeu-se perfeitamente, tanto pela maneira como decorreu como pelos resultados, que não ia conduzir a nada. Imediatamente, no dia seguinte, recomeçaram as confrontações em Luanda, portanto, havia já uma luta declarada pelo poder por parte de cada um dos movimentos, ou seja, ao fim e ao cabo, nenhum estava em condições de cumprir os Acordos do Alvor tal como tinham sido concebidos e assinados (Melo Antunes *apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 221-222).

Em meados de 1975 o governo de transição já não existia. Os membros nomeados pela FNLA e pela UNITA tinham abandonado suas funções. A Comissão Nacional de Defesa já não se reunia. As forças militares mistas nunca se constituíram, em face do total desinteresse que lhes votaram os movimentos de libertação. A estrutura econômica estava paralisada. Os grandes princípios e objetivos do Acordo de Alvor estavam votados ao desprezo absoluto.

De acordo com a análise de Pezarat Correia (1996: 35), em princípios de julho estava consumada uma espécie de “balcanização” de Angola, resultado da guerra civil. O MPLA dominava Luanda e a zona do entorno da capital, de onde tinha acabado de expulsar a FNLA. Também controlava Cabinda, a faixa Luanda-Malange, as Lundas e o Moxico. A FNLA era senhora nos distritos do Zaire e do Uíge. A UNITA reinava no planalto central.

Em 22 de agosto Portugal formalizaria a suspensão parcial dos Acordos do Alvor.¹²⁴ Parcial porque a data prevista para o reconhecimento da independência de Angola não foi alterada. O principal objetivo da promulgação de um decreto sobre a suspensão do acordo era regular legalmente a saída dos ministros portugueses do governo de transição, que já não funcionava de fato, pois apenas os ministros e secretários de governo nomeados pelo MPLA continuavam a trabalhar (Melo Antunes *apud* Centro de Documentação 25 de Abril, 2004: 147).

Esse empenho em manter uma efetiva atuação política no governo de transição feito pelo MPLA contribuiria para reforçar o respeito e apoio que a maioria dos elementos da Comissão Coordenadora do MFA em Angola lhe rendia. Tal apoio refletia não só a proximidade das orientações político-ideológicas adotadas por estes dois movimentos, mas também o reconhecimento, por parte dos portugueses diretamente envolvidos na tentativa de organizar o desfecho da colonização, de que a FNLA e a UNITA tinham pouca consistência política e, de fato, não tinham colaborado sequer minimamente para colocar em prática as resoluções de Alvor (*idem, ibidem*: 221).

A guerra civil angolana logo se transformou num conflito internacional entre potências adversas nos contextos políticos regional da África Austral e mundial da Guerra Fria. O envolvimento de forças militares estrangeiras tornou-se evidente a partir de

¹²⁴ Cf. Decreto-Lei n.º458-A/75.

agosto/setembro de 1975. A FNLA foi apoiada por tropas zaienses, por alguns militares portugueses¹²⁵ e, a princípio, também pelos EUA. Mas estes últimos, as vésperas da independência, “fizeram saber a Holden Roberto, através de um emissário especialmente credenciado e despachado dos Estados Unidos até ao Ambriz – o senador Clark – que, *pétrole oblige*, a sua ajuda estava terminada” (dos Santos, 2002: 46). No Sul de Angola a UNITA e seus aliados – ex-militantes do MPLA que participaram da Revolta do Leste e acabaram formando uma facção dissidente sob a liderança de Daniel Chipenda – foram apoiados por tropas sul-africanas. Além do apoio logístico garantido pela antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e do reforço de tropas cubanas, alguns antigos militares do exército colonial, em sua maioria angolanos de ascendência portuguesa, também contribuíram para a vitória militar do MPLA que assegurou o controle desse movimento sobre Luanda possibilitando, assim, que Agostinho Neto declarasse a independência na capital, à zero hora do dia 11 de novembro de 1975.

Sobre a colaboração desses angolanos de ascendência portuguesa que tinham pertencido à tropa colonial com o MPLA na fase de transição para a independência, um entrevistado revelou que *os “corvos ao imbondeiro” eram antigos militares do exército português, mas todos angolanos brancos. Então esse era o código. Eles eram das poucas pessoas que tinham muita experiência militar. Eles ligaram-se ao MPLA e quando eles iam fazer operações especiais a rádio nacional dizia “corvos ao imbondeiro, não sei que, não sei que, corvos ao imbondeiro”, e eles reuniam-se, aquilo era a senha. [...] Eles eram para aí todos praticamente brancos e mulatos vindos do exército português. Então foi uma força muito importante aqui nesse período. Houve pessoas que deram a vida por isto, deram muito. E que ninguém sabe.*¹²⁶

¹²⁵ Integrantes do Exército de Libertação Português (ELP), organização de direita que juntava metropolitanos e alguns colonos (antigos militares, ex-membros da PIDE/DGS e da OPVDA, elementos da FRA, etc.) sob a liderança do coronel Gilberto Santos e Castro, irmão do antigo governador geral da Angola, Fernando Santos e Castro. O nome da organização referia-se ao movimento político e militar criado no exílio por elementos da direita portuguesa, alguns dos quais ligados ao general Spínola, que se exilou no Brasil depois do fracasso da intentona de 11 de março de 1975 na metrópole. Em Angola o ELP entrou numa aliança militar com a FNLA, a UNITA e a Revolta do Leste para combater o MPLA (Silva *et al.*, 1978 *apud* Pimenta, 2008: 416). Sobre Santos e Castro, um antigo colaborador da FNLA registrou o seguinte comentário: “[...] Não o via de modo nenhum como um mercenário. [...] De certo modo, o tenente-coronel encontrou na FNLA e no Ambriz uma oportunidade de combater antigos colegas de armas que apoiaram e continuavam a apoiar o MPLA em termos de comprometer e impedir a conclusão normal da descolonização. Ou talvez lutasse, pura e simplesmente, pela sua permanência numa Angola que ele tanto amava, mas da qual se supunha excluído pelo regime unilateral entretanto instalado em Luanda” (dos Santos, 2002: 40).

¹²⁶ Excerto do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em Luanda, em 15 de novembro de 2012.

O fracasso retumbante do governo de transição instituído pelos Acordos de Alvor levou a que, à meia-noite do dia 10 para 11 de novembro, não só em Luanda, mas também no Ambriz, onde se encontrava a principal base militar da FNLA no interior do país, e no Huambo, dominado pela UNITA, os líderes dos três movimentos de libertação procedessem

a uma pressurosa e algo embaraçosa proclamação da independência de um país partido em três. Portugal, que fora a contraparte dos Acordos do Alvor no princípio do ano, esteve ausente das três cerimônias, em cada uma das quais e para seguir o figurino simbólico, se arriou a bandeira das quinças à sombra da qual Angola vivera mais de quatrocentos anos (dos Santos, 2002: 11).

Apesar de Holden Roberto e Jonas Savimbi terem declarado a independência cada qual em sua base de apoio político-militar, nos dois dias que antecederam a data da independência, no hotel Intercontinental de Kinshasa, FNLA e UNITA numa “antecipação lúcida de que Luanda não seria atingida e era necessário um sistema paralelo para fazer um contraponto político-imaginário” (dos Santos, 2002: 40), registraram o esboço do que viria a ser a “«República Democrática de Angola», um arremedo constitucional inventado à pressa pela FNLA e pela UNITA para se oporem à «República Popular de Angola», de que o MPLA era, desde os acontecimentos recentes de Luanda, o único titular” (idem, ibidem: 16).

Segundo o relato de memórias de Onofre dos Santos, que em 13 de novembro de 1975, foi nomeado ministro da Justiça do efêmero governo da República Democrática de Angola que se instalou no Huambo,

a base negocial sobre que assentava o acordo da República Democrática de Angola não passava de um consórcio em que cada um dos movimentos entrava com a sua área de influência natural pondo as duas sob um Governo comum para melhor se opor ao Governo de Luanda. A partir do momento que a FNLA foi cedendo ao avanço das FAPLA nas principais praças do Norte, a UNITA retirava as necessárias consequências práticas e políticas desse recuo, promovendo o divórcio inevitavelmente litigioso. Para a UNITA manter a FNLA no Huambo seria o mesmo que sustentar um rival dentro da sua própria casa ou, como se diz em África, um crocodilo que a UNITA não tinha nenhuma intenção de transportar dentro da sua piroga (idem, ibidem: 124).

Em finais de janeiro de 1976 FNLA e UNITA guerreavam entre si dispersando suas tropas na ocupação e saque das cidades do Centro-Sul e ficando “à mercê das forças sul-africanas, que guardavam as suas costas ao avanço das FAPLA e dos cubanos que as ajudavam” (idem, ibidem: 119). Quando os militares sul-africanos regressaram à sua primeira linha de intervenção, a cerca de cem quilômetros da fronteira com a Namíbia, a

consequência foi a debandada geral. Tanto os membros do praticamente fictício governo da República Democrática de Angola, como todos os militantes e simpatizantes da FNLA e da UNITA, considerados “traidores do povo angolano” de acordo com um decreto emitido pelo governo do MPLA poucos dias depois da independência (*cf.* dos Santos, 2002: 30), fugiram rumo ao protetorado sul-africano temendo o avanço das FAPLA.

3.4. A saída dos portugueses de Angola

A evolução do processo de transição para a independência não teve o desenvolvimento esperado, sobretudo quanto à defesa intransigente da ordem pública. Os distúrbios registrados em Luanda e a agitação que mais ou menos se sentia em todo o território contribuíram para que se criasse um ambiente desfavorável à presença da população de ascendência europeia em Angola. Com o início da guerra civil, confrontos generalizados passaram a ter lugar não só nos arredores de Luanda, mas dentro da própria capital e também nas principais cidades do Centro-Sul aumentando o clima de pânico entre a população. O resultado imediato foi o início do êxodo em massa para o exterior.¹²⁷

Em agosto de 1975 começaria a funcionar oficialmente e em caráter emergencial, um sistema intensivo de ponte aérea Luanda-Lisboa para facilitar a saída dos portugueses de Angola. A evacuação para a metrópole foi realizada fundamentalmente por via aérea, entretanto, no Sul de Angola um número considerável de brancos decidiu atravessar a fronteira com a Namíbia, à espera duma solução rápida do conflito em Angola, o que nunca chegou a acontecer. Os que conseguiram atravessar a fronteira acabaram por ser internados em campos de refugiados pelos militares sul-africanos (Pimenta, 2008: 419-420). De fins de fevereiro a abril de 1976, organizou-se um esquema de ponte aérea de

¹²⁷ De um modo geral, deslocamentos populacionais massivos costumam acompanhar a emergência de estados de guerra, independentemente da localização geográfica dos conflitos. Portanto, o êxodo da população de Angola em decorrência do início da guerra civil não pode ser considerado paradigmático. Dadas as características geopolíticas que marcaram o início da guerra civil angolana, principalmente a concomitância com a extinção da dominação colonial portuguesa, o fluxo migratório provocado pela violência associada a esse conflito tem sido interpretado, quase exclusivamente, como a fuga dos ex-colonos de Angola à semelhança da saída dos *pieds-noirs* da Argélia. Leituras desse tipo têm contribuído para manter no esquecimento a trajetória dos “ex-colonos” que permaneceram em Angola, bem como de tantos outros emigrantes que durante a conturbada fase de transição para a independência buscaram refúgio em territórios vizinhos, na antiga metrópole colonial ou em outros países.

Windhoek para Lisboa, através do qual foram repatriados 11.000 portugueses que haviam buscado refúgio em território namibiano (Ribeiro, 2002: 437).¹²⁸

Ao abandonar Angola, a população de ascendência portuguesa levou consigo quase tudo, inclusive e, principalmente, o *know-how*, que permitia o funcionamento da administração e gestão públicas, da economia, do sistema de saúde, do sistema de ensino, do sistema de comunicações e transportes, do sistema de logística e abastecimento das cidades, etc. Essa fuga da maior parte dos quadros qualificados de Angola ajudou a agravar a situação interna que, desde meados de 1974, conforme descrito anteriormente, era bastante confusa. É notório que a saída da população de ascendência europeia contribuiu para a situação de profunda instabilidade e vulnerabilidade em que Angola se encontrava na altura do 11 de novembro de 1975 e no imediato pós-independência. Diante desse quadro,

resta saber se o êxodo foi voluntário, no sentido em que foi [apenas] o resultado das circunstâncias de insegurança e de guerra generalizada; ou se, pelo contrário, foi «obrigado», isto é, o resultado duma estratégia bem definida para afastar os brancos de Angola (Pimenta, 2008: 420).

Durante a realização do trabalho de campo em Angola recolhi evidências de que a suspeita levantada por Pimenta, de que o êxodo dos brancos na altura da independência pode ter sido intencionalmente provocado, também faz parte do imaginário daqueles que permaneceram no país. Analisando a trajetória de sua própria família, Jorge afirmou: *A minha família, eu senti que eles não fizeram a opção consciente de dizer "não, vamos embora". Não. Eh pá, foi: "vamos!" Houve ali um movimento, houve ali um vento provocado: vamos, vamos, vamos... Por quê?! E de fato houve uma intenção clara e objetiva de criar aqui uma situação. [...] houve ali um problema entre os militares de abril e os políticos e isto, quer dizer, um país destes, a bandeira desce ali na fortaleza numa cerimônia quase, patética, não é? Pegam a bandeira e vão embora até amanhã, que se f... Isto não deve se fazer assim!*¹²⁹

De acordo com a avaliação de Zeca, outro angolano de ascendência portuguesa que permaneceu em Angola apesar da maior parte de sua família ter emigrado para Portugal, na altura da transição para a independência *os acontecimentos ultrapassaram toda a gente.*

¹²⁸ Informações corroboradas por uma de minhas entrevistadas (depoimento recolhido em Luanda, em 19 de novembro de 2012) que esteve num desses campos de refugiados com sua família até ser repatriada.

¹²⁹ Excerto do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em Luanda, em 15 de novembro de 2012.

Não me parece que houvesse uma intenção deliberada de hostilizar [os brancos] em termos de linha de pensamento do MPLA ou da UNITA. Não houve. Houve depois o sentimento dérmico, a falta de cultura política, houve excessos. As pessoas entraram em pânico. O MPLA não tinha também nem capacidade nem organização para apelar que as pessoas ficassem. Tudo isso foi assim, tás a ver uma bola de neve? Eles [do MPLA] não estavam preparados. Estavam em vias de extinção. Tás a ver o que é isso: tu estás à beira da morte num hospital e vão-te informar que ganhaste o euro milhões? (risos) Tu nem tens forças para sair da cama e tens que gerir 300 milhões! (risos) É, foi isso que aconteceu. Toda a gente se foi embora. Toda a gente deixou aqui tudo. Eu sou, por exemplo, uma pessoa sem passado. Todo o arquivo, todo o acervo de fotografia, meus pais deixaram isso aqui, meus pais compraram o bilhete de ida e volta, como é evidente. Toda a gente foi com bilhete de ida e volta. Tipo assim: bem isto vai dar aqui uma bronca de dois meses e eu depois estou 'come back'. Ah!!! Dois meses não, foram 25 anos! Tanto que as coisas, meu pai entregou a nossa casa aqui em Benguela, eu estava em Luanda nas políticas e essas coisas todas, entregou a alguém. Depois ficou para o chefe da polícia. Portanto, fotografias e aquelas coisas que tu tens em casa, aquilo ficou tudo de escanteio. Eu não tenho nada disso. Eu não sei, sou quase uma pessoa sem passado. Não tenho fotografia de miúdo, não tenho não sei o quê, porque daquelas coisas poucas que a minha mãe guardou, que levou, não tenho coisa nenhuma. Ficou tudo aí, sei lá, se deitou fora, queimou, acabou.¹³⁰

Quando perguntei se os seus pais nunca voltaram a Angola, Zeca respondeu: – *Os meus pais não. Então quer o quê? Isso acabou. Isso acabou.*¹³¹ Essa leitura parece-me contraditória, tendo em perspectiva não só o depoimento integral de Zeca como a sua trajetória enquanto integrante de uma geração de jovens que, na fase de transição para a consolidação da independência (e mesmo antes disso), autoidentificaram-se como angolanos apesar da ascendência portuguesa, incorporaram-se como militantes e/ou membros dos movimentos de libertação nacional e acreditaram que a conquista da independência marcaria o início de um novo tempo e de um novo país. Talvez essa interpretação pessimista sobre o fim de Angola tal como era durante a última fase da administração colonial portuguesa reflita o desencanto de Zeca diante da realidade pós-

¹³⁰ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em 22 de novembro, em Benguela.

¹³¹ Idem.

colonial em Angola que continua muito longe de corresponder ao projeto utópico abraçado por ele e tantos outros jovens ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Ainda que o êxodo da população branca de Angola tenha sido significativo, de acordo com Pimenta, depois da independência teriam permanecido no país entre trinta e cinquenta mil brancos, muitos dos quais comprometidos politicamente com o MPLA.¹³² Esse historiador salienta que o regresso eventual dos refugiados brancos a Angola foi dificultado por algumas disposições tomadas pelo governo do MPLA. Em março de 1976, o governo do MPLA promulgou a Lei nº3/76, que anunciou que os bens de todos os indivíduos que estavam ausentes do país seriam nacionalizados caso os proprietários não regressassem em curto prazo a Angola. Como se verificou um grande número de pedidos de ingresso no território angolano por parte dos refugiados brancos em Portugal, cuja nacionalidade angolana não lhes tinha sido na maior parte dos casos reconhecida, em 27 de abril de 1976, o governo angolano lançou um despacho suspendendo a concessão de salvo-condutos, que funcionavam como vistos de entrada no país. Essa medida dificultou o regresso da maioria dos brancos a Angola e contribuiu para transformar sua diáspora em exílio permanente (Pimenta, 2008: 421).

3.5. Angolanos e angolanas de ascendência portuguesa na diáspora

Os resultados oficiais do último recenseamento dos desalojados, apurados em 31 de dezembro de 1977 e confirmados em 30 de junho de 1978, registraram a chegada em Portugal de 463.315 cidadãos vindos das ex-colônias num curto espaço de tempo, a maior parte em 1975, destacando-se os meses de setembro e outubro (Ribeiro, 2002: 420). Dados que correspondem ao período do auge do funcionamento da ponte aérea Luanda-Lisboa que terminaria poucos dias depois do 11 de novembro, ou seja, logo após a independência. Estima-se que pouco mais de 60% de todos os portugueses que regressaram à metrópole com o fim da experiência colonial no continente africano vinham de Angola (Pires, 2003: 189). Quanto aos seus pertences, de meados de 1974 a dezembro de 1975, a Administração Geral do Porto de Lisboa e a Alfândega tiveram que se desdobrar para realizar o desembarque, a armazenagem e o “desalfandegamento”, isso é, o registro da entrada de bens no país, de 514.768 metros cúbicos de bagagens e 22.774 viaturas ligeiras e pesadas,

¹³² Cinco dos interlocutores com quem tive a oportunidade de dialogar durante o trabalho de campo em Angola encaixam-se nesse perfil.

transportadas para Portugal a partir das ex-colônias, mas, sobretudo de Angola, em 114 navios (Ribeiro, 2002: 405). Porém, a maioria dessa população chegou a Portugal com pouco mais do que as roupas, procurando casa e trabalho num país com déficit de moradias e atravessando uma grave crise econômica decorrente do processo de nacionalização de várias empresas na sequência das transformações políticas propiciadas pelo golpe de Estado de 25 de abril de 1974, da perda do protetorado sobre os mercados coloniais e da depressão mundial provocada pela crise do petróleo iniciada em 1973. A necessidade de integração de um conjunto de pessoas, que somava o equivalente a 1/5 do que era a população total de Portugal continental, representou não só um desafio político para os governantes portugueses, mas também um problema socioeconômico para o país.

Como bem observa Heymann (2006: 2), se, por um lado, o movimento migratório produz um questionamento em termos da identidade daqueles que se deslocam espacialmente, defrontando-se com a perda de antigos referenciais territoriais e socioeconômicos, também os que se encontravam anteriormente no território de destino, além daqueles que permaneceram nos territórios de origem dos migrantes, passam por transformações importantes, que implicam o estabelecimento de novas fronteiras e referências provocando mudanças marcantes nas formas como esses grupos se veem e percebem as populações à sua volta. Segundo Stephen Lubkemann (2005: 261), o esforço de reconstrução da identidade nacional portuguesa feito logo depois da queda do regime colonial-fascista apoiou-se numa interpretação da exploração colonial não como uma relação histórica, mas como um produto da agência individual dos colonos que regressavam à antiga metrópole fugindo de possíveis atos de vingança dos colonizados. Ao transformar os chamados ‘retornados’ em “depositários das estruturas coloniais” (idem, *ibidem*), a nação portuguesa quis acreditar que podia imaginar-se absolvida de seu passado colonial.¹³³ Ainda assim, como demonstra Margarida Calafate Ribeiro (2004), o “fantasma do império” continuou a assombrar os exercícios de representação de uma identidade nacional portuguesa na pós-colonialidade.

¹³³ A cobertura jornalística feita pelo *Diário de Notícias*, o mais antigo jornal diário da imprensa portuguesa, sobre os ‘retornados’ no período em que Portugal vivenciava o confuso rescaldo do ‘Verão Quente’ de 1975 associado a um clima de incerteza sobre o futuro do país pós-revolução e consolidação da descolonização (re)produzia e enfatizava uma imagem negativa desses personagens associando-os ao antigo regime salazarista ou aos movimentos saudosos desse período pré-revolucionário, ou ainda a episódios de desordem e até violência. Contudo, é importante não tratar a imprensa como um reflexo perfeito da opinião popular de uma época. Sobre o papel da imprensa no processo de (re)inserção social dos chamados ‘retornados’ veja-se Peixoto (2011).

Mesmo tendo sido encarados, de certa maneira, como ‘bodes expiatórios’ do passado colonial, a integração populacional, profissional, cultural e social dos portugueses ‘desalojados do ultramar’ acabou por ser, relativamente, um êxito considerando a conjuntura em que ocorreu. De acordo com Rui Pena Pires (2003: 247), “a integração dos retornados no plano social foi, para a maioria, um caso de assimilação”, tendo em vista que esses indivíduos “foram incorporados no espaço identitário definidor da pertença à sociedade portuguesa, num processo tanto de auto como de hetero-categorização, participando de modo alargado nos quadros de interação locais”. Para tanto, muito contribuiu o fato de que a maioria dos ‘retornados’ adultos eram emigrantes de primeira geração, ou seja, haviam emigrado para as colônias entre as décadas de 1950 e 70, e, de modo geral, mantiveram vínculos relacionais com os meios sociais de origem na metrópole. Assim, quando regressaram puderam reativar com facilidade os vínculos anteriores, nomeadamente no plano familiar. Consequentemente esses portugueses ‘retornados’ puderam reconstruir a sua integração social através não da densificação de redes construídas entre os próprios ‘retornados’, mas por via da sua inclusão em quadros de interação em que participavam familiares e amigos metropolitanos. A grande maioria dos ‘desalojados do ultramar’ que chegaram a Portugal em 1975 retornaram para as comunidades de onde haviam saído alguns anos antes ou de onde um membro familiar imediato havia migrado originalmente. 53% dos ‘retornados’ que tinham nascido na metrópole (ou, aproximadamente, 31% de todos os ‘retornados’) voltaram para o distrito de onde eram naturais (Lubkemann, 2005: 260).

Pires salienta que a intervenção estratégica do Estado, em termos normativos, organizacionais e de mobilização e redistribuição de recursos coletivos, também foi fundamental para a assimilação dos chamados ‘retornados’. De acordo com esse autor, a definição da condição de ‘retornado’ envolveu,

no seu enunciado jurídico o acionamento de regras simultaneamente descritivas (porque operando uma classificação) e prescritivas (porque regulando normativamente essa classificação), com um âmbito constitutivo (porque identificando uma esfera transaccional específica). Essa condição foi política e juridicamente definida com a decisão, regulada pelo Decreto-Lei n.º 308-A/75, de 24 de junho de 1975, de apenas aceitar que mantivessem a nacionalidade portuguesa os residentes nas ex-colônias nascidos na metrópole, ou com ascendentes até ao terceiro grau daí naturais (Pires, 2003: 227).

Cabe esclarecer que apesar de todos os migrantes da descolonização que chegaram a Portugal entre meados de 1974 e princípios de 1976 terem sido chamados de

‘retornados’, uma minoria significativa tinha nascido em África e nunca antes tinha estado na antiga metrópole. Entre essa minoria, algumas pessoas tinham apenas uma tênue, quando era o caso, ascendência europeia. Embora não existam números diretos disponíveis, as melhores estimativas indiretas indicam que pelo menos entre 25.000 e 35.000 (Baganha 1998: 229-277 *apud* Lubkemann, 2003: 89) dos ‘retornados’ tinham ascendência africana. Número possivelmente ampliável tendo em consideração o fato de que muitos daqueles com descendência racial mista eram susceptíveis de serem classificados como “negros”, pelo menos, em termos das formas de tratamento e de interação cotidiana dentro da sociedade portuguesa.

Segundo a leitura de Lubkemann, o sucesso da invisibilidade negociada como “portugueses como qualquer outro” pela maioria branca dos ‘retornados’ ajudou a reforçar a exclusão de uma pequena minoria de indivíduos repatriados que, por possuírem traços de ascendência negra, foram impedidos de se interpretar como similarmente invisíveis dentro da sociedade portuguesa (2005: 258). Nesse sentido,

aqueles retornados que aparentavam fenotípicas evidências de parentesco com africanos negros foram mantidos muito visível e marcadamente na sociedade portuguesa como “racialmente outros” (*idem, ibidem*: 266).

No que dizia respeito à maioria dos ‘retornados’, as causas que poderiam alimentar sua exclusão social enquanto “estranhos internos” eram “performativas” e não “essencializadas”, o que abria a possibilidade de desafiar esse *status* ao longo do tempo através de contra-performances que restabelecessem seu compromisso público com a comunidade e a família. Em pouco tempo grande parte dos ‘retornados’ provou ser capaz de reativar com sucesso redes sociais por ventura atrofiadas desafiando as narrativas marginalizadoras através da execução pública de compromissos legitimadores de seu pertencimento à família e à comunidade. Uma das principais razões para esse sucesso foi a capacidade dos ‘retornados’ para transformar suas vantagens de capital humano em sucesso material. De modo geral, os ‘retornados’ tinham maiores níveis de escolaridade e experiência profissional do que o resto da população portuguesa como um todo, estando, portanto, melhor qualificados para ocupar os postos de trabalho que surgiram durante a expansão econômica vivenciada em Portugal na década de 1980 (Lubkemann, 2003: 84).

Em contrapartida, os ‘retornados’ de ascendência africana eram menos propensos a ter redes familiares em Portugal e mais propensos a ter menos recursos financeiros. Eles eram, portanto, mais suscetíveis de ficarem concentrados em bairros sociais e/ou favelas

periféricas onde acabaram por (con)fundirem-se com outras populações marginalizadas, como a dos ciganos, por exemplo. O fato de muitos bairros sociais e periféricos apresentarem uma composição étnica variada estimulava a tendência das comunidades vizinhas encararem todos os residentes dessas zonas carenciadas como etnicamente “outros”. Isso também contribuiria para que sobre o grupo minoritário de ‘retornados’ de ascendência africana pesasse uma forma mais essencializada e menos performática de “estranhamento interno”, ou seja, os ‘retornados’ assentados em áreas carenciadas foram muitas vezes considerados como grupos étnicos “outros”, sugerindo involuntárias e essencializadas formas de diferenciação social (Lubkemann, 2003: 88). No senso comum português vigorou a associação direta entre pobreza, negritude e alteridade.

Dados demográficos étnicos ou racialmente diferenciados não estão disponíveis nas fontes e bases de dados existentes, o que torna impossível generalizar de forma confiável o quanto a discriminação racial afetou a trajetória social dos primeiros migrantes da descolonização que se viram forçados a reconstruir a vida na antiga metrópole. Mas as indicações qualitativas reunidas por Lubkemann (2003; 2005) apontam para o fato de o racismo ter contribuído para limitar as oportunidades e possibilidades de inserção social daqueles cujo fenótipo indicava uma herança genética africana dificultando, portanto, o seu reconhecimento como portugueses dentro do imaginário coletivo que servia de base para as construções sociais sobre a ideia de identidade nacional em Portugal depois do fim da experiência colonial.

Fenotipicamente definida a ‘raça’ se revelou uma inegociável pedra angular da comunidade imaginada portuguesa na pós-colonialidade. Enquanto a maioria dos que fugiram das ex-colônias africanas receberam temporariamente o rótulo de ‘retornados’,¹³⁴ sendo (re)assimilados pela sociedade portuguesa num relativamente curto espaço de tempo, aqueles imigrantes da descolonização que faziam parte de uma minoria racial, mesmo sendo portadores de documentação comprobatória de sua nacionalidade portuguesa, foram reclassificados e aglomerados junto com outros “imigrantes negros” que não tinham direito à cidadania. Como bem observou Helena Matos (2010), “no desacerto que os retornados eram, os negros e mestiços eram um desacerto ainda maior”.

¹³⁴ A situação de retornado é definida como transitória. Retornado era, para o Estado, o repatriado se, e enquanto, tivesse necessidade de apoio estatal para suprir necessidades básicas, esgotando-se esse estatuto com a resolução da situação de carência (cf. Pires, 2003: 231).

Segundo Lubkemann (2005: 268-269), em Portugal a questão dos ‘retornados’ parece marcada por um “excesso de esquecimento” em que predomina o léxico da conciliação e da cordialidade, ou seja, a evocação da memória remete antes às garantias que devem nortear o funcionamento de uma sociedade democrática – na qual os diversos grupos têm direito à sua memória –, do que a uma situação de concorrência entre várias memórias que servem de base para a produção de distintas versões da História. Num seletivo entrelaçamento entre memória e amnésia, a sociedade portuguesa pós-colonial tem acomodado apenas as evidências históricas (e seus corpos físicos) que dão suporte a uma imagem hegemônica de si mesma. Imagem que é construída com base numa ideia de pertencimento à Europa, que é vista, por sua vez, como local de origem da comunidade branca, o que retrata mais continuidades do que descontinuidades críticas em relação ao período colonial.

A imagem do ‘retornado’ foi politicamente essencializada na figura do português branco que esteve no Ultramar ou de lá era natural, mas com clara e comprovada ascendência portuguesa originária. Nesse sentido, a ‘raça’, agregada ao local de nascimento, assumiu um papel central para a definição de quem, dentre os migrantes da descolonização, eram, ou não, os portugueses. Essa essencialização refletia o profundo desconhecimento da complexidade sociocultural do contexto colonial africano, onde a retórica propagandeada pelo Estado Novo até a queda do regime colonial-fascista, em 1974, que insistia na ideia de que Portugal era uma nação “pluricontinental e multirracial” ajudou a construir complexas relações de pertencimento e dinâmicas de identidade.

Como descrito no capítulo anterior, em finais de 2011 tive a oportunidade de entrevistar Marta. Nascida em Benguela, numa família mestiça, essa senhora se identificou como portuguesa e não como angolana, apesar de enfatizar que seus pais também eram naturais de Angola e mestiços. As informações e interpretações da realidade que fazem parte do relato das experiências vivenciadas por Marta e sua família não só ajudam a compreender os problemas gerados pela cristalização de uma imagem essencializada dos chamados ‘retornados’, como também demonstram a necessidade de se construir uma perspectiva mais sofisticada sobre as heranças da experiência da (des)colonização e a complexidade dos processos de reconstrução identitária no espaço-tempo pós-colonial.

Logo no início de nossa conversa Marta assumiu-se como “*descendente de angolanos*”¹³⁵ ao que acrescentou imediatamente e em tom de ressalva: “*mas eu só fiz nascer lá*”. Depois explicou:

– *O que me define é o que eu sou, não a cor que eu tenho ou o cabelo que eu tenho, ou o local onde eu nasci. Às vezes aqui [no Brasil onde vive há mais de uma década] é engraçado. Eu não escondo, eu digo: eu nasci em Angola. Aí, as pessoas: «donde é que é?» Eu digo: eu sou portuguesa. Mas eu nasci em Angola. Aí algumas pessoas dizem: «ah, se nasceste em Angola tu és angolana!» Aí eu digo: se quiser, eu sou, depende. Se quiser, eu sou. Mas se disser que eu sou angolana... não sou nada! «Ah, mas se você nasceu lá?!» [dizem] Aí eu digo: é, eu nasci. Mas agora, dizer que eu sou [angolana] é outra coisa. Eu nasci lá, mas agora dizer que eu sou, eu não sei não. Acho que, acho que não sou.*

Tendo saído de Angola em 1975, antes da independência, como fez questão de enfatizar, contando então 10 anos de idade, Marta elencou os seguintes argumentos para legitimar sua identidade portuguesa:

– *Nunca tivemos nacionalidade angolana, nós. Todos os 8 [irmãos], na época, quando nós nascemos, Angola não era um país, era um... era uma colônia, então... E depois, quando Angola virou país, nós nem sequer morávamos mais em Angola, nunca ninguém foi atrás da nacionalidade angolana. E quase nenhum de nós se sente angolano porque não foi criado lá. [...] no meu documento não está escrito que eu sou angolana. Está escrito que eu sou portuguesa. [...] Angola nunca foi país enquanto eu nasci, na época em que eu nasci, então eu nasci como portuguesa. Aí para ser angolana teria que... pedir a nacionalidade angolana, uma vez que eu acabei não ficando lá.*

Se, por um lado, sua autoidentificação com Portugal foi (e ainda é) motivo de contestação pelo fato de ser mestiça, por outro, a memória de ter sofrido discriminação semelhante em Angola na altura da independência também está presente em seu testemunho, como revela o seguinte trecho:

– *Todas as pessoas mestiças, como a minha família, eles também viam-se numa situação pior [que a dos brancos]. Porque não são, não somos, considerados negros. Embora agora, aqui no Brasil, e nós, um bocado nos Estados Unidos, por exemplo, considerem que a gente seja negra. Mas, nós não nos vemos como negros. E nós não nos*

¹³⁵ Este e os subsequentes trechos grafados em itálico neste capítulo correspondem a excertos da transcrição da entrevista realizada com Marta no dia 24 de novembro de 2011.

vemos como brancos. Sabemos que não somos brancos. Sabemos o que somos. Somos mestiços. Somos mulatos. Aí é o que eles lá [em Angola] diziam: «vai para terra do teu pai!»; «vai para tua terra!». Em Portugal diziam assim pra gente: «porque é que tu não vais para tua terra?!» Agora, lá [em Angola] não é a nossa terra, aqui [em Portugal] não é a nossa terra, então somos da onde? Aí minha mãe sentou com a gente e disse que; a minha mãe tinha uma cabeça muito boa. A minha mãe era uma pessoa muito extraordinária. Ela juntou os filhos todos e disse: «nessa família ninguém diz que é branco, porque vocês não são brancos. E ninguém diz que é negro, porque vocês não são negros. Então nessa casa nós somos todos, 100% raça pura mestiça». Então desmistificou todo o assunto. «Não tem aqui problema nenhum de se você é filho do pai ou se você é o filho da mãe. Porque se você disser que é branco, você está negando a sua mãe. Se você está dizendo que é negro, você está negando o seu pai. E você é filho exatamente dos dois. Então, você é raça pura, 100% mestiça». Então nós crescemos sem nenhum conflito de quem somos nós. Embora sempre houvesse [algum], porque as pessoas sempre diziam: «tu és de lá. Não, não és de lá. Tu és daqui? Não, és dali.» Os meus irmãos mais velhos têm mais essa divisão do quem eles são, aonde pertencem. Eu nunca tive muito problema de identificação porque nunca me identifiquei muito com Angola, porque não me lembro. Nós todos estudamos em colégios internos. Ou semi-internos. O meu irmão estudou em colégios de padres. Eu, sou a mais nova, fiquei, fiz o primário todo em Angola, em colégio de freiras, portuguesas. Então, o que eu me lembro de Angola é a casa em que a gente vivia, mas como eu vivia internada no colégio, o que mais me lembro de é do meu próprio colégio, por que... Não, não me identifico muito com a coisa.

A “coisa”, nesse caso, seria a angolanidade. Apesar de Marta não alimentar laços de pertencimento em relação à Angola, sua filha, fruto do casamento com um suíço e criada desde a adolescência no Brasil, emigrou para esse país em 2009 respondendo a uma oferta de emprego. Quando perguntei se sua filha tinha enfrentado problemas para conseguir o visto de entrada em Angola, Marta respondeu:

– Não, foi fácil. Porque como eu tenho a minha certidão de nascimento e como eu nasci lá, aí só foi dar o número da minha certidão de nascimento. E como eu nasci lá ela teve direito à nacionalidade, por causa da minha certidão. Bom, nem sei como é que eles fazem isso. Mas ela... Praticamente eu dei o número do meu registro, da minha cédula pessoal, onde está marcado o número do livro onde eu fui registrada e a folha, número tal.

E eles viram lá e disseram: «não, a mãe dela é angolana, ela tem direito à [nacionalidade]». E aí trataram da papelada para ela conseguir. Porque parece que é muito mais fácil viver se tiver a nacionalidade angolana, do que se continua com a portuguesa. [...] disseram que ela devia fazer logo a nacionalidade até para contratos de trabalho e isso e aquilo, por causa da moeda, da troca da moeda e não sei o quê, não sei o que mais. É mais fácil se ela tiver nacionalidade angolana. Eu disse: então tá certo. Acaba que a minha filha tem a nacionalidade agora, a dupla nacionalidade, e é a nacionalidade angolana que eu nunca tive. [...] e os meus pais também nunca tiveram.

Para Marta, “*não havia necessidade*” de a filha adquirir a dupla nacionalidade, “*mas ela decidiu fazer para ter a vida mais fácil lá com a nacionalidade angolana*”. Sobre sua própria situação em relação à nacionalidade angolana, ponderou:

– Pode até ser que eu peça quando eu for para lá, se um dia eu for, não é? Agora estão oferecendo locais de trabalho lá, capaz de, quando terminar esse doutorado, quem sabe? Em Portugal, se continuar do jeito que está... Talvez seja melhor a gente ir para a África mesmo.

Esta última reflexão corrobora a ressalva feita por Cláudia Castelo ao analisar o processo de povoamento de Angola e Moçambique no século XX, pois deixa claro que atualmente, assim como no século passado, “*não há uma atração inata dos portugueses por África. Tudo depende das circunstâncias econômicas, sociais, políticas e das motivações pessoais em jogo em cada momento e espaço físico*” (Castelo, 2007: 18). As experiências de “*desretorno*” (Rui, 2007) de angolanas e angolanos de ascendência portuguesa, bem como o fenômeno do crescimento da emigração de portugueses e portuguesas para Angola observado nos últimos anos, serão objeto da análise desenvolvida no quinto capítulo deste trabalho.

Capítulo 4

À volta dos que não foram

*Estes são tempos de
que não ficará memória,
alguma glória teríamos
fôramos ao menos infames.*
(Manuel António Pina, *Aos filhos*)

4.1. Estratégias de sobrevivência acionadas por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa (e não só) durante a fase de consolidação da independência

Ao observar as reconfigurações da sociedade e, conseqüentemente, da(s) identidade(s) angolana(s) a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais, procurei adotar a proposta de Fidel Reis (2010: 37-38) e analisar o processo de construção das identidades, de um ponto de vista histórico e pluridimensional, como um processo social em que cada domínio de socialização¹³⁶ é relevante no percurso dos atores. Isso porque, como alerta o referido historiador, o modo como angolanos e angolanas estabeleceram afinidades, solidariedades e estratégias de ação para a sobrevivência no pós-independência foi influenciado pelas transformações verificadas no sistema político e econômico que, por sua vez, se repercutiram nos esquemas de percepção e de avaliação dos grupos sociais relativamente a sua própria condição e a dos outros.

De acordo com o que pude auferir durante a realização do trabalho de campo em Angola que permitiu-me recolher relatos de memória de angolanos e angolanas de ascendência portuguesa que permaneceram no país, fazer política e/ou (re)constituir laços familiares, muitas vezes baseados em (ou reforçados por) duradouras relações de amizade

¹³⁶ Especialmente as condições materiais de existência através das quais se concretiza a apropriação simbólica do mundo e a produção de afinidades e identificação das diferenciações sociais onde se gera a reprodução/naturalização de distinções com elevada eficácia estrutural tal como a definição de hierarquias sociais; as relações sociais, desde a interação às trocas afetivas até às redes de exercício de poder e autoridade; e os registros simbólico-discursivos com a difusão de construções jurídico-normativas, de ideologias e mitologias que legitimam os fundamentos da organização social e as ‘qualidades’ dos diferentes grupos sociais (cf. Reis, 2010: 38).

e fidelidade, foram as principais estratégias de sobrevivência adotadas durante as “*épocas duras*”¹³⁷ que marcaram o início da trajetória da Angola independente.

Mantendo a coerência com suas trajetórias pessoais, a maioria dos antigos militantes/membros ou ex-militantes/membros do MPLA consideraram o fato de terem participado ativamente das disputas políticas, principalmente durante a fase de transição para a independência, enquanto uma das condições de sua integração na comunidade angolana imaginada de acordo com o projeto de moderno Estado-nação que esse movimento nacionalista buscou implementar ao assumir o poder. Nesse sentido, o excerto do depoimento de Jorge, recolhido em Luanda, em 15 de novembro de 2012, é bastante ilustrativo:

– *Acho que nesses últimos 6 meses até a independência não voltei a ir à Benguela, a vida aqui era muito intensa. E então, há um dia em que sou surpreendido com a notícia de que os meus pais, a minha família, estavam todos aqui no autódromo. Autódromo de Luanda onde eram concentradas as pessoas que vinham das províncias. Entretanto tinha rebentado a guerra nas províncias, tinha havido inclusive essa tentativa de invasão sul-africana por baixo e tal, e então a situação estava muito tensa e aí havia muito mais insegurança nas províncias, notava-se, mesmo da população branca. Enquanto que em Luanda era mais fácil, [para] a população, não havia tanta insegurança, digamos, assim, nos centros, na zona urbanizada. [...] Se criava um clima de insegurança, desestabilização [no país]. Então, pouco antes do 11 de novembro, acho que mês de setembro-outubro, eu sou confrontado com o fato da minha família estar aqui para ser evacuada para Portugal. Eu fico! Pois não me passa pela cabeça eu ir embora, não é? Pra já porque sentia-me angolano e tinha consciência forte, né? Porque a luta política deu-nos uma consciência política forte. Jamais eu punha em causa o ir-me embora¹³⁸ porque não fazia questão. Quer dizer, e não foi uma questão de pesar entre família e Angola. Isso nem se colocou na minha cabeça. Foi: eu fico! Quer dizer, se calhar, até fui desagradável, não é? Nunca me chamaram atenção por isso, os meus pais. Já falecidos. Nem meus irmãos. Mas, mas se calhar até terei sido desagradável a dizer que eu fico, não sei, não sei. Acho que eles ficaram preocupados. Eu fiquei e o meu percurso aí sempre esteve muito ligado digamos*

¹³⁷ Expressão recorrentemente utilizada por meus interlocutores em Angola para fazer referência ao período de consolidação da independência.

¹³⁸ Ênfases acrescentadas pela autora.

ao MPLA e à política. [...] me senti completamente integrado e fazendo parte duma geração.

Conhecendo os percursos enfrentados por outros angolanos de ascendência portuguesa, como Adolfo Maria, por exemplo, para serem aceites como militantes ou membros do MPLA, desconfiei do relato de Jorge e perguntei: “– No momento de formação do novo país a sua identidade nacional e a sua opção por Angola foi contestada por você ter pais portugueses, ter a cor que tem? Com extrema convicção ele respondeu: “– *Não. Nunca, nunca, nunca.*”

Em contrapartida, para Onofre dos Santos, outro angolano branco, filho de pais portugueses, mas que na fase de transição para a independência fez parte dos quadros da FNLA, a militância política do lado ‘inimigo’ resultou na cassação do seu direito de pertencimento à sociedade angolana. Ao tomar consciência de sua condição de pária político-social esse angolano de ascendência portuguesa teria registrado a seguinte reflexão num diário que anos mais tarde serviria de base para a publicação de suas memórias sobre esse período histórico:

22 de novembro [de 1975]

Acabara de ter conhecimento de um decreto de Luanda considerando traidores do povo angolano todos os simpatizantes e militantes da FNLA e UNITA.¹³⁹ No entanto, recuando bem pouco no tempo, ainda ecoavam as palavras lapidares de Agostinho Neto no Alvor, falando aos dois povos, angolano e português, em nome dos três movimentos. Aliás, havia sido afirmada e reiterada, por todos os chefes dos partidos, a liberdade de escolha e de opção [política] unidos todos pelo menos no desejo de ver Angola independente e no bom caminho para o seu maior desenvolvimento, em paz e com justiça (dos Santos, 2002: 30).

Embora uma proposta de solução para o problema da questão racial, ou do lugar dos brancos e mestiços na sociedade angolana após a independência, tenha sido articulada durante as negociações que levaram à assinatura do acordo de Alvor, nomeadamente pela definição da natureza da nacionalidade angolana com base na conjugação do princípio do *jus solis* com o princípio de fidelidade política,¹⁴⁰ como bem observa Reis, “a sua efetiva aplicabilidade iria revestir-se de uma enorme complexidade” (2010: 269).

¹³⁹ Ênfase acrescentada pela autora.

¹⁴⁰ Dado que foi reconhecido o direito à nacionalidade a todas as pessoas nascidas em Angola e a todos/as os/as estrangeiros/as que participaram na luta de libertação nacional. Quanto aos demais estrangeiros habitantes do país, aqueles que não tinham cometido atos comprovados contra a luta de libertação e a dignidade do povo angolano tiveram direito à naturalização ou permanência no país mediante a sujeição às leis (cf. Tali, 2001a: 226-227; Reis, 2010: 268).

“Mobilização, fidelidade e traição”. Segundo a leitura de Reis (2010: 270), “esta relacional ordem trinitária seria aplicada, pelas três organizações nacionalistas armadas [MPLA, UNITA e FNLA] a todos os angolanos independentemente da sua etnia, ou da sua raça”. Mas, à medida que a guerra civil se instaurava, os mecanismos de mobilização que haviam sido ativados inicialmente seguindo a lógica de uma insípida e incipiente campanha eleitoral foram dando cada vez mais lugar à lógica do fortalecimento das respectivas aparelhagens militares tomando por base os princípios fundamentais da fidelidade/recompensa e da traição/punição (idem, ibidem: 269).

Entre dezembro de 1975 e março de 1976, o MPLA colocou em prática uma série de contraofensivas militares que lhe permitiram assegurar o controle de praticamente todo o país (dos Santos, 2002: 134; Heimer, 1980: 87; Reis, 2010: 276). Enquanto partido no poder, o MPLA tornou-se o único responsável legítimo pela definição e punição dos ‘inimigos’ e ‘traidores do povo angolano’. Além disso, com a instituição de um regime de partido único, o MPLA passou a tutelar o modo como os habitantes do país deveriam representar o mundo e a si próprios. Isto é, depois de assumir unilateralmente a administração do Estado, o MPLA passou a

funcionar como um poderoso instrumento ideológico-identitário na construção de uma representação da sociedade angolana estruturada em torno do projeto de entrada na modernidade, no quadro de uma economia de direção central e planificada, da unidade do estado nação (materializada em palavras de ordem como, por exemplo ‘Angola de Cabinda ao Cunene’) e da ‘construção do homem novo’ (Reis, 2010: 280).

Cabe lembrar que, até o final da década de 1980, Angola viveu sob a égide de uma economia política que, “embora com características próprias, podia ser considerada como socialista «clássica» - sendo a lei do país a do partido único (isto é, [a que emanava d]o seu *Bureau* político)” (Messiant, 2008a: 133). A adoção desse regime político-econômico implicou a ilegalização de qualquer outra forma de organização autônoma (exceto a das igrejas); a instituição de fortes aparelhos de coerção para garantir o respeito a essa ordem partidária na qual as adesões, bem como eventuais promoções internas, eram controladas de acordo com critérios políticos de fidelidade; e a instauração de um sistema de dupla injustiça e discriminação entre os que faziam parte do MPLA, incluindo os seus apêndices sociais,¹⁴¹ e os excluídos do partido sob pretextos diversos,¹⁴² e entre os que eram somente

¹⁴¹ O que podia abranger desde os círculos familiares a relações de amizade. Por exemplo, ao declarar-se “apartidário” por nunca ter tido cartão de nenhum partido, um de meus entrevistados explicou: “*Não me meto*

‘povo’, ou seja, possuíam apenas o ‘cartão do povo’,¹⁴³ e os da *nomenklatura*, com acesso legal discriminatório às divisas e aos bens (Messiant, 2008a: 133-134). De acordo com Christine Messiant,

este conjunto de fatores estruturantes leva[va] a um fortalecimento das posições da *nomenklatura* enquanto as dificuldades e penúrias aumenta[va]m e a corrupção ganha[va], a vários níveis, um número crescente de responsáveis e indivíduos no partido e no Estado uma vez que goza[va]m de impunidade; e também leva[va] a evoluções na sociedade, com «resistências passivas» às dificuldades e desigualdades; com o aproveitamento das oportunidades (desvios, roubos, candonga); e com os sentimentos e práticas que daí resulta[va]m, assim como duma repressão seletiva: silêncio, medo, desobediência à lei e/ou submissão (2008a: 134).

Essa autora enfatizava ainda que as características específicas do ‘socialismo angolano’ estiveram relacionadas “essencialmente à importância do petróleo e à existência, dentro e à volta do país, duma guerra civil e internacional de grande dimensão” (idem, *ibidem*). Nesse contexto, o regime do MPLA foi respaldado pela intensa adesão de uma grande parte da população, por um lado e, por outro, foi resguardado pela adoção de uma postura particularmente exclusivista e repressiva não só contra os inimigos político-militares, rotulados de ‘fantoques’ e/ou ‘traidores’, mas também contra quaisquer contestatários. Todos esses ‘inimigos’ foram excluídos do único ‘povo’ reconhecido, assim como da nação imaginada, pelo regime.

Quanto ao povo real, sofreu um abandono particularmente rápido e drástico: primeiro o do campo (devido à guerra e à possibilidade que o petróleo dava ao governo de viver à base de importações, sem a sua produção agrícola) e, mais

com ninguém. Conheço muita gente. Conheço, trato o Manuel Vicente [vice-presidente do país] por tu, conheço o ministro de Petróleos, foi meu colega de turma. Conheço a ex-ministra da Justiça, foi minha colega, conheço o que foi ministro da Indústria. Conheço uma série de malta lá, de dentro [do partido no poder], [...] mas nunca estive lá dentro. Eles também não me perguntam por que é que eu não estou. Eles vêm aqui, trato-lhes bem, trato bem qualquer um. Trato bem qualquer um dos outros [partidos] também, sem problema nenhum. Mas, consegui safar-me.” (excertos do depoimento de Juca durante entrevista realizada em Luanda, em 13 de novembro de 2012). Esses excertos indicam que, apesar de nunca ter sido membro do partido no poder, Juca gozava de alguma inserção no seletivo círculo social das elites políticas, o que nas ‘épocas duras’ pode ter funcionado como um excelente trunfo, sobretudo tendo em vista que “dada a extrema polarização, por altura da independência e depois desta, entre dois poderes armados [MPLA e UNITA] tendo cada um à sua volta um «campo» civil [...] as injustiças, repressões e miséria vividas pelas populações ao longo da guerra empurraram, até as que não estavam inicialmente alinhadas, para o alinhamento com um dos campos, ainda que fosse só para se protegerem do outro – minimizando assim (para os dois poderes) os riscos associados à iniquidade e opressão da sua dominação” (Messiant, 2008a: 134-135).

¹⁴² Os estatutos do MPLA determinavam a exclusão dos religiosos e empresários, mas, na prática, para além desses indivíduos muitos outros foram excluídos em função de desconfianças em relação ao seu passado (*cf.* Messiant, 2008a: 134) ou por não se reverem no MPLA, ou ainda porque mesmo tendo pertencido ao partido em determinadas alturas passaram a serem considerados elementos “nocivos” (*cf.* Reis, 2010: 284).

¹⁴³ Cartão que dava acesso às lojas do povo durante a vigência do regime de economia planificada controlada pelo Estado.

tarde, até o das cidades (ao qual chega[va]m cada vez menos importações através das paupérrimas lojas do povo) (Messiant, 2008a: 134).

Tomar consciência dessa realidade histórica estruturada pela violência de um prolongado conflito armado ajuda a compreender a importância atribuída aos laços familiares,¹⁴⁴ de amizade e de confiança para a sobrevivência dos indivíduos, bem como para a formatação da sociedade angolana tal como ela se apresenta nos dias atuais. Importância que foi mencionada por todas as pessoas que entrevistei ou de quem obtive informações relevantes para o desenvolvimento deste trabalho a partir de conversações informais. Assim, durante a realização do trabalho de campo em Luanda e Benguela pude confirmar que, como bem havia observado Cristina Rodrigues (2008: 283), “a solidariedade e a reciprocidade familiares constituem questões centrais da organização e dinâmica social angolanas”. Isso porque em Angola

a estruturação social não se realiza através do posicionamento individual relativo. A aquisição dos estatutos está sujeita à integração numa rede familiar cuja dinâmica e capacidade de gerir reciprocidades e solidariedades (a estratégia base da reprodução social) permite aos indivíduos adquirir posições num determinado grupo social (idem, ibidem).

Quanto ao período imediatamente posterior à independência, essa autora afirma que “perante a incerteza e a insegurança econômicas e sociais, a família transformou-se numa das redes sociais mais importantes, capaz de mitigar os riscos associados à transformação econômica radical, à mudança social, à guerra e à migração” (idem, ibidem: 273). Entretanto, vários de meus entrevistados destacaram também a importância das relações de amizade para a construção e/ou o fortalecimento de redes de apoio mútuo que tiveram um papel fundamental para resguardá-los dos efeitos dos processos acelerados de urbanização, transformação socioeconômica e abandono da população por parte do Estado ao longo da fase de guerra civil que marcou a consolidação da independência. A título de exemplo, destaco a seguir excertos de dois depoimentos onde essa temática foi bastante enfatizada:

Houve um período que foi o período desde 78, 1978 até 80 e qualquer coisa. Que foi um período bastante, bastante árduo, não é? O meu filho mais velho nasceu em 1979 e

¹⁴⁴ Segundo o modelo de família alargada que, de acordo com Cristina Rodrigues (2008: 282), traduz-se na “constituição voluntária de um grupo solidário, baseado nos laços de parentesco, que incorpora ou integra membros de diferentes graus. [...] a família alargada não inclui necessariamente todos os consanguíneos ou membros relacionados por afinidade, mas antes aqueles cuja cooptação (sob os termos do parentesco) é realizada através do estabelecimento de relações de solidariedade, da entreaajuda e da cooperação a diversos níveis”.

*eu sei o que é que passei para conseguir fazer com que ele, com que ele vingasse. Com todos os problemas que existiam de assistência. Assistência médica, enfim, toda uma série de coisas, né? Não tínhamos nada mesmo. Sinceramente não tínhamos nada. Ehhh, havia cartão de racionamento, ehhh havia, depois começaram a aparecer as lojas especiais, ehhh eu, na altura, na altura do nascimento do meu filho, para lhe arranjar as papas e essas coisinhas todas, ehhhhhh, por exemplo, ehhhhhh, associei-me. Associei-me, isto é, tinha um grande amigo meu que trabalhava na Fina, na refinaria, e que tinha acesso às lojas da refinaria porque eram lojas para estrangeiros, não sei quantos. E ele, ehhh, o cartão dele como a esposa não estava cá, no cartão dele pôs a minha mulher como, como mulher dele e nós íamos lá à loja para nos abastecermos dos gêneros alimentícios que eram necessários para nós e para o filho.*¹⁴⁵

*

Eu casei em 76/77. Todos casamos. Todos casaram, todos se descasaram. Só sobrou por acaso um casal desses que depois, entretanto, faleceu. Mas foi o único que sobrou. Porque nós éramos por aí 7 ou 8 estudantes universitários e eh pá, as famílias não estavam cá, províncias, cada um vem dum lado, faz-se uma família de amigos¹⁴⁶ e aí, eh pá, falta de luz, falta de água, pelo menos que não houvesse falta de carinho e de amor. E aí cada um começou a... (risos) Mas um bocado assim pela emoção da época, né? Eh pá, naturalmente. Jovens e não sei o quê, começamos todos, cada um a engatar a sua miúda e tal, e acabamos por casar. Mas foram casamentos assim baseados nestas dificuldades da vida, nada de muito concreto. Então, de fato todos os casamentos, passados 3-4 anos, o meu até demorou 2, tudo se foi desfazendo, desfazendo, desfazendo. Agora imagina como é, uma pessoa como eu, trinta e tal anos aqui sem família? Sem amigos é impossível.¹⁴⁷

Diante do acima exposto, é possível afirmar que, nos anos que se seguiram à independência, as opções políticas tiveram muito maior peso para determinar a

¹⁴⁵ Neste excerto do depoimento de Juca durante a entrevista realizada em Luanda, em 13 de novembro de 2012, fica explícito um exemplo das múltiplas estratégias de superação das dificuldades e desigualdades vivenciadas durante a vigência do modelo político-econômico socialista angolano. Como o aproveitamento dessas “oportunidades” era algo que se fazia em segredo e na base da confiança, as várias reticências do entrevistado, simbolizadas pelo recurso frequente ao prolongamento da expressão “eh”, podem ser interpretadas como uma certa dificuldade em superar uma prática e/ou um sentimento, quiçá involuntários já, de autorepressão seletiva, que, por sua vez, foi uma outra importante tática de sobrevivência durante o “período bastante árduo” que se seguiu à independência.

¹⁴⁶ Ênfases acrescentadas pela autora.

¹⁴⁷ Excerto do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em Luanda, em 15 de novembro de 2012.

legitimidade do pertencimento à comunidade imaginada angolana, ou à ideia de angolanidade veiculada por aqueles que assumiram o governo do país, do que a ‘raça’.¹⁴⁸ Segundo a leitura de Fidel Reis (2010: 275), “até 1991, e à medida que se intensifica a guerra entre as duas principais organizações políticas armadas angolanas, a questão racial adquire pouca ou nenhuma relevância política”. Para Maria da Conceição Neto, historiadora angolana que foi uma observadora privilegiada da fase de transição para a independência e consolidação do MPLA no poder,

74-75 foi uma reviravolta tão grande no país com a migração massiva, portanto o abandono massivo da maior parte dos portugueses, portanto da maior parte da população branca de Angola, embora também fosse outra população não branca, e o fato de rapidamente termos passado para a guerra civil onde negros e negros se opunham, brancos e brancos se opunham, mestiços e mestiços se opunham, portanto, essa reviravolta, de 74, 75, 76, 77, tal como eu a vivi pelo menos e como hoje a analiso permitiu desfazer uma data de barreiras de desconfiança de grupos diferentes quer no campo meramente social – socioeconômico, quer no campo racial, religioso, etc., e eu acho que isso foi um enorme salto em frente que Angola conseguiu dar nessa altura, se calhar não porque fôssemos melhores que os outros mas porque nos vimos envolvidos num conflito que passava por uma divisão política e que se sobrepôs a todas as outras divisões que havia entre nós¹⁴⁹ (Neto, 2001 *apud* Reis, 2010: 275).

Contudo, no princípio dos anos 1990, as classificações raciais ressurgiriam no disputado espaço sociopolítico angolano por altura das primeiras tentativas de pacificação e instauração de uma nova divisão do trabalho no campo político¹⁵⁰ com a entrada de novos partidos na Assembleia Nacional. Como destaca Reis (2010: 275), esse regresso da questão racial foi pontuado, jurídica e institucionalmente, pela proposta e posterior aprovação, em 1996,¹⁵¹ de uma lei referente à criação de um novo Bilhete de Identidade

¹⁴⁸ Leitura corroborada também pelo depoimento de D. Heralda, recolhido em 20 de novembro de 2012, em Benguela. De acordo com essa senhora, os problemas que existiram na altura da guerra civil, nomeadamente entre 1977 e 1992, estiveram relacionados com o posicionamento político assumido por cada um, por isso, na sua opinião, “*o melhor era não tomar partido de nenhuma frente política*”. Quando perguntei se ela havia sofrido algum tipo de discriminação pelo fato de ser branca, ela enfatizou que não porque não houve perseguições por conta da cor, mas sim da política.

¹⁴⁹ Ênfases acrescentadas pela autora desta tese de doutoramento.

¹⁵⁰ “Entendido simultaneamente como campo de forças e como campo de lutas tendo em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento [...] o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de «consumidores», devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção” (Bourdieu, 2007: 163-164).

¹⁵¹ Nessa altura o cenário político angolano apresentava um quadro bastante singular dado que o multipartidarismo coexistia com uma situação de tensão entre a guerra e a paz em que o maior partido da oposição era simultaneamente oposição parlamentar e significativa oposição militar (*cf.* Reis, 2010: 299).

(BI) aonde a definição da ‘raça’ viria a constar entre os vários elementos de identificação de cada indivíduo titular do referido documento. De acordo com esse historiador,

a introdução das propriedades ráticas no BI é um ato de legitimação político-jurídica de uma categoria que exemplifica um modo de (re)apropriação de categorias raciais pelo campo político angolano, num contexto de crise e de lutas políticas. Como tal, essa consagração jurídico-política das propriedades ráticas/características somáticas não obedece apenas a uma função identificadora dos indivíduos. A inclusão de categorias como negro, misto ou branco no Bilhete de Identidade, não pode ser dissociada de práticas políticas que remetem para processos de inclusão e exclusão (Reis, 2010: 56).

Tendo em vista que a abertura política não travou o processo de degradação socioeconômica em curso desde a independência, para Reis, “a aprovação da Lei do Bilhete de Identidade é indissociável do contexto de crise que se vivia no país” (Reis, 2010: 302). Além disso, o fato de que desde os Acordos de Bicesse¹⁵² Angola tivesse se tornado (ou voltado a ser) um destino de migração de indivíduos de origem europeia e asiática também contribuiu para complexificar o cenário de crise onde as classificações raciais voltaram a ter lugar. Isto porque,

esta nova população iria engrossar universos sociais onde havia, de fato, num quadro de profundas desigualdades, “coincidência” entre bens de reconhecimento social e características somáticas, reavivando assim memórias de um arbitrário colonial aparentemente adormecido. Tais mudanças morfológicas da população urbana, sobretudo em Luanda, prestaram-se a um reavivar das tensões raciais (idem, ibidem: 303).

A esse respeito, Maria da Conceição Neto esclarece:

Bom, em 91-92, com a fase da abertura e da mudança sucede uma outra coisa. E aqui já não estou a falar como historiadora mas como observadora interessada. Dá-se o regresso de muita gente que tinha ido embora de Angola e uma boa parte desta gente era não negra, dá-se um afluxo de gente europeia e até não europeia, também asiática que nunca tinha havido aqui, mas europeia, nomeadamente portuguesa, e eu volto a ver em Luanda, espaços cada vez mais claros e mais claros porque eram frequentados por uma boa parte de estrangeiros mas também por um certo número de angolanos com algumas possibilidades económicas, nem que seja para ir tomar um café, porque é preciso dinheiro para isso e não é pouco. E evidentemente a parte negra destes frequentadores destes espaços cada vez era menor, mesmo que ela fosse crescendo ela era proporcionalmente menor por causa dessas novas correntes de chegada de gente mais clara quer fossem angolanos que tinham ido embora, quer fossem gente que nunca cá tinha estado. Donde as questões da cor da pele

¹⁵² Em 31 de maio de 1991, o Governo da República de Angola e a UNITA assinaram, em Portugal, os Acordos de Bicesse que, embora não tenham trazido a paz definitiva para Angola, transformaram consideravelmente a vida política angolana, pois, com a cessação das hostilidades, foram criadas condições que ajudariam a projetar o país para a democracia e a livre circulação de pessoas e bens, ainda que o respeito aos termos registrados nesses acordos tenha se dado por pouco tempo (cf. ANGOP; 2013).

voltaram a ser muito, muito, visíveis associadas a questões de à vontade econômico e muito... usadas quando se queria chatear alguém, quer dizer, voltamos a preocuparmo-nos muito em saber quantos mais claros ou mais escuros estão no sector C (Neto, 2001 *apud* Reis, 2010: 304).

Além de ter reaberto o país aos imigrantes, nos anos 1990 a nova lógica de funcionamento do campo político angolano também deu lugar a uma relativa liberdade de expressão que permitiu o reavivar de uma variedade de construções identitárias que tinham sido desvalorizadas e “esquecidas” durante a fase de intensivo aparelhamento militar. Situação que, por sua vez, trouxe aos debates inerentes à disputa pelo controle do poder “problemas artificialmente adormecidos e silenciados” (Pinto, 2008: 119) como era o caso da questão racial, mas também das diversidades étnicas e regionais (Reis, 2010; Messiant, 2008b; Tali, 2001a e 2001b).

De acordo com Reis (2010: 305), os responsáveis por fazer aprovar no parlamento, em nome de uma legitimidade conferida pelo plebiscito, a menção da ‘raça’ no Bilhete de Identidade pertenciam a setores do MPLA. Esse historiador chama atenção para o fato de que a iniciativa de incluir a classificação racial no BI foi discutida e aprovada não só num contexto de crise econômica e social e num cenário de nova divisão do trabalho político onde as (re)construções identitárias e (re)definições ideológicas voltaram a ter um peso significativo; ela ocorreu também num cenário de lutas internas, ou seja, que se desenrolavam no seio do próprio MPLA entre quadros que visavam, sobretudo, a manutenção ou obtenção de postos e privilégios. A esse respeito, num artigo escrito em 1998, mas, “por razões diversas”, só publicado dez anos depois, Messiant (2008b: 286) denunciava que alguns setores do poder, envolvidos em lutas internas exacerbadas por interesses econômicos, utilizavam, com crescente insistência e manifesto aval da presidência, a questão racial para desviar os ressentimentos contra o poder, retomando assim o eterno questionamento sobre o lugar dos ‘claros’, brancos e mestiços, na sociedade angolana, tal como tinha sido originalmente levantado pela FNLA e pela UNITA.¹⁵³

Tendo em conta a conjuntura de crise socioeconômica e de disputas inter e intra partidária em que a denominada lei do Bilhete de Identidade foi debatida e aprovada pela

¹⁵³ Tradução livre da autora. No original: *Mais certains secteurs du pouvoir, engagés dans des luttes internes avivées par les intérêts économiques, vont également, avec de plus en plus d’insistance, et manifestement l’aval de la présidence, utiliser la question raciale pour détourner le ressentiment contre le pouvoir. La position des Claros (les «Clairs»), Blancs et métis, a toujours été contestée par des courants du MPLA, comme elle l’est depuis l’origine par le FNLA et l’Unita* (Messiant, 2008b: 286).

Assembleia Nacional,¹⁵⁴ Reis (2010) argumenta que a consagração jurídica-política das propriedades ráticas/características somáticas associadas à promulgação dessa lei fundamentou um sistema de classificação em que categorias como negro, misto ou branco, subjetiva e arbitrariamente atribuídas,¹⁵⁵ foram identificadas como qualidades sociais, pois,

a inserção da categoria raça no BI, visa[va] sobretudo a delimitação e a reestruturação de grupos sociais em termos de uma nova reorganização de identidades, sustentada, por sua vez, na ideia de diferenciações baseadas em termos de maiorias e minorias raciais (Reis, 2010: 319-320).

Apesar de falhada,¹⁵⁶ esta tentativa de regulação identitária das maiorias e minorias com base numa arbitrária ordem de classificações recuperada da experiência colonial esteve em vigor até meados de 2009, quando a categoria ‘raça’ foi abolida do BI de angolanos e angolanas.¹⁵⁷ Entretanto, com o fim da guerra civil, em 2002, e a reabertura das disputas pelas posições de poder, a questão racial, nomeadamente o tema da legitimidade política da minoria formada por indivíduos brancos e mestiços, foi, mais uma vez, alvo de debate em Angola.

4.2. Novas diretrizes em tempos de paz? Analisando um debate público em torno da questão racial no pós-guerra

Aproveitando as novas perspectivas abertas pela estabilização de um clima de paz e o início das reflexões acerca da organização de eleições gerais para consagrar o, multipartidarismo em Angola, no final de outubro de 2004, o *Semanário Angolense* (SA)¹⁵⁸ lançou uma discussão sobre “o «escurecimento» do poder executivo do país” (Carlos, 2004c). Ao chamar a atenção dos leitores para o fato de que, naquela altura, não havia um só ministro de ‘raça’ branca, o jornalista responsável pela primeira de uma série de matérias sobre o “fenômeno que está[va] a introduzir elementos diferentes na politologia

¹⁵⁴ A aprovação ocorreu em 26 de junho de 1996 (cf. Reis, 2010: 305).

¹⁵⁵ “Ao contrário de outros países em que o critério racial é uma opção dos indivíduos, no caso angolano, os critérios não foram definidos; e, como tal, o funcionário do Estado é que determina[va] quem é[ra] *branco*, *negro* e *misto*, com toda a carga subjetiva que isto comporta[va]” (Reis, 2010: 313).

¹⁵⁶ Pois quando determinados setores do campo político angolano decidiram por recuperar oficialmente as categorias branco, negro e mestiço enquanto critérios de identificação, apenas “devolve[ram]-[n]as a um espaço social complexo, dinâmico, com múltiplas percepções relativamente não só ao conjunto destas três categorias mas relativamente a cada uma delas” (Reis, 2010: 324).

¹⁵⁷ Cf. *Diário da República de Angola* de 30 de Junho de 2009, I Série – N.º. 120, Lei n.º. 4/09 de 30 de Junho e promulgada pela Assembleia Nacional no dia 16 de Julho de 2009 (*apud* Reis, 2010: 324).

¹⁵⁸ Um dos raros veículos de comunicação social privados existentes em Angola na altura.

angolana” (Carlos, 2004c) enfatizou que sua abordagem fazia todo o sentido “num país em que os decisores não tiveram quaisquer pruridos em registrar a raça dos cidadãos no bilhete de identidade” (idem, *ibidem*). Esse debate, que se prolongou por sete semanas consecutivas, acabou promovendo um interessante questionamento sobre o racismo em Angola e os lugares sociais ocupados e/ou desocupados por angolanos brancos e mestiços.

A seguir, apresento uma análise do discurso utilizado nas peças jornalísticas que alimentaram o debate acima referido, tendo em perspectiva o “ainda existente controle exercido pelo partido (sobretudo através do executivo – *i.e.* ministro da comunicação social e ministro do interior) sobre os *media* estatais e os constrangimentos impostos aos *media* privados” (Vidal, 2008: 32), na altura em que os textos em questão foram publicados.

Cabe lembrar que o apertado espaço para a emergência de organizações da sociedade civil¹⁵⁹ – organizações religiosas, meios de comunicação social privados, sindicatos profissionais independentes e organizações não governamentais (ONGs) – criado pela revisão constitucional de 1991 que “aprovou os princípios básicos de uma democracia multipartidária, definindo Angola como um Estado democrático, de Direito, consagrando vários direitos fundamentais e princípios básicos de uma economia de mercado” (idem, *ibidem*: 25), e pela Legislação complementar que foi aprovada na mesma altura, “incluindo o direito de manifestação (lei 16/91), de associação (lei 14/91), liberdade de imprensa (lei 25/91), greve (lei 23/91) e radiodifusão independente (lei 16/92)” (Vidal, 2008: 25), sofreu um retrocesso com o retomar da guerra logo após as eleições de 1992,¹⁶⁰ mas voltou a expandir-se depois da assinatura do protocolo de Lusaka, em novembro de 1994. Foi então que “deu-se um *boom* nos jornais privados (*e.g.* ‘Folha 8’, ‘Actual Fax’, ‘Agora’, ‘Comércio & Actualidade’, ‘O Independente’ e ‘Angolense’, que se juntaram ao ‘Imparcial Fax’, que existia desde 1991)” (idem, *ibidem*: 41). Durante o novo período de abertura política e social inaugurado pelo protocolo de Lusaka,

Os novos *media* privados começaram a veicular um forte criticismo em relação ao governo/partido que por vezes reagiu violentamente, com atos de

¹⁵⁹ De acordo com Nuno Vidal (2008: 40), o regime tentou exercer, direta ou indiretamente, algum tipo de controle sobre as diversas organizações da sociedade civil desde que estas começaram a surgir.

¹⁶⁰ Nas primeiras eleições gerais da história de Angola, consideradas livres e justas pelas Nações Unidas e outros observadores internacionais, a participação de mais de 91% de votantes registrados deu 49,57% dos votos a José Eduardo dos Santos contra 40,07% de Savimbi, sendo que nas legislativas a UNITA obteve 34,10% dos votos contra 53,74% do MPLA. A UNITA recusou-se a aceitar esses resultados e regressou à guerra civil. Isto provocou a reversão da distensão política e civil que teve lugar durante o período eleitoral (1991-92) e o poder foi uma vez mais concentrado e centralizado na presidência (*cf.* Vidal, 2008: 26).

intimidação e de detenção de jornalistas, tendo em 1996 sido criada uma extensão dos serviços de segurança de Estado para a área da informação – SINFO. Em circunstâncias suspeitas as redações de alguns jornais foram incendiadas ou pilhadas (e.g. ‘Agora’ e ‘Comércio & Actualidade’ em 1998) e jornalistas assassinados – Ricardo de Mello em 1995 (que trabalhava para o *Imparcial Fax* e desenvolvia na altura uma pesquisa sobre corrupção no topo da hierarquia estatal) e António Casimiro em 1996 (repórter da televisão e correspondente em Cabinda) (Vidal, 2008: 41).

O protocolo de Lusaka foi parcialmente implementado até 1998, quando o governo decidiu suspê-lo devido ao insistente incumprimento da UNITA em relação a vários dos pontos acordados. O reacender da guerra provocou uma nova contração do espaço político e cívico em paralelo com um reforço da concentração do poder, do controle político e do autoritarismo. Nesse contexto, “a pressão política sobre os *media* privados aumentou, resultando em várias ações de segurança do Estado, na prisão de alguns jornalistas e em vários processos judiciais” (Vidal, 2008: 27).

Segundo a leitura do jornalista angolano João Paulo N’Ganga, com o fim da guerra civil, em 2002,

novas expectativas se abriram para a comunicação social em Angola. Contudo, volvidos quase dois anos sobre o memorando do Luena a situação pouco ou nada melhorou em termos substanciais e vivemos hoje os mesmo problemas básicos do passado: 1) a difusão da informação continua em geral muito limitada ao litoral (em particular a Luanda); 2) a comunicação social não é plural, continua basicamente nas mãos do Estado (N’Ganga, 2008: 218).

Ou seja, até 2004, o alcance da difusão da informação permanecia bastante limitado uma vez que, na prática, ainda se verificava “a manutenção de um quase-monopólio estatal em termos de produção e controle dos meios de difusão da informação” (idem, *ibidem*: 218) e Luanda concentrava o grosso da distribuição da imprensa, tanto estatal quanto privada. Além disso, nessa altura a tiragem do *Jornal de Angola* (estatal), o único jornal diário existente no país, rondava os 20 mil exemplares enquanto os oito jornais semanários privados em circulação produziam tiragens médias de 8 a 9 mil exemplares, quando as estimativas apontavam que a população angolana ultrapassava 10 milhões de pessoas.¹⁶¹

Durante sua participação numa conferência internacional que teve lugar em Luanda, em agosto de 2004,¹⁶² esse jornalista também denunciou que:

¹⁶¹ Cf. dados apresentados por N’Ganga (2008).

¹⁶² A 19 e 20 de agosto de 2004, teve lugar em Luanda uma conferência internacional sobre o processo de transição para o multipartidarismo em Angola que reuniu observadores interessados e analistas sociais de

pese embora se tenha verificado alguma abertura à expressão de opiniões contrárias ao vetor oficial e governamental, verificamos ainda hoje em Angola uma grande discrepância entre o que está constitucionalmente definido nos termos de liberdade de informação e de expressão e aquilo que se passa na realidade. Independentemente do que está legislado, o que existe de fato é uma ‘licença de expressão’ e não uma ‘liberdade de expressão’ ou de imprensa; sabendo nós – dos órgãos privados de comunicação social – que essa licença tem uma validade e caducidade, podendo a qualquer momento ser revogada sem qualquer aviso prévio (N’Ganga, 2008: 218-219).

Para N’Ganga, de modo geral, em 2004, a comunicação social permanecia controlada e restringida. O Estado, ou o partido no poder, encarava a comunicação social estatal como um veículo de propaganda e a independente como uma ameaça. Por outro lado, os partidos de oposição viam a comunicação social como um meio de difusão, por vezes único, do seu discurso e de suas mensagens político-partidárias. Já as demais organizações da sociedade civil consideravam a comunicação social como um canal dotado de alguma liberdade de expressão e opinião, um veículo ao qual deviam se associar para difundir suas ideias e reforçar o grupo dos que almejavam uma sociedade mais plural e justa. Essas distintas perspectivas acabavam por fomentar um confronto pelo domínio, manipulação e utilização da comunicação social privada (idem, ibidem: 219- 220). Situação que procurei não perder de vista ao utilizar os discursos midiáticos enquanto fontes para a compreensão da realidade sociopolítica, econômica e cultural angolana.

Outro detalhe que mereceu minha atenção durante a análise dos discursos (re)produzidos pelo *Semanário Angolense* em torno da polêmica sobre o lugar dos brancos e mestiços na sociedade angolana em processo de reconstrução pós-guerra civil, foi o fato de, em 2004, a imprensa privada ser ainda dirigida a uma elite de pequenos grupos, que viviam nas principais cidades e tinham poder aquisitivo para adquirir jornais com preços extremamente elevados para os níveis de vida da maioria da população, como bem alertou N’Ganga (2008: 220). Ou seja, procurei não perder de vista os limites inerentes a um

distintas origens. Essa iniciativa deu origem a um amplo debate fomentado pela apresentação de diversas interpretações sobre as estratégias adotadas, por um lado, pelo partido no poder, e, por outro, pela população local, para sobreviver em Angola durante os quase 30 anos de guerra civil que acompanharam a consolidação da independência. Além disso, vários dos participantes também produziram uma série de textos contendo reflexões sobre o presente e projeções sobre o futuro de Angola feitas a partir de um processo de rememoração e análise crítica de erros e acertos advindos das experiências vivenciadas no passado. Esses textos podem ser consultados em Vidal e de Andrade (2008).

debate que, de modo geral, ficou circunscrito à elite política, econômica e intelectual angolana e ocorreu num momento propício às disputas pelo poder.¹⁶³

Foi nesse contexto que o *Semanário Angolense* (SA), na edição de número 85, correspondente à semana de 30 de outubro a 06 de novembro de 2004, chamou a atenção de seus leitores para o fenômeno do afastamento dos quadros brancos e mestiços dos postos de maior prestígio no governo do país, nomeadamente das funções de ministros e presidentes dos conselhos administrativos das grandes empresas estatais. Fechando uma longa peça sobre a “dimensão geográfica do poder político em Angola” (*Semanário Angolense*, 2004h: s./ p.) que difundia a constatação de que os “mandões” do país eram, em sua maioria, negros e de Luanda, este meio de comunicação social publicou o seguinte parecer:

Ao avaliar-se o fenômeno «*coloured or not coloured*», concluir-se-á que à perda de poder político os grupos mestiços e brancos responderam «encafuando-se» no reduto econômico-financeiro [essencialmente no setor privado, segundo informação acrescentada em outro ponto do texto]. E agora talvez se coloque à discussão a questão de saber o que é mais importante: poder político ou poder econômico? (*idem, ibidem*).

Na semana seguinte, uma chamativa pergunta estampava a metade superior da capa do SA: “Onde estão os brancos e mulatos deste país?”;¹⁶⁴ e seis páginas completas da seção “Política” foram dedicadas a apresentar “a dimensão da «descoloração» do poder em Angola” (Carlos, 2004b: s./p.). O que Severino Carlos, editor da respectiva seção e editor-chefe do jornal, afirmou ser “um exercício mais estatístico que outra coisa que julgamos poder proporcionar as ferramentas que auxiliem eventuais reflexões sobre onde estão os nossos desequilíbrios internos e o que é que se pode fazer para travar tais fenômenos” (*idem, ibidem*).

Argumentando que “os angolanos não deve[ria]m ter medo de exercícios como estes” (*idem, ibidem*), na matéria intitulada “O ocaso dos brancos e mestiços” Severino Carlos remontou ao passado para identificar a origem do fenômeno de ‘descoloração’ ou

¹⁶³ De acordo com Vidal, com a retomada do protocolo de Lusaka após a assinatura do cessar-fogo, em abril de 2002, entre o MPLA, partido no poder, e a UNITA derrotada, muitos esperavam uma rápida e definitiva abertura do espaço de atuação para a oposição político-partidária e para a sociedade civil, tendo por base a experiência do que ocorreu no período que mediou os Acordos de Bicesse (1991) e as primeiras eleições (1992), e também durante a primeira fase de implementação do protocolo de Lusaka (1994-1998). Além disso, “a primeira data veiculada para a realização de novas eleições legislativas e presidenciais começou por ser 2004” (Vidal, 2008: 28). Contudo, Ano a ano as eleições foram sendo proteladas tendo lugar em setembro de 2008.

¹⁶⁴ Veja-se *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 86, semana de 06 a 13 de novembro de 2004, p.1.

‘escurecimento’ do poder. De acordo com esse jornalista, “o fundador do Estado angolano [Agostinho Neto] representou a antítese do racismo” e, sendo coerente com o ideal de país – multicultural, multirracial e multiétnico – que pretendia erigir, durante seu mandato promoveu indivíduos brancos e mestiços nas estruturas de direção do MPLA e até do governo. Em contrapartida, “José Eduardo dos Santos seguiu por um caminho diferente” (idem, ibidem) e, apesar de não realizar um corte epistemológico abrupto, foi introduzindo paulatinamente as alterações que redundariam no ‘escurecimento’ do poder. Segundo Severino Carlos,

o ocaso dos mulatos teve início no congresso do MPLA realizado em 1985, em resultado da peça do quadro, episódio protagonizado por um núcleo de dirigentes mestiços e que foi entendido por José Eduardo dos Santos como uma tentativa de achincalhamento do poder presidencial.¹⁶⁵

Na purga, o Presidente angolano começou logo por cortar as asas a Lúcio Lara, o rosto mais emblemático da mestiçagem, afastando-o do Bureau Político e do Comitê Central do MPLA. Com essa investida, Dos Santos marcou um ponto decisivo, reforçou o seu poder e os mestiços e brancos que mais embaraços lhe provocaram no interior do aparelho partidário e governamental foram sendo inexoravelmente encostados às boxes.

Logo após, o fenômeno de «escurecimento» saltou para outros cenários importantes do país. Das Forças Armadas e Policiais às chamadas empresas estratégicas, restam hoje poucos brancos e mestiços ao leme para contar a história.

Contudo, seria um grosseiro erro de julgamento pensar que esse fenômeno tenha essencialmente resultado da liderança imprimida ao longo dos tempos pelo atual Presidente da República. Embora este tivesse com a atitude já referida favorecido o desfecho que se está hoje a assistir, uma verdadeira agudeza intelectual aconselha a que voltemos a nossa atenção também para o curso seguido pelo sistema de formação de quadros no país.

[...]

Há hoje um número de quadros técnicos de raça negra que, crescentemente, vão estando em condições de assegurar o funcionamento das instituições do Estado, das grandes empresas e outras instâncias de crucial importância para a estabilidade e progresso do país. No fundo, este é o grande segredo que explica a inversão de marcha que temos estado a assistir.

De sorte, pois, que se pode afirmar que esse cenário menos poluído facilita um melhor relacionamento entre os distintos segmentos sociais do país. É, não tenhamos dúvidas, mais realista e proporciona as condições para atingirmos melhores índices em matéria de justiça social.

[...]

É certo que Angola, pelo andar da carruagem e produto de uma síntese cultural a que as sociedades estão sujeitas ao longo dos tempos, tenderá a ser o tal país «multi» em tudo: raças, culturas, credos religiosos, etc., mas, por ora,

¹⁶⁵ Este episódio também foi mencionado como um marco do início do afastamento da participação política dos quadros brancos e mestiços por dois de meus entrevistados, Jorge e Zeca, um militante/membro e um ex-militante/membro do MPLA.

não haja ilusões, ainda somos basicamente uma sociedade de raça bantu.¹⁶⁶ E o termo aqui não teve nada de pejorativo (Carlos, 2004b: s./p.).

O primeiro trecho destacado no largo excerto supracitado chama a atenção ao transmitir uma mensagem bastante contraditória quando, numa mesma frase, associa o afastamento de brancos e mestiços da administração do país tanto a um “cenário menos poluído”, o que induz a interpretar a participação desses indivíduos no campo político como uma experiência nociva, como à construção de um melhor relacionamento entre os distintos segmentos sociais do país. A meu ver a segregação política da minoria formada por angolanos e angolanas de ascendência europeia quando feita exclusivamente sob influência de pseudojustificativas baseadas em suas características somáticas não contribui de nenhuma maneira para a promoção da justiça social ou de um melhor relacionamento entre os vários extratos sociais, antes pelo contrário. Já o último trecho em destaque supervaloriza a contribuição bantu na formação da sociedade angolana quando dá a entender que a síntese cultural provavelmente viria a ser uma consequência futura desvalorizando assim o hibridismo cultural vivenciado por angolanos e angolanas com grande intensidade, pelo menos nos principais centros urbanos, desde que, no início do século XX, Angola começou a ser transformada numa colônia de povoamento. Hibridismo esse que deu origem ao moderno nacionalismo e inspirou a emergência dos movimentos de libertação que fizeram a luta armada pela independência. Discursos desse tipo acabam fomentando a discriminação racial e a segregação do grupo minoritário.

O mesmo pode ser dito sobre o texto de outra matéria também publicada nessa edição. A peça intitulada “Aumento de «know how» dos negros induz significativas mudanças” (Semanário Angolense, 2004b: s./p.) afirmava que o poder não tinha ‘escurecido’ “apenas no universo político *strictu sensu*”, pois eram notórias as alterações também no setor bancário e nas grandes empresas do Estado. Ao analisar a situação do setor bancário angolano, o texto lamentava o fato de que as estruturas intermediárias desse setor continuavam ocupadas por “técnicos essencialmente mestiços” e, logo depois, reconhecia: “Mas é reconfortante saber que a administração de bancos comerciais [...] está em mãos negras.” (Semanário Angolense, 2004b: s./p.). Como o texto não incluiu quaisquer observações sobre o grau de competência e/ou idoneidade dos funcionários mencionados, resta ao leitor inferir que os argumentos apresentados nessa peça jornalística

¹⁶⁶ Todos os sublinhados foram acrescentados pela autora desta tese de doutoramento.

para denotar tanto a aprovação dos administradores negros como a reprovação dos técnicos mestiços estavam associados exclusivamente à cor da pele desses indivíduos. Ou seja, é possível afirmar que o discurso utilizado nas matérias das duas primeiras edições do SA até aqui analisadas apresenta uma conotação racista, ainda que, em certos momentos, de modo velado.

Na edição seguinte, Graça Campos, o próprio diretor-geral do jornal, assinou a matéria intitulada “Até onde brancos e mulatos podem chegar?” onde constatava que:

Em toda a sua existência como Estado independente e soberano, Angola consagrou e protegeu sempre a igualdade de direitos de todos os seus cidadãos perante a lei. À luz da norma constitucional em vigor nenhum angolano pode[ria] ser discriminado em virtude da sua raça, religião, filiação partidária, etc. por mais que seja dissecada, ninguém encontrará na atual Constituição de Angola um único entrave a que brancos e mestiços possam concorrer, por exemplo, à Presidência da República.

Mas os países não funcionam apenas com base nas regras de jogo plasmadas em papel. Funcionam também – e muito – com base em regras não definidas, mas que a generalidade dos cidadãos conhece e aceita. O caso que aqui trazemos é um deles. Apesar de não estar escrito em parte alguma que um branco ou um mestiço não possa chegar à Presidência da República, não é, contudo, crível que neste país, de imensa (e, para alguns, sufocante) maioria negra, algum branco ou mulato ouse sonhar com o cargo de Presidente da República nos próximos 20, 30 ou 40 anos. (Campos, 2004a: s./p.).

Ao finalizar a referida matéria, Graça Campos anunciou que, “com esse sensível mas não explosivo assunto”, o *Semanário Angolense* pretendia encerrar sua série de artigos sobre a nova geografia do poder em Angola esperando que os leitores recebessem esse último material “com o mesmo «*fair play*» com que o fizeram relativamente às peças que lhe precederam”, uma vez que “ trata[va]-se, afinal, de uma abordagem que não provocar[i]á danos específicos a ninguém e também não causar[i]á qualquer rombo à harmonia entre os angolanos de todas as raças” (idem, ibidem). Contudo, não foi exatamente essa a leitura feita por alguns angolanos brancos e mestiços.

A edição subsequente do SA explorou o impacto causado pela publicação da série de matérias sobre o afastamento dos brancos e mestiços das posições de maior destaque do campo político angolano transformando-o na manchete intitulada “O poder escureceu mesmo: Reações a preto e branco”,¹⁶⁷ que ocupou a metade superior da primeira página e foi adornada pelas fotografias de duas figuras públicas¹⁶⁸ acompanhadas de emblemáticos

¹⁶⁷ Veja-se *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro de 2004, p. 1.

¹⁶⁸ Dois cidadãos angolanos mestiços, logo, observadores diretamente interessados na questão em debate.

excertos de suas declarações sobre o tema. Nessa manchete a imagem do sociólogo Paulo de Carvalho aparecia associada à afirmação: “E porque não falar disso? É chegada a hora de quebrar os tabus”; enquanto a foto de Jacques dos Santos, presidente da Associação Cultural e Recreativa Chá de Caxinde, vinha seguida pela frase: “Os mulatos não têm nada que assumir-se como minoria”. Além do destaque proporcionado pela composição da manchete de capa, oito páginas da seção “Política” dessa edição foram dedicadas ao tema. As três primeiras trouxeram a publicação de uma entrevista com Jacques dos Santos. As três páginas seguintes reproduziram uma série de comentários feitos por leitores. Na sétima página uma matéria assinada por Severino Carlos apresentou a opinião do sociólogo Paulo de Carvalho sobre a discussão levantada pelo SA. A oitava página estampou uma crítica à discriminação racial que ensombrou a diversidade cultural angolana e comprometia o futuro do país. Nenhuma outra edição desse jornal dedicou tanto espaço a discussão sobre a questão racial e os lugares (des)ocupados pelos angolanos de ascendência europeia nos diversos campos da sociedade.

No texto que serviu como introdução à publicação da entrevista com Jacques dos Santos, Graça Campos afirmou:

A série de artigos sob o título genérico «O poder escureceu mesmo a todos os níveis», que o *Semanário Angolense* produziu e publicou nas suas três últimas edições, assustou as minorias branca e mulata deste país. A síndrome da perseguição levou-as – entendidas como minorias no sentido demográfico e não sociológico porque, a este respeito, os termos da equação invertem-se – a «farejarem» nas matérias deste jornal uma perigosa ameaça à sua sobrevivência política, econômica e social (Campos, 2004b: 2).

A aposta na expressão “síndrome da perseguição” para rotular as reações negativas dos angolanos de ascendência europeia transmite a ideia de que tais reações seriam descabidas ou exageradas. Mensagem que é reforçada pela lembrança de que os brancos e mestiços formavam uma minoria apenas no sentido demográfico do termo, enquanto no sentido sociológico ocupariam o pólo oposto da equação. Ou seja, como sociologicamente esses indivíduos faziam parte do seletivo grupo de privilegiados que formava a elite do país, era excessivo de sua parte considerar as matérias publicadas pelo jornal como uma ameaça a esta sua condição.

Nesse texto introdutório o jornalista ainda esclareceu que, apesar do entrevistado estar “absolutamente convencido” que as matérias publicadas nas três edições anteriores do SA estavam “impregnadas do mais puro preconceito racial” e do “desconforto” provocado

pela “gravíssima suspeita de estar ao serviço de uma vasta conspiração racial”, a entrevista trazia “um valioso testemunho neste momento em que o país precisa[va] de olhar e enfrentar os seus pendentes raciais e étnicos sem quaisquer traumas” (Campos, 2004b: 2).

Ao longo da entrevista Jacques dos Santos aclarou que interpretou a forma como a questão sobre os mulatos e brancos foi colocada pelo SA como expressão de um preconceito racial porque sempre entendeu que “as pessoas, seja nas empresas ou instituições públicas deve[ria]m ser avaliadas em função da sua competência e não da cor da sua pele” (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 2). E, quando o jornal enveredou pelo caminho, de insinuar que “qualquer cidadão angolano que não [foss]é preto genuíno não ter[i]á qualquer hipótese de ser governante, não ter[i]á hipótese de ser empresário, enfim, não te[ria]m hipótese de ter visibilidade” (idem, *ibidem*), isto provocou um mal-estar entre brancos e mestiços, pois, “quem é o cidadão que não quer ser ninguém no seu próprio país? Qual é o cidadão que não quer ter perspectivas no seu próprio país?” (idem, *ibidem*: 3).

Então, a título de “fazer uma correção”, o entrevistador fez notar que “o *Semanário Angolense* não fez qualquer avaliação de mestiços e brancos... O jornal fez uma constatação óbvia: o poder escureceu a todos os níveis. Hoje há menos brancos e mestiços no Governo ou nas empresas estratégicas do Estado” (Campos, 2004b: 3). Apesar de reconhecer que o fenómeno do ‘escurecimento’ do poder existia, Jacques dos Santos acrescentou a seguinte ponderação:

Agora, o que não sei é se esse escurecimento é feito com base na competência das pessoas que agora estão a ser chamadas para dirigir o país. Tudo bem: há um escurecimento do poder. Mas não aceitarei nunca que esse escurecimento se faça apenas porque se entendeu que não devem estar na direção do país ou das empresas estratégicas cidadãos de tez mais clara. Se for assim, estaremos diante da exclusão, e isso é extremamente perigoso e contraria aquilo que constitucionalmente está estabelecido. E eu receio que é isso o que o jornal fez. As várias interpretações que se podem fazer das matérias publicadas pelo *Semanário Angolense* levam-nos a essa conclusão. Desde logo porque não ficou suficientemente claro o objetivo desta série de artigos. Pergunto-me: o que é que levou o *Semanário Angolense* a fazer esses artigos? É um trabalho de investigação, de recolha de dados? (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 3).

Depois de o jornalista insistir que qualquer pessoa que tivesse acesso a um livro que elencasse os membros do governo de transição para a independência ou do primeiro governo de Angola poderia fazer o exercício que o jornal fez e constatar que, em 2004,

menos quadros mestiços e brancos participavam do governo do país em comparação com os governos de 1975 e 1976, o entrevistado acrescentou:

Concordo plenamente que essa comparação não tem nada de grave. [...]. Mas dadas as características do nosso país, onde, efetivamente, o problema racial não deve ser menosprezado, acho que este tipo de abordagens deve ser feito com o maior cuidado possível. E deixa-me dizer-te uma coisa: se me perguntares se estou de acordo com as práticas de determinados mulatos neste país, digo-te, sem vacilar, que não estou! Não estou de acordo com o pensamento, as atitudes e a postura de alguns mulatos neste país. Mas também não suporto determinados brancos e negros. O racismo não tem apenas um sentido. Nós defendemos uma Constituição que sobre o capítulo da convivência racial é absolutamente clara. Somos todos iguais, com direitos iguais e não sei quantos... Mas mantenho que ainda não estou suficientemente esclarecido sobre os objetivos das matérias do *Semanário Angolense*. Os textos me pareceram demasiado ambíguos e por isso mesmo criam dúvidas e mal-estar. [...] Se o *Semanário Angolense* ou qualquer outro jornal que queira pegar nestes assuntos não for suficientemente claro isso pode criar problemas. Da mesma forma que isso criou alguns ninhos na minha cabeça, seguramente milhares de outras pessoas, que também leram as vossas matérias, poderão estar perturbadas e a interrogarem-se sobre se somos ou não minorias ou sobre se nos devemos ou não assumir minorias. (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 3).

Quanto a considerar os mestiços e brancos como minorias em Angola, o entrevistado se declarou contrário a essa posição alegando que esses grupos não tinham nada que se assumir como minorias, porque eram “cidadãos como os outros”. Em seguida, Jacques dos Santos questionou a intenção do jornal ao suscitar o polêmico tema: “quem me garante que esta perspectiva que o jornal deu a esta matéria não possa agradar a determinados setores? Levantar o problema das minorias agora pode acarretar problemas e movimentações chatas. Isso pode levantar problemas que não estão nas nossas previsões” (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 3). Cabe lembrar que na altura em que se deu esta entrevista o campo político angolano estava agitado por um clima de (pré-)campanha eleitoral, embora a organização das eleições que viriam legitimar o multipartidarismo ainda estivesse numa fase muito preliminar.

O jornalista perguntou então: “Estás a dizer-me que tens dados que te permitem sugerir que o poder político deste país tende a definir claramente as minorias e as maiorias?” (Campos, 2004b: 3). Depois de responder pela negativa, o entrevistado devolveu a suspeita: “Não, ainda não há dados. Mas abordagens como essas que vocês fazem no *Semanário Angolense* podem ser o início” (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 3). Curiosamente, em nenhum momento o entrevistado ou o entrevistador mencionaram o fato de que a descrição da ‘raça’, feita de modo arbitrário por um funcionário do governo,

era um dos elementos de identificação contidos nos bilhetes de identidade desde meados de 1996, quando a Assembleia Nacional aprovou esta medida com base em justificativas que, segundo Reis (2010: 314), entre outras coisas enfatizavam a utilidade estatística de registrar esta informação, o que permitiria demarcar grupos populacionais minoritários e majoritários. Na altura em que decorreu a entrevista, supostamente, tanto o entrevistado como o entrevistador deveriam ser portadores de BI's com essas características. Mas, nem por isso associaram essa circunstância com um exemplo de prática de discriminação racial ou tentativa de diferenciar minorias e maiorias por parte do governo.

Quando questionado sobre a conformidade da nova “composição racial do Governo”, Jacques dos Santos emitiu o seguinte parecer:

Se o critério de avaliação dos cidadãos respeitasse rigorosamente a competência e a obra feita neste momento, provavelmente, teriam que estar ainda no Governo muitos brancos e mulatos. É evidente que a proporção talvez já não fosse tão acentuada porque, entretanto, há negros que se formaram com graduações boas. Mas continuo a pensar que se seguíssemos com rigor os critérios da competência ainda teríamos no Governo muitos mulatos e brancos.

[...] É evidente que além da competência há outras jogadas políticas que também são consideradas. [...] Mas, porra, fico preocupado quando vejo que algumas pessoas estão a dar cabo de estruturas que existiam em empresas estratégicas deste país, justamente porque agora são dirigidas por tipos apostados em afastar tudo o que seja mulato ou branco. Com isso é que não posso concordar. De maneira nenhuma! (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 4).

Entretanto o entrevistador assumiu que o fato das empresas estratégicas estarem, naquela altura, a ser dirigidas majoritariamente por negros não significava que elas tinham se tornado mais eficientes e/ou eficazes. Mas, também lembrou que por essas mesmas empresas haviam passado muitos diretores brancos e mulatos e nem por isso seus resultados tinham sido os mais positivos. Essa intervenção levou o entrevistado a incluir mais um quesito entre as características que um indivíduo deveria apresentar para ser considerado apto a exercer cargos públicos, fosse qual fosse a cor da sua pele. Nesse sentido Jacques dos Santos acrescentou:

A par da competência, tem de haver honestidade. Não adianta ter competência sem honestidade e sentido de Estado. O que é que me interessa meter dez gajos negros da mais alta competência mas que me estão a dilapidar o país? De que é que me adianta ter competência quando os gajos estão a dar cabo do país? O que é que me interessa pôr cinco brancos ou mulatos nas empresas quando os cabrões me estão a pôr o dinheiro no exterior do país? A honestidade é um elemento fundamental para aferir a capacidade e a competência de um quadro, seja negro ou mulato (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 4).

Convidado a dar o remate final a conversa, Jacques dos Santos declarou:

tenho os pés bem assentes no chão e esta minha reação é a de um indivíduo que vislumbra algum perigo à sua condição de cidadão deste país. Esta é a reação de um cidadão que pertence a uma minoria deste país e, enquanto tal, este cidadão tenta defender-se. Isto é absolutamente normal. Nenhum cidadão deixa de estar incomodado se lhe disserem «ó rapaz, estás aqui neste emprego há 30 anos, mas não tens hipóteses nenhuma porque a partir de agora quem vai te mandar é aquele gajo». É esta leitura que muitos gajos estão a fazer das matérias que o *Semanário Angolense* publicou. Cabe-vos, pois, apaziguar as pessoas, porque brancos e mulatos têm um papel importante a desempenhar neste país. Mas para que eles desempenhem esse papel, é necessário que estejam tranquilos. Também estou de acordo que há muita coisa que tem que ser corrigida. Essa coisa que se vê por aí não está certa. Que todo o branco neste país está feito. Porque é que só há dinheiro para brancos? Todo o dinheiro para brancos por quê? Trabalham mais? Porque é que os negros também não têm dinheiro? São coisas que também têm de ser analisadas. E já agora que vocês estão com a mão na massa, analisem também porque é que os gajos têm dinheiro. Mas não se pode agitar bandeiras contra o dinheiro dos brancos só pelo fato de serem brancos. Temos de saber por que é que eles têm dinheiro e quem é que lhes deu. Também é preciso averiguar o dinheiro que alguns negros têm em alta escala. Temos de saber a proveniência desse dinheiro (dos Santos, 2004 *apud* Campos, 2004b: 4).

Em relação a este último excerto, cabe chamar atenção para um detalhe: quando o entrevistado incitou os jornalistas do SA a fazerem o exercício de analisar a origem das fortunas acumuladas por figuras da alta escala angolana, levantou suspeitas sobre a idoneidade do enriquecimento dos brancos e também de “alguns negros”, mas nunca mencionou os mestiços. Sabendo que Jacques dos Santos pertence a este último subgrupo minoritário, seu discurso pode ser encarado como uma estratégia, talvez até inconsciente, de defesa, no sentido de tentar estabelecer de antemão um distanciamento de eventuais associações negativas que pudessem surgir em relação a sua própria pessoa.

A reprodução das reações dos leitores ao debate lançado pelo SA foi encabeçada pela publicação, num quadro destacado e sob o título “Direito de Resposta”, de um texto onde, em resumo, o intelectual angolano de ascendência europeia José Mena Abrantes¹⁶⁹ acusava o jornalista Severino Carlos e a direção do SA de sofrerem de um “complexo de

¹⁶⁹ José Manuel Feio Mena Abrantes nasceu em Malange, em 1945. Fez os estudos primários e secundários em Luanda. Licenciou-se em Filosofia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua carreira jornalística na então Emissora Oficial de Angola, tendo participado na criação da *Angop – Agencia de Notícias Angola Press*. Colaborou em todos os órgãos de informação de Angola e em alguns estrangeiros, nomeadamente, em Portugal, França e Moçambique. Exerceu durante muito tempo, o cargo de Assessor do Presidente da República, José Eduardo dos Santos. É autor de três obras literárias e também produtor de teatro, tendo dirigido várias peças teatrais em Angola e no estrangeiro (*cf.* União dos Escritores Angolanos, s./d.a).

colonizado não resolvido” e lembrava que a questão racial se tratava de “um tema que é[ra] sempre um pretexto útil para destilar frustrações de outra natureza” (Abrantes, 2004: 5). Nesse mesmo quadro em destaque, uma “Nota da Redação” procurava justificar a relevância do debate iniciado pelo jornal enfatizando que:

a resposta de Mena Abrantes, assessor de imprensa da Presidência da República, os pequenos textos retirados do sítio AngoNotícias, e as opiniões debitadas por Jacques dos Santos, à conversa com Graça Campos, constituem prova bastante de que as sucessivas abordagens que o *Semanário Angolense* tem vindo a fazer, em torno da nova configuração – geográfica, étnica e racial – assumida pelo Poder em Angola, recomendam-se (*Semanário Angolense*, 2004d: 5).

Os jornalistas consideraram positivo o fato da opinião pública não ter ficado indiferente ao “debate em torno de uma problemática insistentemente vista como um tabu por muita gente neste país, mas que não é[ra], de maneira nenhuma, despidianda, a avaliar, aliás, pela avalanche de reações suscitadas, a favor ou contra” (idem, *ibidem*). Neste sentido, a opção pela transcrição de vinte e nove comentários de leitores das matérias publicadas nos três números anteriores do SA sobre o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder¹⁷⁰ pode ser encarada como uma tentativa de demonstrar a amplitude da discussão em curso. A seguir, destaco e analiso alguns dos comentários que mais chamaram minha atenção.

Olho vivo (Luanda) – Nunca li tamanha irresponsabilidade, burrice e cegueira juntas. Será que quem escreve e publica este artigo não percebe que este é o caminho mais fácil para destruir uma Nação, um País? 1.º momento: diferenciar pretos, mulatos e brancos; 2.º momento: diferenciar origens tribais e etnias; 3.º passo: guerras interétnicas e tribais; 4.º passo: guerra civil; 5.º passo: fratura social, geográfica, mais fome, mais doença, mais mortes, mais pobreza. É só olhar à volta das fronteiras de Angola. Costa do Marfim, Congo, Zimbabwe, etc. Só os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade podem levar o Mundo a bom porto. O resto são complexos e recalcamientos mal resolvidos e do foro psiquiátrico. (*Semanário Angolense*, 2004e: 6).

Neste caso o/a comentarista, que escreveu sob o pseudônimo “Olho vivo”, supostamente a partir de Luanda,¹⁷¹ acusou os jornalistas e editores do SA de ter dado o primeiro passo no caminho de retorno à guerra civil ao diferenciar negros, mestiços e

¹⁷⁰ Publicados originalmente no *site AngoNotícias*, ao qual os responsáveis pelo SA registraram “a devida vênua por não ter tido pruridos em pôr a matéria a discussão pelos cibernautas” (*Semanário Angolense*, 2004a: 5).

¹⁷¹ A maioria dos comentadores utilizou pseudônimos e muitos nem sequer indicaram o local a partir do qual escreviam. Contudo, acredito que isso não diminui a contribuição desses textos para o debate das questões que estão em análise.

brancos, mas “fechou os olhos” para o fato de que, desde 1996, o governo tinha oficializado a prática da distinção dos cidadãos angolanos de acordo com suas características somáticas ao incluir a ‘raça’ como um dos elementos de identificação a constar nos bilhetes de identidade. Como não se declarou angolano/a, pode ser que este/a comentarista não possuísse o referido documento nem tivesse conhecimento deste importante detalhe. De todos os comentários publicados nesta edição de n.º 88 do SA, apenas dois mencionaram o fato da ‘raça’ ser um dos elementos de identificação presentes no BI em Angola e consideraram esta situação como uma contribuição para o fomento do racismo:

Saul Pinheiro (São Paulo) – [...] o que devemos fazer, já que o racismo tem as suas bases nos desequilíbrios socioeconômicos, é criar leis que proibam essas práticas [racistas]. Anular esses BI’s que trazem a raça. Educar a juventude e providenciar oportunidades para todos. (Semanário Angolense, 2004e: 6).

*

Anônimo – Vocês acham que é isto que homens como o Presidente Agostinho Neto queriam? Enoja-me toda a diferenciação e distinção entre seres humanos através do fator «cor». Se pensam que estão a progredir, enganam-se (...) Custa-me imenso aceitar que cada vez mais caminhamos para uma sociedade onde as pessoas se preocupam com a cor da pele e cada vez mais se fomenta o racismo, tendo como o maior exemplo, ou melhor, o maior erro, a criação de BI’s onde cada pessoa é diferenciada pela sua cor. (idem, ibidem).

Os três comentários abaixo chamaram minha atenção pelo fato de elencarem uma série de suspeitos de serem culpados pela problemática situação em que Angola se encontrava:

Beto (Portugal) – [...] A «descoloração» do poder político em Angola não deve ser dissociada do processo histórico nacional. Senão corremos o risco de ofender a dignidade do fundador do País, o Presidente Neto, e acusar de «subtileza racista» a política do atual Presidente, de substituir por quadros jovens e de melhor formação. Que sejam negros retintos ou cafuzos (ou crioulos, conforme terminologia de certa oposição), pouco importa! O mais importante é resolver os problemas do Povo! Estão a ser resolvidos? É (Ainda?) culpa dos mulatos, dos cabritos, dos brancos, que conforme o autor, já foram varridos do Governo. Perdoem-me essa descrição «colorida» das nossas raças. Como será o discurso das oposições? Vão culpar os quimbundos ou pretos crioulos pela atual situação?¹⁷² (Semanário Angolense, 2004e: 7).

*

Triste (Angola) – É triste para mim comentar este artigo. Mais triste ainda é ver um jornal como este, que habituou os seus leitores a excelentes artigos de jornalismo de investigação, a publicar um artigo como este. Meus irmãos vamos

¹⁷² Destaques acrescentados pela autora.

reconstruir o nosso país (...) Temos cada vez mais estrangeiros a desestabilizarem a nossa economia em todos os sentidos e ninguém diz nada. Parece que queremos encontrar outro bode expiatório para o atual estado do país agora que a guerra acabou.¹⁷³ Até mal do saudoso Presidente Neto este jornalista tentou falar. Mais respeito pelo fundador da nossa bela nação (Semanário Angolense, 2004e: 7).

*

Blue Rose (Londres) – Este é um artigo para desviar a atenção do que é prioritário na sociedade angolana. As pessoas que usam a desculpa da cor da pele do seu semelhante fazem-no porque já não conseguem encontrar mais justificações para os seus falhanços. É fácil acusar um mulato ou branco de oportunista e blá blá blá, quando não se consegue sucesso em todas as áreas da vida. Dessa maneira sossega-se a consciência adormecida na ignorância. Pessoalmente, mestiça que sou e bastante orgulhosa disso, prefiro ver o Governo repleto dos ditos genuínos ou bantus; queria até, se fosse possível, que nenhuma mestiça participasse mais em concursos de Misses e Ltda. Para que de uma vez por todas tirem a «chuínga» dos olhos e vejam realmente que Angola não está na cratera em que está por culpa dos brancos e mulatos.¹⁷⁴ (idem, ibidem: 5).

O primeiro texto aborda com certa ironia a tendência de culpabilizar indivíduos ‘claros’ ou negros, ou ainda membros de determinado grupo étnico, pelos problemas enfrentados pela população. Além disso, transmite a ideia de que, no cenário político angolano em disputa, tanto algumas medidas governamentais como certas acusações feitas por grupos da oposição podiam ser consideradas racistas e/ou tribalistas. Ideia essa que corrobora a constatação de que

à medida que se vai estruturando e configurando, o campo político angolano vai adquirindo características de um espaço de crise onde se desenrolam lutas de classificação pelo monopólio dos recursos materiais e simbólicos, que possibilitam a imposição de múltiplas categorias, de entre as quais as classificações assentes em propriedades rácicas/características somáticas. Sendo assim, estas classificações começam a desempenhar um papel fundamental na luta pela hegemonia do espaço nacionalista, na medida em que se tornaram objetos de atos de percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento, em que os militantes nacionalistas irão investir os seus interesses e os seus pressupostos (Reis, 2010: 56).

O segundo comentário destacado sugere um “outro bode expiatório” para responsabilizar pelos problemas do país: os estrangeiros que, de acordo com o/a autor/a, desestabilizavam a economia angolana ainda que ninguém falasse no assunto. Apesar de iniciar advertindo que a cor da pele dos outros não é uma desculpa plausível para explicar

¹⁷³ Destaques acrescentados pela autora.

¹⁷⁴ Idem.

as próprias falhas, ao terminar, o último dos comentários supracitados cai na armadilha do racismo ao dar a entender que se angolanos e angolanas de tez branca e mulata se ausentassem completamente dos espaços de participação política e social, nomeadamente do governo e dos concursos de beleza, ficaria explícito que os negros eram os responsáveis pelos problemas do país.

Dois comentários, no geral antagônicos, convergiram ao abordar a delicada questão do desconforto provocado pelo fato de ser visto como estrangeiro(a)/indesejado(a) na própria terra:

Trigo Praia (NM) – Só em Angola é que a reclamação do negro para haver igualdade no seu próprio país é tida como racista. Os brancos e mulatos dominam praticamente tudo no país. Muitos de nós sentimo-nos estrangeiros na nossa própria terra.¹⁷⁵ Por que é que o apelo à igualdade e transparência e a denúncia do tráfico de influência são sempre tidos como racistas? (Semanário Angolense, 2004e: 5).

*

Teresa (Austrália) - «Cada macaco no seu galho». Custou-me muito aceitar este provérbio. Nasci em Angola, sou de uma família (4 gerações) de angolanos, casei com um mulato, tive uma filha dele, ele esteve nas FAPLA, eu andei nas bichas [filas] das lojas do povo para comprar comida e, finalmente, não aguentei mais e saí de Luanda em 1980. Não gostei de Portugal, nunca me adaptei, e vim para a Austrália (pelo menos, o clima lembra-me Angola). Sou uma desenraizada, as minhas raízes estão todas lá. Nestes anos sofri por causa da cor da minha pele.¹⁷⁶ Até tentei, durante 5 anos, contribuir para a reconstrução da minha Pátria (sou professora primária), mas nunca me aceitaram. Infelizmente... cada macaco no seu galho! Países multiculturais? É tudo utopia. Pura demagogia. Tudo muito lindo no papel, mas na prática... Vejam os Estados Unidos, o Brasil, etc., etc. Só no papel, caros compatriotas. (idem, ibidem: 6).

No primeiro excerto, subentende-se que o/a autor/a fosse angolano/a negro/a e que acreditava que o tráfico de influências no país funcionava apenas entre brancos e mulatos. No segundo, subentende-se que a autora era branca ou mestiça e que julgava ter sido excluída da comunidade imaginada angolana devido à cor de sua pele. Embora com sinais opostos, os dois discursos associaram as categorias negro, mulato e branco à ideia de uma antinomia entre privilegiados e sacrificados. Na leitura do/a primeiro/a comentador/a indivíduos brancos e mulatos são entendidos como privilegiados e os negros como sacrificados. No segundo texto essa perspectiva se inverte, pois brancos e mestiços são vistos como sacrificados. Ou seja, as categorias branco, mulato/mestiço e negro foram

¹⁷⁵ Destaque acrescentado pela autora.

¹⁷⁶ Idem.

utilizadas nesses discursos para determinar quem tinha, ou não, o fenótipo adequado para fazer parte da comunidade imaginada angolana, o que sugere que, apesar do sinal invertido, os dois comentários apresentam estratégias discursivas assentes no princípio da inclusão/exclusão.

De certa maneira também construídos em torno do princípio da inclusão/exclusão, os comentários a seguir mereceram minha atenção por contribuírem para complexificar o debate acrescentando o questionamento sobre as (in)conveniências da multirraciedade e/ou da utilização estratégica da dupla nacionalidade:

A. Kalunda – [...] O autor faz uma resenha do que se tem passado no país no período que se seguiu à independência política de Angola. Não é sensato acusar o irmão de racista. Cabe-nos refletir sobre o que se passou no país, durante o tempo da guerra, quando os que criticam agora o Semanário Angolense se assumiram como portugueses e agora que há dividendos são todos filhos da terra.¹⁷⁷ (Semanário Angolense, 2004e: 6).

*

Puramente Mulato – Orgulho-me de ser mulato. Nasci de mãe negra que amo muito, e tenho irmãos negros da mesma mãe que aprecio muito. É uma sorte para mim ter como pai um branco português, que me permitiu possuir duas nacionalidades. Quando estava em Angola, no tempo das rusgas para o serviço militar obrigatório, utilizava simplesmente o meu passaporte português para não ir na tropa perder um dos meus membros numa guerra sem base. E hoje em Angola, sendo já formado em eletrônica, trabalho como cooperante para bem chular [aproveitar] os dólares. Claro, se trabalhar como angolano não terei privilégios.¹⁷⁸ (idem, ibidem).

*

Zimbu (Luanda) – Mas o que é que vocês queriam? Que o poder em Angola embranquecesse? Tirem já o cavalinho da chuva. Vocês só se assumem angolanos na hora do bem bom.¹⁷⁹ Quando estivemos mergulhados na desgraça da guerra não vi nenhum de vocês naqueles cami[nh]ões cheios de recrutas. Em vez disso, via-vos nos melhores colégios. Os vossos pais foram sempre grandes empresários. Ainda dizem que o poder enegreceu? Isto é Angola! Este [país] já deixou há muito de ser multirracial como vocês querem que seja. Quer dizer, para ir para a guerra não convinha ser multirracial, mas agora convém, não é? (...) Porque não vão exigir multirraciedade em Portugal ou na Europa? Verão como eles se defendem e não aceitam isso (...) (idem, ibidem).

O primeiro e o terceiro comentários supracitados questionaram a legitimidade do pertencimento à comunidade imaginada angolana dos brancos e mestiços com reconhecida ascendência portuguesa ou europeia pelo fato desses indivíduos não terem compartilhado

¹⁷⁷ Destaques acrescentados pela autora.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem.

com a maioria negra a experiência de participar ativamente (e, na maior parte dos casos, obrigatoriamente) na guerra civil, recorrendo para tanto ao acionamento estratégico do passaporte português. Estratégia que foi reconhecida pelo autor do segundo comentário acima destacado e também por algumas das pessoas com quem tive a oportunidade de conversar durante o trabalho de campo.¹⁸⁰

Ainda que, por um lado, o fato dos angolanos de comprovada ascendência portuguesa possuírem dupla nacionalidade pudesse ser considerado um inconveniente na medida em que, em contextos de crise, poderia se converter num pretexto para justificar a exclusão desses indivíduos da comunidade imaginada angolana; por outro, como demonstrado no segundo comentário supracitado e no depoimento de alguns de meus entrevistados, esta “cidadania flexível” (Ong, 1999) permitiu (e ainda permite) aos sujeitos portadores de múltiplos passaportes responderem oportuna e fluidamente aos desafios impostos pelas mudanças de condições sociopolíticas e econômicas vivenciadas em Angola ao longo do pós-independência. Ou seja, como admitiram vários angolanos, possuir a dupla cidadania também podia ser muito conveniente. A esse respeito, dois de meus entrevistados admitiram ter recorrido estrategicamente ao passaporte português em benefício próprio: D. Heralda, para escapar ao serviço militar obrigatório durante a guerra civil; e Juca, apenas desde 2011, para viajar com mais facilidade. Outros dois mencionaram a promoção do bem-estar de seus filhos como principal justificativa para terem recuperado a nacionalidade portuguesa. Cabe destacar que, à exceção de D. Heralda, nenhum de meus interlocutores produziu espontaneamente comentários sobre o fato de possuírem dupla nacionalidade (angolana e portuguesa). Apesar disso, todos responderam com naturalidade ou, pelo menos, sem sinais aparentes de constrangimento, quando coloquei a questão de maneira direta, como revelam os seguintes excertos, frutos da transcrição de nossas entrevistas:

– *Por acaso o senhor não tem a dupla nacionalidade?*

– *Tenho sim senhora. Tenho a dupla não porque eu quis tirar, porque eu sou português, quer dizer, sou angolano, fui educado na era colonial como português. Tenho a dupla nacionalidade por quê? Porque os meus filhos estavam a estudar na Inglaterra, eu*

¹⁸⁰ Durante a realização do trabalho de campo tomei conhecimento de que angolanos fenotipicamente classificáveis como negros também acionaram outras nacionalidades, inclusive a portuguesa, para escapar ao serviço militar obrigatório durante a guerra. Contudo, esses casos não serão explorados em profundidade nesta tese de doutoramento.

os mandei para lá e.... Eles não tinham o tempo suficiente [de visto ou autorização de permanência] enquanto eles não tirassem a dupla [nacionalidade] teriam que regressar para Angola outra vez. E eu por causa dos meus filhos, que hoje já têm o curso superior, eu tive que tirar a dupla para dar a dupla aos meus filhos. Não como tropa da era colonial, até aí nunca tinha tratado, mas por causa dos meus filhos, para o bem-estar deles é que eu fiz isso. Porque há elementos que são também do governo que a maior parte dos filhos deles também está lá a estudar.¹⁸¹

*

– O senhor tem dupla nacionalidade?

– Tenho. Ehh, mas vou dizer, eu, por mim, o documento, o passaporte, é um papel. [...] obtive por conveniência, para os meus filhos estudarem em Portugal. Mera conveniência. Conscientemente por conveniência. Porque deu-me um trabalho grande. Tive que buscar papéis dos meus pais nos registros centrais, uma luta burocrática, mas, achei que devia fazer isso por eles. Sempre disse: – Os meus filhos não têm culpa do pai ser do MPLA e de ter passado aqui a guerra. Achei que eles deviam ir estudar para Portugal porque achei que lhes devia dar um bom [estudo], eles não tem culpa de eu ter estado aqui, de eu ser quem sou. Têm é sorte de eu perceber que preciso lhes dar uma coisa melhor e que o ensino aqui não estava bom. E não está bom ainda. Então, acho que, fiz isso por eles. [...] Para mim o passaporte é um papel, o problema que se passa é que a nacionalidade da pessoa está no coração. A terra está no coração.¹⁸² Eu, por exemplo, eu sou angolano, mas a minha terra é Benguela, a Baía Farta. Eu posso ter passaporte chinês, um passaporte... [...] Essas coisas estão no coração das pessoas, não é no papel. E se é por, se me derem o passaporte brasileiro ou chinês, eu também vou ter, não tem problema nenhum. Isso não me tira a possibilidade de ser. Na minha cabeça isto está claríssimo. Está claríssimo! Também comecei a perceber uma série de fatores, a gente aprende com a vida, a gente aprende. [...] Eu conheço muitas pessoas aqui na embaixada, sempre conheci, né? Os antigos me diziam: "Oh Jorge,¹⁸³ se for ver a lista dos dirigentes, os que têm passaporte português é... eu dizia: "– O quê?!" "– Sim! Fulano e..." Diziam-me. Ah então eu, que tenho passaporte português e acabo com problema?! Nem pensar! Isto a

¹⁸¹ Entrevista com o Sr. Carlos realizada em Benguela, em 21 de novembro de 2012.

¹⁸² Ênfase acrescentada pela autora.

¹⁸³ Identificação alterada pela autora.

gente vai aprendendo com a vida. Ligado ao fato de que na cabeça é que está o que as pessoas querem e são. Tenho há relativamente pouco tempo, por causa dos meus filhos e não me arrependo. De maneira nenhuma.

– *Para viajar é mais fácil.* [intervenção da entrevistadora]

– *Ah fácilimo! E se quiser me dar o brasileiro eu também aceito, nem que a gente tenha que casar ou qualquer coisa. (risos) Que as coisas agora também estão a acontecer assim, que é casamentos por causa dos passaportes. E, eh pá, é um contrato, é um papel. É um papel, paga, pronto. [...] Está a acontecer isso. É angolano com brasileiro, brasileiro com angolano, brasileiro com português, eh pá! as pessoas têm 3, 4 passaportes. Há uns anos causava-se constrangimento, hoje não. Nos últimos anos não causa nenhum constrangimento. O mundo evoluiu de uma forma, e nós temos que nos habituar a isto. Nós não podemos ficar confinados aqui ao nosso espaçozinho, e tu hoje com o passaporte português tás na Europa, andas em todo o lado.*¹⁸⁴

Esses depoimentos revelam que no contexto pós-colonial angolano é possível verificar um fenómeno bastante semelhante ao observado pela antropóloga Aihwa Ong (1999) quando constatou que, na altura em que Hong Kong voltou a ser regida pelas normas da China continental, depois de ter passado vários anos sob domínio britânico, cerca de 10% da população total da cidade mantinha passaportes estrangeiros como um seguro contra as normas chinesas continentais. Tomando por base a proposta interpretativa avançada por essa antropóloga, é possível afirmar que a grande flexibilidade de posicionamento social e geográfico encarnada pelos portadores de múltiplos passaportes

é em si mesma um efeito das novas articulações entre os regimes de família, o Estado, o capital e os tipos de ajustes práticos e técnicos que têm implicações para o seu entendimento enquanto sujeitos da modernidade tardia (Ong, 1999: 3).¹⁸⁵

Voltando à análise do discurso utilizado pelo *Semanário Angolense*, outro detalhe que não merece passar despercebido é o fato de fotografias sem legendas estamparem o centro de duas das três páginas que esse jornal dedicou à reprodução dos comentários dos

¹⁸⁴ Entrevista com Jorge realizada em Luanda, em 15 de novembro de 2012.

¹⁸⁵ Tradução livre da autora. No original: *is itself an effect of novel articulations between the regimes of the family, the state, and capital, the kinds of practical-technical adjustments that have implications for our understanding of the late modern subject* (Ong, 1999: 3).

leitores.¹⁸⁶ Na primeira via-se Agostinho Neto sorridente a apertar a mão de um branco irreconhecível porque está de costas. Sendo o único negro visível nessa foto, Neto está acompanhado por membros mestiços do primeiro governo. Outros seis indivíduos brancos também aparecem nessa imagem. A foto que ilustra a página subsequente retrata uma manifestação onde, em primeiro plano, se destacava um cartaz com os dizeres: “Havia muito lixo no governo”. A ausência de legendas dá azo a múltiplas interpretações dessas imagens recontextualizadas. Quando a primeira imagem demonstra a notória presença de um bom número de quadros ‘claros’ no primeiro governo e a segunda dá a entender que a população manifestamente reclamava que “havia muito lixo no governo”, o leitor é levado a fazer uma associação negativa à participação de brancos e mestiços nas mais altas esferas de poder. Isso considerando que a figura mítica do primeiro presidente muito provavelmente estaria imune a esse tipo de críticas.

Outra estratégia utilizada pelo SA a partir desta edição de número 88 para confirmar a legitimidade de sua contribuição para o debate em torno da questão racial em Angola foi dar lugar à publicação de opiniões e/ou pareceres de cientistas sociais e outros ‘especialistas’ afins.¹⁸⁷ O primeiro texto com estas características a ter espaço no jornal recebeu o seguinte título: “Sociólogo Paulo de Carvalho sossega as mentes: Abordagem do SA é séria e não incitará manifestações racistas” (Carlos, 2004d: 8).

De acordo com o jornalista Severino Carlos, o referido sociólogo, “que é[ra] por sinal um mestiço” (idem, ibidem), considerava positiva a abordagem do semanário ao fenómeno da ‘descoloração’ do poder em Angola. Ou seja, não só se tratava do parecer de um especialista, como também era a opinião de um angolano pessoalmente tocado pela questão por pertencer à minoria demográfica que, segundo a perspectiva divulgada pelo jornal, estava a perder espaço no campo político. Explorando a ideia de que a análise do sociólogo estava baseada em critérios que respeitavam alguma metodologia científica, o que garantiria uma suposta excelência e neutralidade, o jornalista escreveu:

Para Paulo de Carvalho, a matéria foi tratada com a devida responsabilidade e com fundamento em dados estatísticos e elementos factuais concretos. «Ao contrário de determinadas outras abordagens, esta não peca, por

¹⁸⁶ Veja-se Semanário Angolense (2004b: 6-7).

¹⁸⁷ Segundo van Dijk (2010: 46), “ao lado das elites política, militar e econômica, as elites simbólicas desempenham um papel essencial ao dar sustentação ao aparato ideológico que permite o exercício e a manutenção do poder em nossas modernas sociedades da informação e da comunicação”.

exemplo, por reproduzir discursos com interesse político. Do ponto de vista jornalístico, é uma abordagem séria e responsável», realçou.

O sociólogo acredita que os temores e desassossegos suscitados em certos segmentos da sociedade têm a ver não tanto com a matéria em si mesma, mas com receios do aproveitamento que se possa fazer por setores políticos menos escrupulosos. [...] (idem, ibidem).

Considerando que o discurso midiático é intrinsecamente um espaço de poder, sendo, portanto, indissociável dos interesses em disputa no campo político,¹⁸⁸ que os “grupos da elite e as organizações sabem perfeitamente que efeitos sua ‘informação’, sua propaganda e sua publicidade têm sobre o público – caso contrário, não se engajariam na comunicação pública” (van Dijk, 2010: 33), e o contexto histórico angolano, por mais que o jornalista responsável pelo texto supracitado tenha se esforçado para tanto, nem a suposta neutralidade do parecer do cientista social que serviu de base para a elaboração do seu texto foi capaz de dissimular a pretensa neutralidade da abordagem do *Semanário Angolense* sobre o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder em Angola.

A última seção dessa matéria inspirada no parecer de Paulo de Carvalho sobre a temática colocada em debate pelo SA trouxe a contribuição deste intelectual para uma melhor compreensão do fenômeno do ‘escurecimento’ do poder e contou com o destaque do seguinte subtítulo, impresso a vermelho: “A identidade racial vem em último lugar”. O texto enfatizava que para o referido sociólogo, “em Angola dificilmente se poder[ia] falar de uma identidade entre brancos, entre mestiços e até entre negros”, pois, apesar de até haver um aproveitamento político disso, existia “outro tipo de afinidades que conta[vam] muito mais do que a identidade racial” (Carlos, 2004d:8). Para exemplificar esse argumento Paulo de Carvalho teria dito que “nas relações humanas quotidianas, funciona[va] mais a pertença de classe do que a identidade étnica, que aparece[ria] em segundo lugar, e só depois surg[iria] a identidade racial” (idem, ibidem). Além disso, a título de esclarecimento, o sociólogo teria acrescentado que, se a identidade racial aparecia, era “mais para aproveitamento político”, pois, em sua opinião, “a raça não é[ra] tanto um fator de identidade” (idem, ibidem).

De fato, segundo Fidel Reis, em Angola as categorias distintivas branco, negro e mulato ou mestiço, não sendo os principais expoentes mobilizadores da(s) identidade(s),

¹⁸⁸ Tendo em vista que os meios de comunicação “são uma parte inerente da estrutura de poder societal, cuja dimensão simbólica administram” (van Dijk, 2010: 74).

funcionam não só como um arbitrário mas também como um capital, ou seja, possuem um valor no mercado de produção e circulação dos bens de reconhecimento social, nomeadamente, no respeitante ao capital económico e cultural. E, por conseguinte tornaram-se categorias práticas, estando por isso subordinadas a funções práticas e, como tal, orientadas para a produção de efeitos sociais. E que se traduzem, frequentemente, em percepções de que a cor e estatuto social estão perfeitamente associados. São portanto efeitos devedores da prática [colonial] de classificar e hierarquizar indivíduos tendo em conta não só indicadores económicos, culturais mas igualmente uma propriedade distintiva como por exemplo a cor da pele (Reis, 2010: 110).

A peça intitulada “A discriminação, Presidente, não vale nada!” (Costa, 2004: 11) iniciou um desdobramento, ou uma ampliação, do debate acerca das posições de poder (des)ocupadas por cidadãos brancos e mestiços ao abordar a questão da persistência do racismo na sociedade angolana. Segundo o jornalista responsável por esse texto,

falar do racismo ou do tribalismo, não podendo ser tomado como um crime, será sempre saudável desde que a sua avaliação seja feita com rigor e sustentabilidade. A abordagem dessas matérias, é claro, pressupõe, desde logo, um ataque frontal e direto ao racismo promovido por brancos e mestiços, mas igualmente uma crítica cerrada e despreconceituosa a negros defensores de valores discriminatórios em relação àqueles.

A uns e a outros é preciso libertá-los de todo tipo de preconceito desta natureza. A auto-discriminação entre os negros tem de ser igualmente denunciada, mas não é bom subestimar a existência e o potencial das minorias. Não pensar deste modo seria ingênuo. Admitir a existência de minorias em Angola e reconhecer o seu papel, do meu ponto de vista, não deve eriçar o cabelo de ninguém. (idem, ibidem).

O autor defendeu ainda que “negar que há[via] angolanos de origem portuguesa, congoleza, gabonesa, brasileira, são-tomense, caboverdiana ou moçambicana só pode[ria] ser um complexo. [Pois] Trata[va]-se de uma negação da própria História”. E, reforçando essa ideia, já próximo da conclusão do texto, enfatizou que

o capital da História de Angola repousa[va], de resto, na riqueza da sua diversidade cultural, comprovada, aliás, na participação de diferentes raças e etnias no processo de libertação nacional.

A discriminação nesta saga foi, felizmente, enterrada. Bom seria que passasse a ser agora cremada! O que é importante é que saibamos agora sepultar preconceitos para libertar a confiança no futuro, sem sobrevalorizar etnias, raças ou tribos [...] (Costa, 2004: 11).

Ou seja, os argumentos apresentados nessa peça jornalística transmitem a ideia de que a legitimidade do pertencimento à comunidade imaginada angolana não estava, ou, pelo menos, não deveria estar associada às características ‘raciais’ ou étnicas dos indivíduos, mas sim ao seu envolvimento no processo de libertação nacional. Interessante é notar que apesar de ter comparado a negação da existência de angolanos de origens

diversas à uma tentativa de “negação da própria História” de Angola, o autor não apresentou nenhuma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos angolanos fenotipicamente classificados como brancos e mestiços para participar integral e ativamente da luta de libertação nacional no seio dos movimentos nacionalistas. Ao apenas constatar que houve “participação de diferentes raças e etnias no processo de libertação nacional” para, logo em seguida, afirmar que “a discriminação nesta saga foi, felizmente, enterrada”, seu discurso dá a entender que a questão racial nem sequer chegou a ser um problema durante a luta pela independência. Logo, não faria sentido desenterrá-la. Ou seja, o autor convidou os angolanos a reconhecer sua diversidade e não negar a própria História silenciando, e defendendo a perpetuação do silenciamento, sobre o peso do racismo em todas as esferas da moderna sociedade angolana, inclusive entre os nacionalistas que a projetaram.

Na edição de número 89 o jornal apresentou sua réplica à “intempestiva reação de José Mena Abrantes” (Semanário Angolense, 2004f: 2), publicada na edição anterior. Nesse texto, que foi anunciado na primeira página pela provocativa manchete: “SA padece de complexo de colonizado?... E qual é a borbulha José Mena Abrantes?” (Semanário Angolense, 2004i: 1), o jornal afirmava que “só homens como Mena Abrantes, que tiveram a fortuna de não estar na pele de colonizado, pode[ria]m agora gabar-se de não padecer dos complexos daí resultantes” (Semanário Angolense, 2004f: 2). Tendo em atenção o fato de Mena Abrantes ser um indivíduo de tez branca, é possível decodificar a intenção de marcar as diferenças da herança transmitida aos angolanos pela experiência colonial contida nesse discurso que retrata os não-brancos, pela antítese em relação ao não colonizado – o branco Mena Abrantes, enquanto os únicos vitimados pelo colonialismo.

Mesmo considerando descabidas várias passagens do texto de Mena Abrantes publicado na edição anterior “em respeito pelas normas estabelecidas pela Lei de Imprensa no capítulo relativo ao «Direito de Resposta»” (idem, ibidem), o SA a admitia que, enquanto

Intelectual honesto que deve[ria] ser, lá no fundo, Mena Abrantes sabe[ria] que o debate levantado sofreu uma deriva e que o objetivo último não foi acirrar nenhum tipo de manifestação racista entre os angolanos. Fazer uma constatação que se impunha sobre quem realmente exerce o poder e como o exerce era a questão de fundo.

E Mena Abrantes até chega[va] lá perto, quando diz[ia], no “Direito de Resposta”,] que o fato de a administração dos bancos comerciais estar em mãos negras não é[ra] sinônimo de uma gestão capaz e ao serviço do interesse

nacional. Concordamos que não é. Mas Mena Abrantes não pode perder de vista que também não foi observada uma maior eficácia quando foram os técnicos e especialistas mestiços e brancos a deter as rédeas desse e de outros sectores nevrálgicos da economia do país. Pelo contrário, no mais foi, seguramente, o começo do mal que acabou por gangrenar e minar todos os setores da vida e do país: a corrupção e o peculato.¹⁸⁹ (Semanário Angolense, 2004f: 2).

Na seção em destaque o SA acusou, aberta e genericamente, uma vez que não citou nomes, todos os mestiços e brancos que até então tinham ocupado cargos de responsabilidade em áreas estratégicas para a economia e o desenvolvimento do país de terem dado início aos esquemas de corrupção e peculato verificados em Angola. Ideia que foi reforçada pela defesa da perspectiva de que “este jornal apenas enveredou por um exercício de desconstrução de um mito, o mito da superioridade branca e mestiça” (idem, ibidem).

Além disso, os responsáveis pelo SA também voltaram a solicitar a participação dos ‘especialistas’ no debate reavivado por esse jornal afirmando que “cabe[ria] aos estudiosos dessas questões encontrar as respostas para as inquietações da sociedade”. Nesse sentido, ao concluir o texto, lançaram o seguinte desafio ao queixoso: “Para a próxima – se é que não se sente já desqualificado para discutir esse problema – esperamos é que o José Mena Abrantes venha explicar as causas e consequências do fenômeno” (idem, ibidem).

A matéria que ocupou a página subsequente àquela que trazia a réplica a Mena Abrantes continuou a hostilizar a reação desse intelectual como explicita o seguinte extrato:

Da mesma maneira que se aceita, sem crise nenhuma, que os africanos possam ainda revelar sintomas de um «complexo de colonizado mal resolvido», os próprios africanos de raça branca, ou com cruzamento sanguíneo, não estão livres de padecer de certos recalcamientos.

São sobejamente conhecidos os casos de descendentes de europeus que vivem a estigmatizar-se pela cor que têm, ou por não terem nascido no continente dos pais, ou ainda, no extremo, nutrem um ódio velado pelo «irmão negro». Será esse o caso de Mena Abrantes? Teremos encontrado a chave do problema? Dói-lhe o fato de não ter nascido na Europa, mas numa «terreola» malanjina? Ou ele terá algum desgosto de não ser negro? Ou é por estar impedido de ser o Presidente? (Semanário Angolense, 2004c: 3).

As repetidas referências a mal resolvidos complexos de colonizado *versus* persistentes recalcamientos entre os descendentes de europeus, que podem ser interpretados

¹⁸⁹ Destaque acrescentado pela autora.

como uma espécie de complexo de colonizadores, adicionadas ao debate por angolanos brancos e negros como argumentos de acusação mútua praticamente três décadas depois da conquista da independência chamam a atenção e convidam a uma reflexão.

Segundo o clássico retrato traçado por Memmi, o colonizador era aquele cujo nível de vida era elevado porque o do colonizado era baixo; aquele para quem os postos eram reservados porque o colonizado deles estava excluído; em suma, era “o beneficiário de todo o empreendimento colonial” (Memmi, 1977: 25). Todo o colonizador era um privilegiado, pois o era comparativamente e em detrimento do colonizado. “O colonizador participa[va] de um mundo superior, do qual não pode[ria] deixar de recolher automaticamente os privilégios” (idem, ibidem: 27). E, mesmo tomando consciência da sua própria situação e da situação dos colonizados e rejeitando-as, não era uma tarefa fácil para um colonizador tornar-se um “trânsfuga” (idem, ibidem: 36), isto é, adotar os colonizados e fazer-se adotar por eles. “Para conseguir esta segunda conversão, teria sido necessário, segundo parece, que nosso homem fosse um herói moral” (idem, ibidem), ou, pelo menos, um “comunista, socialista ou democrata, [...] a trabalhar pela igualdade econômica e pela liberdade social” (idem, ibidem: 39), o que na colônia deveria ter encontrado tradução na luta em favor da libertação do colonizado e da igualdade entre colonizadores e colonizados. Contudo, alertava Memmi (1977: 47), as relações coloniais não dependiam da boa vontade ou do gesto individual dos raros colonizadores que tentavam ser trânsfugas, antes pelo contrário, como toda instituição, determinavam *a priori* o lugar desses indivíduos e o dos colonizados. Então, ainda que não pudesse ser individualmente culpado, um colonizador, mesmo estando disposto a subverter a ordem colonial, aos olhos do grupo historicamente oprimido seria, regra geral, visto enquanto um membro do grupo opressor, como aquele que não poderia deixar de ser excluído para que os colonizados conquistassem a libertação.

Quanto ao colonizado, Memmi observou que no processo de recuperação de si mesmo, este acabava admitindo que sua imagem condissesse com o retrato mítico e degradante que lhe havia sido imposto pelo colonizador.¹⁹⁰ “Ou seja, ele continua[va] a

¹⁹⁰ De acordo com Memmi (1977: 94), não por acaso o racismo resumia e simbolizava a relação fundamental entre colonialistas e colonizados pois para justificar-se o colonizador precisava estabelecer que o colonizado era por “natureza”, ou por “essência”, incapaz, preguiçoso, indolente, ingrato, desleal, desonesto, em suma, inferior. Incapaz, por exemplo, de educar-se, de assimilar a ciência e a tecnologia modernas, bem como de exercer a democracia, de governar-se a si mesmo.

endossar a mistificação colonizadora” (Memmi, 1977: 118). Atitude que não seria reflexo de um processo ideológico, mas sim do fato de que o colonizado “não é[ra] apenas *definido* pelo colonizador, sua situação é[ra] *feita* pela colonização” (idem, ibidem). Por isso, segundo Memmi, seu processo de libertação seria marcado por “uma contra-mitologia. Ao mito negativo, imposto pelo colonizador, sucede[ria] um mito positivo de si mesmo, proposto pelo colonizado” (idem, ibidem: 119). Neste sentido, a afirmação de si do colonizado, nascida de um protesto, continuaria a definir-se em relação ao colonizador. Ou seja, mesmo estando “em plena revolta, o colonizado continua[ria] a pensar, sentir e viver contra e, portanto, em relação ao colonizador e à colonização” (idem, ibidem).

“A primeira ambição do colonizado ser[i]á a de igualar-se a esse modelo prestigioso [encarnado pelo colonizador], de parecer-se com ele até nele desaparecer” (idem, ibidem: 107). Mas, em seguida, aos olhos do colonizado “o colonizador torna-se[ia] principalmente negatividade” (idem, ibidem: 111), passando a ser suspeitado, contrariado, combatido no menor de seus atos. Nesse contexto emergiriam a xenofobia e o racismo do colonizado. Pois,

considerado em bloco como *esses, eles* ou *os outros*, de todos os pontos de vista diferente, homogeneizado em radical heterogeneidade, o colonizado reage[iria] acusando em bloco todos os colonizadores. E mesmo, algumas vezes, todos aqueles que se assemelha[va]m, todo aquele que não é[ra] como ele, oprimido. [...] Para o colonizado, todos os europeus das colônias são[eram] colonizadores de fato. E, quer queiram ou não, o são[eram] de algum modo; pela sua situação econômica de privilegiados, por pertencerem ao sistema político de opressão pela sua participação em um complexo ativo negador do colonizado.

[...] o racismo do colonizado é[ra] o resultado de uma mistificação mais geral: a mistificação colonialista.

Considerado e tratado separadamente pelo racismo colonialista, o colonizado acaba[va] por aceitar-se segregado; por aceitar essa divisão maniqueísta da colônia e, por extensão, do mundo inteiro. [...] O racismo do colonizado não é[ra], em suma, nem biológico nem metafísico, porém social e histórico.¹⁹¹ Não está[va] baseado na crença da inferioridade do grupo detestado, mas na convicção, e, em grande parte, na verificação de que é[ra] definitivamente agressor e nocivo. [...] Em resumo, não é[ra] um racismo de agressão, porém de defesa.

De sorte que deveria ser relativamente fácil desarmá-lo. (Memmi, 1977: 113-114).

Entretanto, acredito que a recorrente recuperação da ideia de um complexo do colonizado *versus* um complexo do colonizador como argumentos de acusação mútua entre angolanos brancos e negros três décadas depois de conquista a independência pode ser

¹⁹¹ Ênfase da autora.

interpretada como um indicativo de que desarmar o racismo sobre o qual foi erigida a sociedade angolana não foi (e continua a não ser) um exercício fácil. Os discursos acusatórios de parte a parte reproduzidos nas peças jornalísticas publicadas pelo *Semanário Angolense* em 2004 transmitem a ideia de que a maioria negra, de modo geral, continuava a suspeitar da minoria composta pelos descendentes dos antigos colonizadores e ainda não tinha superado as imagens míticas da superioridade do colonizador *versus* a inferioridade do colonizado.

Uma ousada crônica publicada nesse número do SA dedicado a responder às mais significativas críticas públicas recebidas por levantar o debate em torno da questão racial também merece uma leitura cuidadosa. Para demonstrar que, afinal, “o racismo em Angola é[ra] mesmo uma interessante realidade” (Kanzala Filho, 2004: 29), o autor recorreu à ironia e à ficção para convidar os leitores a refletir sobre esse assunto iniciando o texto descrevendo uma série de situações improváveis tais como presenciar a prisão de uma zungueira¹⁹² branca; assistir um ladrão branco a correr pelas ruas de um muceque fugindo da sede de justiça de uma multidão; encontrar um branco mutilado de guerra ou vendedor de rua. Além disso, apelando ao senso de humor e ao sentido crítico dos leitores, sem perder o tom de galhofa, o texto apresentou sérias críticas ao presidente da República, mencionado sempre como “o camarada residente”, apontando várias falhas em suas ações e opções políticas. A postura assumida por Jacques dos Santos, mencionado como «Já que 2 Santos», durante a entrevista em que contestou a postura assumida pelo SA ao abordar o tema do ‘escurecimento’ do poder em Angola, também foi alvo de críticas e a censura contra os que ousavam discutir temas considerados tabus não passou despercebida. Esse texto contribuiu com tantos detalhes reveladores da complexidade que a discussão levantada pelo SA poderia chegar a alcançar que a extensa citação a seguir, justifica-se.

[...] Mas os negros que o camarada residente escolheu são negros claros,¹⁹³ e mesmo corre a fama que alguns vieram de São Tomé e não são escuros, e entre os escolhidos há muito que se debater ainda no Semanário [...] e o Kanzala sempre a descobrir os tabus qualquer dia matam-lhe pura e simplesmente. Porque parece que as opções do camarada residente não abrangem os verdadeiros mbumbus do muceque que era para lhe escurecerem já de uma só assentada todo o governo. [...] ó camarada «Já que 2 Santos», falhaste na decisão ao refutar a legítima minoria. Porque o povo já não olha para a cor da pele, o povo anda a procura na minoria, um tipo que permanece um mandato,

¹⁹² Vendedora ambulante.

¹⁹³ Este e todos os outros destaques contidos ao longo da citação foram acrescentados pela autora.

um só, 2 no máximo! [...] Eu só espero que algum dia um branco do Cazenga (outra vez a ficção) saia-me cá com uma candidatura presidencial mas no Cazenga a colarem os cartazes de candidato a presidente da república oriundo do Zengá um branco da maioria silenciosa - ! o pleito eleitoral fica facilitado [...] o povo exclui o «Já que 2 Santos» porque o «Já que» não quer entrar no clube das minorias, não tem *fair play*. Ele vai entrar noutra equipa dos maioritários. Maioritários mulatos, mas mulatos só no sentido espiritual porque no sentido demográfico, não consegue sair da minoria numérica. Mas digam: mulato é pejorativo? Branco é pejorativo? Preto é pejorativo? Às vezes um tipo nervoso diz: ó seu preto! E daí? Ou então: ó seu mulato! E daí? E às vezes: ó seu branco! Onde é que está o mal? Então se o mulato é mulato vou lhe chamar como? De preto? Ou de pula [português]? Mulato é mesmo mulato!

[...]

E o «já que» não soube mediar as vantagens porque um mulato ou um branco não se aguentaria 25 anos no poder, o povo já lhe havia tratado da saúde, que 25 anos é muito. [...] Que ninguém mas se engane na vantagem de ser mulato porque o país ia ganhar muito com um presidente da república de cor branca ou mulato. Branco só ficaria um mandato. Mulato um ou dois. E depois, era fixe ver ainda um branco na presidência, como é que seria o governo, era só brancalhada, e agora é só negralhada, mas está bem fixe que o gurne¹⁹⁴ é só negralhada porque a faturar a sério depois do kibêtu, que a vez da brancalhada já passou, e também a vez da mulatada já passou, quer dizer: todos já faturaram. Só o povo é que anda à rasca, não consegue faturar, e quando começa a faturar o governo lhe estraga o negócio, sobe logo o preço do combustível em 70%! Isto é: negralhada contra negralhada. E houve um leitor do Semanário, corajoso, que disse que os pretos partiram o país, e assim deu razão sem querer, porque quem partiu que arranje, os pretos partiram, os pretos ficam na frente. [...] Agora pergunto no «Já que 2 Santos» se são ou não são minoria. Porque se não há roboteiro [ladrão] branco nem mulato, porquê que havia de existir governante branco ou mulato em grande número? O camarada residente da república acertou na mosca. Só os que dançam kuduro, que dão surra nas zungueiras e participam na vida social. Por que que só pretos varrem o lixo? O camarada residente da república está fixe, acertou: só negros e só negros no governo. Até os brancos começarem a participar mais na Jota, na Jura, no PDP-ANA e no Padepa. Mas o camarada residente tem que «escolher bem» os negros, ah sim tem! Porque há negro que só tem mesmo a pele negra, mas o coração é português! Até falam como português matarroano; e tem negro que só está aí para faturar, e tem negro que era melhor nunca ter sido chamado; e há negros que são mais venenosos que a cobra. Mas se a sociedade angolana é racista – o que duvido – eu bem me congratularia com o surgimento de um partido político angolano só de brancos! Com nome de PLRCA – Partido da Luta contra o Racismo em Angola e... pleitear em eleições livre e justas em 2006! (Kanzala Filho, 2004: 29).

¹⁹⁴ Paródia da sigla GURN pela qual era chamado o Governo de Unidade e Reconstrução Nacional que entrou em vigor em 1996 e só seria extinto em 2008. “Durante os 12 anos de vigência do GURN, a UNITA teve sob sua responsabilidade quatro ministérios (Saúde, Hotelaria e Turismo, Comércio e Geologia e Minas), além de sete vice-ministros, três governadores provinciais, cinco vice-governadores, cinco embaixadores e alguns administradores municipais. O PRS teve uma pasta ministerial (Ciência e Tecnologia) e o PLD ficou com uma pasta de vice-ministro” (Jornal de Angola *apud* Angonotícias, 2008).

Desse excerto é possível inferir a mensagem de que escurecer de verdade o governo seria democratizá-lo colocando o povo no poder. O autor sugere que a população em geral, que continuava a ser defraudada apesar de serem negras as principais figuras de liderança no país, estaria mais atenta, e muito menos conformada, às ações e opções políticas de um presidente oriundo do grupo minoritário branco e mestiço. Também chama atenção a crítica à postura “portuguesa” de alguns indivíduos negros que faziam parte do elenco governativo, postura que poderia ser subentendida como colonialista dado que eles estariam aproveitando-se da posição de poder para a “faturar” enquanto o povo andava “à rasca”. Por último o autor sugeria que os brancos deveriam buscar outros caminhos de participação no campo político angolano como integrar-se em grupos e partidos minoritários já existentes ou fundar o seu próprio partido para levantar a bandeira da luta contra o racismo e pela consolidação da democracia através das eleições.

A partir da edição de número 90, correspondente à primeira semana de dezembro de 2004, o SA mudou a estratégia que vinha adotando para abordar o tema tabu do racismo passando a apostar em romper o silêncio sobre o passado e recuperar o que definiu como “uma história salpicada de tensões” (Carlos, 2004a: s./p.) para demonstrar aos seus leitores que “O MPLA nunca soube lidar com os fenômenos étnicos e raciais” (idem, ibidem). Numa matéria, que preencheu uma página e meia da seção “Política”, Severino Carlos acusou a nova geração de líderes do MPLA de, “à semelhança dos seus precursores”, não saber lidar com as questões raciais e outros fenômenos correlatos. Como prova, o jornalista citava:

Exemplo concludente dessa incapacidade foi dado, há bem pouco tempo, em Benguela, por um dos novos líderes do maior partido angolano, Kwata Kanawa, que se viu em palpos de aranha ao ser chamado a pronunciar-se a respeito de situações que se têm dado na sociedade benguelense e tipificam, claramente, manifestações de exclusão e racismo. O secretário para a Informação do MPLA – que até não é um «destribalizado», logo deveria ter uma opinião sobre essas questões – enrolou a língua, mostrando, grosso modo, que o seu partido não só continua a não saber lidar com esse fenômeno, como também não tem uma estratégia delineada para atenuar ou extinguir as desigualdades raciais. (Carlos, 2004a: s./p.).

Depois de considerar “estranho” que o partido governante ainda não tivesse “encontrado o antídoto para travar uma manifestação de puro veneno que pode[ria] corroer o tecido e o equilíbrio social do país” e que se tratava de “um assunto que está[va] no discurso do dia-a-dia do mais comum dos angolanos”, o jornalista chamou a atenção para o

fato de que, “olhando para todo o passado remoto e recente do MPLA constata[va]-se, também, que é[ra] uma situação recorrente e está[va] mesmo na origem de todos os episódios de rupturas, fricções e fraccionismo que polvilha[va]m, aqui e acolá, a sua história”(Carlos, 2004a: s./p.).

E mais uma vez o jornalista responsável pela seção sobre política do SA foi buscar no discurso dos intelectuais o respaldo para os argumentos apresentados em seu texto. Trabalhos publicados pelos historiadores Edmundo Rocha e Jean Michel Mabeko-Tali foram citados para recordar “as peripécias por que passaram os angolanos de raça branca nos primórdios da luta armada, apesar de plenamente identificados, muitos deles, com os objetivos da luta armada prosseguida por nacionalistas mestiços e negros” (idem, ibidem) e para explicar que “as fricções entre os militantes de várias raças e não apenas de distintos grupos sociais estiveram na base das conhecidas e cíclicas fraturas que sacudiram o próprio MPLA, chegando mesmo a fragilizá-lo, ao longo do seu percurso” (idem, ibidem). Além disso, o jornalista também apostou na recuperação da postura assumida por Viriato da Cruz¹⁹⁵ nos anos 1960 em relação ao racismo vivido em Angola durante o regime colonial e seus reflexos que se verificavam no interior dos movimentos de libertação naquela altura. Isto porque, de acordo com a leitura apresentada por Severino Carlos,

Muito embora, numa análise integral, se possa concluir que Viriato da Cruz adotou, em muitos aspectos, alguns extremismos, na verdade, um dia a História far-lhe-á justiça, por ter sido um dos que não procuraram «encapotar» a questão racial dentro do MPLA e, até certo ponto, acabou por dar-lhe uma explicação conceptual com validade para os dias de hoje (Carlos, 2004a: s./p.).

Depois de demonstrar que o problema em torno da questão racial era um assunto que vinha de longe e de defender que se tratava de um tema que deveria ser encarado frontalmente com o intuito de promover um maior equilíbrio da sociedade a todos os níveis, sem exclusões nem discriminações de espécie alguma, o jornalista concluiu a matéria afirmando que o SA havia cumprido com o seu papel, apesar das insuficiências que lhe pudessem ser atribuídas, e, mais uma vez, convocando outros atores sociais a fazer, “por seu turno, o que deve[ria] ser feito: explicar as causa e consequências do fenômeno no

¹⁹⁵ Viriato Francisco Clemente da Cruz (1928, Kikuvo [Porto Amboim], Kwanza Sul, Angola – 1973, Pequim, China). Foi um dos principais precursores da moderna poesia angolana e o primeiro teorizador e ativista do Movimento dos Novos Intelectuais de Angola. Esteve ligado à criação, em 1955, do Partido Comunista Angolano, além de ter sido membro fundador do MPLA e seu primeiro Secretário-Geral. Ameaçado de prisão, fugiu para Paris, em 1958, onde se envolveu nos mais importantes eventos culturais e políticos relacionados com África. A partir daí, viveu exilado em vários países até que, após o seu rompimento com a direcção do MPLA, em 1962/63, acabou por se radicar na China (cf. Rocha, 2003).

desígnio de se encontrar uma solução para uma verdadeira harmonia interétnica e inter-raças em Angola” (idem, *ibidem*).

Num quadro complementar a esta última matéria, o SA recuperou, de acordo com o subtítulo que apresentava o texto ali contido, “A frontalidade de Viriato da Cruz nos anos 60: «Não adianta iludir o problema: o racismo existe mesmo!»” (Semanário Angolense, 2004a: s./p.). O texto em questão estava construído com base em excertos de uma entrevista concedida por Viriato da Cruz, em março de 1961, e de uma carta onde este intelectual teria registrado a seguinte reflexão:

Só um longo processo de luta concreta pela liquidação da exploração do homem pelo homem vai acabar por resolver radicalmente o problema racial. Em África existem conflitos inegáveis e sérios entre as comunidades negra, branca e mestiça. Não vale a pena iludir o problema (da Cruz *apud* Semanário Angolense, 2004a: s./p.).

De acordo com a leitura apresentada pelo SA,

transportados todos estes respingos do raciocínio de Viriato da Cruz, torna[va]-se fácil concluir que se hoje ainda estivesse vivo, ele veria no «sistema» vigente largos motivos para a existência de conflitos raciais no país. [Pois] A riqueza do país está[va] basicamente em posse de cidadãos mestiços e brancos, ao passo que a maioria negra continua[va] a viver em situação de pobreza (Semanário Angolense, 2004a: s./p.).

É desconcertante a ausência de qualquer menção ao vertiginoso enriquecimento de figuras públicas fenotipicamente classificáveis como negras em Angola, apesar do (ab)uso da máquina pública como meio de acumulação de capital ser uma prática (re)conhecida no país.

Além dos excertos atribuídos a Viriato da Cruz citados na matéria anterior, numa coluna da página subsequente, sob o título “Viriato *ipsis verbis*” (Semanário Angolense, 2004j: s./p.), essa edição do SA reproduziu mais um discurso atribuído a esse intelectual, mas sem indicação de onde foi retirado. O texto, destacado a negrito, afirmava:

A quase totalidade das gentes da comunidade negra não considera os brancos como nativos dos países da chamada África negra. Essa mesma gente considera os mestiços como um produto da coexistência forçada dos brancos e negros. Para a maioria dos negros, os mestiços estão condenados a não aumentar de número, e a diluir-se ou na comunidade negra ou na comunidade branca. Para a maioria dos negros, os brancos e os mestiços são incapazes de uma fidelidade completa aos interesses dos negros. Daí a desconfiança que a maioria sente em relação aos brancos e aos mestiços. (da Cruz *apud* Semanário Angolense, 2004j: s./p.).

Considerando as acusações, levantadas nas edições anteriores do SA aqui analisadas, de que os brancos e mestiços teriam sido maus gestores dos principais setores estratégicos do país e que teriam dado início aos esquemas de corrupção e enriquecimento ilícito que sabotavam o desenvolvimento de Angola, parece pertinente interpretar o destaque dado à publicação deste último excerto como mais uma tentativa de reforçar o poder simbólico do discurso que vinha sendo produzido e veiculado por esse meio de comunicação já que o texto ofereceria aos leitores uma explicação para as desconfianças alimentadas em relação à minoria composta por brancos e mestiços que, seria incapaz de manter uma plena fidelidade aos interesses da maioria negra.

Na matéria seguinte, intitulada “Os brancos angolanos: Uma questão mal sarada” (Semanário Angolense, 2004g: s./p.), o jornal voltou a recorrer ao trabalho do historiador Mabeko-Tali, dessa vez para explorar o fato de que alguns argumentos levantados por um grupo de “nacionalistas angolanos de raça branca” quando, no início dos anos 1960, enviaram uma “Carta Aberta ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)” reivindicando o direito de participar ativamente na luta de libertação nacional, suscitava, ainda, “aspectos que até o país poder[i]á perfeitamente discutir, embora talvez com outras nuances: a dupla cidadania, a igualdade de oportunidades, a nacionalidade, etc. Mas prefere-se fazer de contas que está tudo bem. *Malheuresement...*” (idem, ibidem).

Dois “Extratos da Carta Aberta ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), subscrita por «nacionalistas angolanos de raça branca»” (conforme o texto subscrito que desempenha a função de legenda) ilustraram essa peça jornalística:

«Julgamos também que a defesa e a preservação das justas conquistas da Independência não poderão, de modo algum, ficar à guarda de indivíduos apenas filiados numa determinada raça; mas sim, restar na dependência daqueles que, indiscriminadamente, se encontrem solidários na defesa dos mesmos ideais de justiça humana.»

*

«As tristes e absurdas manifestações de um reaccionarismo feroz, por parte de elementos que embora negros têm traído o nobre ideal de libertação completa dos países colonizados, entregando os seus povos de pulsos atados nos braços do neocolonialismo, fortalecem o nosso ponto de vista.» («nacionalistas angolanos de raça branca» *apud* Semanário Angolense, 2004g: s./p.).

Como foram publicados de modo a chamar a atenção dos leitores, dado o destaque proporcionado pelas letras maiores e em negrito que foram utilizadas, esses excertos, que defendiam a ideia de que a conquista e a manutenção da libertação completa em relação a

todas as formas de colonialismo caberia aos indivíduos que, independentemente da ‘raça’, se mantivessem fiéis aos ideais que pretendiam promover a justiça social no interesse do bem comum, poderiam ser encarados como uma maneira encontrada pelo jornal para registrar uma crítica, ainda que indireta, à situação de completo desrespeito aos interesses da maioria da população vigente entre os principais membros do campo político angolano na altura em que esses textos foram recuperados pelo SA.

Sob o título “É chegada a hora dos especialistas” (Caley, 2004b), em sua edição de número 90, o jornal publicou uma carta, que teria sido escrita no Rio de Janeiro, a 28 de Novembro de 2004, por um “Historiador/Sociólogo” (idem, ibidem) angolano. O texto parabenizava do SA pelas matérias relacionadas com a temática do ‘escurecimento’ do poder em Angola e advertia: “os especialistas têm a obrigação moral de «segurar» o problema” (idem, ibidem). Mas, nem por isso o autor, que registrou ao final do texto a sua dupla especialização, ofereceu uma contribuição relevante para ‘segurar’ o problema em questão. Entretanto, a página seguinte dessa mesma edição deu lugar à publicação de um artigo de Bebiana de Almeida, identificada como “consultora e professora visitante do IRI, Instituto de Relações Internacionais” (de Almeida, 2004a: s./p.), constituindo mais uma evidência do investimento feito pelo SA em buscar reforçar a legitimidade de seu poder simbólico recorrendo à divulgação de opiniões e/ou pareceres elaborados por supostos ‘especialistas’ capazes de abordar desapassionadamente “o fenómeno étnico-cultural e racial que é[ra] uma realidade bem patente” (de Almeida, 2004a: s./p.) entre os angolanos.

Nesse artigo a autora convidava os leitores a aceitar

sem complexos, que o racismo ainda existe[ia] e manifesta[va]-se sob diferentes formas, fruto de uma herança cruel e despida de toda e qualquer humanidade. Uma herança em que «se apreendeu» a «superioridade» do branco e de todas outras faixas identificadas no sistema de estratificação social ditado e imposto pelo colonialismo português. Desse mesmo sistema «apreendeu-se» também a «inferioridade» do preto e as diferenças étnico-culturais que faziam de uns «superiores» a outros (idem, ibidem).

Isso porque, em sua opinião, “negar essa realidade, que se manifesta[va] em determinados comportamentos e atitudes um pouco por todo o lado”, apenas retardaria o processo que deveria levar a sua superação. Além disso, qualquer observador atento seria capaz de constatar que faziam parte da realidade angolana:

- O menosprezo de uns e outros pela cor da tez.
- Dificuldade em ter acesso a escolhas e oportunidades quer em instituições públicas e/ou privadas, quer em empresas de renome públicas ou privadas, sem

o peso do tráfico de influências ou a bem conhecida cultura da «cunha» ou da «gasosa».

- O preconceito que impera em determinados empresários, que assumem de uma forma generalizada que quadros pretos não são os melhores para determinadas posições nas suas empresas.

- O preconceito em empresas de senhores pretos que se convenceram que precisam de um ou outro rosto branco ou mestiço para melhor promover o seu negócio. (Que miséria de visão e pensar!)

- O preconceito em assumir-se que casar com alguém de tez mais clara seria uma mais-valia para a melhoria da cor. (Que complexo de inferioridade! Ou talvez um estado psicológico que leva alguém a querer provar o que até então lhe havia sido proibido.)

- O gosto pelo preto e/ou preta, mas só quando se trate do filho ou filha de um «mwata» [chefe], é uma síndrome de oportunismo e não necessariamente de amor.

- A euforia constatada em provar o «fruto» até então proibido por parte de alguns dos nossos dirigentes, ou a convicção em aprofundar velhas tradições sobre práticas multiculturais e/ou multirraciais em Angola.

- A frequente e generalizada política de «retenção de know-how» praticada por certos quadros, em empresas estatais ou privadas, com o que prejudicam uma massa crítica de quadros emergentes de raça preta.

- Relações hipócritas que se estabelecem, por vezes, entre pretos, brancos e outros grupos que compõem a complexa paisagem étnico-cultural e racial de Angola;

- A complexa cultura de chefe, chefe, chefe ou de Dr., Dr., Dr. ou Engº, Engº, Engº, etc., etc., etc. (idem, ibidem).

Depois dessa descrição dos problemas relacionados com a perpetuação do racismo na sociedade angolana, a autora enfatizou que o complexo de superioridade *versus* complexo de inferioridade era uma manifestação sociológica/psicológica aprendida durante processos de dominação e socialização, portanto, para erradicá-los era preciso promover a sua desaprendizagem:

O comportamento/atitude de superioridade ou arrogância que se transmite no dia-a-dia por muitos dos nossos compatriotas devido à cor da pele, a cargos que ocupam, por serem filhos destes ou daqueles, por pertencerem a esta ou aquela região, a esta ou aquela família merece a nossa mais profunda condenação. No entanto, não bastará condenar. Necessário será lançar-se programas de desaprendizagem de todas as taras e preconceitos aprendidas desde há séculos. Falando delas e não escamoteá-las ou transformá-las em tabu. Precisamos, com tais programas de desaprendizagem de um passado bastante cruel, sobretudo em termos de relações humanas, e um presente ainda marcado por práticas do passado, precisamos, dizia eu, de investir no nosso capital social, bem como numa prática de discriminação positiva durante um período determinado. (de Almeida, 2004a: s./p.).

A última edição do *Semanário Angolense* onde a discussão envolvendo o tema da discriminação racial em Angola teve lugar foi a de número 91 (correspondente à semana de 11 a 18 de dezembro de 2004), que divulgou uma série de artigos produzidos por vários

intelectuais angolanos como forma de contribuir para o debate respondendo à solicitação feita pelo próprio jornal.

Avaliando que os jornalistas do SA “prestaram, mais uma vez, um excelente serviço de interesse público – porque este e outros assuntos não deve[ria]m permanecer debaixo da mesa” (Malavoloneke, 2004: 9), Celso Malavoloneke enviou a esse jornal as seguintes reflexões:

Pessoalmente, acho que o reconhecimento da diferença da cor da pele devia ser a coisa mais natural do Mundo. Essa é uma das informações que o nosso cérebro registra quando encontramos uma pessoa pela primeira vez. Enquanto pessoa de raça albina, é meu hábito prestar particular atenção à reação das pessoas neste momento. É dali que normalmente me apercebo do seu grau de aceitabilidade, rejeição ou insegurança em relação a mim. Portanto, dizer que fulano é branco, sicrano é preto, e beltrano é mestiço... ou que Celso é albino (já agora), devia ser a coisa mais natural do Mundo. Mas não é.

Deixou de o ser quando numa dada altura da História da Humanidade uma raça – a caucasiana – não só achou-se superior às outras, o que é perfeitamente natural pois acontece com cada raça (é conhecido o desprezo íntimo com que os negros encaravam os «mundeles» [brancos] no passado) mas tentou impor essa pseudo superioridade. A partir dali, citar a cor da pele de um indivíduo não mais era uma constatação biológica, mas uma adjetivação; um apodamento. Assim: o branco é automaticamente superior, limpo, sofisticado. O preto era automaticamente inferior, sujo, matumbo [ignorante], gentio. O albino? Esse, coitado, pior ainda. Feiticeiro, kazumbi [fantasma], eu sei lá! E assim, quem preza o seu santo descanso, avisado será em evitar mencionar a cor da pele de seja quem for.

O fenómeno em Angola é ainda mais complexo que em outros países africanos. Pelo fato de os portugueses terem [enviado], durante muitos séculos, os degredados para povoarem as colônias e muitos desses virem sem família, houve uma maior miscigenação entre estes e as mulheres negras, resultando disso uma importante faixa populacional mestiça. De forma que em Angola, mais que noutros países africanos, existem de fato três, não duas raças principais: a negra, a mestiça e a branca. E como diz o ditado, quanto mais gatos no armário, mais louça partida.

Por que então muitas pessoas, (principalmente brancas e mestiças, mas negras também!) se irritam quando se fazem análises sobre o fenómeno [do] racismo em Angola, e mais ainda quando estas análises apontam para uma supremacia negra?

Exatamente pelos preconceitos que ainda existem, e cujas origens tentamos explicar atrás. Durante o período colonial, as pessoas brancas e mestiças foram privilegiadas, obviamente. Por altura da independência, elas foram de fato mais privilegiadas que os negros, simplesmente porque tendo maior acesso à educação académica, estavam mais qualificados para ocupar posições de relevo. Mas à medida que o tempo foi passando, e o acesso ao ensino passou a ser mais igualitário, cada vez mais negros passaram gradualmente a ocupar estes postos por simples força de número: são maioria.¹⁹⁶ Portanto, o fato de haver mais negros que brancos e mestiços no Governo não

¹⁹⁶ Destaques acrescentados pela autora.

quer, nem dizer necessariamente que estes degeneraram e perderam privilégios, ou que aqueles fizeram uma espécie de «Golpe de estado Tecnológico». [...]

[...] os Angolanos são conhecidos como um dos povos mais descomplexados do Mundo em termos rracicos. Uma das coisas que mais impressionam os estrangeiros que cá vêm pela primeira vez, é ver em restaurantes, bares e outros locais públicos pessoas de várias raças confraternizando sem qualquer espécie de preconceito. [...] Debate sim, mas com nível, para que seja construtivo e reforce ainda mais os laços que existem entre os angolanos – e com muito orgulho disso – das nossas três raças. Se não, não vale a pena. Estamos bem assim (Malavoloneke, 2004: 9).

Como é possível verificar nesse excerto, o autor foi buscar nas raízes históricas do racismo e do colonialismo a explicação para as origens dos preconceitos – onde cor/ ‘raça’ e classe se mesclavam e confundiam – que vinham sendo alvo de discussão nas páginas das últimas edições do *Semanário Angolense*. Debate que, segundo Malavoloneke, não valeria a pena caso insistisse em questionar os harmônicos laços existentes entre os angolanos independentemente da ‘raça’/cor da pele. Verifica-se aqui uma contradição, uma vez que antes de afirmar que os angolanos eram um dos povos “mais descomplexados do Mundo em termos rracicos”, o autor admitiu que o incômodo demonstrado por várias pessoas em relação às análises que apontavam para uma supremacia negra no campo político angolano advinha de preconceitos remanescentes. Para aqueles que ainda não tinham compreendido o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder, no trecho destacado o autor oferecia uma leitura bastante simplificada porque politicamente descontextualizada: em resumo, para ele tratava-se de uma simples questão numérica.

Em seu artigo, o historiador e sociólogo Cornélio Caley também defendeu a ideia de que os angolanos constituíam um dos povos africanos “com maior grau de integração racial” e que, além disso, seria também “o povo que mais absorveu os elementos culturais europeus, pelo menos, entre as suas elites.” Essas características colocariam Angola “numa posição singular no contexto dos países africanos, posição que deve[ria] ser assumida, compreendida e entendida” (Caley, 2004a: 10).

Assim, na opinião desse intelectual, abordar a questão racial entre angolanos resultava num jogo de difícil equação. Por um lado porque, ao longo da história, as diferentes ‘raças’ “entrecruzaram-se de tal maneira que a fronteira entre mestiços e negros, por exemplo, é[ra] bastante tênue para não dizer inexistente”. Por outro, porque “à volta da cor da pele, mais clara, ontem, ou mais escura, hoje, teceram-se interesses econômicos e políticos visíveis em determinados momentos da nossa história” (Caley, 2004a: 10).

Lembrando que, de modo geral, os angolanos brancos e mestiços, a bem ou a mal, descendiam de um extrato social superior que sempre teve mais acesso ao estudo acumulando, conseqüentemente, vantagens em termos de realização profissional tanto antes como depois da independência, enquanto que os negros, em geral, foram submetidos a um estatuto que lhes conferia inferioridade, esse autor avaliava que a situação observada em 2004 “não passa[va] de resquícios de um sistema herdado do passado colonial, aliás, existente em muitas partes do mundo” (Caley, 2004a: 10).

Assim como Celso Malavoloneke, Cornélio Caley considerou o incremento da formação de quadros negros verificado no pós-independência como a principal explicação para o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder em Angola. Mas acrescentou que a adoção da economia de mercado também contribuiu para esta transformação do campo político ao proporcionar a passagem de antigos administradores e altos funcionários do setor público para outros setores da economia abrindo vagas que foram sendo preenchidas pelas novas gerações recém-formadas. Entretanto, o ‘escurecimento’ do campo político não significou uma melhor distribuição das riquezas do país. Pelo contrário, havia “resultado num distanciamento ainda maior entre grupos sociais como também te[inha]m resultado num distanciamento maior entre regiões e etnias” (idem, ibidem), isto porque,

alguns grupos sociais quase que se auto-protege[ia]m, discriminando os outros. Neste jogo, alguns negros agrava[va]m a situação, porque discrimina[va]m os outros negros, reflexo do complexo de inferioridade adquirido durante anos. Perde[ia]m a autoestima e abre[ia]m as portas, quantas vezes ao estrangeiro, que adora[va]m e adula[va]m, num jogo de compreensão difícil. Tudo isto e mais o que aqui não foi dito, só acabar[ia] com a mão do Governo que dever[ia] estabelecer equilíbrios necessários, que passa[va]m pela obtenção de níveis escolares que proporcion[ass]em a cada cidadão angolano competir na sociedade (Caley, 2004a: 10).

A edição de número 91 do *Semanário Angolense* também publicou a contribuição de Fernando Heitor – economista, consultor internacional e membro do Comitê Permanente da UNITA, ao debate (re)iniciado em torno das matérias publicadas por esse jornal sobre o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder em Angola. Chamam a atenção as reiteradas declarações de apoio ao trabalho dos jornalistas do SA contidas no discurso desse intelectual engajado nas disputas pelo poder inerentes ao campo político angolano como demonstram os excertos a seguir:

Quebrando tabus e algemas do medo, os jornalistas deste já prestigiado jornal, descomplexadamente, fizeram, em minha opinião, uma radiografia do

poder em Angola e tiraram conclusões que qualquer angolano que se preze, independentemente da cor da sua pele, certamente agradece. [...]

Afinal, o que é que estes «senhores da corte» querem? Que os jornalistas se transformem em mais um «movimento espontâneo» de bajuladores e propagandistas de péssima estirpe instrumentalizados para satisfazer «egos» doentios? Os angolanos precisam, sim, como do ar que respiram, de um jornalismo de investigação; livre na crítica e aberto na autocrítica; que informa os fatos (a verdade); que ajuda a moldar positivamente as consciências, fazendo com que as pessoas aprendam a olhar sem receios, para poderem ver nitidamente e compreender tudo o que realmente se passa à sua volta. Tomar conhecimento dos fenômenos reais que interferem nas suas vidas, suas causas e conseqüências, para os poderem interpretar, sem manipulações de qualquer tipo, e contribuir positivamente para as suas soluções.

Saúdo-vos, efusivamente, e felicito-vos pela qualidade técnica do trabalho realizado. Continuem nesta avenida da investigação dos fatos socioeconômicos e políticos, pois assim fazendo continuarão a granjear a estima da maioria dos angolanos, daqueles que não se sentem nem negros, nem mulatos, nem brancos, mas apenas pessoas humanas, angolanos com vontade de combater as profundas assimetrias econômicas, sociais e regionais deste nosso potencialmente rico país, mas cujo rendimento líquido é, paradoxalmente, tão injustamente distribuído, fazendo com que, no conjunto, as minorias angolanas mais claras beneficiem centenas de vezes mais do que os seus concidadãos de tez mais escura.

Precisamos, todos juntos, de combater isso para construir a paz social e a reconciliação e estabilidade, em pilares fortes e capazes de sustentar um modelo econômico e social promotor do desenvolvimento, do progresso e do bem-estar para todos os angolanos. Não é isso que temos ainda. Também é preciso dizer, com sinceridade e coragem, que são as maiorias (étnicas e ou raciais) de um país que devem proteger as minorias. O contrário está errado e apenas fomenta ódios, intrigas, conflitos sociais profundos e instabilidade econômica e política permanente, criando obstáculos sérios ao desenvolvimento. O país fica economicamente adiado e socialmente miserável. É o caso de Angola e de tantos outros países da África dita negra (Heitor, 2004: 11).

Cabe destacar que em meio aos elogios ao trabalho realizado pelos jornalistas do SA, o autor aproveitou para registrar uma crítica à manipulação exercida pelos “senhores da corte”, ou seja, aqueles que detinham o controle do poder, sobre os demais trabalhadores da comunicação social angolana. Outro detalhe que chama a atenção nesse artigo é a contradição transmitida pela aparente minimização do papel sociopolítico da identidade racial entre os angolanos, quando o autor enfatizava que a maioria da população não se sentia negra, branca ou mulata, mas era composta simplesmente por “pessoas humanas” interessadas em combater as profundas assimetrias econômicas, sociais e regionais existentes no país, para logo depois ressaltar que a má distribuição das riquezas do país fazia com que as “minorias angolanas mais claras” acumulassem muito mais benefícios do que a maioria negra. Por fim, ao defender a ideia de que eram “as maiorias

(étnicas e ou raciais) de um país que deve[ria]m proteger as minorias” e não o contrário, o autor corroborava o fenômeno do ‘escurecimento’ do poder em Angola e, ainda que veladamente, transmitia a impressão de que o afastamento dos quadros brancos e mestiços de funções em áreas estratégicas para a economia e o desenvolvimento do país era uma medida não só positiva como necessária como se fosse inconcebível que um indivíduo com essas características pudesse exercer essas funções respeitando o legítimo interesse das maiorias e dando o seu contributo para a promoção do bem-estar de todos os angolanos.

Assim como em outros textos que abordaram o tema da persistência da discriminação racial na sociedade angolana enquanto um desdobramento da discussão desenvolvida em torno do fenômeno do ‘escurecimento’ do poder em Angola para o qual os jornalistas do *Semanário Angolense* chamaram a atenção de seus leitores pela primeira vez em outubro de 2004, na contribuição ao debate enviada pelo escritor, jornalista e etnomusicólogo Jorge Macedo, mais uma vez a herança colonial apareceu como explicação principal para os problemas em questão. De acordo com este intelectual:

Em Angola, o racismo colonial institucionalizado funcionou como um *Apartheid* não declarado [...] Os efeitos racistas coloniais cavaram tão profundas feridas na alma dos colonizados, que os angolanos ainda mantê[em] vivos traumas, ressentimentos, avivados por compatriotas e estrangeiros social e economicamente privilegiados (Macedo, 2004:13).

Ou seja, três décadas depois da independência, o colonialismo e /ou sua personificação, isso é, os descendentes dos antigos colonos, serviam como uma espécie de bode expiatório para justificar a situação vexatória em que se encontrava a sociedade angolana. Essa transferência de responsabilidade permitia uma vitimização que, alimentando e sendo alimentada pelo ressentimento, suavizava a culpa coletiva transferindo-a para um culpado estigmatizado externo à comunidade ou dela excluído.

As palavras finais sobre o tema que deu origem ao largo debate registrado pelo SA ao longo das últimas sete semanas úteis de 2004 (desconsiderando, portanto, a semana compreendida entre as festas de fim de ano), couberam à professora do Instituto de Relações Internacionais, Bebiãna de Almeida. No artigo, que recebeu o sugestivo título “Políticas para reduzir as disparidades” (de Almeida, 2004b: 13), a autora apresentou uma proposta de solução para os principais problemas relacionados à questão racial que assolavam o país.

Depois de listar:

- o complexo de superioridade exibido no comportamento de uma grande parte de nacionais que se considera de raça branca e, por intermédio desta, todas as misturas que se procriou entre brancos/pretos, brancos/índios, (o cabrito, mulato/mestiço, preto-fulo, cafuzo, etc.);
- o complexo de superioridade de certos cidadãos que foram considerados «pretos assimilados e entre esses, ainda as influências de determinadas famílias»;
- o complexo étnico-linguístico e regional: (os de Cabinda, os do Norte, os do Sul, os de Catete, os de Malange, etc. etc.);
- o complexo de alguns serem «Boss» ou «Filhos de Boss»; e por último, não menos importante: o complexo de inferioridade (de Almeida, 2004b: 13);

como alguns dos múltiplos preconceitos que estariam “mais do que identificados, no caso interno e bem específico de Angola” (idem, ibidem), a autora enfatizou que “esses preconceitos traduzidos em comportamentos/attitudes de snobismo, espezinamento, menosprezismo, etc.”, só contribuíam para adiar o desenvolvimento do país, que passava “imprescindivelmente pelo seu capital humano e [pel]as relações que se estabelece[sse]m entre [os] cidadãos” (idem, ibidem). Nesse sentido, a autora recomendava então que se iniciasse um sério investimento no capital social do país.¹⁹⁷ Ou seja, na sua perspectiva a solução estaria atrelada à promoção da educação da população.

Foi com esse discurso propositivo reforçado pelo poder simbólico associado ao conhecimento acadêmico, ou mais especificamente, à leitura da realidade feita por uma professora do Ensino Superior, que o *Semanário Angolense* deu por encerrado o debate em torno do problema latente da questão racial em Angola. Entretanto, esse continua a ser um dos muitos problemas da sociedade angolana que permanecem por resolver.

¹⁹⁷ Entendendo por capital social, “toda a relação que se estabelece entre pessoas e entre essas e as instituições de uma determinada sociedade para o bem comum do indivíduo ou da coletividade. Essas relações começam, como é do nosso conhecimento, no berço por intermédio da família direta ou indireta, passando-se depois por tantas outras instituições tais como a igreja, a escola, e porque não o bairro, o kimbo/aldeia, o condomínio, a rua, onde ainda se encontram centenas e centenas das nossas crianças. Nessas instituições aprendem-se comportamentos reforçados por normas e regulamentos de convivência. Dentre essas, o respeito e a consideração por outrem” (de Almeida, 2004b: 13).

Capítulo 5

Desafios do (des)retorno

*Voltar quase sempre é partir
Para um outro lugar
(Paulinho da Viola, Samba do Amor)*

5.1. Angolanos na diáspora

Os 13 anos de guerra de libertação nacional, seguidos por quase três décadas praticamente ininterruptas de guerra civil geraram milhares de refugiados angolanos. Os primeiros a rumar para o exílio fugindo da guerra foram os bakongo situados no noroeste de Angola. Por serem descendentes das populações que formavam o antigo reino do Kongo, que se estendia por parte do território da atual República Democrática do Congo,¹⁹⁸ incluindo a capital, Kinshasa,¹⁹⁹ os bakongo nunca encontraram na fronteira entre as duas colônias uma barreira para viagens constantes. Com o início da guerra de libertação nacional esse trânsito transformou-se em exílio permanente (Pereira, 1999: 10).

Durante o conturbado período de transição para a independência, foi a vez dos brancos fugirem em massa de Angola temendo a guerra civil. De acordo com Gerald Bender, dos 330 mil portugueses residentes em Angola em abril de 1974, apenas 30 a 40 mil permaneciam no território em março de 1976 (1978: 235-236). No curto espaço de tempo compreendido entre o fim da guerra de libertação nacional e a consolidação da independência, a população branca de Angola dispersou-se por vários países além da antiga metrópole. Apesar de representarem apenas 5% da população total de Angola na altura, os brancos eram a maior parte dos profissionais tecnicamente qualificados que administravam e mantinham em funcionamento todos os setores e serviços do país. Além da escassez de mão de obra qualificada, a fuga desse contingente populacional resultou no

¹⁹⁸ Ex-colônia do rei Leopoldo da Bélgica e por isso conhecida durante o período colonial como Congo Belga, após a independência passou a chamar-se República do Congo. Entre 1971 e 1997 chamou-se oficialmente Zaire.

¹⁹⁹ Durante a vigência da dominação colonial chamava-se Léopoldville.

abandono de milhares de pequenos negócios e propriedades rurais que alimentavam o mercado interno (Hodges, 2004: 9). Essa situação, somada aos custos da guerra civil, contribuiu para mergulhar o país numa profunda crise econômica.

Tony Hodges (2004: 21) assinala que ao longo da guerra civil angolana boa parte da população rural foi levada, pelo medo ou pela força, a abandonar suas terras e buscar refúgio. A maioria desses deslocados instalou-se nas cidades ou em campos temporários criados para abrigá-los no próprio país, uma minoria refugiou-se nos países vizinhos (República Democrática do Congo, Congo, Zâmbia e Namíbia). Em 1991, Angola contava 800 mil deslocados e 425 mil refugiados. Durante o breve interlúdio de paz instaurado por ocasião dos Acordos de Bicesse, parte dessa população retornou aos seus lugares de origem. Então, durante o reacender da guerra entre 1992-94, centenas de milhares de pessoas foram desalojadas, algumas pela segunda vez. Em agosto de 1994 eram 1,25 milhões de deslocados e 300 mil refugiados. Entre 1999 e 2001, acompanhando o colapso de mais uma tentativa de implantação de um processo de paz houve uma nova onda de deslocamento populacional. Em maio de 2002, o número total de pessoas reportadas como deslocadas pelo próprio governo angolano era superior aos quatro milhões. Esse número equivalia a quase 30% do total da população nacional estimada na altura.

Os vários deslocamentos populacionais provocados por situações de guerra transformaram profundamente a sociedade angolana. O país, que até a primeira metade da década de 1970 tinha uma sociedade predominantemente rural, atualmente conta com mais da metade da população vivendo nas cidades, sendo a capital o principal núcleo de concentração populacional. Foi justamente em Luanda que os primeiros exilados que voltaram do então chamado Zaire para Angola, ainda durante as décadas de 1970 e 1980, se concentraram.

Segundo Luena Pereira (1999), esses angolanos regressados do Zaire ocuparam um lugar muito específico na sociedade luandense, entre outros fatores por trazerem uma larga experiência de vida na grande capital de um país africano independente desde 1960. Essa experiência tanto lhes permitiu exibir uma desenvoltura social sem a memória recente dos constrangimentos da repressão colonial, da qual os demais angolanos aos poucos se iam libertando, como os ensinou a conviver com a crise econômica, na qual já mergulhara o Zaire independente obrigando seus habitantes a recorrerem a uma economia informal. Tendo aperfeiçoado suas habilidades comerciais no acirrado capitalismo em vigor no

Zaire, a partir da década de 1980, os regressados bakongo assumiram o papel antes ocupado pelos pequenos comerciantes portugueses em Angola. Para tanto, movidos pela ideologia política do capitalismo empreendedor, desenvolveram o comércio informal fomentando uma economia paralela à controlada pelo Estado. Alguns desses regressados também ocuparam cargos no setor do funcionalismo público enquanto quadros qualificados.

Apesar de preencherem importantes lacunas criadas pela saída da maior parte da população branca de Angola, contribuindo assim para a reorganização socioeconômica do país no pós-independência, esses angolanos regressados não deixaram de enfrentar alguma hostilidade por parte da maioria dos habitantes de Luanda que, sendo simpatizantes do MPLA, os encarava, a princípio, como apoiantes da FNLA, portanto, 'amigos do inimigo'. De acordo com a análise de Pereira, delineou-se então um acirramento de certos símbolos e valores entre regressados e luandenses. Guardando o fato de que os regressados formavam um grupo francamente minoritário, a introdução dos modos de vida aprendidos no país vizinho, e bastante diferenciados da cultura local, acarretou-lhes o estigma, conferido pelos luandenses, de “estrangeiros” e “zaienses” (1999: 11).

Durante a realização do trabalho de campo pude constatar, tanto em Luanda como em Benguela, que a discriminação contra os angolanos regressados dos países vizinhos não só continuava presente como tinha sofrido um processo de atualização. O estigma de “zaienses” atribuído por luandenses e benguelenses aos angolanos regressados do país vizinho foi substituído pela expressão igualmente pejorativa de “congolenses”, visto que no final da década de 1990 o Zaire voltou a chamar-se República Democrática do Congo.

Em Luanda, das diversas vezes que recebi instruções de meus informantes sobre como circular na cidade utilizando o complexo sistema de transporte coletivo dominado pelos candongueiros,²⁰⁰ fui sempre aconselhada a evitar a região conhecida como “Praça dos Congolenses”, ou simplesmente “Congolenses”, que era a forma como os candongueiros que eu apanhava com mais frequência anunciavam o destino final do percurso que faziam. Segundo Cristina, uma das minhas informantes, aquela praça na realidade tinha outro nome, mas acabou sendo mais conhecida como “Praça dos Congolenses” por ter se transformado num local de concentração de pessoas vindas do país

²⁰⁰ Nome pelo qual são chamadas as vans azuis e brancas, geralmente em muito mau estado de conservação, que são o principal meio de transporte da grande maioria dos habitantes de Luanda e arredores.

vizinho. De acordo com Cristina, essas pessoas costumavam “*ficar por ali vendendo*”, mas também aconteciam muitos assaltos, o que tornava a região “*meio perigosa*” e por isso era melhor evitá-la. Então, sempre que eu lhe pedia informações sobre como chegar a um determinado lugar na cidade recebia a indicação de trajetos que excluía a região dos Congolenses. Por outro lado, essa minha informante preferencial para questões práticas – como o era a questão de encontrar a melhor maneira de circular pela cidade – sempre admitiu que a Praça dos Congolenses era um ponto de referência importante por ser um local conhecido de toda a gente e de onde partiam (e chegavam) candongueiros com destino a vários outros pontos da cidade. Por isso, caso eu me perdesse, a Praça dos Congolenses seria o lugar onde eu poderia chegar com mais facilidade estando em qualquer ponto da cidade e ali sempre haveria um candongueiro cujo trajeto me levaria de volta ao local onde me encontrava hospedada. Porém, em suas recomendações ficava claro que eu só deveria procurar aquela praça em último caso. Dizia ela que, uma vez estando “*nos Congolenses*”, o melhor era não falar com ninguém e entrar o mais rapidamente possível num candongueiro que anunciasse um destino conhecido. Nunca cheguei a utilizar esse plano de emergência, portanto, não conheci a famosa Praça dos Congolenses.

Em Benguela, durante uma entrevista com um comerciante local registrei o seguinte comentário:

*Você já viu aqui nas ruas as pessoas a venderem para cima dos passeios? Este é um hábito que veio do Congo. Nós cá não tínhamos isso! [...] hoje, quando vejo, juventude assim parada, a engraxar sapatos, a vender quinquilharias nas ruas, eu fico triste porque com os portugueses havia emprego para todos. Quem não trabalhasse, não conseguia sobreviver, porque ninguém comprava nada na rua. E então aqueles indivíduos que, vamos considerar foras da lei, os gatunos e mandingueiros, esses iam para o trabalho forçado. Mas tinham que ir. Pode parecer que não, mas era um trabalho forçado corretivo, né? Que é para endireitar a mente do homem. O homem não pode ser malandro, o homem não pode roubar, o homem não pode ser mangonheiro, tem que trabalhar.*²⁰¹

Ou seja, tanto em Luanda como em Benguela as práticas da economia informal atualmente difundidas nesses centros urbanos têm sua origem associada ao Congo e são encaradas pejorativamente, uma vez que aqueles que encontram nestas práticas seu único

²⁰¹ Excerto do depoimento do Sr. José durante entrevista realizada em 21 de novembro de 2012, em Benguela.

meio de sobrevivência são associados à situação de ilegalidade e à propensão para a delinquência.

As situações descritas acima exemplificam apenas um dos aspectos dos vários desafios enfrentados pela sociedade angolana ao lidar com as transformações sociais provocadas pelo retorno daqueles que durante anos estiveram na diáspora. De acordo com Kim Butler (2001: 205), tais desafios são inerentes às tentativas de repatriamento em grande escala, tendo em vista que estas suscitam na terra natal conflitos óbvios quanto à partilha dos recursos com o grupo da diáspora e sua incorporação nas estruturas socioeconômicas do país. Estabelecendo um diálogo com o trabalho de Luena Pereira (1999), que analisa o que se passou quando os que se encontravam refugiados na República Democrática do Congo regressaram a Angola, a seguir apresento um exercício de análise sobre o que, durante a investigação que deu origem a esta tese de doutoramento, pude observar que estava acontecendo com outro grupo da diáspora angolana que ao longo da última década tem retornado ao país: os angolanos de ascendência portuguesa que, em sua grande maioria, fugiram para Portugal na altura da independência.

5.2. O (des)retorno dos (bi)nacionais

A consolidação da paz em Angola, desde a assinatura dos últimos acordos em abril de 2002, deu lugar a um explosivo crescimento econômico do país que, segundo dados apresentados por Hodges (2004), passou a se destacar como o segundo maior ponto de exploração de petróleo na África subsaariana e o quarto maior fornecedor de diamantes do mundo, além de possuir reservas importantes de vários outros minerais, um enorme potencial hidroelétrico e uma vasta extensão territorial dotada de solo e clima favoráveis à produção agrícola. Essa conjuntura, somada à necessidade de importação de *know-how* para a realização das grandes obras incluídas no projeto de reconstrução nacional, transformaram Angola num pólo atrativo não só para investidores como também para muitos trabalhadores estrangeiros, dentre os quais se destacam os de origem portuguesa.

O recente passado colonial torna mais complexo o atual fenômeno do crescimento exponencial da emigração portuguesa para Angola, tendo em vista que muitos dos que optam por esse destino são ex-colonos, ou descendentes de portugueses que viveram anteriormente em Angola e/ou em outros territórios que estiveram sob a dominação colonial portuguesa. Dentre esses, vários nasceram em Angola e, perante o agravamento da

crise econômica e social decorrente do aumento brutal da carga fiscal, da desvalorização do trabalho e dos rendimentos, da perda de direitos e do aumento generalizado do custo de vida que tem assolado Portugal nos últimos anos, estão cada vez mais a reivindicar uma ideia de angolanidade que legitime suas tentativas de ativar, ou mesmo criar, estratégias de acesso ao reconhecimento da cidadania angolana que lhes facilite a entrada no país e lhes garanta maior estabilidade no mercado de trabalho local, entre outros benefícios. Nesse sentido, parece ser possível afirmar que está em curso uma espécie de inversão de marcha do fenômeno que ficou conhecido em Portugal como o “retorno dos nacionais”, tendo em vista que vários dos ex-colonos, muitos dos quais naturais de Angola, que recorreram ao passaporte português para buscar refúgio na antiga metrópole na altura da guerra civil que acompanhou a consolidação da independência, estão a reivindicar a nacionalidade angolana para voltar àquele que afirmam ser (também) o seu país.

Considerando que os indivíduos, bem como os grupos sociais, são capazes de acumular, ao longo de suas trajetórias, diferentes identidades e, de acordo com cada contexto, acionar várias delas, quer sejam identidades complementares ou contraditórias, e uma vez que, “a identidade é sempre uma pausa transitória num processo de identificação” (Santos, 2008a: 314), analisar as circunstâncias que tem levado a que ex-colonos e portugueses naturais de Angola acionem a partir de seu estoque identitário, ou nele passem a incluir, uma identidade angolana é fundamental para compreender os desafios políticos, econômicos, sociais e culturais com os quais esse fenômeno está relacionado.

Partindo das reflexões desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos (2012c; 2008a; 2001), interpreto a situação de crise, que ao longo dos últimos anos, tem assolado Portugal, como um reflexo do impacto devastador da globalização do modelo político-econômico neoliberal que transforma o sistema social de desigualdade, baseado num princípio de pertença pela integração hierarquizada promovida fundamentalmente por via do trabalho, num sistema social de exclusão.

De acordo com esse intelectual, a aplicação generalizada do padrão político-econômico neoliberal tem fomentado o aumento do desemprego estrutural, a informalização, a segmentação e a precarização ou flexibilização da relação salarial. Situações que fazem com que

o trabalho, longe de ser uma garantia contra a vulnerabilidade social, se torne, ele próprio, a expressão dessa vulnerabilidade. A precariedade do emprego e do trabalho faz com que os direitos do trabalho, os direitos econômicos e sociais,

decorrentes da relação salarial e sede das políticas redistributivas do Estado-Providência dos países centrais, se transformem numa miragem. O trabalho perde eficácia como mecanismo de integração num sistema de desigualdade para passar a ser um mecanismo de reinserção, num sistema de exclusão. Deixa de ter virtualidades para gerar redistribuição e passa a ser uma forma precária de reinserção sempre à beira de deslizar para formas ainda mais gravosas de exclusão. De mecanismo de pertença pela integração passa a mecanismo de pertença pela exclusão (Santos, 2008a: 297-298).

Atualmente Portugal se encontra a enfrentar uma situação paradoxal porque está a viver uma crise do Estado-Providência sem nunca ter sido efetivamente um Estado-Providência.²⁰² Diante da erosão do sistema de proteção que deveria ser oferecido pelo Estado, portugueses e portuguesas veem-se obrigados a assumir sozinhos a responsabilidade pela sua própria sobrevivência e segurança. Isso é, a tornarem-se gestores individuais das suas trajetórias sociais, pois já não há lugar para dependências nem planos predeterminados. Chamados a serem senhores e senhoras de seu destino quando tudo parece estar fora de seu controle, porque essa convocatória ocorre ao mesmo tempo em que são eliminadas as condições que poderiam transformá-la numa energia de realização pessoal, a sua responsabilização corresponde, na verdade, a sua alienação. Alienação que já não resulta da exploração do trabalho assalariado, mas sim da ausência dele.

Não por acaso, nos últimos anos portuguesas e portugueses tem sido literalmente convidados por seus próprios governantes a emigrar. Segundo a reportagem de Ana Meireles (2013), em outubro de 2011, o secretário de Estado da Juventude e Desporto teria declarado à agência de notícias Lusa que “os jovens portugueses desempregados, em vez de ficarem na ‘zona de conforto’, poderiam emigrar” e que “o país não pode[ria] olhar a emigração apenas com a visão negativista da ‘fuga de cérebros’”. Comentando essas declarações, o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, teria afirmado:

Nós temos hoje uma geração extraordinariamente bem preparada, na qual Portugal investiu muito. A nossa economia e a situação em que estamos não permitem a esses ativos fantásticos terem em Portugal hoje solução para a sua vida ativa. Procurar e desafiar a ambição é sempre extraordinariamente importante (Relvas, 2011 *apud* Meireles, 2013).

Em dezembro de 2011, o primeiro-ministro português declarou publicamente, durante uma entrevista, que professores e professoras sem ocupação no país deveriam “olhar para todo o

²⁰² Para Santos (1993; 2008a) o máximo que chegou a existir em Portugal foi um *quasi*-Estado-Providência ou um *lumpen*-Estado-Providência, a condizer com a posição semiperiférica ocupada pelo país na geopolítica global.

mercado de língua portuguesa e encontrar aí uma alternativa” (Passos Coelho, 2011 *apud* Meireles, 2013), principalmente em Angola e no Brasil, países com grandes necessidades ao nível do ensino básico e secundário, que dispunham de recursos para investir na área da educação e com os quais Portugal já mantinha alguns programas de cooperação que poderiam ser ampliados (Passos Coelho, 2011 *apud* Meireles, 2013). Essas declarações dos responsáveis pela governação de Portugal transmitem a ideia de que a emigração seria uma grande, “oportunidade” capaz de beneficiar todas as partes envolvidas. Por seu turno, a exploração midiática de declarações desse tipo permite o exercício de uma

manipulação discricionária da insegurança das pessoas e grupos sociais vulnerabilizados pela precariedade do trabalho [...] produzindo-lhes elevados níveis de ansiedade e de insegurança quanto ao presente e ao futuro de modo a fazer baixar o horizonte de expectativas e a criar a disponibilidade para suportar grandes encargos para obter reduções mínimas dos riscos e da insegurança (Santos, 2008a: 336).

Ou seja, grupos e interesses sociais até recentemente incluídos no contrato social em que assentava a organização da sociedade portuguesa, como era o caso da educação e seus profissionais, são dele excluídos sem qualquer perspectiva de regresso. Ao mesmo tempo, outros grupos sociais que anteriormente se consideravam candidatos à cidadania e mantinham uma expectativa fundada de a ela aceder, como os imigrantes ou a juventude pobre que apostou na instrução e na formação profissional para conquistar melhores empregos e melhores condições de vida, têm bloqueado o seu acesso a essa via para a cidadania. Assim, é cada vez maior o número de portuguesas e portugueses excluídos da sociedade civil e lançados no novo estado de natureza, característico deste início do século XXI, que, de acordo com Santos (2008a: 328), “é a ansiedade permanente em relação ao presente e ao futuro, o desgoverno iminente das expectativas, o caos permanente nos atos mais simples de sobrevivência ou de convivência”.

Ante a crescente perda da estabilização mínima de suas expectativas, muitas pessoas têm se voltado para o passado recente e compartilhado com a geração presente, a quem as instituições portuguesas já não são capazes de garantir o futuro, memórias positivas do tempo-espaço colonial que vêm corroborar a imagem de Angola enquanto “terra prometida” (Fonseca, 2009) onde se sentiam cidadãos e onde, atualmente, um número cada vez mais crescente de ex-colonos e seus descendentes almeja voltar a ser ou tornar-se cidadão.

Em 28 de julho de 2012, tive a oportunidade de observar um exemplo que veio corroborar minhas suspeitas sobre a existência de um movimento de busca de caminhos de (des)retorno por parte de vários “nacionais angolanos de ascendência portuguesa” ao participar do *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*. Durante esse evento, promovido pelo Consulado Geral de Angola na cidade do Porto, presenciei a manifestação de um número significativo de portugueses e portuguesas que, sendo naturais de Angola e identificando-se como parte integrante da diáspora angolana, aproveitaram a ocasião para reivindicar junto aos representantes do governo angolano o reconhecimento do seu direito à cidadania.

Durante o discurso de abertura o cônsul-geral de Angola no Porto mencionou os efeitos da crise que implicavam no aumento das dificuldades enfrentadas pela comunidade angolana a viver em Portugal, ressaltou o momento de paz e prosperidade vivenciado em Angola e apelou ao patriotismo dos angolanos na diáspora, convidando-os a retornar para contribuir com a reconstrução do país. Depois disso, teve lugar uma série de intervenções da comunidade divididas em dois blocos, cada qual seguido de uma sessão de esclarecimentos feitos pelos representantes do governo angolano que coordenavam a reunião. Das sete intervenções feitas durante o primeiro bloco por representantes da comunidade angolana na diáspora, três abordaram o caso daqueles que vinham enfrentando dificuldades para ter a nacionalidade reconhecida.

A representante da Casa de Angola em Póvoa do Varzim, uma jovem senhora fenotipicamente branca, iniciou sua fala com a seguinte declaração: “*sou angolana, nascida no Namibe*”. Esta atitude de assinalar uma conexão com o local de origem, segundo a proposta de interpretação avançada por Kim Butler (2001: 204), pode ser lida como uma marca da identidade da diáspora que difere da construção de uma identidade étnica. Depois de mencionar que os propósitos da Casa de Angola eram “*promover a solidariedade, o convívio e a manutenção dos laços com a terra de origem*” entre os angolanos na diáspora, ela chamou a atenção dos representantes do governo ali presentes para “*o caso dos angolanos que não possuem documentos comprovativos da sua origem*” e que, por esse motivo, não têm acesso à nacionalidade.

A representante da Casa de Angola em Esposede, que também era uma senhora branca, assim como a oradora anterior, enfatizou o problema do acesso à documentação

para comprovar a nacionalidade e conseguir o passaporte²⁰³ para regressar ao país. Problema que, segundo ela, afligia “*gente que se sente angolana de alma e coração*” e que “*saiu de lá por motivos de guerra*”. Como nos lembra Butler (2001: 204), a ideia de retorno também é uma parte fundamental da experiência da diáspora.

Durante a sua exposição o representante da Casa de Angola em Viana do Castelo, um senhor branco, reivindicou o reconhecimento imediato da nacionalidade angolana daqueles que “*comprovadamente*” – palavra que pronunciou sempre de modo enfático, quase a soletrá-la sílaba por sílaba e até subindo um pouco o tom de voz –, nasceram em Angola e daqueles que “*comprovadamente vivem em Angola há mais de 10 anos*”. Ou seja, sua intervenção deu a entender que mesmo aqueles que apresentavam provas documentais do fato de terem nascido em Angola enfrentavam dificuldades para ter acesso à nacionalidade.

As três intervenções que expuseram os problemas enfrentados por angolanos e angolanas de ascendência portuguesa receberam calorosas manifestações de apoio por parte da assistência que reuniu, conforme o número registrado na ata lida ao final da sessão, cerca de 1200 pessoas, entre as quais havia uma presença significativa de indivíduos brancos e mestiços. Em contrapartida, todos os membros do corpo diplomático angolano ali presentes eram negros. A questão racial, tema tabu entre os angolanos desde a emergência do moderno movimento nacionalista que promoveu a luta pela independência, nunca foi mencionada. Talvez porque sua presença latente fosse demasiado óbvia.

Mesmo sem ter sido abertamente enunciado, o problema do reconhecimento da legitimidade da pertença de indivíduos de ascendência portuguesa enquanto parte integrante do conjunto de angolanos na diáspora não só esteve presente como se tornou a questão central em discussão durante toda a primeira metade da reunião. Diante da pressão exercida pelas intervenções supracitadas, boa parte da sessão de esclarecimentos, em que o cônsul-geral voltou a tomar a palavra, foi dedicada à questão daqueles a quem o representante do governo angolano chamou “*cidadãos indocumentados*”. O cônsul fez notar aos presentes que aqueles que saíram de Angola até o dia 11 de novembro de 1975

²⁰³ O interesse em possuir o passaporte angolano demonstrado por titulares de passaportes portugueses reflete um fenômeno social semelhante ao observado por Ong (1999), ao analisar a expressiva presença de portadores de múltiplos passaportes em Hong Kong. De acordo com essa antropóloga, “*the multiple-passport holder is an apt contemporary figure; he or she embodies the split between state-imposed identity and personal identity caused by political upheavals, migration, and changing global markets*” (Ong, 1999: 2).

saíram como *naturais* e não como *nacionais*. As palavras *naturais* e *nacionais* foram pronunciadas pelo mais alto representante do governo angolano ali presente com especial cuidado dando a entender que o fato de ter nascido em Angola antes da independência não garantia, por si só, o direito à nacionalidade.

Sendo esse o caso, os angolanos de origem bakongo que se refugiaram no país vizinho desde o início da guerra colonial também não teriam direito à nacionalidade, pois, afinal, também saíram do país antes da independência e a maioria só começou a regressar depois de 1975. Entretanto, ninguém colocou essa questão ao alto funcionário angolano pressionando-o a complexificar o debate.

Durante os esclarecimentos, o cônsul lembrou ainda que a legislação que define a nacionalidade passou por remodelações ao longo dos anos e que, de acordo com a última versão da lei, são considerados cidadãos apenas os filhos de progenitores angolanos. Levando em conta os dados recolhidos por Pires *et al.* (1987: 38-39) que demonstram que, embora 85% daqueles que em Portugal foram classificados como ‘retornados’ quando menores de 15 anos tivesse, na verdade, nascido nas colônias, 60% dos que se encontravam na faixa etária entre os 15 e os 39 anos e 85% dos maiores de 40 anos eram naturais do território metropolitano, fica subentendido que muito poucos portugueses naturais de Angola teriam assegurado por esta última versão da legislação o direito à cidadania angolana.

A primeira lei da nacionalidade, que entrou em vigor junto com a proclamação da independência, definia como “cidadãos angolanos de pleno direito todos os indivíduos nascidos em Angola bem como os não naturais de Angola filhos de mãe ou de pai angolano” (Comitê Central do MPLA, 1975 *apud* Fortunato, 1976: 75). Entretanto, as regras para atribuição, aquisição e perda da nacionalidade sofreram alterações em 1983, 1991 e 2005. A última versão da Lei da Nacionalidade (Lei n.º 1/05 de 1 de julho) estabelece não só as condições de atribuição, aquisição e perda, mas também as de reaquisição da nacionalidade angolana. De acordo com esta última versão da lei, por direito, são cidadãos angolanos de origem os descendentes de pai ou mãe de nacionalidade angolana. Considerando-se pai ou mãe angolanos, aqueles a quem foi atribuída essa nacionalidade pela Lei da Nacionalidade, de 11 de Novembro de 1975 e pela Lei n.º 8/84, de 7 de Fevereiro. Quanto à reaquisição da nacionalidade, a atual legislação determina que:

1. Quando a nacionalidade angolana adquirida por efeito da Lei de 11 de Novembro de 1975 e da Lei n.º 8/84, de 7 de Fevereiro, tenha sido perdida em

razão de declaração de vontade dos pais durante a menoridade, podem os cidadãos readquiri-la por opção, após o termo da incapacidade.

2. Os cidadãos referidos no número anterior devem provar que têm a residência estabelecida em território angolano há, pelo menos, um ano. (Lei n.º 1/05 de 1 de julho, Artigo 16º).

Isso significa que podem alimentar alguma esperança de ter a nacionalidade reconhecida aqueles que, sendo naturais de Angola, estejam a viver como expatriados no país há mais de 12 meses e consigam comprovar que seus pais também nasceram em território angolano e que na altura da independência foram obrigados a acompanhá-los na fuga do país por serem menores de idade. Mas esse, obviamente, não era o caso dos angolanos de ascendência portuguesa presentes no *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*. O que explica as várias manifestações de indignação que tiveram lugar antes, durante e depois da sessão de esclarecimentos conduzida pelo cônsul-geral de Angola no Porto.

Para concluir o assunto dos “cidadãos indocumentados”, reconhecendo que a questão da nacionalidade era um tema muito sensível, o cônsul enfatizou que essa era uma matéria de competência exclusiva do poder Legislativo e que, por essa razão, ele não podia fazer mais do que registrar as reivindicações ali apresentadas.

Depois disso, entre os indivíduos de ascendência europeia presentes no encontro era notório o ar de descontentamento com a forma como a discussão sobre a situação dos “indocumentados” parecia ter chegado ao seu ponto limite. Até que, já próximo do fim da segunda sessão de intervenções da comunidade, o representante da Casa de Angola no Minho-Braga tomou a palavra e solicitou que se registrasse a proposta de realização de uma revisão da legislação para considerar a situação da recuperação da nacionalidade para aqueles que, estando a viver em Portugal há anos, não possuem documentação comprovativa da naturalidade/nacionalidade angolana. Esta última intervenção recebeu grande apoio de vários membros da assistência, dentre os quais se destacaram os brancos e mestiços, reestabelecendo o clima de bom ânimo geral que pouco antes havia esmorecido.

Encerrada oficialmente a sessão de trabalhos, teve início uma festa de confraternização animada ao ritmo de kizombas, sembas e kuduro. Também foram servidos alguns pratos típicos angolanos e nesse clima mais descontraído, entre os sons e sabores da terra natal distante, desapareceram as supostas diferenças entre brancos,

mestiços e negros porque se tornou evidente que todos se encontravam ali movidos por uma mesma razão: saudades de Angola.²⁰⁴

Ainda que durante a primeira parte da reunião o pertencimento dos indivíduos de ascendência portuguesa à comunidade angolana na diáspora tivesse sido questionado, ao longo da confraternização, marcada por práticas sociais e culturais angolanas, não houve lugar à dúvida de que eram todos “*mwangolés*”.²⁰⁵ Apesar dos diferentes tons de pele de cada um dos presentes, havia um reconhecimento mútuo da existência de uma conexão histórica e cultural de todos eles com Angola, o que incluía, portanto, o reconhecimento simultâneo da existência de uma comunidade única entre os diferentes membros do grupo da diáspora. Aceitando a proposta de definição da diáspora defendida por Butler (2001), é possível afirmar que as pessoas brancas, negras e mestiças que participaram do *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal* partilhavam uma identidade que transformava a realidade física da dispersão na realidade psicossocial da diáspora. Além disso, pelo que pude observar, a articulação dessa identidade angolana na diáspora não se dá apenas em função de fatores socioeconômicos ou étnicos, mas expressa a opção por uma auto-referência²⁰⁶ que distingue as pessoas que a partilham enquanto um grupo específico dentro da sociedade portuguesa.

Sendo a identidade irrevogavelmente uma questão histórica (Hall, 2008: 30) e tendo em vista que Angola emerge enquanto Estado-nação moderno não só de dentro da violência colonial, mas também através dela, compreende-se que angolanas e angolanos de ascendência portuguesa possam ser vistos pela maioria negra com alguma desconfiança, assinalando que os traumas provocados pela experiência colonial ainda não foram superados de todo. É fato que existiram tensões entre os desígnios da metrópole e as aspirações de alguns indivíduos brancos naturais de Angola, sob os quais recaía a

²⁰⁴ Para uma descrição mais detalhada do *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal* veja-se o Apêndice Metodológico II.

²⁰⁵ Expressão utilizada corriqueiramente por angolanos e angolanas para se autorreferirem ou mencionarem seus compatriotas.

²⁰⁶ De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008a: 314), a auto-referência pode ser entendida como “o momento especular da criação da identidade, a soma de partilhas originais, que justificam uma pertença específica e especificamente identitária. Os mitos de origens, os rituais e os símbolos, a orientação de valores, a história partilhada, tudo isto são elementos constitutivos de auto-referência”.

designação discriminatória “brancos de segunda”,²⁰⁷ e de alguns colonos. Tais tensões, entre outros motivos, contribuíram para que vários desses indivíduos elegessem Angola e não Portugal como referencial principal de sua identidade. Contudo, como demonstrado nos capítulos anteriores, a partilha do descontentamento em relação à administração colonial, bem como das aspirações independentistas entre a população de ascendência europeia e a maioria negra representada pelos movimentos de libertação que protagonizaram a luta armada pela independência, não se deu sem sobressaltos que refletiam as profundas diferenças de inserção da minoria branca e da maioria negra na sociedade colonial. Identificando-se como angolana, boa parte da população branca alimentou anseios independentistas almejando apenas assegurar os privilégios que detinha na colônia. Porém, é preciso ter em conta que vários brancos e mestiços não seguiram esse padrão e, ao invés disso, aderiram aos ideais dos movimentos de libertação que lutavam para pôr fim a todas as manifestações do colonialismo, incluindo o racismo. Portanto, não é possível simplesmente negar o pertencimento desses indivíduos à moderna sociedade angolana que, assim como outras sociedades pós-coloniais, é composta não de um, mas de muitos povos que pertenciam originalmente a outro lugar.

No que diz respeito aos angolanos “indocumentados” de ascendência portuguesa, a autoidentificação com a comunidade angolana na diáspora pode ser interpretada como uma tentativa de descolamento definitivo da descrição normativa e politicamente sancionada em Portugal de ‘retornados’ que, de acordo com a análise de Meneses e Gomes (2013), não permite dar conta da complexidade e profunda ambivalência dos sentidos de pertença e dos processos identitários acionáveis por esses indivíduos.

Lubkemann chama a atenção para o fato de que, apesar de encontrar-se virtualmente desaparecido da linguagem popular e do cenário político português, o termo ‘retornado’, que foi aplicado como rótulo àqueles que integraram o processo de “migração

²⁰⁷ Ao descrever como eram suas vidas em Angola no tempo colonial, dois de meus entrevistados, ambos naturais de Luanda, enfatizaram a lembrança de que a designação branco/português “de segunda” constava nos seus bilhetes de identidade. Quando questionei se essa designação implicava, na prática, um tratamento diferenciado entre brancos metropolitanos e naturais da colônia as perspectivas divergiram. O mais velho que, sendo descendente de metropolitanos permaneceu em Angola por vários anos após a independência embora atualmente esteja a “viver no exílio” em Portugal, afirmou que sim, havia um tratamento diferenciado mesmo na escola onde algumas professoras discriminavam os naturais de Angola. O mais novo, nascido em 1961, também filho de pais metropolitanos que o enviaram para Portugal em 1974, afirma que em Angola não havia diferenças entre a população branca independentemente do seu local de origem. Segundo este último entrevistado, o tratamento “*é diferenciado depois, quando foi a revolução. Aí é que começaram a nos tratar lá [em Portugal] que éramos retornados, brancos de segunda e...*”

da descolonização”, permeou jornais populares e debates políticos, provocou polêmica e mobilizou opiniões durante os dois ou três primeiros anos pós-revolucionários (2003: 75-76). Uma vez estando na metrópole, os ‘retornados’ foram confrontados com o fato de serem de um outro espaço, diferente e distante do Portugal continental, donde foram repelidos por não se terem construído em negociação com ele, mas sim sobre ele caracterizando uma relação de dominação. As pertenças identitárias que se reelaboraram nesse processo dificilmente encontraram eco nas práticas classificatórias dominantes. Fazendo uma análise comparada da literatura de memória produzida por indivíduos que vivenciaram essa experiência, Meneses e Gomes demonstram que o conceito de ‘retornado’ nunca chegou a conhecer um consenso estável. Pelo contrário, a atribuição do rótulo de ‘retornado’ foi bastante contestada, sendo dada preferência à classificação de ‘refugiado’. Segundo as autoras,

na autodescrição de ‘refugiado’, o que está encapsulado não é a ideia de regresso, mas a experiência problemática da partida. Descrito como momento de partida, estas narrativas e testemunhos retratam a descolonização como sendo geradora de uma espécie de amputação, o que expressa de modo eloquente a violência da desestruturação identitária vivida. O conceito de *retornado* parece, assim, iludir as experiências de quem dessa forma foi classificado e a procura de outras designações – ‘deslocados do Ultramar’; ‘desalojados’; ‘espoliados’ –, embora refletisse diferentes sensibilidades e experiências da descolonização, não amainou nem a luta por pertenças sociais díspares, nem a luta pelas definições identitárias (Meneses e Gomes, 2013: 99).

Também é preciso levar em consideração o fato de que a integração dos ‘retornados’ na sociedade portuguesa foi bastante problemática. Por um lado, nos testemunhos d’ “os que vieram de África” (Garcia, 2012) a má recepção com que foram confrontados é um dos tópicos mais fortes, sendo recorrente também a percepção de que o Estado português não lhes ofereceu a devida proteção, assim como a presença de pesadas críticas à forma como foi feita a descolonização e à burocratização das entidades responsáveis pelo acolhimento e integração dos que chegavam das ex-colônias, nomeadamente o Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN) e o Quadro Geral de Adidos – organismo dedicado à realocação dos funcionários públicos. Por outro lado, quem “retornava” ou chegava, em alguns casos pela primeira vez, encontrava em Portugal um “quadro nacional de acentuada crise econômica, profunda instabilidade política e estruturas de administração do Estado afetadas pelo processo revolucionário então em curso” (Ribeiro, 2002: 399). Nesse contexto o rótulo de ‘retornado’ se tornou uma

atribuição de identidade preche de estigma social. Além de serem associados a estereótipos negativos como colonialistas, fascistas, racistas e “exploradores dos pretos”, os chamados de ‘retornados’ foram também acusados de estarem a “roubar” a moradia e o emprego dos portugueses continentais. Todas estas formas de estigmatização foram rejeitadas e combatidas pelos que chegaram de África através da elaboração de estratégias contra-narrativas próprias que procuraram suprimir e subverter os diferentes tipos de desconexões com a comunidade imaginada portuguesa sugeridos pelo rótulo de ‘retornados’ enfatizando a importância de outras formas de ligações com Portugal e oferecendo alternativas de interpretação do significado das experiências de emigração para a África (Lubkemann, 2003: 91).

Como pude observar durante o *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*, os que agora pretendem desretornar, isto é, voltar para Angola, também adotam estratégias contra-narrativas próprias buscando superar os diferentes tipos de desconexões com a comunidade imaginada angolana que a memória da relação colonial imputa-lhes. Aqueles que se assumem como parte da comunidade angolana na diáspora apesar da ascendência portuguesa enfatizam em seus discursos, assim como através de suas performances sociais e políticas, a importância de outras formas de ligações com Angola oferecendo alternativas de interpretação do significado das experiências de emigração para Portugal. Ao se projetarem como vítimas da guerra civil angolana e reivindicarem o direito à cidadania, os que almejam o desretorno tentam promover uma inversão das caracterizações morais feitas pelos angolanos que interpretam sua fuga para a antiga metrópole como uma escolha de abandonar a comunidade em nome de interesses e benefícios pessoais. O espaço de interação social proporcionado pela confraternização ao final do encontro permitiu aos angolanos de ascendência portuguesa, pelo menos durante aquele momento, ultrapassar essa marginalização por motivos morais e reverter o tratamento de estranhos internos ao demonstrar pelo seu comportamento social a legitimidade de seu pertencimento à comunidade diaspórica angolana em Portugal.

5.3. Angolanos desretornados ou expatriados portugueses?

Como destaca Fidel Reis (2010: 49), “as crises apresentam um valor heurístico de grande importância, na medida em que são instrumentos de observação de práticas

políticas (e não só), que possibilitam descortinar processos, dinâmicas, agentes, e estigmas muitas vezes dissimulados”. Enquanto o ambiente macroeconômico angolano conhece uma fase de evolução positiva,²⁰⁸ Portugal vê-se assolado por uma crise que tem gerado preocupações e previsões pessimistas quanto ao futuro e provocado a evasão de muitos quadros qualificados, dado a falta de oportunidades e expectativas de carreira. Não por acaso, “o número de vistos angolanos concedidos a portugueses saltou de 156, em 2006, para mais de 23 mil em 2011” (Gonçalves, 2012). Dados de uma pesquisa divulgados tanto na imprensa portuguesa quanto na angolana revelam que “mais de metade das empresas angolanas, num total de 58 por cento, recorre a profissionais portugueses para preencher as vagas de emprego, principalmente quadros médios e superiores” (Abola *apud* Economia & Mercado, 2013). Além da qualificação profissional, a proximidade cultural e a capacidade de adaptação são algumas das características dos trabalhadores portugueses mais valorizadas em Angola.

O desenvolvimento do setor empresarial angolano deu origem a um significativo processo de cooptação de quadros qualificados com afinidades estreitas com Angola ou com origem no país, o que estimulou o recrutamento no seio da diáspora angolana (Ferreira *et al.*, 2008: 23). Além disso, a economia angolana passou a contar com um reforço do investimento direto de origem portuguesa, concentrado principalmente nos setores da construção e das finanças o que também repercutiu num aumento da contratação de angolanos e angolanas de ascendência portuguesa ou portuguesas e portugueses expatriados. Segundo dados divulgados à imprensa, em fevereiro de 2013, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, na altura já estavam instaladas oito mil empresas portuguesas em Angola ao passo que mais de cem mil portugueses se encontravam a trabalhar no país (Abola *apud* Economia & Mercado, 2013).

Muitas empresas com sede em Portugal enxugaram seus quadros de funcionários no país, transformados em excedentes pela crise, enviando-os para continuar a exercer funções semelhantes nas representações que abriram em Angola. Foi o que ocorreu com duas pessoas que tive a oportunidade de entrevistar em Luanda. Sendo ambas naturais de Angola, deixaram o país na altura da independência acompanhando os pais. Tendo vivido em Portugal desde então, aproveitaram a oferta de transferência feita pelas empresas

²⁰⁸ De 2002 a 2009, Angola conseguiu consolidar sua situação macroeconômica com sucesso. Houve uma diminuição da inflação, as taxas de crescimento do PIB ficaram entre as mais altas do mundo e o país tornou-se um destino favorito para o investimento estrangeiro direto no continente (*cf.* Bertelsmann Stiftung, 2012).

portuguesas onde trabalhavam para regressar à terra natal. Atualmente possuem a dupla cidadania e residência fixa em Luanda, mas, continuam a trabalhar para empresas portuguesas.

Durante a realização do trabalho de campo em Angola vários dos meus informantes²⁰⁹ e algumas das pessoas que entrevistei comentaram que as empresas portuguesas instaladas naquele país preferiam contratar expatriados portugueses ou angolanos de ascendência portuguesa, geralmente portadores de dupla cidadania. Isto porque empregar funcionários com nacionalidade angolana era uma vantagem para os empresários que assim obtinham benefícios fiscais e libertavam vagas da quota estipulada pelo governo angolano para a contratação de estrangeiros, que deveriam preencher apenas um terço do total dos postos de trabalho criados por cada empresa em Angola. Entre as construtoras, por exemplo, era comum que os empregados que exerciam a função de encarregados de obra fossem portugueses ou angolanos de ascendência portuguesa. Sendo estes últimos preferidos “por serem mais facilmente aceitos pelos subordinados angolanos ou saberem lidar melhor com eles”, conforme revelou um informante que, na altura, era funcionário de uma grande construtora portuguesa. Entre os argumentos elencados pelas várias pessoas com quem conversei sobre o tema para explicar esta situação, geralmente, estava contida a ideia de que os expatriados eram os que mais trabalhavam ou mesmo os únicos dispostos a trabalhar em Angola, ao passo que os angolanos “*não querem trabalhar*”, “*não precisam trabalhar para ganhar dinheiro [...] vivem do ‘business’, das gasosas, disto e daquilo*”, para utilizar as palavras de um dos meus entrevistados.²¹⁰

Cabe incluir algumas características que ajudam a identificar o lugar social ocupado pelos emissores de discursos como o supracitado. Todos eram homens, brancos e se encontravam dentro de uma faixa etária compreendida entre os 30 e os 55 anos. Alguns eram expatriados, dos quais a maioria descendia de portugueses que viveram em Angola ou em outros territórios africanos que estiveram sob dominação portuguesa no tempo colonial, outros se definiam como angolanos, apesar da ascendência portuguesa, e voltaram ao país na última década. A maioria era profissional liberal e/ou empresário. Considerando

²⁰⁹ Pessoas que através de conversações informais forneceram-me informações extremamente relevantes para a compreensão da atual realidade angolana. Algumas sabiam que eu estava a realizar um trabalho de campo e conheciam os objetivos da minha pesquisa, outras não. Todas sabiam que eu era estrangeira.

²¹⁰ Excertos do depoimento de Lucas durante entrevista realizada em Luanda, no dia 18 de novembro de 2012.

seus níveis de instrução, todos eram quadros qualificados. Alguns eram casados ou mantinham um relacionamento estável com companheiras angolanas mestiças ou negras. Questionados sobre a presença do racismo hoje em dia em Angola, todos relataram episódios em que eles próprios teriam sido vítimas de discriminação, como demonstra o seguinte excerto:

O pessoal diz que em Portugal há racismo. Não há nada comparado com aqui. Aqui tu ouves e tens que fingir que não ouves, que não tens ninguém que te defenda. Tu lá dizes alguma coisa contra um cigano, contra um negro, alguma coisa, vêm logo aquelas associações todas: «coitadinho!» e não sei o quê. E levas culpa e vais para tribunal. Aqui, olha: ouves e calas. «Ó branco corto-te o pescoço»; «ó branco eu faço-te», isso é normal. Ouvires isso na rua. E não tens ninguém que te defenda. Ouves e calas. E nem vale a pena dar resposta porque se não é pior. Isso já eu aprendi, já estou habituado. Eles aqui são piores. Eles são muito mais... Eles não suportam, por exemplo, [abaixa um pouco o tom de voz, estávamos num restaurante onde havia clientes e funcionários negros e mestiços] mesmo o negro-negro-negro, não suporta o mulato. Porque o mulato nem é branco nem é preto. Eles são marados [malucos]. Eles levam isso ao pormenor.²¹¹

Neste discurso a escolha léxica e o uso do pronome “eles” para se referir aos angolanos negros sugerem a opção por uma posição de distanciamento social marcada pelo preconceito que se justificaria pela crença na ideia subjacente de que em Angola os negros não só seriam racistas, como seriam ainda mais racistas do que os portugueses/brancos (“eles aqui são piores”) e, além disso, seriam propensos a exercer ações violentas contra a integridade física dos brancos, conforme o relato das ameaças que o entrevistado afirmou ser comum ouvir no dia a dia.

Quando angolanos de ascendência portuguesa (des)retornados se colocam numa posição de distância em relação aos demais angolanos e se aproximam dos expatriados com quem compartilham a ideia de que a maioria dos angolanos “não querem trabalhar”, estão a acionar uma noção flexível de cidadania que, de acordo com a análise de Ong (1999), na era da globalização tem sido desenvolvida tanto por indivíduos como por governos enquanto estratégias de acumulação de capital e poder. Em sua busca por acumular capital e prestígio social na arena global, os sujeitos enfatizam e são regulados

²¹¹ Extratos da transcrição do depoimento de Lucas, angolano de ascendência portuguesa portador da dupla cidadania desde 2010, durante entrevista realizada em Luanda, no dia 18 de novembro de 2012.

por práticas que favorecem a flexibilidade, a mobilidade e o reposicionamento em relação aos mercados, governos e regimes culturais. Essas lógicas e práticas são produzidas dentro de estruturas particulares de significados sobre família, gênero, nacionalidade, mobilidade de classe e poder social. Ou seja, quando o assunto é trabalho, os (des)retornados ativam um capital simbólico associado à portugalidade que é valorizado também pelos empregadores. Essa estratégia ajuda a reforçar suas possibilidades de conquistar e/ou manter as melhores posições disponíveis no cada vez mais concorrido mercado de trabalho angolano.

Apesar da referência expressa à cor da pele ser muito rara nos discursos de meus interlocutores, a presença de contrastes que dão destaque às diferenças e à oposição existente entre a minoria branca e a maioria negra em Angola revela a manutenção de uma atitude racista especialmente notória nos comentários em relação ao trabalho. Recorrendo a uma estratégia de auto-apresentação positiva, meus interlocutores sistematicamente atribuíram um caráter trabalhador aos portugueses e seus descendentes, ou seja, a si mesmos. Em contrapartida, os negros, portanto, os *outros*, foram – salvo raras exceções evocadas com o intuito de confirmar a regra, objeto de uma apresentação negativa e rotulados pejorativamente como “malandros” que se furtam ao “bom hábito” do trabalho, ou como “ignorantes” que “não sabem trabalhar”.

A presença, explícita ou velada, de uma perspectiva racista no discurso de meus interlocutores expatriados e (des)retornados confirma que “a colonialidade das relações não terminou com o fim do colonialismo das relações. A colonialidade impregnou-se, aquém e além do vínculo político-jurídico colonial, nas sociabilidades e identidades, tanto dos [ex-]colonizadores como dos [ex-]colonizados” (Santos, 2002: 31).

Alguns dos depoimentos dos angolanos de ascendência portuguesa que “*aguentaram*”²¹² as fases mais críticas da guerra civil sem nunca abandonar o país e que, por essa razão, merecem o título de sobreviventes, também reforçam a ideia de que as relações entre portugueses e angolanos continuam marcadas pela colonialidade. Quando questionei um desses entrevistados sobre a presença do racismo em Angola, obtive a seguinte resposta:

²¹² Expressão recorrentemente utilizada por meus interlocutores angolanos para definir e/ou descrever suas estratégias de sobrevivência durante a longa guerra civil/de desestabilização em Angola.

– *Acho que sente-se mais racismo agora do que naquela altura [da fase de transição para a independência]. É um racismo mais de influência, mais econômico, é um racismo... Há um preconceito racial, e temos que ser abertos nisso, há um preconceito racial de parte a parte. Eu às vezes fico um bocado chateado quando vejo análises no jornal ou entre algumas pessoas que falam do preconceito racial do branco para o negro aqui. Nomeadamente do estrangeiro para com o negro. Existe. Existe, sobretudo, infelizmente, agora uma – ainda ontem falava isso com umas pessoas portuguesas aí num jantar que tivemos –, existe infelizmente, porque está a vir de Portugal muita gente para cá neste momento. E estão a vir muitos jovens. E quando nós pensávamos que estes jovens viessem com uma outra mentalidade, estes jovens vêm com uma mentalidade muito mais agressiva do que os pais deles que estiveram cá. E uns ainda até nunca cá tiveram família. E são muitos dos que nunca tiveram cá família que vêm com uma atitude neocolonial muito marcante. Uma atitude revanchista [...] Eh pá! Quer dizer, as pessoas estão aqui, são jovens, muitos deles, a maior parte deles não tem nenhuma relação com Angola, é um país que lhes está a acolher, lhes está a dar emprego, mas tratam os angolanos de uma maneira, tão sobranceira, tão prepotente, tão... Que eu fico arrepiado muitas vezes.*²¹³

Este entrevistado nasceu no sul de Angola, mas era filho de pais portugueses metropolitanos. Na altura da independência era estudante universitário em Luanda e optou por ficar no país quando toda a sua família foi embora para Portugal. Há poucos anos (re)adquiriu a cidadania portuguesa para que seus filhos, também nascidos em Angola, pudessem ter acesso a uma melhor educação na antiga metrópole. Mas não tem problemas em admitir que o passaporte português “dá muito jeito” para as viagens. Ou seja, trata-se de um angolano que, por conveniência possui múltiplos passaportes, quando necessário aciona com muita naturalidade a estratégia da cidadania flexível e que, assim como tantos outros angolanos, mantém fortes vínculos, inclusive familiares, com Portugal. O que pode ser uma explicação para o notório clima de mal-estar que lhe provoca a percepção de que o atual aumento da imigração portuguesa tem contribuído para o recrudescimento do racismo em Angola.

De modo geral, quando falaram sobre os motivos que os levaram a voltar para Angola, a maioria dos (des)retornados mencionou antes de qualquer outra coisa as

²¹³ Extratos da transcrição do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em 15 de novembro de 2012, em Luanda.

saudades da terra natal com seu clima, cheiros, sabores e *habitus*²¹⁴ particulares. Também foi comum relatarem experiências de uma adaptação precária ao modo de vida português. Quase sempre, às justificativas de foro sentimental somaram-se outras de caráter mais pragmático. Todos aqueles que trocaram Portugal por Angola ao longo da última década reconheceram que Angola “*é[ra] o que está[va] a dar no momento*”.²¹⁵ Ninguém escondeu o interesse em participar nos trabalhos da reconstrução nacional beneficiando do notório crescimento econômico vivenciado pelo país.

A maioria dos (des)retornados com quem tive a oportunidade de conversar admitiu que preferiu instalar-se em Luanda, pois a capital concentra o universo do *business*, portanto, as oportunidades de “*fazer dinheiro*”. Contudo, vários de meus informantes e mesmo alguns entrevistados chamaram a minha atenção para o fato de que o avanço das obras de reconstrução pelo interior do país tem sido acompanhado por um aumento da presença de expatriados e (des)retornados em outras cidades. De acordo com as observações desses colaboradores, a seguir à capital, Huambo, Benguela e Lubango são as cidades angolanas com maior concentração de população de ascendência portuguesa, quer sejam sobreviventes que “aguentaram” a guerra civil ou (des)retornados. A escassez de tempo e recursos financeiros não me permitiu verificar *in loco* essa informação para os casos do Huambo e do Lubango. Em Benguela, de fato, pude notar a presença de uma pequena comunidade de (des)retornados dentre os quais alguns buscavam (re)integrar-se ao núcleo de brancos e mestiços locais remanescentes do tempo colonial e sobreviventes da guerra civil, enquanto outros aparentemente se limitavam a tentar fazer deslanchar seus próprios negócios.

Como lembra Butler (2001: 206), um aspecto da relação com a pátria que não deve ser esquecido ao analisar os impactos do retorno é o ponto de vista do outro lado, as atitudes dos que permaneceram na terra natal em relação aos grupos da diáspora. Os angolanos sobreviventes com os quais mantive contato durante a pesquisa de campo, quer em Luanda como em Benguela, independentemente da sua cor de pele ou do estrato social a que pertenciam, referiram-se sempre aos angolanos de ascendência portuguesa

²¹⁴ Entendido aqui como “princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência”; um conceito “capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades” (cf. Setton, 2002: 62-63).

²¹⁵ Vários de meus entrevistados e informantes utilizaram essa expressão para se referir a atual conjuntura de expansão econômica vivenciada em Angola.

(des)retornados interessados apenas em fazer negócios com certo desprezo e muitas críticas, ao passo que aqueles que demonstravam também valorizar o (r)estabelecimento dos vínculos sociais fragilizados ou mesmo desfeitos pelos anos de ausência do país normalmente eram bem vistos e contavam com uma boa recepção por parte da população local.

Cabe aqui fazer uma ressalva, muitas vezes os comentários sobre os (des)retornados confundiram-se com os comentários sobre os imigrantes portugueses, o que entendi não merecer ser encarado com estranhamento, visto que é exatamente no papel de imigrantes que a maioria dos (des)retornados volta hoje em dia a Angola. Vale lembrar que, pela atual legislação, não é possível iniciar o processo de solicitação do reconhecimento da nacionalidade angolana a partir do exterior, portanto, para fazê-lo o/a interessado/a deve encontrar-se a residir no país. Por outro lado, não é a posse do passaporte angolano que faz de um indivíduo um “mwangolé”, assim como a posse de um passaporte português não garante que o seu portador se autoidentifique como tal. Então, o que se passa com os angolanos de ascendência portuguesa em processo de (des)retorno é que, até provarem o contrário por atos e palavras, ou seja, pelo comportamento social adotado e pela postura assumida em relação aos demais angolanos, são equiparados pela população local aos demais expatriados portugueses.

Pelo contraste entre o que observei durante o trabalho de campo e as declarações que recolhi em entrevistas, mas também a partir da leitura dos numerosos comentários a artigos de imprensa sobre o aumento da emigração portuguesa para Angola publicados na internet, pude perceber que não há um consenso entre os angolanos a respeito da questão dos imigrantes portugueses, incluindo a situação dos angolanos de ascendência portuguesa em processo de (des)retorno. Entre os comentários publicados na internet, alguns elucidam as suspeitas e preconceitos que recaem sobre estes últimos:

Anónimo: ò nabiça ès angolano mas em 75 fugiste com o rabo entre as pernas e agora que angola já está bem melhor e não sentes medo já queres voltar à banda.até aqui o que te serviu foi o passaporte tuga,se estas tão interessado em angola quando foi a independencia tinhas lá ficado e lutado por angola, mas como elas assobiavam por todo o lado piraste-te, ai sim devias ser verdadeiramente angolano.um tuga luta pelo seu pais pois não tem outra nacionalidade tu que não tens miolos de galinha serves-te de agora ter havido mudança de lei de nacionalidade para te achares angolano desde pequenino, no dia Deus queira que não aconteça as coisas piorarem vens logo puxar do passaporte tuga e os tugas com os impostos deles vão ter de fretar aviões para te ir ai buscar.em relação aos miolos os teus devem ser de avestruz cai para o lado que lhe convem.

*

Tijesus da Mabele (Quartel General): kdo houve guerra aki esses falsoa angolanos n vieram combater ao lado de nos pk? agora querem ser angolanos? ser angolano é ser patriota e so vos interessa ser por causa do dinheiro, kdo acabar isso voltam pa vossa terra la pa tras os montes e mandam-nos lixar, so que po nosso governo esta tudo bem ganham com os tugas e não só. Fala a voz de um militar²¹⁶

Já outro assume um sentido completamente oposto aos anteriores e exorta o movimento de retorno dos angolanos na diáspora:

Fernando sangogo (Luanda): Não tenho dúvidas de que Angola com a Paz e o crescimento económico que tem registado é um país que está a atrair muita mão de obra estrangeira. Deste modo, faço um apelo aos meus irmãos que insistem em ficar a sofrer na pedreira em Portugal de regressar ao país. Meus irmãos o país é nosso, vamos reconstruir Angola, regressar ao país, vamos transformar juntos o nosso crescimento económico em desenvolvimento, somos um país próspero.²¹⁷

Todos os comentários supracitados estão associados a uma notícia, publicada na versão *online* do *Jornal de Notícias*, sobre a emigração de portugueses para Angola cujo título sensacionalista é “Até para semear couve eu emigrava para Angola!” (Basto, 2009). A frase que serve de título à reportagem teria sido dita por uma escriturária selecionada para trabalhar numa empresa portuguesa em Luanda. Segundo a reportagem, aquela senhora “já não acreditava que, com 49 anos de idade, iria encontrar emprego com tanta facilidade”, mas, “o fato de ter nascido em Angola – apesar de ter nacionalidade portuguesa – foi uma vantagem” (idem, *ibidem*). A matéria, publicada originalmente por um jornal português e reproduzida por algumas páginas eletrônicas que reúnem notícias sobre Angola, traz também o depoimento de outros portugueses e de um “angolano filho de portugueses”, dentre os quais alguns já se encontravam a trabalhar em Angola, outros estavam prestes a emigrar e alguns ainda estavam em busca de uma oportunidade para fazê-lo. Essa notícia foi alvo de muitos outros comentários além dos supracitados e vários deles expressam e fomentam o ódio racial e a xenofobia. Um expatriado português respondeu a este tipo de comentários da seguinte maneira:

Kito (Lobito): Sou agrônomo, Português, e dou assistência a algumas fazendas em Angola. Li algumas coisas que não posso deixar de sublinhar: para vencer em Angola é preciso muito trabalho, muita dedicação e assumirmos que

²¹⁶ Textos reproduzidos na íntegra conforme o original disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/21227> Acessado em 14 nov. 2013.

²¹⁷ Idem, *ibidem*.

estamos num país estrangeiro. Identifico-me perfeitamente com isto. Também sei que há "maus" Portugueses a ir para Angola. Mas será que são a maioria? Terá fundamento o ódio que por vezes transparece nestes comentários? Com pequenas excepções, sinto-me respeitado pelos Angolanos, em particular por aqueles que são humildes e que se deixam ajudar. Como Português, sinto que estou a representar o meu país com toda a dignidade!²¹⁸

De fato, também encontrei vários comentários favoráveis à presença portuguesa, desde que fossem profissionais qualificados imprescindíveis para o desenvolvimento do país, como sugerem os dois excertos a seguir:

Enviem Professores!!!: Não que existe pessoas que queiram vir para Angola. Entao que venham professores! O governo deve estimular que venham professores e não comerciantes imediatos que queiram enriquecer a velocidade da luz.

*

Quibalista (nao importa): qridos ermaos de angolano ou simpatizantes de angola, vamos todos deixar desses comentarios raciais, angola e portugal tenhem uma longa historia desde os tempos mais longiquos, a verdade e que angola e um pais independente de portugal ha mais the tres decadas, o facto do portugues ter nascido em angola nao lhe dar o direito de ser angolano na mesma forma que o angolano que nasceu antes da indepencia na altura que angola era portugal nao lhe da o direito de ser portugues. Agora quando a imigracao dos portugueses para angola isso nao e novidade para ninguem visto que angola tem recolhido gentes de todas as nacionalidades, agora isto cabe ao governo tomar as suas decisoes para com esses emigrantes, angola tao extenso precisar realmente the emigrantes que tenham a vontade de darem o seu contribute para o crescimento economico do nosso pais. O que nao se deve admitir e os estrangeiros chegarem em angola e terem um ordenado 10 vezes maior que do proprio cidadao, por outro precisamos sim senhor de emigrantes mas daqueles na qual o mercado do trabalho esta carente como: professores, doctores de medicina , engenheiros, etc... E nao um pedreiro or um campones nao qualificado e na qual possa ganhar 10 vezes mais que um angolano. Essa divergencia de ordenados tem que se combatido.²¹⁹

Entre as pessoas que entrevistei em Angola as observações sobre os portugueses expatriados e os angolanos de ascendência portuguesa em processo de (des)retorno foram, regra geral, mais positivas do que negativas. Uma dessas pessoas chegou a afirmar:

– Eu prefiro... mil portugueses em Angola do que um chinês. Eu prefiro. Eu não tenho nada com o chinês! O chinês não tem nada comigo. O chinês não está aqui por interesses nem nada daquilo, ele está aqui por um objetivo: é açambarcar. Agora os

²¹⁸ Texto reproduzido na íntegra conforme o original disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/21227> Acessado em 14 nov. 2013.

²¹⁹ Textos reproduzidos na íntegra conforme o original disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/21227> Acessado em 14 nov. 2013.

*portugueses [pequena pausa], foram homens, foram sérios. Onde passaram portugueses, deixaram a mestiçagem. O meu pai me disse, o meu bisavô era branco e casou com uma negra cabo-verdiana. É muito difícil, às vezes acontece, mas é muito difícil ver um sueco casado com uma negra. Talvez até nem haja isso. Isto é como quem quer procurar uma agulha num palheiro. Os portugueses não. Ainda agora, depois da independência, agora os portugueses estão aí a vir com muita força, e tem esse direito de vir porque estão aí trabalhadores, portanto têm o seu direito. Muitos estão aí há uns anos, agora você já vê muitos portugueses brancos com mulheres negras e com filhos pequeninos. [O povo português] É um povo que é nosso irmão.*²²⁰

Subentende-se que as causas da exclusão dos imigrantes estariam associadas as suas performances sociais. Dadas às afinidades histórico-culturais com os angolanos, os portugueses, quer sejam expatriados ou angolanos de ascendência portuguesa em processo de (des)retorno, teriam maior possibilidade de desafiar um eventual *status* de estranhos internos adotando contra-performances no sentido de estabelecer ou confirmar seu compromisso público com a comunidade local, através da (re)construção de laços familiares, por exemplo.

Tanto o tema do (des)retorno dos angolanos de ascendência portuguesa, como a questão do significativo aumento de imigrantes portugueses em Angola apareceram recorrentemente associados a uma reflexão sobre o trabalho. No que diz respeito a esse tema também há divergências sobre os efeitos da maior presença “portuguesa” no país.

Durante uma entrevista, realizada em Benguela no dia 23 de novembro de 2012, ao colocar a seguinte questão: – Como é que o senhor vê e avalia essa nova fase da relação de Portugal ou dos portugueses com Angola? Porque no voo que eu vim vamos dizer que 95%, para não dizer 99%, dos passageiros eram portugueses vindos para cá para trabalhar;²²¹ registrei uma interessante leitura sobre a atual conjuntura político-econômica portuguesa que justifica uma longa citação:

– Para mim é muito difícil responder a isso de forma honesta. Tenho a dupla nacionalidade, a minha origem é de lá... Agora [pausa], o problema de Portugal é que o governo português não é um governo sério. O governo português é um governo que gosta

²²⁰ Extratos da transcrição do depoimento do Sr. José durante entrevista realizada em 21 de novembro de 2012, em Benguela.

²²¹ Reproduzida aqui conforme a transcrição da referida entrevista.

de 'money'. E Portugal, está a ser vítima da crise provocada pelos banqueiros. E, portanto, em Angola está a cair alguma coisa de boa, mas muito de má. Eu vivi em Portugal. Eu sei o que quero dizer com isso. Eh pá, todos os gajos com empresas falidas, todos os gajos vigaristas, todos os gajos que não... que deixaram de pagar as letras, todos os gajos de cheques não sei o quê, tudo o que é mau daquele país está a cair aqui. Portanto, eu não sou antiportuguês, que fique bem claro. Agora, sou antivigarista, anti toda essa porcaria que está a cair aqui. [pausa] Portanto, para muito gajo de lá, Angola está a ser a tábuia de salvação. E no fim, vêm novamente com a política dos descobrimentos, dos vidrilhos. Portanto, não [pausa], eu não sou nem pró nem contra. Agora, gente boa, aceitamos. Para os outros, criamos dificuldades. Agora, Portugal poderia desempenhar um papel importante aqui. Porra, com tanto professor desempregado, porque não ocupá-los? Tem tanto enfermeiro desempregado, opa! Agora, isso teria necessariamente que passar por acordos inter-Estados, até para dar credibilidade e não afetar os direitos das pessoas por outra parte, questões de direito social, das reformas, disto e daquilo. Porra! Eh pá, vinham em missão! Vinham em missão! Não vinham à aventura. Agora, Portugal podia desempenhar um papel muito importante aqui. Na agricultura, na educação, na saúde, nas pescas. Agora eu não confio no governo, no atual governo português.

– Nem o senhor nem a grande maioria dos portugueses [digo preenchendo uma breve pausa].

– *Então aquilo é um governo antinacional, um filogermânico. Aquilo ali é um pau mandado, é um bom aluno da Merkel. Essa é... Infelizmente aquele país... A Nossa Senhora de Fátima anda longe... Porque o povo está a pagar uma fatura que não merece. É que hoje quem manda em Portugal são os mesmos do tempo do Marcelo [Caetano]! Cujo grupo reconstituíram. Mordem mesmo, é como um [?]²²² baleado. E está ali uma panela de pressão que pode rebentar a qualquer momento.²²³*

Fugindo do desemprego no seu próprio país os portugueses e portuguesas que têm se lançado à aventura no mercado de trabalho angolano acabam contribuindo para o aumento de um clima de “panela de pressão que pode rebentar a qualquer momento”

²²² Expressão irreconhecível durante o processo de transcrição da entrevista.

²²³ Extratos provenientes da transcrição da entrevista com Álvaro, realizada em Benguela aos 23 de novembro de 2012.

também em Angola. Alexandre Munguambe, presidente da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, revelou à imprensa que “há[via] inquietação de alguns setores” que avaliam que os trabalhadores portugueses estão a tirar postos de trabalho aos angolanos, enquanto outros dizem que estes trabalhadores são uma mais-valia para o desenvolvimento económico do país porque “trazem ‘know-how’ que não existe e falam a mesma língua” (Lusa, 2013).

Num país onde a taxa de desemprego assumida pelo governo “ronda[va] os 20%” (Semanário Económico, 2013), um dos pontos-chave para a compreensão dos problemas em torno da (re)inserção social dos angolanos de ascendência portuguesa é a questão do acesso diferenciado ao mercado de trabalho. Entre os fatores que alimentam o alto índice de desemprego em Angola e explicam a dependência da contratação de profissionais estrangeiros destacam-se o deficiente acesso à instrução de qualidade²²⁴ e a escassez de oferta de cursos do ensino técnico-profissionalizante, o que redundará na ausência de qualificação profissional da grande maioria dos angolanos. Em outubro de 2013 um editorial do *Jornal de Angola* admitia:

[...] É certo que o número de postos de trabalho tem aumentado com o surgimento crescente de empresas privadas no país.

Mas também é verdade que muitos quadros que são formados pelas nossas escolas médias e superiores não estão em condições de ocupar esses postos, porque não possuem capacidade para executar o que essas empresas exigem deles (Jornal de Angola, 2013a).

Essa situação revela que também em Angola

se começam a detectar no mundo do trabalho formas de darwinismo social e de eugenismo tecnológico típicas dos sistemas de exclusão. Ao velho racismo da superioridade da raça “branca”, junta-se o novo racismo da superioridade da raça tecnológica (Santos, 2008a: 299).

Ainda que essa estigmatização dos “tecnologicamente atrasados” não esteja assente em categorias essencialistas, um novo tipo de essencialismo que Boaventura de Sousa Santos identifica como sendo “um racismo anti-racista e pro-tecnológico” emerge a partir das desigualdades de acesso à tecnologia e ao conhecimento científico-tecnológico entre as várias sociedades que compõem o sistema mundial ou, no interior de uma mesma sociedade, entre diferentes classes, regiões, grupos étnicos ou grupos de capital simbólico. Esse intelectual alerta ainda para o fato de que

²²⁴ Por todos os indicadores, a qualidade das universidades públicas e privadas de Angola continua a ser relativamente baixa (cf. Bertelsmann Stiftung, 2012: 36).

a revolução tecnológica está a criar uma nova e rígida segmentação dos mercados de trabalho a nível mundial, entre uma pequena fração de empregos altamente qualificados, bem remunerados e com alguma segurança, e a esmagadora maioria dos empregos pouco qualificados, mal remunerados e sem qualquer segurança ou direitos. Neste processo, muitas qualificações, aptidões e quase todas as carreiras desaparecem e com elas são lançados na inutilidade social grupos significativos de trabalhadores e os saberes de que são possuidores. Incapazes de reentrar no mercado do emprego, saem de um já cruel sistema de desigualdade para entrarem no sistema de exclusão quiçá mais cruel. [...] A inutilidade social de grandes camadas de trabalhadores é, sem dúvida, a nova face da exclusão (Santos, 2008a: 298).

É justamente com essa nova face que a exclusão social tem se expandido em Angola onde a grande maioria da população conta com uma formação extremamente deficiente e, por esse motivo, quando muito, consegue aceder a empregos precários, geralmente com contratos de curta duração e baixos salários, ou, caso contrário, passa longos períodos em situação de desemprego. Excluídos do mercado de trabalho formal, muitos se veem obrigados a recorrer ao mercado informal ou a atividades ilícitas para sobreviver.

Se, por um lado, as vantagens socioeconômicas de que usufruem os angolanos de ascendência portuguesa que retornam agora ao país, nomeadamente o maior grau de instrução que garante um acesso privilegiado ao mercado de trabalho, favorece o seu sucesso profissional e possibilita o exercício da acumulação de algum capital, por outro, o enriquecimento “facilitado” alcançado por essas pessoas diante da pobreza da maioria da população aprofunda a fratura abissal que divide a sociedade angolana dando margem à associação dos expatriados e até dos (des)retornados à figura dos antigos e novos colonizadores. Enquanto o sucesso material facilitou a reinserção dos retornados na sociedade portuguesa entre finais dos anos 1970 e princípios da década de 1980, como observou Lubkemann (2003: 84-85), hoje a capacidade dos (des)retornados para transformar suas vantagens no que diz respeito ao capital simbólico previamente acumulado em sucesso material parece contribuir para fomentar um sentimento de desconfiança e, em certos casos até de rejeição, por parte da maioria dos angolanos excluídos em relação aos seus conterrâneos de ascendência portuguesa dada a profunda desigualdade social, inegavelmente marcada pela questão racial, existente no país.

Através da imprensa o governo angolano vai tentando minimizar o mal-estar social causado pelo regresso daqueles que fugiram durante a guerra lembrando à população que

têm regressado ao país quadros que, pelas habilitações adquiridas nos países em que estiveram refugiados, vão poder estar à frente de projetos produtivos, em diferentes regiões do país, pondo em evidência a sua experiência e conhecimentos.

[...]

É bem-vindo o regresso a Angola dos nossos compatriotas. O país está hoje a criar oportunidades para que angolanos possam enveredar pela criação de negócios geradores de riqueza e empregos.

Que aos angolanos que antes eram refugiados sejam dadas oportunidades para poderem dar o seu contributo ao desenvolvimento do país. Acreditamos que há muitos angolanos que regressam ao país empreendedores e é bom que tenham sucesso nos seus negócios. O sucesso dos angolanos na área produtiva, nesta altura em que pretendemos um crescimento da economia real, é importante. Se tivermos um elevado número de empresas, temos mais bens e serviços e os jovens podem ter mais possibilidades de conseguir empregos (Jornal de Angola, 2013b).

O problema é que a realidade da juventude angolana não acompanha esse “crescimento da economia real” pretendido pela elite político-econômica porque, dada a precariedade da formação escolar oferecida no país, são raros aqueles que reúnem as qualificações exigidas para ocupar as vagas disponíveis no mercado de trabalho. O que realmente tem crescido junto com a economia angolana é a concentração da riqueza e, conseqüentemente, a desigualdade e a exclusão social. E o fato de Angola ser um país vítima da “maldição da abundância” (Santos, 2012b) de recursos naturais de alto valor no mercado internacional, como é o caso do petróleo e dos diamantes, tem contribuído enormemente para aprofundar o contraste entre o potencial econômico do país e o estado da maioria de sua população.

O atual crescimento econômico angolano advém da exploração dos recursos naturais presentes no território nacional, principalmente do petróleo. Mas as oportunidades de emprego criadas por essa atividade são muito limitadas. O setor petrolífero emprega menos de 1% da força de trabalho total existente no país. O grande peso das receitas geradas pela exploração do petróleo no crescimento do PIB, bem como na manutenção da sustentabilidade orçamental do Estado, não estimula a diversificação da economia, o que dificulta a criação de empregos. Ou seja, o crescimento do PIB não promove o desenvolvimento social, antes, pelo contrário, aumenta a pobreza ao invés de ajudar a reduzi-la. Outros efeitos visíveis da “maldição da abundância” em Angola são: a corrupção generalizada da classe política que, em defesa dos seus interesses privados, torna-se cada vez mais autoritária com o intuito de conservar seu lugar no poder, que é encarado como fonte de acumulação primitiva de capital; a criação de uma cultura consumista que apenas

uma pequena minoria urbana é capaz de colocar em prática, mas que é imposta como ideologia a toda a sociedade; o cerceamento de quaisquer opiniões e/ou práticas dissidentes emergentes entre a sociedade civil sob o pretexto de serem prejudiciais à “paz social” e, conseqüentemente, ao desenvolvimento.

Depois de estar em Luanda, convivendo e conversando com motoristas, zungueiras, passageiras, passageiros, motoristas e cobradores de candongueiros, balconistas, garçons, secretárias, funcionárias e funcionários públicos, empresários, policiais, expatriados e repatriados, crianças, jovens e mais velhos, a “paz social” apregoada pelo governo angolano me parece tão falsa como a *pax lusitanea* defendida pelos salazaristas com grande afínco ao mesmo tempo em que as tropas coloniais portuguesas matavam e morriam em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, em nome da manutenção de um Portugal “pluricontinental e multirracial”, na guerra contra os movimentos de libertação nacional.

O clima nas ruas da capital angolana é tenso porque pouquíssimos têm muito e são muitos os que vão desenrascando-se para sobreviver com quase nada. Os que andam em *jeeps* de luxo, sempre frescos pela ação de potentes aparelhos de ar-condicionado, quando se veem obrigados por força das circunstâncias a interagir com pobres pedestres, invariavelmente cobertos de suor e poeira, “tratam-nos abaixo de cão”.²²⁵ Sendo as exceções raríssimas, de acordo com as declarações de meus entrevistados e informantes. Essa descrição indica que em Angola está em vigor um regime de sociabilidade semelhante ao que Santos (2008a; 2009) interpreta como “fascismo social”.

O fascismo social caracteriza-se por uma profunda crise do contrato social e seus critérios de inclusão-exclusão e princípios meta-contratuais que, de modo geral, costumavam presidir a organização da sociabilidade econômica, política e cultural das sociedades modernas. Entretanto, ao longo das últimas décadas, um processo de enfraquecimento do regime geral de valores da modernidade ocidental que incluía as noções em que o contrato social assentava, tais como a liberdade, a igualdade, a autonomia, a subjetividade, a justiça e a solidariedade, deu lugar a uma profunda fragmentação da sociedade. Dividida em múltiplos *apartheids* e polarizada ao longo dos

²²⁵ Expressão usada por quase todas as pessoas que permitiram o registro e a utilização de seus depoimentos para elaborar este trabalho e também por várias pessoas que não tive a oportunidade de entrevistar, mas com quem mantive algumas conversações informais muitas vezes tão (ou mais) reveladoras e esclarecedoras do que acabaram sendo algumas das entrevistas gravadas.

eixos econômicos, sociais, políticos, culturais e religiosos, a sociedade vai deixando de existir enquanto tal e dando lugar a um clima de luta pela sobrevivência que se reflete numa disputa constante entre os simples indivíduos e grupos sociais, cada qual orientado exclusivamente à persecução de seus próprios interesses. Sendo um fenômeno plurifacetado, o fascismo social pode ser observado tanto em sociedades do Norte global como do Sul global e se manifesta em várias dimensões e esferas. É o que explica a proliferação, a nível global, de espaços segregados como os condomínios fechados, a crescente precariedade das relações e dos contratos de trabalho, os cada vez mais recorrentes casos de apropriação dos bens públicos por grupos privados, a manipulação do sentimento de insegurança pessoal e coletiva e a proteção do sistema de especulação financeira global que alimenta regimes de dominação baseados na acumulação do capital e na desvalorização do trabalho e dos trabalhadores (Santos, 2008a; 2009; Mendes, 2012).

Em Angola o regime de sociabilidade fascista faz-se particularmente notório sob a forma do “fascismo do *apartheid* social” baseado na “segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (Santos, 2008a: 334). As zonas selvagens são os muceques, as ruas, os candongueiros e outros espaços públicos onde a ínfima minoria de privilegiados se recusa a circular. As zonas civilizadas são todas as áreas privatizadas às quais a imensa maioria de excluídos não tem possibilidade de acesso, tais como os condomínios residenciais particulares, os melhores trechos de praia da Ilha de Luanda aos quais só é possível aceder através do ingresso, e conseqüente consumo, em bares e restaurantes, os novos ou renovados edifícios-sede das grandes empresas instaladas no país, entre outros.

Atualmente “a administração pública consome 17,7 % do PIB, as despesas de saúde 2,4%, os gastos com educação 3,4% e as [contas] militares 4,2%” (Ferreira, 2013b). Essa desproporção nota-se nas ruas, no cotidiano. É motivo de muitos lamentos, algumas críticas e até mesmo comentários jocosos de quem aprendeu a rir de “*desgraça pouca*” porque a vida “*já foi muito pior*”. O governo se aproveita do fato da população estar “*cansada de guerra*” para emplacar a ideia de que o desenvolvimento só é possível com a manutenção da “paz social” e assim fazer calar quem percebe que para alcançar um estado de paz social real é preciso que o crescimento econômico e o desenvolvimento promovam a melhoria da qualidade de vida de todos os angolanos e não apenas de uma minoria.

Apesar disso, vez por outra vozes dissonantes conseguem encontrar canais alternativos para divulgar suas críticas e demandas.

Em 2013, por ocasião da celebração do Dia do Trabalhador, quatro sindicatos de algumas das áreas econômicas mais importantes de Angola (Sindicato da Agricultura, Café e Florestas; Sindicato da Indústria Petroquímica; Sindicato da Educação; Sindicato do Material de Construção) elaboraram um manifesto onde reconheciam “o notável crescimento verificado nos últimos anos na economia do País”, mas também constatavam que, “paradoxalmente, esta não se faz acompanhar pelo desenvolvimento social que seria de desejar, mantendo e aumentando até abismos sociais e assimetrias regionais” (*apud* Ferreira, 2013a). Entre as várias questões abordadas no “Manifesto dos Sindicatos Independentes” constava uma avaliação sobre o prejuízo do trabalhador nacional frente à concorrência dos trabalhadores expatriados. A esse respeito o documento registra que seus signatários

consideram que não está a ser comedida a importação de mão de obra estrangeira, inclusivamente não especializada, enquanto tantos angolanos morrem na luta pelo emprego. Por isso exigem, no sentido de combater o desemprego dos angolanos, que o Governo seja patriótico e aja mais pelo trabalhador nacional, seu enquadramento com salário justo e equiparado (*apud* Ferreira, 2013a).

No início de 2012 o jornal português *Diário de Notícias* já divulgava o alerta do economista angolano Manuel Alves da Rocha que acreditava que “Portugal está(va) a exportar o seu desemprego para Angola”, o que, na sua leitura, poderia provocar “fissuras sociais” no país, dado que os imigrantes portugueses constituíam uma comunidade “com uma componente técnica muito importante”, condição que acabava por dificultar a entrada de quadros angolanos no mercado de trabalho. Alves da Rocha também chamou a atenção para a grande diferença salarial entre os trabalhadores expatriados – entre os quais se encontravam os portugueses – e os angolanos. De acordo com o economista, os estrangeiros podiam chegar a receber salários quatro vezes superiores aos valores pagos aos nacionais, o que poderia provocar “reações sociais indesejáveis” (Lusa, 2012).

Ainda que não haja justificativa plausível para a desproporção salarial entre estrangeiros e nacionais que, sendo dotados de qualificações semelhantes, exerçam a mesma função, é preciso ter em consideração que o pagamento de “altos salários” associados a outros benefícios, como a oferta de alojamento, transporte e seguro de saúde, tem sido a estratégia utilizada pelas empresas para atrair mão de obra qualificada

estrangeira para o mercado de trabalho angolano por se tratar de um país cujos indicadores do nível de qualidade de vida são muito inferiores aos padrões dos países de origem desses trabalhadores. Nas principais cidades angolanas, onde estão concentradas as empresas carentes de profissionais qualificados, o aumento da concentração populacional devido às migrações internas provocadas pela guerra civil gerou um enorme déficit habitacional que alimenta a especulação imobiliária e torna praticamente impossível encontrar uma residência disponível. Além disso, são gritantes as deficiências no que diz respeito à rede de saneamento básico, ao fornecimento de água potável e energia elétrica. O sistema público de saúde é precário e insuficiente. Os serviços de transporte público seguem as regras caóticas da informalidade. A oferta de serviços e as opções de lazer também são bastante reduzidas. Diante desse quadro, sem uma boa contrapartida financeira não seria fácil preencher as vagas necessárias para que a economia angolana continue crescendo. Na atual conjuntura global, emigrar para Angola é uma decisão pragmática até mesmo para aqueles que demonstram interesse em reestabelecer os laços afetivos fragilizados pela fuga do país em tempos de guerra, como os angolanos de ascendência portuguesa que reivindicam fazer parte da comunidade angolana na diáspora e pretendem retornar ao país.

Sendo o tema da reinserção social dos angolanos de ascendência portuguesa em processo de (des)retorno um assunto extremamente complexo e, por vezes, até polêmico, a maioria das pessoas com quem conversei esquivou-se de comentá-lo ou limitou-se a repetir uma espécie de discurso oficial marcado pela intenção de ser, ou pelo menos parecer, politicamente correto. Alertada por Teun van Dijk de que “o discurso informal ou particular pode estar imbuído de constrangimentos formais e institucionais” (2010: 59), procurei contrapor as informações recolhidas através de entrevistas e conversações informais com dados encontrados em fontes escritas como os jornais. Entretanto, foi na literatura que encontrei um instrumento-chave para perceber melhor como a sociedade angolana tem encarado o desretorno dos (bi)nacionais.

5.4. Paradigmas e paradoxos da angolanidade na escrita de Manuel Rui sobre o “desretornar”

Tendo em vista que “desde a sua formação a literatura angolana tem se revestido de um papel de intervenção social” (Macedo, 2012: 202), não é difícil perceber porque a literatura foi desde sempre um espaço propício à gestação do moderno nacionalismo

angolano e, mesmo depois da independência, ou quiçá principalmente nessa fase, a produção literária continue a ser um espaço a ter em alta consideração quando se tenta compreender o presente desse país cujo processo de cicatrização das feridas abertas num passado recente ainda parece longe de estar concluído.

Ao analisar a refinada elaboração estética expressa no fazer literário de Manuel Rui, Tânia Macedo lembra que

em Angola dada a luta de libertação nacional que mobilizou os intelectuais, a escrita (e em especial o romance), constituiu um capital simbólico cujo peso foi e continua sendo considerável. Dentre as formações discursivas da sociedade, a literatura acabou muitas vezes por substituir o discurso histórico ou auxiliou decisivamente na entronização de personagens míticas no panteão nacional, como Nzinga Mbandi, para citar um exemplo. Ainda que nem sempre louvasse de forma explícita o poder mas, em lugar disso, mostrasse as ‘divisões internas da nação’, a literatura muitas vezes não manteve distância considerável do aparelho de Estado. Quando as divergências entre o projeto revolucionário que levou o país à independência e os rumos do estado angolano se agudizaram, a maioria dos intelectuais iniciou um afastamento retirando-se de cargos públicos e, em termos literários, também demarcou-se do poder com críticas mais contundentes e, sintomaticamente, seus textos se distanciaram da cidade-capital, símbolo do poder institucional. (Macedo, 2012: 209)

Manuel Rui faz parte de uma elite simbólica, um grupo de intelectuais participantes ativos da vida social que desde o período de luta anticolonial esteve envolvido no processo de construção de uma identidade angolana realizando “uma escrita com forte senso ético, sem abrirem mão da eficácia estética do relato” (Macedo, 2012: 201). É justamente através de uma bela apresentação estética que esse autor convida os/as leitores/as de *A casa do rio* a fazer uma urgente reflexão ética sobre o delicado tema do “desretornar” (Rui, 2007: 106) a Angola e tudo o que esta (aceit)ação implica, ou deveria implicar. Nomeadamente (re)pensar os processos identitários em situações de transformação dinâmica, como tem sido o caso de Angola desde a fase de transição para a consolidação da independência até a atual fase de reconstrução nacional pós-guerra civil/de desestabilização nacional.

No romance *A casa do rio*, Manuel Rui retrata o drama de um angolano que às vésperas da independência se viu obrigado a partir para Portugal e, trinta anos depois, regressa à terra natal. Nessa narrativa ficcional marcada por uma retórica com momentos de forte apelo dramático e emocional, os leitores encontram uma vívida descrição, tanto da carga intolerável como da desejável, de atitudes e posturas assumidas pelo protagonista enquanto busca se reinserir na comunidade local ao voltar para Angola. Em contrapartida, ao retratar a forma como os angolanos que permaneceram no país, sejam eles familiares,

amigos de longa data ou desconhecidos, interagem com o personagem principal, o autor aborda o tabu da questão racial e contribui para desconstruir as suspeitas em relação à legitimidade do pertencimento dos angolanos de ascendência portuguesa ao conjunto dos nacionais.

Ao longo desse livro Manuel Rui apresenta várias evidências que ajudam a comprovar a ideia de que Angola não foge à regra enunciada por Stuart Hall quando afirmou que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais” (2006: 62) e que a experiência colonial produziu uma espécie de “trasculturalismo” (Hall, 1996 *apud* Carreira, 2004) cujos efeitos irreversíveis se confundem com as características mais marcantes da angolanidade. Acompanhando a trajetória do personagem principal, os leitores são levados a perceber que a atual realidade angolana é reflexo de uma História ainda presente que explica a hibridez cultural, e mesmo física, de angolanos e angolanos que, no fim das contas, são também, em sua grande maioria, “meio atugados” (Rui, 2007: 240).

O personagem principal da narrativa ficcional em questão é Antero, um “careca mulato bem ritado, fronteiras perdidas com barba lisa já embranquecida e olho azulão quase de bicho” (idem, *ibidem*: 11-12). Descrito como um mestiço cujas marcas da mistura racial seriam tão sutis ao ponto de passarem despercebidas a olhos desavisados, o protagonista personifica o histórico amálgama físico e cultural entre europeus brancos e africanos negros que serviu de base para a imaginação do moderno Estado-nação angolano. Talvez por isso mesmo a trajetória de Antero seja muito mais marcada pelo enfrentamento de uma série de problemas relacionados à sua reintegração em Angola, depois de nunca ter se adaptado bem à vida em Portugal, do que pelo peso de ser ou não ser angolano.

O personagem principal é apresentado aos leitores de modo que não haja espaço para o questionamento da sua angolanidade. Antero se autoidentifica como angolano e os demais personagens angolanos o reconhecem como um “conterrâneo”, ou seja, como um membro da comunidade local. Mas, apesar de ter nascido à beira do rio Cunene, no interior da província do Huambo, e julgar falar melhor umbundu²²⁶ do que português, juridicamente Antero possui apenas a cidadania portuguesa porque tendo saído de Angola

²²⁶ O umbundu é a língua do grupo étnico ovimbundo oriundo do Centro-Sul do país ao qual pertencem 37% dos angolanos. De acordo com os últimos dados demolinguísticos recolhidos no ano 2000, 4 milhões de pessoas se comunicavam utilizando essa língua o que indica que, depois do português, o umbundu é a língua mais falada em Angola (*cf.* Leclerc, 2014).

antes da independência nunca se preocupou em realizar os trâmites burocráticos para obter os documentos angolanos a que teria direito. É com um passaporte português e visto de turista que ele chega a Luanda, “trinta anos depois de sair empurrado” (Rui, 2007: 79) de seu país, com o objetivo de concluir um negócio que o permitiria preparar o próprio “desretorno”, assim como o da mulher e dos dois filhos, todos angolanos indocumentados a viver na diáspora em Portugal.

A trama se complica porque o negócio, que vai se revelando suspeito de estar ligado ao tráfico de diamantes, acaba por ficar inconcluso. Quando o personagem principal percebe ter investido seu único bem em um mau negócio e começa a temer pelo que lhe possa acontecer, lembra que possui um documento português capaz de recolocá-lo numa zona de conforto: “pelo menos tenho passaporte português e posso pedir proteção à embaixada” (idem, *ibidem*: 23). Contudo, Antero nunca chega a utilizar esta espécie de trunfo. Mantendo-o guardado como uma carta na manga, supera o orgulho e retoma o contato com familiares que haviam permanecido em Angola e que se encontravam gozando de uma situação financeira e, conseqüentemente, de uma posição social, bastante superior a sua. Em Portugal, assim como na Angola que (re)encontra trinta anos depois da independência, Antero é apenas mais um numa multidão de homens comuns. Já os primos que permaneceram no país são empresários bem sucedidos e mantêm importantes contatos na esfera burocrático-administrativa do governo, ou seja, fazem parte da exclusivíssima elite angolana.

Superando as expectativas de Antero, seus primos o recebem de braços abertos e se mostram dispostos a ajudá-lo, mas não sem antes criticá-lo pela ausência de contato ao longo de tantos anos e também suspeitar, sobretudo diante do mal explicado negócio que o havia feito retornar ao país sem dar conhecimento à família, dele estar ali com “bardanço retornado, de muitos que, ficados na Melói faz mais de vinte anos, reapareciam com rancores e vividos como espertalhões na maneira dos tugas” (Rui, 2007: 42). Antero tenta se justificar alegando que não queria incomodar os parentes e que sua intenção, ao entrar no malogrado negócio, era criar as condições para se reinstalar no país e que só depois disso pensava contatar a família. Contudo, suas explicações não convencem e em vários trechos da estória voltam a recair suspeitas sobre as intenções por trás de seu desavisado movimento de desretorno. Essa desconfiança dos que permaneceram em Angola aparece associada a uma percepção de que alguns dos que atualmente pretendem desretornar

“aprenderam aqui com o tuga [no tempo colonial] só as maldades e agora com as que aprenderam lá [em Portugal] vem aqui de ida e volta para nos enganar” (Rui, 2007: 43).

O apoio da família, sobretudo dos sobrinhos que se encantam pelo grande conhecimento das coisas da terra demonstrado por Antero – conhecimento este que vinha sendo “esquecido” ou desvalorizado pela ânsia de enquadrar o país na modernidade –, desempenha um papel fundamental na mitigação das desconfianças que recaem inicialmente sobre o protagonista. Entretanto, é através das formas cotidianas de interação social que o personagem em processo de desretorno consegue reestabelecer uma profunda camaradagem horizontal com aqueles que ficaram em Angola, recuperando dessa forma o seu lugar enquanto membro da comunidade. O primeiro grande evento comunitário em que participa é o *komba* do amigo com quem iria realizar o negócio, caso este não viesse a falecer. No meio do funeral

Antero deu uma olhada pelo quintalão, as pessoas. E com a pequena escova a pentear a barba contabilizou que ele era o único puxado a claro, careca, de barba e bigode e olho de gato. [...] mas o que mais ainda também lhe espantava com receio interrogado é que toda aquela gente já lhe sabia o nome sem qualquer sinal de hostilização, antes pelo contrário, e isso é que o perturbava de reticência esdrúxula, pairava nas mensagens enviadas pelos olhares alguma coisa como afeto familiar, tristeza e dor que, de vez em quando, o aterrorizavam pela sensação de que ele também fosse um defunto, ou um reincarnado ou alguém que, fatalmente, estava com os dias contados para a morte por chamada do amigo (Rui, 2007: 19- 20).

A imagem de que o protagonista seria “o único puxado a claro”, marca a diferença que poderia justificar, para os leitores que acompanham a linha de raciocínio desconfiada de que o autor dotou esse personagem, a sensação de que ele estaria fora de lugar e seu estranhamento pelo fato de não ser encarado pelos membros da comunidade local presentes naquele evento com hostilização. Antero associa a deferência com que é tratado ao fato das pessoas o considerarem como uma espécie de morto-vivo, alguém que já deveria ter deixado de fazer parte da realidade, mas, no entanto, continua presente ou alguém que tendo deixado de fazer parte da realidade, volta à cena. Interessante é notar que o autor atribui a sensação de estranhamento apenas ao personagem principal. Para as demais pessoas descritas nesse episódio do romance a presença do personagem desretornado não é motivo de questionamentos ou desconfianças, pelo contrário, ele é encarado como mais um membro da comunidade e nada além disso. Essa passagem transmite a mensagem de que, pelo menos ao início da experiência de desretorno, os que voltam a Angola podem

alimentar expectativas equivocadas ou desproporcionais em relação ao modo como a comunidade local os encara(rá).

Conversar em umbundu, na rua, diante do portão da casa do primo onde estava hospedado em Luanda, com um conterrâneo do Huambo, retomando “um hábito que há lá na nossa terra, as pessoas conversarem de manhã, muito cedo, antes de começarem o trabalho” (Rui, 2007: 64), é outro dos episódios de interação que, somados, vão consolidando o processo de reinserção social do personagem desretornado.

Os mais recorrentes eventos de interação do protagonista com a comunidade local são os serões familiares em que rememora a traumática partida para a diáspora e revela os rancores que alimenta contra o governo português, responsável pela conturbada descolonização e personificado na figura representativa do “administrador do posto do Chipindo”, que, às vésperas da independência, mandou Antero “abandonar casa e tudo” e juntar-se numa coluna de carros rumo à Namíbia onde

«o boer disse nunca me esqueço *iu are refugi*, e o pessoal a dizer ao gajo, havia muita malta que batia bem o inglês e até afrikander, mas o filho da caixa também entendia português, porra! Refugiados como, se a gente verdadeiramente nem fugiu, mandaram-nos foi embora. Quem? O governo português, que os movimentos não tinham aviões nem barcos, caramba!» (Rui, 2007: 48)

Várias outras passagens do romance contribuem para enfatizar essa ideia de que os responsáveis pela fuga massiva dos antigos colonos, mas também de vários de seus descendentes angolanos, foram os portugueses e não os movimentos de libertação. Tendo em vista que as razões e as condições da saída da terra natal, necessariamente, afetam as relações posteriores entre os que fazem parte da diáspora e seu local de origem (Butler, 2001: 204), ao atribuir a Antero a certeza de que os responsáveis pela sua situação diaspórica foram os portugueses o autor oferece uma explicação para o fato desse personagem insistir em alimentar o sentimento de ter sido vítima de um processo de descolonização mal conduzido e por isso mesmo, guardar um profundo rancor pela antiga metrópole. A representação negativa de Portugal acompanhada da desresponsabilização dos movimentos de libertação pela diáspora dos angolanos de ascendência portuguesa ajuda a reforçar a memória idílica da terra natal, ainda que o personagem em processo de desretorno encontre o país tão mudado depois de 30 anos que já próximo ao final da narrativa ocorra-lhe a seguinte reflexão:

[...] esquecer é muito melhor do que recordar, porque quando a gente esquece mesmo e volta ao lugar que deveria ser a saudade, esse lugar esteja como estiver é sempre uma coisa nova, e agrada sem ligação com o passado, que mesmo que uma pessoa chegue num lugar onde tinha umas casas todas podres e encontre novos edifícios, ruas e jardins, mesmo assim, o que estava guardado, na memória, e sem esquecimento, é sempre melhor do que o melhoramento que a gente encontra e, então, se quando encontra pior? Esquecer é muito melhor que recordar (Rui, 2007: 259).

Mas antes de perceber que para recomeçar a vida na Angola do presente o melhor a fazer seria esquecer o passado, o personagem principal vai tecendo comparações entre Portugal e Angola, passado e presente. Nesse exercício suas leituras positivas de Angola aparecem recorrentemente contrapostas às suas declarações de desconexão em relação a Portugal. Esse posicionamento não é apresentado aos leitores como um comportamento assumido exclusivamente pelo protagonista, mas sim enquanto um sentimento compartilhado com outros angolanos forçados a viver na diáspora na antiga metrópole, como o seu próprio filho:

[...] o meu filho mais velho anda sempre a seringar-me, ó pai, eu estou farto disto, quero voltar para Angola e fazer a minha vida com os terrenos do avô, mesmo que já não tenham as paredes da casa ou os muros, mesmo que não tenham nenhuma árvore de fruta ou de sombra, eu mesmo assim quero voltar, só preciso de terra, pai, dessa terra com o rio mesmo ao pé, pescar à vontade, caçar, apanhar loengos e tortulhos, eu vou de qualquer maneira e o pai não entende isto porque já envelheceu aqui e eu não quero envelhecer aqui, parece que estou numa prisão, não faço nada à vontade, e até sou o mais querido pelo meu patrão, ele costuma dizer aos outros, vejam como o angolano trabalha sem levantar problemas, e tantos problemas, pai, que uma pessoa sabe que não pode levantar, o serviço é fazer golos, se fazes és bom, se não fazes, mesmo da minha cor, que até passo por branco, é logo ó negralhada! Não são os bairros que são problemáticos, vocês é que nos trouxeram a problemática (Rui, 2007: 53).

Por ter sido desterrado Antero reclama para si o papel passivo de grande vítima do processo de descolonização, mas aqueles que permaneceram em Angola logo o colocam a par do alto preço que pagaram quando assumiram o papel de protagonistas da História da consolidação da independência:

Tu passaste as passas do Algarve? E nós aqui, este teu primo Juca e a família, passamos pior do que isso porque nem passas tínhamos para passar, era só fogo tiro a tiro e rajadas, bazukas e morteiros e sei lá mais o quê, que o barulho é que nos fazia sentir que estávamos vivos, porque quando uma pessoa deixava de ouvir esses barulhos já tinha lerpado e... enterra no quintal, meu! (idem, ibidem: 117).

*

[...] meu primo, podes crer, que enquanto não entrou aqui essa confusão toda, de me mandarem embora e tudo, eu andava a matar leões, jacarés e outra caça de

peles ou de comer mas após que, portantomente, meu primo, vocês – sim senhor, se aguentaram e, se não fosse isso, eu nem estaria aqui a ver chover, mas eu aguentei, a matar leões, jacarés e o resto, e mesmo com negócio nunca, nunca como vocês andaram-se a matar sabes! mataram pessoas e ainda sem falar naquela do nosso amigo que lhe obrigaram a comer carne de pessoa matada, podes crer! Podes crer uma merda, Térinho, que vocês são os do cafungo e da fuga, olha, se alguém me aparecesse a mandar-me embora, peneirava o gajo de rajada um carregador inteiro! qual chefe do Chipindo qual porra, as pessoas não são todas iguais nem devem ser obrigadas a suportar o que não aguentam, e nós ficamos aqui a aguentar a pressão, que não imaginas nem sequer tínhamos caminhos para fugir muito menos aviões, a tua prima que te conte e se matei, matei e matava outra vez, ouviste, Térinho, e não me voltes a falar nessa merda! É triste! (Rui, 2007: 143).

Esses trechos esclarecem que, de um modo ou de outro, todos os angolanos foram vítimas da violência que marcou a história contemporânea do país. O estado de guerra que se prolongou por 27 anos depois da independência obrigou a comunidade local a reforçar os pactos de associação civil constituintes da sociedade angolana. Tendo as vidas em risco por anos, enquanto matar e/ou ver morrer fazia parte do cotidiano, os angolanos reforçaram vínculos familiares, estreitaram laços de amizade e construíram redes de proteção social baseadas no segredo e na troca de favores para sobreviver. Por isso, seja qual for a cor da pele de um indivíduo que tenha conseguido “aguentar” esse longo período de violência, privações e dificuldades inúmeras sem abandonar o país, não há lugar para contestações ao grau de legitimidade do seu pertencimento à comunidade imaginada enquanto nação. Os que fugiram obviamente desconhecem as novas lógicas de funcionamento da sociedade angolana, mas isso não significa que não têm hipótese de se reintegrar. Pelo contrário, a mensagem de que a comunidade local estaria receptiva ao desretorno dos (bi)nacionais é insistentemente reforçada ao longo de todo o livro haja vista que o personagem principal não só é bem acolhido, como também é sempre incentivado por aqueles que permaneceram no país a “voltar e virar a página” (Rui, 2007: 86).

Outro aspecto que chama a atenção na leitura desse romance é a intensidade da carga emocional que o autor imprime aos momentos de reencontro do personagem principal com a paisagem de sua terra natal, como demonstra a seguinte passagem:

Antero com as mãos nos braços da cadeira de baloiço e a ver a chuva mesmo defronte dele, o barulho das goteiras espessas que caíam de todos os lados do telhado e coberturas dos quintais da vivenda, e ele com uma atenção especial no sentido que a água tanta, na maneira de pedaços ritmados de uma cascata sólida, escorria em uníssono de música, e como que direccionada de intenção solene para não inundar nem tão-pouco ocultar a relva e entrar no coração da terra. Levantou-se impetuosamente. Agarrou no telefone e fez uma ligação. «Sim,

meu filho. Estou aqui no Huambo... Nova Lisboa. A chuva é igual como antigamente. Chove! Chove! Faz de conta que tens os olhos do teu pai e estás aqui. Nada. Os teus olhos. Cheguei ontem. Estou em casa do primo Juca, filho do meu falecido tio Antero. Está a chover bem. A terra cheira como no tempo em que vocês brincavam, ainda miúdos, e comiam maçarocas assadas. Vê se ouves. Ouviste um trovão? É a nossa terra. Temos que voltar todos para aqui. Só o cheiro e a água que já bebi é outro assunto. Beijos para todos e a mãe que fique calma porque ela não se pode enervar.» (Rui, 2007: 94).

Esse excerto, assim como vários outros que ajudam a reforçar a ideia de que Antero nutre uma espécie de devoção pelo clima e pela paisagem do Huambo, transmite ao leitor a mensagem de que ainda que os vínculos de um desretornado com a comunidade possam ter sido fragilizados pelos anos de afastamento, sua ligação com a terra permanece inalterada e não há nada que possa corrompê-la. Na narrativa ficcional criada por Manuel Rui a interação com o meio ambiente assume um papel tão importante para a reintegração social de quem está em processo de desretorno quanto o (re)estabelecimento de vínculos com os membros da comunidade local. O profundo conhecimento sobre a fauna e a flora locais demonstrado pelo protagonista, inspira o respeito dos familiares que permaneceram no país, sobretudo dos sobrinhos que, por serem mais jovens e viverem na cidade, têm pouco contato com a natureza.

Se, por um lado a devoção pela natureza é encarada positivamente pelos familiares de Antero, por outro, eles desvalorizam e criticam sua crença nas práticas medicinais e religiosas das populações autóctones que já habitavam o território que viria a constituir Angola antes da chegada dos colonizadores. Essa reação negativa fica evidente no seguinte excerto:

«Mas Térinho! Tu acreditas? Aprendi nas Fapla com um comandante que já vinha da guerrilha antes da independência e ele chamava a isso práticas pré-científicas.»

«Vai-te lixar. E o gajo é que era o cientista? Também, ainda antes de eu sair, andavam aí a apregoar o socialismo científico. E onde é que ele anda, meu? Da mesma maneira que, lá na Metrulha, tem pessoas que vão ao psiquantas ou ao neurotontos, aqui, a otchimbanda é o médico da cabeça e do espírito. Eu não vou receber nenhum remédio para tomar. Vou só receber o trabalho do espírito dela para fazer corrente com o meu.»

«Tu é que sabes. O importante é que acredites e que ela só se meta na tua vida e não na minha que eu já dei tiro na perna de um feiticeiro que fazia o jogo do inimigo.»

«Nada. Juca, estás a baralhar as cartas. Uma coisa é um otchimbanda, outra coisa é um feiticeiro, um aldrabão e outra coisa é um curandeiro, um médico que receita plantas, medicamentos, pode até ser argila ou um osso ralado. Olha o tempo que nós vivemos no mato, mais antigamente, como é que a gente se virava? [...] Então, o que é que tu tens contra estas coisas da terra, que

não se explicam, se também nunca te explicaram, assim mesmo, cabeça tronco e membros, as coisas que os brancos trouxeram para aqui, e nunca também ninguém viu esse Deus [judaico-cristão]? Vai-te lixar, pá! Vocês é que são matumbos.» (Rui, 2007: 149-150).

É o personagem em processo de desretorno quem defende uma “ecologia de saberes” (Santos, 2008a; 2009) e contesta a adoção, por parte de uma elite urbanizada, de uma perspectiva que marginaliza as epistemologias produzidas pelas populações autóctones em nome de um projeto de desenvolvimento espelhado no paradigma monocultural do conhecimento, tal como o modelo de modernidade ocidental que foi (e ainda é) a base sobre a qual se implantou o colonialismo. Dessa forma o autor denuncia as marcas da colonialidade do saber e do poder que ainda fraturam a sociedade angolana.

Quando Juca, o primo que nunca fugiu do país e até fez parte das forças armadas do MPLA, insiste que “não se pode acreditar em coisas assim invisíveis, através de espíritos, [...] em coisas primitivas” (Rui, 2007: 228), e não aceita que em plena “era da globalização” aquele que desretorna venha com credices de feitiço, de Portugal para Angola, Antero responde indignado: “que se foda a globalização que fica igual ao racismo” (idem, ibidem: 229). Dotado de uma identidade híbrida, o personagem que desretorna é aquele que melhor se move no campo das práticas sociais e culturais transnacionais, e, talvez por isso, seja o único a perceber que a globalização traduz-se na “conversão da diferença vitoriosa em condição universal e a consequente exclusão ou inclusão subalterna de diferenças alternativas” (Santos, 2001: 71). No caso angolano, a proposta de diferença vitoriosa e, portanto, em vigor, é a moderna ideia de angolanidade propagada pelo MPLA que subalterniza as várias outras formas de ser, estar e saber desenvolvidas pelos diferentes grupos étnicos que integram a população angolana.

Pelo exposto anteriormente, considero que a mensagem transmitida por esse romance de Manuel Rui corrobora o que pude verificar durante o trabalho de campo: aos angolanos interessa construir o futuro e os que voltam da diáspora de maneira organizada, dispostos não só a trabalhar e investir no país, mas também a reintegrar-se na comunidade local são bem-vindos. O que não se admite é que mantenham uma postura dúbia e oportunista do tipo: “Então quando é para umas coisas nós somos vocês e quando é para outras já és nós, já és angolano” (Rui, 2007: 215). Situação que, de acordo com as evidências recolhidas tanto em conversações informais como em algumas das entrevistas supracitadas, continua a ser bastante comum entre os binacionais que estão a desretornar.

Considerações finais

A questão da identidade é uma questão de cada pessoa. Cada um é quem sabe por que é que se sente angolano.

(Manuel Rui)

Durante o desenvolvimento do trabalho que deu origem a esta tese de doutoramento conheci várias pessoas cujas trajetórias demonstram que, nem a cor da pele, nem as informações registradas nos documentos de identificação pessoal são capazes de definir ou delimitar a(s) identidade(s) assumida(s) por cada indivíduo. Afinal, conheci descendentes de portugueses com vários trajetos identitários, nomeadamente indivíduos que:

- tendo nascido em Angola, durante o período colonial, e fugido com a família para a antiga metrópole na altura da independência, identificam-se unicamente como portugueses e possuem apenas documentação portuguesa;
- apesar de possuírem a dupla nacionalidade e, por isso, gozarem dos direitos inerentes aos cidadãos portugueses, identificam-se como angolanos;
- tendo nascido em Angola no período colonial e fugido com a família para a antiga metrópole na altura da independência, identificam-se como angolanos apesar de possuírem apenas documentação portuguesa;
- tendo nascido em Angola ou se instalado no território angolano durante o tempo colonial e, desde então, vivido neste país, identificam-se como angolanos apesar de possuírem apenas documentação portuguesa.

A análise desses trajetos confirma a hipótese central desta tese, de que as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior dos sistemas de representação cultural compartilhados pelos indivíduos (Hall, 2006: 48-51). Em contrapartida, também verifiquei que o fato de uma pessoa ser legalmente reconhecida como cidadã de uma nação, ou seja, como parte de “uma comunidade política imaginada” (Anderson, 2008), não está necessariamente associado a uma efetiva identificação pessoal com os sentidos sobre essa nação produzidos pela cultura nacional oficial ou hegemônica.

O que não significa que essa cultura nacional seja ignorada enquanto um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as ações dos indivíduos quanto a concepção que têm de si mesmos, isso é, como uma das bases sobre as quais se constroem as identidades nacionais.

Como há apenas quatro décadas Angola se tornou um moderno Estado independente, depois de ter sido a maior colônia de povoamento administrada por Portugal em África, as questões relacionadas aos fenômenos de reconstrução da identidade nacional angolana na pós-colonialidade são bastante complexas, sobretudo quando observadas a partir dos relatos e trajetórias de atores sociais esquecidos ou silenciados por desafiam a macro narrativa homogeneizadora expressa no mote “Angola, de Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação” lançado pelo governo do MPLA durante a Iª República (também conhecida como a fase do partido único ou partido-estado), mas que perdura na atualidade. Essa complexidade advém do fato de que durante o período colonial as relações entre grupos colonizados e colonizadores foram marcadas – mesmo em condições desiguais de poder – tanto por negociações e trocas, quanto pela coerção e violência (Elkins e Pedersen, 2005: 2).

Para compreender de modo mais detalhado a complexidade das relações sociopolíticas, econômicas e culturais herdadas das experiências vividas por ex-colonizadores e ex-colonizados oriundos de diferentes povos e nações, mas reunidos no território que daria origem ao moderno Estado angolano, retomei temas relegados ao esquecimento como a participação de angolanos de ascendência europeia nos movimentos nacionalistas que encabeçaram a luta de libertação contra o domínio colonial português; os debates em torno da legitimidade da participação destes indivíduos no campo político angolano, primeiro na fase de transição para a independência e depois na altura da consolidação da paz pós-guerra civil; e os desafios enfrentados por esses atores ao longo de alguns dos vários processos de (re)inserção social a que foram submetendo-se desde a fase de transição para a independência até os dias atuais.

Como bem observam Maria Paula Meneses e Bruno Sena Martins, “falar de heranças coloniais sugere a necessidade de reconhecer esta história partilhada das relações coloniais, embora esta herança não seja sempre reconhecida, formal e historicamente, pelos seus potenciais herdeiros” (Meneses e Martins, 2013: 25). Durante meu exercício de análise da situação dos angolanos e das angolanas de ascendência portuguesa ou das

portuguesas e dos portugueses há tantos anos radicados em Angola que, na prática, se identificam como angolanas e angolanos, pude notar que embora esses indivíduos carreguem na pele a marca incontornável da herança colonial, por outro lado, eles também personificam a hibridez cultural que, segundo Stuart Hall (2006: 62), caracteriza todas as nações modernas.

Quando, por exemplo, tentei finalizar, da uma maneira que julguei que seria bastante simpática, a entrevista com jeito de conversa que realizei com um caminhoneiro de profissão e caçador desportivo, nascido em “*Vilar de Massada, distrito de Vila Real, conselho de Alijó, Portugal*”,²²⁷ mas que tinha admitido não conhecer a terra onde nasceu porque há 65 anos vivia em Angola, aonde chegou aos dois anos de idade, disse-lhe: “– Acho que o senhor é o português mais angolano que eu já conheci”.²²⁸ Sua resposta foi imediata e contundente:

– *Não, eu sou angolano. Eu não me considero português. Sou português porque está lá num... Eu tenho o cartão vitalício, da DEFA.*²²⁹ *O meu é vitalício. Pronto. É o documento que eu tenho, legal. Circulo por todo o lado com aquele cartão, né? É vitalício. Mas a minha terra é aqui. Ah, outra coisa, eu ainda não tratei, porque, pronto, porque eu posso chegar a ir tratar do coiso de angolano e é rápido. Tenho o direito! Tenho o direito! É só chegar ali, tratar da documentação, dos papéis e pronto. Passado uma temporada tenho um bilhete de identidade angolano. Mas, como já tenho aquele cartão vitalício... E a idade também já está avançada, então, não vale a pena! Fico assim.*²³⁰

Esta declaração do Sr. Joaquim confirma que as percepções identitárias correspondem aos diferentes modos de ser e estar no mundo assumidos pelos indivíduos ao longo de suas trajetórias e que as informações fixadas nos documentos que servem como registros de cidadania nos dias atuais são demasiado rígidas e limitadas para abarcar tais

²²⁷ Extrato da transcrição do depoimento do Sr. Joaquim durante entrevista realizada em Benguela, em 21 de novembro de 2012.

²²⁸ Reproduzido aqui conforme a transcrição do arquivo de áudio gravado durante a entrevista realizada em Benguela aos 21 de novembro de 2012.

²²⁹ Direção de Emigração e Fronteiras de Angola. A partir de 1999, passou a adotar o nome Serviço de Migração e Estrangeiros (SME).

²³⁰ Extrato da transcrição do depoimento do Sr. Joaquim durante entrevista realizada em Benguela, em 21 de novembro de 2012.

percepções. Como não seria angolano esse senhor que cresceu “no mato, na zona do Chongorói, Lumbiri”,²³¹ fala 10 línguas nacionais angolanas (para além do português) e conhece todas as províncias do país que durante 40 anos percorreu em seu caminhão, mesmo nos tempos da guerra civil quando se tornaram comuns as emboscadas para roubar qualquer tipo de carga transportada? Sobre a única vez em que saiu de Angola, em 1982, para visitar a mãe já muito idosa, em Portugal, ele afirmou: “– Estive lá... 10 dias. [...] não aguentei. Quer dizer, o meu organismo não está preparado para viver na Europa. Só está preparado para viver em África”.²³² Essa ligação visceral com Angola confirmava-se nas fotografias da esposa e dos quatro filhos mestiços expostas na sala de sua casa e nos comentários orgulhosos em relação aos filhos, todos nascidos e criados no país.

Álvaro, outro angolano natural da antiga metrópole colonial que teve a oportunidade de entrevistar, afirmou ter nascido em Portugal por acaso, quando seus pais gozavam umas férias. Depois disso, cresceu, estudou, cumpriu o serviço militar obrigatório no exército colonial, se envolveu na política, trabalhou “onde foi necessário” (comentário que fez acompanhar por uma rica descrição de sua passagem, depois da independência, por vários setores logísticos estratégicos), casou e teve três filhos em Luanda, cidade onde viveu até 1998. Altura em que, devido a algumas divergências políticas, optou pelo exílio. Durante uma década viveu em Portugal até que, depois de sofrer um grave problema de saúde, decidiu voltar à terra que sempre sentiu como sendo a sua.

Enquanto um ator social que esteve direta e ativamente envolvido no processo de consolidação da independência, mas que, durante a entrevista, afirmou ter se desligado completamente da participação política, esse angolano de ascendência portuguesa produziu uma leitura bastante elucidativa sobre o passado e o presente de seu país, como demonstra o excerto a seguir:

– Fomos nós, brancos e mulatos que desequilibramos [o campo político a favor do MPLA]. E que aguentamos os primeiros anos. Porque no fundo nós é que tivemos acesso a tudo que havia de educação.²³³ *Eh pá, no fundo, esses 30 e tal anos, eu penso que o saldo foi positivo. [pausa]*

²³¹ Extrato da transcrição do depoimento do Sr. Joaquim durante entrevista realizada em Benguela, em 21 de novembro de 2012.

²³² Idem.

²³³ Todos os sublinhados foram acrescentados pela autora.

E eu reconheço, mesmo, depois da paz muita coisa mudou. Podia ter sido feito mais e melhor e mais barato. E muito do que está mal feito, para mim, a culpa é de Angola, não é por ser preto. Para mim a culpa é do dono da loja, por indefinições, por um lado, e por ausência de fiscalização por outro, que se cumpra que se faz aquilo que o projeto manda. Eh pá, talvez agora, finalmente, as pessoas comecem a ter algum benefício...

O papel dos brancos e dos mulatos em todo esse processo, tal como eu já lhe disse, a cor só por si nada dizia. De uma maneira geral, o papel do mulato aqui é para o lado que está o vento. É como o capim. Os brancos, não têm uma posição comum. Há brancos e brancos. Portanto, há as pessoas, como eu, como o Zeca, o Marcelo,²³⁴ como outros, felizmente muitos, que entramos nisto [pequena pausa], que no fundo ganhamos o poder. E entregamo-lo sem pedir nada em troca. Uma opção. Posição política. Madura ou apressada. Há aqueles que ficaram para tentar preservar o patrimônio e tal e tal. Há outros que ficaram [pequena pausa] para serem kamanguistas [traficantes de diamantes]. Portanto, a posição do branco, como branco, não é única. Portanto, [pausa] os brancos como um..., ou alguns brancos, também introduziram no processo o esquerdismo, o radicalismo, próprio de quem não está maduro, e que, quando isto virou, mostraram de fato a verdadeira pele. Era oportunismo... Na altura, 75, 76, 77, 78 toda essa altura, diziam que eu era conservador. Os mesmos hoje dizem que eu sou esquerdista. Somente eu não alterei o meu posicionamento. Eu sou um homem de princípios. Em todo esse processo de redimensionamento ficaram por aqui em papéis lá do Estado... Agora têm os novos ricos. Não enriqueceram. Enricaram. Eu não lhes cobijo nem um tostão. Mas é que nem um. Eh pá, nós entramos neste processo, entregamo-nos completamente, investimos aquilo que de melhor tínhamos que foi a nossa juventude, não estou arrependido. Não é propriamente aquilo para o que nos dispusemos, eh pá, o caminho foi desviado.²³⁵

A partir dessas declarações de Álvaro, mas também de várias situações que tive a oportunidade de vivenciar durante a realização do trabalho de campo, pude verificar que no cotidiano são os comportamentos dos indivíduos e não suas características étnico-raciais os fatores determinantes da legitimidade, ou não, do seu pertencimento à comunidade

²³⁴ Nomes alterados pela autora.

²³⁵ Excerto da transcrição do depoimento de Álvaro durante entrevista realizada em Benguela, em 23 de novembro de 2012.

imaginada angolana. Enquanto alguns descendentes de portugueses simplesmente deixaram-se ficar em Angola e, ao longo dos anos, foram incorporando as culturas locais, ao mesmo tempo em que foram sendo adotados por elas, aqueles que tomaram parte na luta de libertação nacional e/ou no processo de consolidação da independência recordam essa participação para justificar como conquistaram seu lugar na sociedade angolana ajudando a construir o país.

Na Angola que hoje está em pleno processo de (re)construção depois de quase três décadas de guerra civil que lugar cabe aos descendentes dos antigos colonizadores? Como demonstrado ao longo desta tese, ainda que alguns tenham participado ativamente das disputas políticas em torno da efetivação da independência atualmente a maior parte desses indivíduos encontra-se afastada das esferas de poder. A memória da violenta hostilidade com que o partido no poder tem reagido, ao longo de sua história, às críticas apontadas quer por seus próprios membros, quer pela sociedade civil em geral, acompanhada de um sentimento de frustração diante da inabilidade, ou falta de vontade, demonstrada pelo governo para resolver a crise social que assola o país foram apontadas, ainda que muitas vezes de forma indireta, por meus interlocutores em Angola como as principais causas fomentadoras desse desengajamento político.

O fim da colonização deveria ter trazido liberdade e prosperidade para todos os angolanos independentemente da cor da pele ou do grupo étnico a que pertencessem, assim como do gênero ou da faixa etária em que se enquadrassem. Os nativos, transformados em cidadãos, deveriam ser senhores de seus destinos políticos, econômicos e culturais. Mas o “desvio” do caminho projetado durante a luta de libertação nacional transformou a realidade pós-colonial angolana num cenário muito semelhante ao descrito por Memmi (2007) ao traçar o *Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros*:

É claro que é reconfortante para um povo ter à sua frente governantes gerados em seu seio; é lisonjeiro ver desfaldar-se ao vento sua bandeira no lugar da dos colonizadores, dispor de um embrião de exército, ter sua própria moeda, estar representado entre as outras nações por meio de embaixadas e diplomatas. Mas nem todos podem ser embaixadores ou cônsules; nem todos são dotados o bastante para tirar proveito da nova conjuntura. É claro que não se devem menosprezar os pequenos esforços que trarão frutos, mas, na maioria dos casos, tudo continua a mesma coisa; muda-se apenas de senhor, e o atual é por vezes mais tirânico que o anterior,²³⁶ como as sanguessugas jovens, as novas classes dirigentes são frequentemente até mais ávidas (Memmi, 2007: 17-18).

²³⁶ Destaque acrescentado pela autora.

Apostando no lema “De Cabinda ao Cunene, um só povo, uma só nação”, o governo angolano faz esforços sistemáticos (mas nem sempre convergentes) para promover uma sensação de “angolanidade” e orgulho em ser angolano independentemente das origens étnicas ou raciais. Já os partidos da oposição têm adotado uma retórica similar e atualmente são, em geral, assim como o governo, muito cuidadosos ao usar questões étnicas ou de base racial como ferramentas políticas. Apesar de não haver um conflito racial aberto em Angola, continuam a existir tensões latentes que, ocasionalmente, provocam incidentes. Mas são, principalmente, a pobreza e a desigualdade social os fatores que concentram o potencial para inflamar conflitos sociais, especialmente nas áreas urbanas. Por um lado, a rápida urbanização promoveu o crescimento da interação entre pessoas de diferentes origens que passaram a coabitar nas cidades, resultando numa certa fusão cultural marcada pela difusão da língua portuguesa, que ajudou a promover uma ideia mais homogênea (ou homogeneizadora) da angolanidade, em detrimento das diversas línguas nacionais faladas pelos vários grupos étnicos que habitam o território angolano e compõem a heterogênea população do país. Por outro lado, esse aumento da concentração populacional nas zonas urbanas acirrou a competição por recursos e oportunidades alimentando o potencial para conflitos numa conjuntura de profunda desigualdade social (Bertelsmann Stiftung, 2012: 39).

Os anos de declínio econômico e falta de financiamento para os setores sociais somados ao rápido crescimento populacional nos meios urbanos, provocado pelo deslocamento da população que procurava fugir das zonas mais afetadas pela guerra, empurraram milhões de angolanos e angolanas para as fronteiras da sobrevivência. Enquanto isso, no extremo oposto, o desmantelamento do sistema socialista desde os finais da década de 1980 e a sua substituição por um capitalismo desregulado, distorcido pelo nepotismo, criou oportunidades de enriquecimento numa escala assombrosa para uma pequena elite politicamente favorecida (Hodges, 2004: 20). Assim, de acordo com o balanço elaborado por alguns observadores internacionais, 70,2% da população angolana sobrevive com menos de 2 dólares estadunidenses por dia, enquanto no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), num ranking entre 187 países, Angola ocupa a 148ª posição (Bertelsmann Stiftung, 2012: 2). Em maio de 2013, um veículo da imprensa privada angolana destacava que “58,3% da população rural nacional está[va] na linha de pobreza, contra 18,7% na área urbana” (Semanário Económico, 2013). Avaliando a

conjuntura sociopolítica do país um de meus entrevistados enfatizou que *“todo o processo de consolidação política em Angola é feito com processos de exclusão. Ainda hoje em dia! São processos de exclusão! Com-ple-ta-men-te!”*²³⁷

Nesse contexto, por literalmente encarnarem a herança colonial, os angolanos de ascendência portuguesa, sejam eles (des)retornados ou sobreviventes que ‘aguentaram’ a guerra civil no país, acabam sendo utilizados como ‘bodes expiatórios’ ou ‘para-raios’ canalizadores de ansiedades e dilemas pós-coloniais. De acordo com um entrevistado, *há também, nomeadamente, nalguns extratos, digamos, de ascendência no poder a tendência para considerar que os problemas que Angola tem são derivados dos brancos e dos mulatos e aí não escolhem quem é angolano ou não é angolano. É diferente o conceito. Isto é uma coisa que existe atualmente. O conceito de que Angola está com problemas porque os brancos e mulatos é que causam esses problemas. Estão ricos! Quando há esta discussão, [...] eu começo a fazer uma relação de 100 ricos de Angola e eram 80 negros, 15 mulatos e 5 ou 6 brancos. Esta é a relação. Normal! Porque é a relação da proporção da população! Portanto, não é verdade. Isso é utilizado, a questão do branco e do mulato, isso é utilizado com intuítos políticos, não é?*²³⁸

Esse excerto insinua que a ‘ideia da raça’, bem como as situações de discriminação associadas a tal ideia, continuam a ser acionadas para fomentar o imaginário construído pela maioria dos angolanos sobre si mesmos e sobre os outros de si mesmos, isso é, sobre os antigos colonizadores e colonizados. Ou seja, quase quatro décadas depois de proclamada a independência a responsabilidade por vários dos problemas estruturais que ainda afligem a sociedade angolana continua a ser depositada exclusivamente na conta dos brancos e mulatos que personificariam os reflexos negativos do passado colonial no presente por serem os descendentes dos colonizadores, estrangeiros que enriqueceram a custa da exploração dos recursos e da população local, negra. Como os brancos e mestiços, de modo geral, preservaram certo capital simbólico, pois tiveram acesso privilegiado ao ensino formal e outros bens culturais ocidentais que nunca deixaram de ser valorizados em Angola, é óbvio que esses indivíduos continuam a fazer parte da diminuta elite local. Mas fomentar ou simplesmente não combater leituras que responsabilizam brancos e mestiços,

²³⁷ Excerto do depoimento de Zeca durante entrevista realizada em Benguela, em 22 de novembro de 2012.

²³⁸ Excerto do depoimento de Jorge durante entrevista realizada em Luanda, em 15 de novembro de 2012.

exclusivamente por terem um tom de pele que denuncia alguma ascendência supostamente relacionada com os antigos colonizadores, serve para mascarar o colonialismo interno que vem sendo praticado por aqueles que assumiram o controle do campo político angolano e, contraditoriamente, substituíram o violento Estado colonial, adotando uma postura igualmente autoritária, controladora e violenta.

A definição de uma identidade política nacional angolana homogeneizadora tutelada pelo Estado, bem como as continuidades do não enfrentamento da questão racial ou do aproveitamento de situações de racismo antibranços e mestiços com intenção de desviar a atenção da maioria da população dos graves problemas sociopolíticos que permanecem a fraturar Angola na atualidade, refletem a manutenção de uma lógica de violência e as deficiências e/ou incompletudes dos vários processos de transições políticas experimentados no país desde a declaração da independência.

Atualmente a elite político-econômica angolana se comporta de acordo com o modelo hegemônico proposto pela elite político-econômica do Norte Global e compra seus favores com os rendimentos obtidos através da exploração dos recursos naturais do país enquanto aos antigos ‘nativos’, hoje retoricamente chamados de cidadãos, continua vedada uma participação ativa no que diz respeito aos destinos políticos, econômicos e culturais do país. Enquanto a sociedade civil, ou seja, os jovens de ontem e de hoje que sonharam e sonham com uma Angola para todos os angolanos e as angolanas, independentemente das suas diferenças étnico-raciais, regionais, religiosas e até mesmo políticas, continuar afastada das principais esferas de poder o país permanecerá fraturado pelo ressentimento e pelo peso de gestos de poder discriminatórios como os que dão lugar a situações de racismo herdadas do período de dominação colonial, mas que continuam a ser reproduzidas, inclusive pelos próprios excluídos, no cotidiano.

Fontes

- **Entrevistas**

1. Entrevista com Adolfo Maria, realizada em Lisboa, aos 14 de abril de 2011.
2. Entrevista com D. Adelaide e sua filha Lia, realizada no Rio de Janeiro aos 25 de setembro de 2011.
3. Entrevista com Marina, realizada nos dias 3 e 4 de novembro de 2011 utilizando o aplicativo Skype, a entrevistada encontrava-se no Rio de Janeiro.
4. Entrevista com Marta, realizada em 24 de novembro de 2011 utilizando o aplicativo Skype, a entrevistada encontrava-se em Maceió.
5. Entrevista com D. Úrsula, realizada em Coimbra nos dias 30 de maio e 6 de junho de 2012.
6. Entrevista com Sr. Ricardo, realizada em Luanda, em 11 de novembro de 2012, com a participação de seu sobrinho Ângelo.
7. Entrevista com Juca, realizada em Luanda, no dia 13 de novembro de 2012.
8. Entrevista com Jorge, realizada em Luanda, no dia 15 de novembro de 2012.
9. Entrevista com Lucas, realizada em Luanda, no dia 18 de novembro de 2012.
10. Entrevista com Maísa, realizada em Luanda, no dia 19 de novembro de 2012.
11. Entrevista com D. Heralda, realizada em Benguela, no dia 20 de novembro de 2012.
12. Entrevista com Sr. Tomás e sua esposa D. Helena, realizada em Benguela, no dia 20 de novembro de 2012, com a participação de Roque, amigo do casal e facilitador da entrevista.
13. Entrevista com Sr. José, realizada em Benguela, no dia 21 de novembro de 2012.
14. Entrevista com Sr. Carlos, realizada em Benguela, no dia 21 de novembro de 2012.
15. Entrevista com Sr. Joaquim, realizada em Benguela, no dia 21 de novembro de 2012, com a ajuda de Roque, amigo do entrevistado.
16. Entrevista com D. Fabiana, realizada em Benguela, no dia 21 de novembro de 2012.
17. Entrevista com Zeca, realizada em Benguela, no dia 22 de novembro de 2012.
18. Entrevista com Álvaro, realizada em Benguela, no dia 23 de novembro de 2012.
19. Entrevista com Marcelo, realizada em Benguela, no dia 23 de novembro de 2012.
20. Entrevista com Sr. Carvalho e sua esposa D. Maura, realizada no vale do Cavaco, no dia 24 de novembro de 2012, com a participação de Roque, amigo do casal e facilitador da entrevista.

21. Entrevista com Filipe, realizada em Luanda, no dia 26 de novembro de 2012.
22. Entrevista com Albino, realizada em Luanda, no dia 27 de novembro de 2012.
23. Entrevista com Vicente, realizada em Luanda, no dia 27 de novembro de 2012.
24. Entrevista com Joel, realizada em Coimbra, em 28 de maio de 2013.

- **Peças jornalísticas**

Semanário Angolense

Abrantes, José Mena (2004), “Direito de Resposta”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, p. 5.

Caley, Cornélio (2004a), “A problemática do racismo em Angola: um texto avulso”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 91, semana de 11 a 18 de dezembro, p. 10.

_____ (2004b), “É chegada a hora dos especialistas”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.

Campos, Graça (2004a), “Até onde brancos e mulatos podem chegar?”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 87, semana de 13 a 20 de novembro, s./p.

_____ (2004b), “Jacques dos Santos ao SA a propósito de «O poder escureceu mesmo»: Os mulatos e brancos não têm nada que assumir-se como minorias”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, pp. 2-4.

Carlos, Severino (2004a), “O MPLA nunca soube lidar com os fenómenos étnicos e raciais”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.

_____ (2004b), “O ocaso dos brancos e mestiços”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 86, semana de 06 a 13 de novembro, s./p.

_____ (2004c), “Pruridos à parte... O Governo do país «escureceu» Não há um só ministro de raça branca!”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 85, semana de 30 de outubro a 06 de novembro, s./p.

_____ (2004d), “Sociólogo Paulo de Carvalho sossega as mentes: Abordagem do SA é séria e não incitará manifestações racistas”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, p. 8.

Costa, Gustavo (2004), “A discriminação, Presidente, não vale nada!”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, p. 11.

de Almeida, Bebiana (2004a), “Imperativo é investir no capital social e na discriminação positiva”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, ano 2, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.

- de Almeida, Bebiana (2004b), “Políticas para reduzir as disparidades”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 91, semana de 11 a 18 de dezembro, p. 13.
- Heitor, Fernando (2004), “A propósito de «O poder escureceu mesmo», Fernando Heitor propõe: Vamos fazer a nossa catarse sem medo dos «bajuladores» e dos «senhores da corte»”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 91, semana de 11 a 18 de dezembro, p. 11.
- Kanzala Filho (2004), “Sabadadas com humor e carinho: No racismo já que 2 Santos falhou!”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 89, semana de 27 de novembro a 04 de dezembro, p. 29.
- Macedo, Jorge (2004), “Sociedade colonial a preto e branco”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 91, semana de 11 a 18 de dezembro, p. 13.
- Malavoloneke, Celso (2004), “A propósito de racismo e quejando...”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 91, semana de 11 a 18 de dezembro, p. 9.
- Semanário Angolense (2004a), “A frontalidade de Viriato da Cruz nos anos 60: «Não adianta iludir o problema: o racismo existe mesmo!»”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.
- _____ (2004b), “Aumento de «know how» dos negros induz significativas mudanças”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 86, semana de 06 a 13 de novembro de 2004, s./p.
- _____ (2004c), “Estranho, muito estranho, estranhíssimo... O PR não liga nenhuma ao seu assessor de imprensa?”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 89, semana de 27 de novembro a 04 de dezembro, p. 3.
- _____ (2004d), “Nota da Redação”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, p. 5.
- _____ (2004e), “O poder escureceu mesmo a todos os níveis: Reações a preto e branco”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 88, semana de 20 a 27 de novembro, p. 5-7.
- _____ (2004f), “O poder escureceu mesmo a todos os níveis! Qual é a borbulha, Dr. Mena Abrantes?”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 89, semana de 27 de novembro a 04 de dezembro, p. 2.
- _____ (2004g), “Os brancos angolanos: Uma questão mal sarada”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.
- _____ (2004h), “Pruridos à parte... O Governo do país «escureceu» Não há um só ministro de raça branca!”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 85, semana de 30 de outubro a 06 de novembro, s./p.

Semanário Angolense (2004i), “SA padece de complexo de colonizado?... E qual é a borbulha, José Mena Abrantes?”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 89, semana de 27 de novembro a 04 de dezembro, p. 1.

_____ (2004j), “Viriato ipsis verbis”, *Semanário Angolense*, ano 2, n.º 90, semana de 04 a 11 de dezembro, s./p.

Outros periódicos

Abola (2013), “Mais de metade dos empregados estrangeiros são portugueses”, in *Economia & Mercado*, Luanda, 28 de maio. Disponível em: <http://economiaemercado.sapo.ao/curtas/mais-de-metade-dos-empregados-estrangeiros-sao-portugueses> Acesso em: 10 set. 2013.

Angonoticias (2008), “Parlamento vota fim do GURN”, Luanda, 17 de outubro. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/20035> Acesso em: 31 mai. 2014.

ANGOP (2013), “Acordos de Bicesse foram assinados há 22 anos”, Luanda, 31 de maio. Disponível em: http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2013/4/22/Acordos-Bicesse-foram-assinados-anos_aa04ea82-3cc5-46ec-845c-198310583019.html Acesso em: 27 mar. 2014.

Basto, Fernando (2009), “Até para semear couves eu emigrava para Angola!”, *Jornal de Notícias*, Lisboa, 08 de fevereiro. Disponível em: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Sociedade/Interior.aspx?content_id=1135829&page=-1 Acesso em: 14 nov. 2013.

Ferreira, Manuela (2013a), “Manifesto sindical angolano pede despartidarização dos postos de trabalho”, *Lusomonitor*, Lisboa, 5 de julho. Disponível em: <http://www.lusomonitor.net/?p=964>. Acesso em: 20 de nov. 2013.

_____ (2013b), “Todos dizem ser pobres, em Angola, até professores e estudantes universitários”, *Lusomonitor*, Lisboa, 22 de julho. Disponível em: <http://www.lusomonitor.net/?p=1050>. Acesso em: 20 nov. 2013.

Gonçalves, Mariana (2012), “Ex-colonizadores, novos migrantes”, *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 de julho. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/ex-colonizadores-novos-migrantes-5540728> Acesso em: 10 out. 2012.

Jornal de Angola (2013a), “Editorial: Fomento ao emprego”, *Jornal de Angola*, Luanda, 31 de outubro. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/fomento_do_emprego_1 Acesso em: 15 nov. 2013.

- Jornal de Angola (2013b), “Editorial: O regresso ao país”, *Jornal de Angola*, Luanda, 25 de setembro. Disponível em: http://jornaldeangola.sapo.ao/opiniao/editorial/o_regresso_ao_pais_1 Acesso em: 15 nov. 2013.
- Jornal do Brasil, (1975), “MAEP já atendeu a mais de 500 angolanos e portugueses”, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto. Disponível em: <http://news.google.com/news/papers?id=fAsWAAAAI BAJ &sjid=sgwEAAAAI BAJ&hl=pt-PT&pg=7045%2C3116358> Acesso em: 27 out. 2011.
- Lusa (2013), “Sindicalistas lusófonos admitem que há sectores críticos da emigração portuguesa”, *Jornal i*, Oeiras, 20 de setembro. Disponível em: <http://www.ionline.pt/artigos/portugal/sindicalistas-lusofonos-admitem-ha-sectores-criticos-da-emigracao-portuguesa> Acesso em: 15 out. 2013.
- Lusa (2012), “Portugal está a exportar o seu desemprego para Angola”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 22 de janeiro. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/economia/interior.aspx?content_id=2256765&page=-1 Acesso em: 30 set. 2013.
- Matos, Helena (2010), “Retornados, a palavra possível (II)”, *Público*, Lisboa, 11 de março. Disponível em: <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/retornados-a-palavra-possivel-ii-18967236> Acesso em 14 jun. 2011.
- Meireles, Ana (2013), “Como Passos e outros governantes apelaram à emigração”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 17 de janeiro de 2013. Disponível em: http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2999901&page=-1 Acesso em: 10 jan. 2014.
- Mestre, Cristina (2013), “O milagre angolano, o fator chinês e o ‘balão de oxigênio’”, *Rádio Voz da Rússia*, Moscou, 7 de novembro. Disponível em: http://portuguese.ruvr.ru/news/2013_11_07/o-milagre-angolano-o-fator-chines-e-o-balao-de-oxigenio-9277/ Acesso em: 12 nov. 2013.
- RTP (2013), “Portugal vê Angola como ‘extensão do seu território’ - Belarmino Van-Dúnem”, *Angonotícias*, 07 de novembro. Disponível em: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/40490/portugal-ve-angola-como-extensao-do-seu-territorio-belarmino-van-dunem> Acesso em 12 nov. 2013.
- Seabra, Pedro (2010), “A definição de uma parceria luso-angolana”, *Sapo Notícias*, 17 de julho. Disponível em: <http://noticias.sapo.pt/info/artigo/1078915.html> Acesso em 10 out. 2012.
- Semanário Económico (2013), “Angola vai combater taxa de desemprego que ronda os 20%”, *Semanário Económico*, Luanda, 15 de maio. Disponível em: <http://economiaemercado.sapo.ao/curtas/angola-vai-combater-taxa-de-desemprego-que-ronda-os-20> Acesso em 30 set. 2013.

Referências bibliográficas

- Alberti, Verena (2006), “Histórias dentro da História”, in Pinsky, Carla B., *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto. pp.155-202.
- Amorim, Celso (2009), “Prefácio” in Melo, Ovídio de Andrade e, *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. pp. 9-11.
- Anderson, Benedict (2008), *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras.
- Antunes, José Freire (1980), *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Araújo, Maria Paula Nascimento e dos Santos, Myrian Sepúlveda (2007), “História, memória e esquecimento: Implicações políticas”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, pp. 95-111.
- Barbeitos, Arlindo (2011), *Angola-Portugal. Representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*. Luanda: Kilombelombe.
- Belli-Bello, Carlos (1996), “Elementos para a História da Casa de Angola em Lisboa: Uma nova largada”, *Angola Informação - Revista da Embaixada de Angola em Lisboa*, n.º 3, novembro de 1996. Disponível em: <http://www.casadeangola.org/kubata/Historia/Uma%20nova%20largada/elmhistoriacasa.html> Acesso em: 27 mar. 2014.
- Bender, Gerald J. (1978), *Angola under the Portuguese: The myth and the reality*. Berkeley: University of California Press.
- Bertelsmann Stiftung (2012), *BTI 2012 — Angola Country Report*. Gütersloh: Bertelsmann Stiftung.
- Bethencourt, Francisco (2003), “Desconstrução da memória imperial: literatura, arte e historiografia”, in Ribeiro, Margarida Calafate e Ferreira, Ana Paula (orgs.), *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*. Porto: Campo das Letras. pp. 69-81.
- Bhabha, Homi K. (2007), *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. [4ª reimpressão]. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Biernacki, Patrick; Waldorf, Dan (1981), “Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling”, *Sociological Methods & Research*, 10 (2), nov., pp.141-163.

- Bittencourt, Marcelo (2002), *Estamos Juntos: o MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Tese de doutorado em História Social. Niterói: Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense.
- _____ (2000), “A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas”, in *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (Luanda, 4 a 9 de agosto de 1997) Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. pp. 161-185.
- Bourdieu, Pierre (2007), *O Poder Simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. [11ª ed.]. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Butler, Kim D. (2001), “Defining Diaspora, Refining a Discourse”, *Diaspora*, 10 (2), pp.189-219.
- Cardoso, Claudia Raquel Espinha (2008), *Diáspora e Regresso. Os Imigrantes luso-angolanos no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Paulo: USP.
- Carreira, Iko (1996), *O pensamento estratégico de Agostinho Neto*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cascudo, Fernando Luís da Câmara (s./d. [1979]), *Angola – A guerra dos traídos*. S./l. [Rio de Janeiro]: Bloch.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Centro de Documentação 25 de Abril (2004), *Melo Antunes. O sonhador Pragmático. Entrevista de Maria Manuela Cruzeiro*. Coimbra: Notícias Editorial.
- Chassanha, Urbano (2000), *Angola: onde os guerreiros não dormem*. [S.l.]: Quod D.L.
- Chiwale, Samuel (2008), *Cruzei-me com a história*. Lisboa: Sextante.
- Cohen, Robin (2008), *Global Diasporas: an Introduction*. [2ª ed.]. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Comissão para elaboração da História do MPLA (2008a), *História do MPLA – 1.º Volume (1940-1966)*. Luanda: CDIHI – Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA.
- _____ (2008b), *História do MPLA – 2.º Volume (1967-1976)*. Luanda: CDIHI – Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA.
- Correia, Pedro Pizarat (1996), *Angola – do Alvor a Lusaka*. Lisboa: Hugim.
- _____ (1991), *Descolonização de Angola – A Jóia da Coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito.

- Cosme, Leonel (2004), *Agostinho Neto e o seu tempo*. Porto: Campo das Letras.
- Costa, Sérgio (2006), *Dois Atlânticos: Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Cruz, Elizabeth Ceita Vera (2005), *O Estatuto do Indigenato – Angola – A legalização da discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Dáskalos, Sócrates (2000), *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*. Lisboa: Vega.
- de Andrade, Mário Pinto (1997), *Origens do Nacionalismo Africano*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- _____ (1997), *Uma entrevista dada a Michel Laban*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- de Bragança, Aquino; Wallerstein, Immanuel (1978a), *Quem é o inimigo (II)?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- _____ (1978b), *Quem é o inimigo (III)?*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- de Carvalho, Ruy Duarte (2011), *O que não ficou por dizer....* Luanda; Lisboa: Chá de Caxinde.
- Demartini, Zeila de Brito Fabri; Cunha, Daniel de Oliveira (2008), “Os colonos da África portuguesa sob o regime colonial e seu deslocamento para o Brasil no pós-independência”, *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 19, n. 1. Disponível em: http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-45192008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 10 mar. 2011.
- Denis, Philippe (2008), “Introduction”, in Denis, Philippe; Ntsimane, Radikobo (eds.), *Oral History in a Wounded Country: Interactive Interviewing in South Africa*. Scottsville: University of KwaZulu-Natal Press. pp. 1-21.
- Domingos, Nelson A. (2013), *Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola, Tese de Doutorado em Ciência Política*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- dos Santos, José Eduardo (2008), “Prefácio”, in Comissão para elaboração da História do MPLA, *História do MPLA – 1.º Volume (1940-1966)*. Luanda: CDIH – Centro de Documentação e Investigação Histórica do MPLA. pp.23-24.
- dos Santos, Onofre (2002), *Os (meus) dias da independência*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Elkins, Caroline; Pedersen, Susan (2005), “Introduction. Settler Colonialism: A Concept and Its Uses”, in Elkins, Caroline; Pedersen, Susan (eds.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge. pp.1-20.

- Errante, Antoinette (2003), “White Skin, Many Masks: Colonial schooling, race, and national consciousness among white settler children in Mozambique, 1934-1974”, *International Journal of African Historical Studies*, 36 (1). pp. 7-33.
- Fabian, Johannes (2013), *O Tempo e o Outro. Como a Antropologia estabelece seu objeto*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Ferreira, Eduardo de Sousa; Lopes, Carlos M.; Mortágua Maria João (2008), *Diáspora Angolana em Portugal – Caminhos de retorno*. Cascais: Príncipeia.
- Figueiredo, Leonor (2012), *Luanda 1974/1975 – O Movimento Estudantil*. Óbidos: Sinapis Editores.
- Fonseca, Ana Sofia (2009), *Angola, terra prometida: a vida que os portugueses deixaram*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Fortunato, José (ed.) (1976), *Angola. Documentos da Independência*. Lisboa: Ulmeiro.
- Freudenthal, Aida (2004), “Judeus em Angola - séculos XIX-XX”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 4, pp. 243-268.
- Galeano, Eduardo (2008), *Espejos: una historia casi universal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores & Siglo XXI Iberoamericana Editora.
- Garcia, Rita (2012), *Os que vieram de África*. Alfragide: Oficina do Livro.
- Gilroy, Paul (2001), *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos.
- Ginzburg, Carlo (2007), *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d’Aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (2006), *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____ (1989), *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ginzburg, Carlo et. al. (1991), *A micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gleijeses, Piero (2002), *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa: 1959-1976*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Guerra, João Paulo (1988), *Os ‘Flechas’ Atacam de Novo*. Lisboa: Caminho.

- Hall, Stuart (2006), “As culturas nacionais como comunidades imaginadas”, in *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A. pp.47-65.
- Hall, Stuart (2005), “Quem precisa da identidade?”, in da Silva, Tomaz Tadeu (org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes. pp. 103-133.
- Heimer, Franz-Wilhelm (1980), *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976. Ensaio de sociologia política*. Lisboa: A regra do jogo.
- Heintze, Beatrix (2010), *Exploradores alemães em Angola (1611-1954): apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Trad. Rita Coelho-Brandes e Marina Santos. eBook.
- Heymann, Luciana (2006), *O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1685.pdf Acessado 10 mar. 2010.
- Hodges, Tony (2004), *Angola: anatomy of an oil state*. [2.^a ed.]. Bloomington: Indiana University Press.
- Instituto Nacional de Estatística (2014), *Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola 2014*. Luanda: INE.
- Joutard, Philippe (2006), “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”, in Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 43-64.
- Laban, Michel (coord.) (2003), *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*. Luanda: Edições Chá de Caxinde.
- Leclerc, Jacques (2014), “Angola”, in *L'aménagement linguistique dans le monde*. Québec: TLFQ, Université Laval. Disponível em: <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/Angola.htm> [desde 18 jan. 2014] Acesso em: 27 mar. 2014.
- Lubkemann, Stephen C. (2005), “Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal”, in Elkins, Caroline e Pedersen, Susan (eds.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. Nova Iorque e Londres: Routledge. pp. 257-270.
- _____ (2003), “Race, Class, and Kin in the Negotiation of “Internal Strangerhood” among Portuguese Retornados, 1975-2000”, in Smith, Andrea L. (ed.), *Europe's Invisible Migrants*. Amsterdam: Amsterdam University Press. pp. 75-93.
- Macamo, Elísio (2012), “Aquino de Bragança, estudos africanos e interdisciplinaridade”, in Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho & Amélia Neves de Souto (orgs.), *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas,*

Teóricas e Políticas; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar: CODESRIA. pp. 63-73.

Macedo, Tânia (2012), “Reflexão e elaboração estética no fazer literário de Manuel Rui”, in Leite, Ana Mafalda *et al.* (org.), *Nação e narrativa pós-colonial: Angola e Moçambique*. 1º vol.: Ensaios. Lisboa: Edições Colibri. pp. 197-210.

Mama, Amina (2007), “Is It Ethical to Study Africa? Preliminary Thoughts on Scholarship and Freedom”, *African Studies Review*, volume 50, n.º 1, pp.1-26.

Marconi, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (2007), *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. [6ª ed.]. São Paulo: Atlas.

Maria, Adolfo (2014), *Angola: Sonho e Pesadelo*. Lisboa: Edições Colibri.

Mateus, Dalila Cabrita e Mateus, Álvaro (2007), *Purga em Angola: o 27 de maio de 1977*. Lisboa: Edições Asa.

Maxwell, Kenneth (2006), *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras.

MECER (2014), *2014 Cost of Living Rankings*, New York, 10 jul. Disponível em: <http://www.mercer.com/newsroom/cost-of-living-survey.html> Acesso 04 nov. 2014.

Melo, Ovídio de Andrade e (2009), *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty. Relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.

Memmi, Albert (2007), *Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros*. Trad. Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____ (1977), *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Trad. Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. [2ª ed.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Mendes, José Manuel (2012), “Fascismo social”, in CES, *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina. pp. 100-101.

_____ (2004), “Media, públicos e cidadania: algumas notas breves”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 70, pp.147-158.

_____ (1999), *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*. Tese de doutoramento em Sociologia. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Meneses, Maria Paula; Gomes, Catarina (2013), “Regressos? os ‘retornados’ na (des)colonização portuguesa” in Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena

(orgs.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina. pp. 59-107.

Meneses, Maria Paula; Martins, Bruno Sena (orgs.) (2013), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina.

Meneses, Maria Paula (2012), “Uma perspectiva cosmopolita sobre os estudos africanos: a lembrança e a marca de Aquino de Bragança”, in Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho & Amélia Neves de Souto (orgs.), *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA. pp. 85-108.

_____ (2011), “Epistemologías del Sur: diálogos que crean espacios para un encuentro de las historias”, in Vianello, Alvise; Mañé, Bet (org.), *Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer*. Barcelona: CIDOP. pp. 31-42.

_____ (2010), “O ‘indígena’ africano e o colono ‘europeu’: a construção da diferença por processos legais”, *E-cadernos CES*, n.º 7, Coimbra. pp. 68-93. Disponível em: <http://eces.revues.org/403>. Acesso em: 31 mai 2010.

_____ (2008), “Comentário” in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *As vozes do mundo*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 380-383.

Messiant, Christine (2008a), “Transição para o multipartidarismo sem transição para a democracia”, in Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* [3ª ed.]. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel. pp. 131-161.

_____ (2008b), *L’Angola postcolonial 2. Sociologie politique d’une oléocratie*. Paris: Éditions Karthala.

_____ (2000), “«Em Angola. Até o passado é imprevisível» A experiência de uma investigação sobre o nacionalismo angolano e, em particular, o MPLA: fontes, crítica, necessidades actuais da investigação”, in *Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola (Luanda, 4 a 9 de agosto de 1997) Construindo o passado angolano: as fontes e a sua interpretação*. Luanda: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses. pp. 803-859.

_____ (1989), “Luanda (1945-1961): colonisés, société coloniale et engagement nationaliste”, in Michel Cahen (org.), “Vilas” et “cidades”. *Bourgs et villes en Afrique lusophone*. Paris: L’Harmattan. pp.125-199.

Mihai, Mihaela (2012), “Memória”, in CES (org.), *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina. pp. 143-144.

Montagner, Miguel Ângelo (2007), “Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana”, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, nº 17, jan./jun. 2007, 240-264.

- Muekalia, Jardo (2012 [2010]), *Angola: A Segunda Revolução* [3ª ed.]. Porto: Sextante Editora.
- Neto, Maria da Conceição (1997), “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX”, *Lusotopie*, pp. 327-359.
- N’Ganga, João Pulo (2008), “Meios de comunicação e a democracia em Angola”, in Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* [3ª ed.]. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel. pp. 217-221.
- Ong, Aihwa (1999), *Flexible Citizenship*. Durham & London: Duke University Press.
- Onslow, Sue (org.) (2009), *Cold War in Southern Africa: White power, black liberation*. Londres: Routledge.
- Pacavira, Manuel Pedro (2008), *Memórias 1974/76: Angola e o Movimento Revolucionário dos Capitães de Abril em Portugal*. Luanda: QB Comunicação.
- Pacheco, Carlos (1997), *MPLA – um nascimento polêmico (as falsificações da história)*. Lisboa: Vega.
- Padilha, Laura Cavalcante (2008), “Literatura angolana, suas cartografias e seus embates contra a colonialidade”, in Padilha, Laura Cavalcante e Ribeiro, Margarida Calafate (orgs.), *Lendo Angola*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 57-73.
- Pawson, Lara (2014), *Em nome do Povo: O massacre que Angola silenciou*. Trad. Susana Sousa e Silva. Lisboa: Tinta-da-China.
- Peirano, (no prelo), "Etnografia não é método", *Horizontes Antropológicos*, 42. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/artigos/2014_antropologia_nao_e_metodo.pdf. Acesso 30 set. 2014.
- Peixoto, Carolina (2011), “A mídia portuguesa e o retorno dos nacionais”, *O Cabo dos Trabalhos*: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/ FEUC/ FLUC, n.º 6. Disponível em: http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n6/documentos/06-Carolina_Peixoto.pdf. Acesso em: 10 nov. 2013.
- Peixoto, Carolina Barros Tavares (2009), *Limites do Ultramar português, possibilidades para Angola: o debate político em torno do problema colonial (1951-1975)*. Dissertação de mestrado em História Social. Niterói: Faculdade de História da Universidade Federal Fluminense.
- Pereira, Luena Nascimento Nunes (1999), *Os regressados na cidade de Luanda: um estudo sobre a identidade étnica e nacional em Angola*. Dissertação de mestrado em

Antropologia Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Pimenta, Fernando Tavares (2008), *Angola, os brancos e a independência*. Porto: Afrontamento.

_____ (2006a), *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento.

_____ (2006b), “Ideologia nacional dos Brancos Angolanos”, in Pantoja, Selma (org.), *Identidades, memórias e histórias, em terras africanas*. Brasília: LGE editora, Luanda: Nzila. pp. 169-191.

Pinto, António (1974), *Angola rumo à independência*. S./l.: s./ed.

Pires, Rui P. (2003), *Migrações e integração: teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Oeiras: Celta Editora.

Pires, Rui Pena *et alli* (1987), *Os retornados: um estudo sociográfico*. Lisboa: IED.

Pollack, Michel (1989), “Memória, Esquecimento e Silêncio”, *Estudos Históricos*, CPDOC-FGV, 2(3), pp. 3-15.

Portelli, Alessandro (1996), “O Massacre de Civitella Val di Chiara (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luta e senso comum”, in Marieta de Moares Ferreira; Janaína Amado (orgs.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. pp. 103-130.

Quijano, Aníbal (2009), “Colonialidade do poder e classificação social”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. pp. 73-117.

Reis, Fidel Raul Carmo (2010), *Das políticas de classificação às classificações políticas (1950-1996). A configuração do campo político angolano: contributo para o estudo das relações raciais em Angola*. Tese de doutoramento em História Moderna e Contemporânea. Lisboa: ISCTE-IUL.

Rhodie, Eschel (1968), *The Third Africa*. Nova Iorque: Twin Circle.

Ribeiro, Gonçalves (2002). *A vertigem da descolonização: da agonia do êxodo à cidadania plena*. Mem Martins: Editorial Inquérito.

Ribeiro, Margarida Calafate (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento.

Rocha, Edmundo (2003), “Viriato da Cruz”. Disponível em: <http://angola-luanda-pitigrili.com/who%E2%80%99s-who/v/viriato-da-cruz>. Acesso em 26 mai. 2014.

- Rocha, Edmundo (2002a), *Angola – contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano* (período 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental, vol.1. Luanda: Editorial Kilombelombe.
- _____ (2002b), *Angola – contribuição ao estudo da gênese do nacionalismo moderno angolano* (período 1950-1964). Testemunho e Estudo Documental, vol.2. Luanda: Editorial Kilombelombe.
- Rodrigues, Cristina (2008), “Da solidariedade familiar às classes sociais: estratificação social urbana em Angola (Luanda e Ondjiva)”, in Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* [3ª ed.]. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel. pp. 265-285.
- Rodrigues, Deolinda (2004), *Cartas de Languidila e outros documentos*. Luanda: Editorial Nzila.
- Rodrigues, Eugénia (2003), *A Geração Silenciada. A Liga Nacional Africana e a Representação do Branco em Angola na Década de 30*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rouso, Henry (2006), “A memória não é mais o que era”, in Amado, Janaína e Ferreira, Marieta de Moraes (orgs.), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV. pp. 93-101.
- Rui, Manuel (2007), *A casa do rio*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Sampaio, Camila A. M. (2014), *Apesar e Através da “Reconstrução Nacional” em Angola: circunstâncias e arranjos nos limites da vida*, Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Santos, Boaventura de Sousa (2014), *O Direito dos Oprimidos*. Coimbra: Almedina.
- _____ (2012a), “Aquino de Bragança: criador de futuros, mestre de heterodoxias, pioneiro das epistemologias do Sul”, in Teresa Cruz e Silva, João Paulo Borges Coelho & Amélia Neves de Souto (orgs.), *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas; (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança)*. Dakar: CODESRIA. pp. 13-61.
- _____ (2012b), “Moçambique: a maldição da abundância?”, *Visão*, Lisboa, 26 de julho, p. 24.
- _____ (2012c), “Prefácio”, in CES, *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina. pp. 13-14.
- _____ (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Santos, Boaventura de Sousa e Meneses, Maria Paula (orgs.) (2009), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina. pp. 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa (2008a), *A gramática do tempo: para uma nova cultura política* [2ª ed.]. São Paulo: Cortez.

_____ (2008b), “Introdução”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *As vozes do mundo*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 15-33.

_____ (2002), “Entre Próspero e Caliban. Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”, in Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.), *Entre ser e estar: Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento. pp. 23-85.

_____ (2001), “Os processos de globalização”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento. pp. 31-106.

_____ (1997), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* [4ª ed.]. São Paulo: Cortez.

_____ (1995), *Toward a New Common Sense. Law, Science and Politics in the Paradigmatic Transition*, New York: Routledge.

_____ (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português”, in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Edições Afrontamento. pp. 15-56.

Santos, Fernando (1975), *Angola na hora dramática da descolonização*. Lisboa: Prelo.

Sebastião, Adriano (1993), *Dos campos de algodão aos dias de hoje*. [S./l.]: [s./ed.].

Secco, Lincoln (2004), *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português: economia, espaços e tomadas de consciência*. São Paulo: Alameda.

Setton, Maria da Graça Jacintho (2002), “A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”, *Revista Brasileira de Educação*, nº. 20, pp. 60-70.

Shubin, Vladimir (2008), *The Hot Cold War. The USSR in Southern Africa*. Scottsville: The University of Kwazulu-Natal Press.

Spínola, António de (1976), *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática/Bertrand.

_____ (1974), *Portugal e o Futuro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1974.

Spivak, Gayatri Chakravorty (1997), “In a Word”: Interview (with Ellen Rooney), in Linda J. Nicholson (ed.), *The second wave: a reader in feminist theory*. New York: Routledge. pp. 356-378.

Tali, Jean-Michel Mabeko (2001a), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política; Vol. I: 1962-1974; trad. Manuel Ruas*. Luanda: Editorial Nzila.

- Tali, Jean-Michel Mabeko (2001b), *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977): ensaio de história política; Vol. II: 1974-1977*; trad. Manuel Ruas. Luanda: Editorial Nzila.
- Thiong'o, Ngũgĩ Wa (2007), "Notes towards a Performance Theory of Orature", *Performance Research*, 12(3), set., pp. 4-7.
- Thompson, Paul (1992), *A voz do passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- União dos Escritores Angolanos (s./d.a), *Bio-quem: José Manuel Feio Mena Abrantes*. Luanda. Disponível em: <http://www.ueangola.com/bio-quem/item/835-jos%C3%A9-manuel-feio-mena-abrantes> Acesso em: 16 mai. 2014.
- União dos Escritores Angolanos (s./d.b), *Bio-quem: Manuel Rui*. Luanda. Disponível em: <http://www.ueangola.com/bio-quem/item/822-manuel-rui-alves-monteiro> Acesso em: 09 ago. 2013.
- _____ (s./d.c), *Bio-quem: Ndunduma*. Luanda. Disponível em: <http://www.ueangola.com/bio-quem/item/830-ndunduma> Acesso em: 15 dez. 2013.
- Valentim, Jorge (2005), *1954/1975 Esperança – Época de Ideais da Independência e Dignidade*. Luanda: Editorial Nzila.
- van Dijk, Teun A. (2010), *Discurso e Poder*. Trad. Judith Hoffnagel *et al.* São Paulo: Contexto.
- _____ (2005), *Discurso, Notícia e Ideologia: Estudos na Análise Crítica do Discurso*. Porto: Campo das Letras.
- Vaz, Carmo (ed.) (1975), *Angola: rumo à independência*. O governo de transição: documentos e personalidades. Luanda: Livrangol.
- Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (2008), "Introdução", in Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* [3ª ed.]. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel. pp. 3-8.
- Vidal, Nuno (2008), "Multipartidarismo em Angola", in Vidal, Nuno e de Andrade, Justino Pinto (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola* [3ª ed.]. Luanda e Lisboa: Edições Firmamento e Livrarias Nobel. pp. 11-57.
- Westad, Odd Arne (2007), *The Global Cold War: Third world interventions and the making of four times*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Wheeler, Douglas; Pélissier, René (2009), *História de Angola*. Trad. Pedro Gaspar Serras Pereira e Paula Almeida. Lisboa: Tinta da China.

Apêndices Metodológicos

I. Email enviado à direção do ELOS Clube do Rio de Janeiro²³⁹



Carolina Peixoto <carolina.peixoto@gmail.com>

Inclusão da história do ELOS Clube em pesquisa sobre portugueses e luso-angolanos no Brasil

1 mensagem

Carolina Peixoto <carolinapeixoto@ces.uc.pt>

29 de fevereiro de 2012 20:32

Para: [REDACTED]

Cara Senhora D. Teresa, boa tarde

Meu nome é Carolina Barros Tavares Peixoto, sou Mestre em História Social, formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutoranda em Pós-colonialismos e cidadania global, um programa de doutoramento interdisciplinar coordenado pelo Centro de Estudos Sociais (CES) e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Um breve curriculum meu está disponível no site do CES e pode ser acessado através do seguinte link:

http://www.ces.uc.pt/doutoramentos/poscolonialismos/estudantes.php?action=info&id_investigador=373&id_lingua=1

Partindo por esta apresentação formal, espero corroborar o motivo deste contato. Aproveito para informá-la do modo como tive acesso ao vosso email. Buscando informações sobre o ELOS Clube na internet descobri o telefone e o endereço da sede do Rio de Janeiro. Telefonei para saber se poderia agendar uma reunião para explicar o meu interesse pelo ELOS e a senhora que atendeu minha ligação sugeriu que eu entrasse em contato convosco através deste email. O que faço com prazer porque escritas as coisas sempre ganham mais clareza. Passo então a explicar o porquê do meu interesse pela história do ELOS Clube. Para a elaboração de minha tese de doutoramento estou investigando a história dos portugueses e luso-angolanos que saíram de Angola em decorrência da independência e acabaram por reconstruir suas vidas no Brasil e em Portugal. E é neste sentido que gostaria de incluir a história do ELOS Clube em minha pesquisa. Isto porque ao buscar no Jornal do Brasil notícias sobre a chegada dos portugueses e luso-angolanos que vieram para o Brasil encontrei uma matéria que retrata a importante participação do ELOS Clube na recepção dessas pessoas. A matéria foi publicada na edição do JB do dia 24 de agosto de 1975, está disponível online e pode ser acessada a partir do link:

<http://news.google.com/newspapers?id=fAsWAAAIBAJ&sjid=sgwEAAAIBAJ&hl=pt-PT&pg=7045%2C3116358>

O título desta reportagem do JB é "MAEP já atendeu a mais de 500 angolanos e portugueses". MAEP, segundo informa a reportagem, era a sigla do Movimento de Apoio aos Emigrantes Portugueses criado pelo então presidente do ELOS Clube do Rio de Janeiro, o Almirante Rodoval Costa Couto de Freitas, com o fim de prestar apoio moral e assistencial as pessoas que chegavam ao Brasil. Pelo o que é possível depreender das informações contidas na referida reportagem o MAEP chegou a fazer uma espécie de cadastro desses emigrantes, o que servia para ajudá-los a encontrar colocações profissionais condicentes com sua formação, por exemplo. Ajuda essa de grande valia para quem precisou reconstruir a vida inteira num novo país. A meu ver esse feito merece todo o reconhecimento e eu teria imenso prazer em ajudar a divulgá-lo, até porque tenho a firme convicção de que incluir a história da participação do ELOS Clube no auxílio aos portugueses e luso-angolanos que vieram para o Brasil em 1975 trará um grande contributo para o resultado final da minha tese de doutoramento.

É com o propósito de estabelecer uma parceria com o ELOS Clube e solicitar permissão para pesquisar a atuação da vossa instituição em relação aos portugueses e luso-angolanos que vieram reconstruir suas vidas no Brasil que escrevo este já longo email. Será que eu poderia consultar os arquivos da vossa instituição? Tenho esperança de que as fichas de cadastro feitas em 1975 me ajudem a traçar o perfil das pessoas que vieram para o Brasil, isso me ajudaria a compreender melhor os desafios e dificuldades que elas tiveram que enfrentar para reconstruir suas vidas. Além disso, imagino que muitos desses portugueses e luso-angolanos recém-chegados em 1975 tenham se tornado membros do ELOS Clube que tanto fez para ajudá-los. Será que a senhora poderia me ajudar a entrar em contato com pessoas que vivenciaram essa história, sejam os que chegaram vindos de Angola em 1975, sejam os membros mais antigos do ELOS que ajudaram a receber essas pessoas no Rio de Janeiro? Essas pessoas são as principais testemunhas de uma importante parte da história de Angola, do Brasil e de Portugal que ainda não está escrita. Conversar com elas é fundamental para escrever essa história.

Enfim, espero que minha proposta seja bem recebida não só pela senhora mas também por toda a comunidade elista. Será que podemos marcar um encontro para conversar pessoalmente? Já não vivo no Rio de Janeiro, mas por conta da pesquisa para a tese estou na cidade no momento e só volto para Portugal no dia 16 de março. Seria ótimo poder encontrá-la antes disso.

Sem mais no momento despeço-me com os melhores cumprimentos.

Um abraço,

Carolina Peixoto

²³⁹ O contato da destinatária foi suprimido pela autora para preservar sua privacidade.

II. Relato de uma experiência de observação participante realizada, no dia 28 de julho de 2012, durante o *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*

Há umas duas semanas atrás, D. Úrsula, uma senhora muito branquinha e de olhos muito azuis, natural de Luanda, que me explicou durante uma entrevista ter “duas pátrias: Angola e Portugal”, me reenviou por *email* um convite da *Casa de Angola em Coimbra* convocando a comunidade angolana a participar do *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*. Para os interessados haveria transporte gratuito, bastava inscrever-se enviando um *email* à *Casa de Angola em Coimbra*. Enviei um *email* explicando que não era angolana, mas estava interessada em participar do encontro enquanto pesquisadora da história contemporânea de Angola e da comunidade angolana na diáspora. Na quinta-feira, 26 de julho, antevéspera do encontro, recebi a confirmação da minha inscrição. A mensagem informava que o transporte sairia de Coimbra às 8 horas da manhã do sábado 28 de julho, tendo como ponto de partida a Av. Sá da Bandeira, em frente a uma galeria comercial.

No sábado, por volta das 8 horas encontro com D. Úrsula na Praça da República, a poucos metros do ponto de onde sairia nosso transporte dentro de mais alguns minutos. Ela trazia um colar com os grandes animais da fauna africana talhados em madeira e me contou o quanto gostava dele e que o havia comprado a uns vendedores senegaleses numa dessas feiras “alternativas” que se instalam de tempos em tempos em Coimbra. Era bonito o colar. Mas considerando o contexto do evento para o qual íamos, me deu a sensação de que o adereço podia ter um papel simbólico, como se ela tivesse escolhido usá-lo para demonstrar o seu encantamento por tudo o que remete à África. Mas é claro que isso também pode ser apenas um exagero da minha interpretação. Fato é que, desde o momento em que nos encontramos passamos a estar juntas a maior parte do tempo.

Logo fomos nos juntar com mais cerca de 10 pessoas pontuais que já estavam à espera do ônibus. Inicialmente havia mais homens que mulheres, cumprimentamos a todos de modo geral. Depois de um momentinho de silêncio inicial típico de salas de espera que reúnem vários desconhecidos, mas que se encontram ali por motivos que tem algo em comum, um senhor negro puxou assunto partindo, justamente, de um comentário sobre o colar de minha amiga. Disse ele sorrindo, para mim com certo ar de troça: “a senhora tem

muitos bichos aí”. Ao que ela respondeu amável e divertida: “ai é, ai é mesmo, pois sim, pois sim! Mas falta-me o meu animal favorito aqui...” Formou-se assim um núcleo de conversa entre nós as duas, esse senhor, que doravante chamarei de Plácido,²⁴⁰ depois nos contaria que era natural de Matadi, no norte de Angola, e mais dois senhores, um mestiço de Malanje e um cabo-verdiano da Ilha de São Vicente. Um dos senhores perguntou à D. Úrsula se ela era angolana. E ela respondeu que sim, que tinha nascido lá e saído com quase 25 anos, em 19 de outubro de 75, pouco antes da independência; que os pais dela eram portugueses, mas tinham vivido em Angola por 30 anos; e que ela teve família lá espalhada por muitos lugares. Foi então que Plácido que tinha dado início à conversa contou que era de Matadi e por coincidência ela tinha uns tios que tinham uma firma de importação e exportação com sede em Matadi. E começaram a falar sobre lugares e coisas comuns e tudo começou a se harmonizar. Foi a minha amiga quem reconheceu o cabo-verdiano como tal e mais, como vindo de São Vicente, porque ela também tinha estado lá. E por conta dos comentários sobre as particularidades fenotípicas dos cabo-verdianos eu, que até então observava calada, fui convidada a participar mais ativamente na roda da conversa. Perguntaram de onde eu era. Eu disse que era do Rio de Janeiro, mas que estava ali porque estudava Angola e a comunidade angolana na diáspora. Minha amiga reforçou que eu estava ali a trabalho e todos concordaram que era muito importante estudar a história de Angola. Ninguém me excluiu por ser investigadora, pelo contrário.

Das pouco mais de 30 pessoas que partimos no ônibus que nos levaria até a cidade do Porto onde aconteceria o *I Encontro Inter-Regional das Comunidades Angolanas do Norte e Centro de Portugal*, minha amiga era a única branca. Havia uma jovem que para os meus padrões brasileiros também poderia passar por branca, mas acho que de acordo com os sofisticados e detalhistas padrões angolanos, talvez ela fosse definida como cabrita²⁴¹ ou coisa parecida.

Chegamos ao local do *I Encontro* por volta das 10:30 hs e, ao parecer, nos aguardavam para dar início aos trabalhos. Eu tinha imaginado que seria uma espécie de feira, algo mais descontraído, mas não. Tratava-se de uma reunião de trabalho promovida pelo Consulado Geral de Angola no Porto com toda a pompa e circunstância. Mesa de

²⁴⁰ Nome fictício escolhido aleatoriamente pela autora para preservar a identidade do interlocutor. Cabe esclarecer desde já que todos os demais nomes referidos neste relato são fictícios.

²⁴¹ Mulher mestiça com traços fenotípicos mais aproximados do padrão estético de uma pessoa visualmente reconhecida como branca. Os critérios em que se baseiam essa definição são muito variáveis.

oradores ornamentada com flores, secretariado, um *staff* bem organizado e uniformizado, seguranças com portes monumentais empacotados em ternos justíssimos, vice-cônsules para todos os gostos, um secretário representante do embaixador, bandeiras e bandeirinhas de Angola, cobertura da imprensa, etc.

Notei logo que todos os funcionários do corpo diplomático angolano eram negros, havia um segurança muito alto e esguio que era mestiço e no secretariado estava um senhor pequenino de um branco “encardido”, ou seja, notava-se ali alguma mistura qualquer. Foi esse senhor quem leu o comunicado final, que por sinal ficou muito bem escrito. Pouco antes ele também se pronunciou enquanto representante da *Casa de Angola no Minho-Braga*. De resto, eram todos negros retintos. Na plateia estavam cerca de 1200 pessoas, de acordo com o que ficou registrado no comunicado final lido no final dos trabalhos. 1200 pessoas de todas as cores e faixas etárias.

O discurso de abertura foi proferido pelo próprio cônsul-geral de Angola no Porto que falou sobre a crise que obviamente implicava no aumento das dificuldades enfrentadas pela comunidade angolana a viver em Portugal. Depois de fazer menção à crise europeia, o cônsul falou sobre a paz em Angola e o crescimento do país. Apontei pequenos trechos do discurso que mais chamaram minha atenção, como:

“Temos que trabalhar juntos para encontrar soluções para todos.”

“Devemos viver todos em paz como filhos de um só país. Guerra nunca mais! Cuidemos a nossa geração vindoura.”

“Angola superou já os conflitos do passado”, seguida da observação de que se tratava da citação de uma declaração feita pelo presidente José Eduardo dos Santos.

“O país apela ao patriotismo de seus filhos na diáspora [...] Angola faz-se com angolanos”. Depois de ouvir esta última frase tomei a seguinte nota: *Obs. Há também brancos e mestiços mais velhos, de meia-idade e jovens na plateia, serão também considerados angolanos de pleno direito?*

Seguindo a ordem dos trabalhos, começaram as intervenções da comunidade. Cada representante das associações inscritas [ou terão sido convidadas?] tinha 10 minutos para fazer a sua exposição. Ao que poderiam seguir-se mais três intervenções complementares de cidadãos, de 1 minuto cada.

O primeiro a falar foi o representante da *Casa de Angola no Porto*. A sua comunicação nada me disse.

A seguir a representante da *Casa de Angola em Póvoa do Varzim* tomou a palavra e aí sim a coisa começou mesmo a ficar interessante. Ela começou sua fala com a seguinte declaração: “*sou angolana, nascida no Namibe*”; quando antes ninguém tinha feito referências ao local de nascimento. Ela o fez. Talvez por ser branca, loira, com olhos de um castanho claro. Durante sua fala ela enfatizou os propósitos da *Casa de Angola*: promover a solidariedade, o convívio e a manutenção dos laços com a terra de origem. Logo em seguida enfatizou o caso dos angolanos sem documentos que têm grandes dificuldades para acionar sua nacionalidade. E eu subentendi que a grande maioria desses indocumentados deveria ser de brancos que não tem como comprovar a naturalidade.

Seguiu-se outra intervenção sem grande interesse para mim. Depois, falou a representante da *Casa de Angola em Esposedo*, que também enfatizou o problema em relação ao acesso à documentação para comprovar a nacionalidade e ter acesso ao passaporte para regressar ao país porque, em suas palavras: “*é gente que se sente angolana de alma e coração*” e que “*saiu de lá por motivos de guerra*”.

Na sequência o representante da casa de *Angola em Aveiro* faz um pequeno informe só para dizer que não tinha muito que dizer dado que essa “casa” abriu apenas há um mês e meio.

Logo falou o representante da *Casa de Angola de Viana do Castelo*. Um senhor branco, meio rosado, talvez por conta do calor, grande, com barba e cabelos brancos e uma grande impostação vocal. Disse que em Viana do Castelo estavam registrados 50 angolanos, além daqueles com dupla nacionalidade, sendo por isso uma *Casa de Angola* pequena e ainda em constituição. Mas ele fazia questão de falar para reivindicar o reconhecimento imediato da nacionalidade angolana daqueles que “comprovadamente”, e enfatizou bem a palavra, nasceram em Angola e daqueles que “comprovadamente” vivem em Angola há mais de 10 anos. Ao final de sua fala o senhor foi efusivamente aplaudido.

Depois da fala da representante de Leiria, que não acrescentou nada em especial, a mesa assumiu a palavra para prestar os devidos esclarecimentos às questões colocadas pelos representantes das associações ali presentes.

O presidente da mesa, o próprio cônsul de Angola no Porto, emitiu os esclarecimentos. Começando por anunciar que seria produzida uma Ata da reunião e que seria oportunamente enviada às *Casas de Angola* espalhadas pelo país. Depois ele afirmou que a Embaixada de Angola incentivava a iniciativa da reunião da comunidade angolana

em associações e *Casas de Angola*. Ao falar dos “cidadãos indocumentados”, lembrou que alguns desembarcaram apenas com o documento do IARN e que os que saíram até 11 de novembro de 1975 saíram como naturais e não como nacionais de Angola. Lembrou que a Lei 1/75 definiu a nacionalidade vigente até 1983 e que a nova lei de 1983 define que são cidadãos angolanos os filhos de pais ou de pelo menos um dos progenitores angolanos. Hoje todos os cidadãos que querem regularizar a sua situação têm de fazer requerimento junto ao Ministro da Justiça anexando a documentação comprovativa da naturalidade e também de que pelo menos um dos progenitores é cidadão angolano. Mas os interessados têm que se deslocar a Angola para regularizar sua situação. Os trâmites não podem ser feitos por procuração. Acrescentou ainda que: “a matéria da nacionalidade é uma matéria muito sensível” que é de competência do Legislativo.

E me veio a pergunta: *mas se até 1975 eram todos portugueses, se os pais nasceram em Angola, mas são brancos e também saíram de lá em 75 abdicando da nacionalidade angolana, logo, seus descendentes não terão direito à reivindicar a nacionalidade? E quem nasceu lá, mas veio criança, ou seja, não teve escolha senão acompanhar os pais, mas se identifica com Angola e quer voltar? Esses têm direito a reivindicar a nacionalidade?*

Numa das intervenções dos representantes das associações surgiu a proposta de promover uma ponte-aérea para repatriar cidadãos angolanos carenciados. Ao que o cônsul respondeu que o consulado ajuda a custear as passagens de cidadãos comprovadamente carentes e que queiram regressar definitivamente a Angola, mas há uma análise caso a caso. Ainda assim, o cônsul informou que a proposta da realização de uma ponte-aérea seria levada ao governo angolano.

Depois dos esclarecimentos teve início uma segunda ronda de intervenções dos representantes de associações. O representante da *Associação Portugal-Angola*, sediada no Porto, propôs a criação de um banco de dados para identificar os angolanos e suas especialidades de modo que estes indivíduos pudessem ser prontamente incorporados no mercado de trabalho angolano. Pois, segundo ele, isso facilitaria e incentivaria o regresso.

O representante da associação dos estudantes angolanos no Porto reivindicou a abertura de uma secretaria para tratar dos assuntos relacionados aos estudantes junto ao consulado de Angola no Porto.

O senhor “branco encardido” que fazia parte do secretariado, também falou enquanto representante da *Casa de Angola no Minho-Braga* e solicitou que se realizasse uma revisão legislativa para considerar a situação da recuperação da nacionalidade para aqueles que vivem em Portugal há muito tempo e não tem documentação comprovativa da naturalidade/nacionalidade. Sua intervenção foi bastante aplaudida.

Foi então que houve a única intervenção de uma cidadã que pediu a palavra naquele momento por também pertencer à delegação que vinha de Minho-Braga. Ela contestou o fato de os angolanos na diáspora não poderem exercer o direito ao voto e reivindicou que as necessárias providências fossem tomadas para sanar esse problema até às próximas eleições, desconsiderando as que seriam realizadas em 31 de agosto daquele ano.

Houve ainda mais duas falas. A do representante da *Casa de Angola em Vila do Conde* e a do representante da *Casa de Angola em Coimbra*. Este último apelou para a necessidade de criação de uma casa de passagem para acolher, ainda que temporariamente, os recém-chegados e lembrou dos cidadãos angolanos que não tem acesso aos serviços consulares e outros por se encontrarem hospitalizados.

Seguiu-se nova sessão de esclarecimentos por parte da mesa. Já passava das 15:30 hs e o cansaço geral era notável. Dessa fala destaquei a informação de que estava prevista para 2013 a realização de um recenseamento da população angolana residente no país e no também no exterior.

Fez-se uma pausa de uns 10 minutos para que o secretariado terminasse de preparar o comunicado final. Se não me engano o documento registrou 13 pontos de maior importância que foram abordados ao longo de toda a reunião. Eu destaquei quatro que iam direto ao encontro das minhas próprias preocupações:

1. Dificuldades de obtenção de documentos
2. O problema dos reclamantes à nacionalidade
3. O problema do deslocamento na altura da independência de cidadãos só com a documentação do IARN e que têm dificuldades para comprovar a naturalidade/nacionalidade angolana.
4. O problema dos filhos trazidos crianças em 1975 e que não tem como ou tem dificuldades para ter reconhecida a nacionalidade.

Encerrados oficialmente os trabalhos, teve início uma confraternização. Num salão ao fundo, mesas bem postas e decoradas com as cores de Angola (ou do MPLA, vermelho,

negro e amarelo) nos esperavam para o almoço. As mesas tinham 10 lugares cada, eu e minha amiga tratamos de localizar as pessoas que tinham vindo de Coimbra conosco. Não fossemos ficar esquecidas no meio daquela confusão. Fomos parar numa das mesas bem ao fundo onde já estavam dois senhores conhecidos. A mesa ficava bem próxima de onde estava instalado um DJ que já nos brindava com boa música angolana. Sobravam ainda seis lugares na nossa mesa e um senhor entre os 40-50 anos perguntou se podia se instalar ali com a sua família. Claro que dissemos que não havia nenhum problema. E na verdade foi um imenso prazer. Reinaldo tinha olhos verdes, cabelos crespos e de um castanho bem claro. Ao seu lado sentou-se D. Olímpia, sua mãe, uma cuanhama baixinha no alto dos seus 74 anos. Ao lado dela sentou uma neta de 15 anos, ou seja, estavam ali três gerações de uma família cuanhama-portuguesa que, atualmente, vivia em Póvoa do Varzim. A matriarca dessa família nos contou que já estava em Portugal há 37 anos [ou seja, saíram de Angola em 1975] e que nunca mais tinha voltado a Angola apesar de ter família por lá: irmãos, irmãs e pelo menos uma filha. Contou que teve oito filhos, dois nascidos em Portugal, os outros todos em Angola. Seu filho mais novo tinha 30 anos. Ela tinha ainda 16 ou 17 netos, se já não me falha a memória, e seis bisnetos. D. Olímpia não escutava muito bem e com a música e as outras conversas no entorno era difícil conversar. Então, achei melhor não ficar importunando a senhora com muitas perguntas. Fiquei com o contato telefônico do seu filho e ficamos de marcar uma conversa num futuro próximo [o que, infelizmente, nunca aconteceu apesar das minhas várias tentativas em estabelecer contato por telefone].

Aproveitei um momento em que outros assuntos menos interessantes entrecortaram a nossa conversa estendendo-a aos demais convivas da mesa e fui puxar conversa com a senhora que tinha falado em nome da Casa de Angola de Póvoa do Varzim e que, por acaso, estava sentada numa mesa próxima. Ela foi bastante gentil e solícita. Disse estar disponível para conversar, me deu seu contacto telefônico e o email e disse para combinarmos de eu ir passar um fim de semana em Póvoa do Varzim. Além disso, me indicou os livros de poesia de um amigo que também seria uma pessoa interessante para eu conversar porque tinha saído de Angola com um pouco mais de idade que ela. Agradei todas as dicas e a boa disposição para conversarmos e fiquei de lhe contatar para agendar um encontro [infelizmente, nas diversas vezes que tentei entrar em contato posteriormente nunca obtive resposta]. Não quis insistir para conversarmos logo ali porque estávamos

todos à espera do almoço ainda e, afinal, era uma confraternização com mais de mil pessoas, DJ, bebida, sorrisos, abraços e reencontros por todo lado. Era uma festa que mal começava a aquecer e achei que não cabia dar uma de investigadora chata. Os contatos estavam feitos, agora era ficar na observação participante.

O almoço para as cerca de 1200 pessoas que estavam presentes foi servido à americana, ou seja, salve-se quem puder! Entre as opções havia cacusso, feijão de óleo de palma, farinha de pau, banana, batata-doce roxa e mandioca cozidas, caldeirada de peixe, arroz de pato, grelhada mista, salada, batatas fritas e ninguém esqueceu o piri-piri. Em cada mesa havia uma garrafa de tinto, outra de branco, além de água e sumo. Quando vazias eram prontamente substituídas pelo pessoal do serviço de *buffet*. A comida estava boa e acabou num piscar de olhos.

Retirados os pratos o DJ aumentou o volume e caprichou na escolha das kizombas. A pista de dança encheu logo. E quando todos começaram a bailar definitivamente não havia mais nenhuma diferença entre brancos, mestiços e negros. Todos os corpos se expressavam na mais perfeita harmonia, os espíritos também. E isso se notava pelos sorrisos plenos, pelo suor que começou a correr igualmente fosse qual fosse a cor da pele por onde as gotas deslizavam. Ali eram todos feitos da mesma matéria: saudades de Angola.

A pista nunca mais ficou vazia, até a hora que viemos embora, o que aconteceu por volta das 20 horas. Nessas cerca de duas horas em que para poder ficar observando me esquivei da maioria dos pedidos dizendo honestamente que não sabia dançar kizomba, vi brancos dançando com negras, negros dançando com brancas, todos com notável desenvoltura independentemente da cor da pele e da faixa etária. Me fez lembrar o mito de que todo brasileiro e, sobretudo, toda brasileira sabe sambar, como se nascêssemos sabendo. Pensei que se aqueles angolanos todos que estavam ali não nasciam sabendo, aprendiam desde bem pequeninhos porque a maioria das crianças – e havia muitas, de todos os tamanhos e cores –, que estavam ali também dançavam, umas com o estímulo de adultos, outras por livre e espontânea vontade mesmo. E fiquei com impressão de que os angolanos adoram uma boa festa.

O clima de festa era tão contagiante que não resisti ao enésimo convite e fui tentar dançar advertindo que eu realmente não sabia dançar kizomba. Atravessei alguns passos no início, mas até que não fiz má figura segundo meus companheiros de mesa, inclusive a

mais velha cuanhama que disse que eu dancei muito bem. Depois o DJ apostou no kuduro, a malta mais jovem foi ao delírio, mas os cotas não ficaram atrás e continuaram dançando sem perder a animação. Kuduro era um pouco demais para as minhas habilidades e voltei ao meu posto de observação. Quanto mais eu via toda aquela gente em festa, mas tinha a certeza de que, enfim, minha pesquisa fazia todo o sentido. Afinal, quem naquele momento poderia distinguir entre brancos, mestiços e negros, quem eram os cidadãos angolanos de fato e de direito comprovado pela posse do passaporte de capa preta e quem eram aqueles que ainda lutavam para ter a nacionalidade reconhecida? Ali eram todos angolanos independentemente do que dizia o seu bilhete de identidade. E até de casa lembrei, das tantas rodas de jongo, da capoeira, do samba de roda, do candomblé... Tudo isso porque no compasso bem marcado do ultramoderno kuduro vi expressões corporais tão semelhantes as que vi tantas vezes no contexto dessas expressões culturais afro-brasileiras que nós chamamos de tradicionais. Claro, são tradicionais porque remontam ao tempo da chegada dos escravos e apesar de obviamente terem sofrido algumas modificações ao longo do tempo, o que sempre se tentou fazer foi manter a sua suposta pureza. Em Angola, se calhar, essas expressões foram reapropriadas com mais naturalidade e menos medo de que perdessem o que seria a sua essência. Ou se calhar nem é isso, mas tudo ao contrário e se trata na verdade de uma reapropriação das manifestações afro-brasileiras pelos angolanos, porque o Atlântico sempre foi via de mão dupla e o que as ondas levam e levaram também trazem e trouxeram. E vice-versa num ciclo eterno ou pelo menos de já muito longa duração.

De fato, terminei o dia com a sensação de que faz todo o sentido estudar essas três pontas do Atlântico que alguém ligou há muito tempo atrás e que desde então nunca mais deixaram de fazer parte umas das outras. Desde que o destino de Angola, Brasil e Portugal se cruzaram, nunca mais deixaram de se entrelaçar apesar dos períodos em que esses laços pareceram mais tênues. Acho que, no fundo, eles nunca deixaram de estar lá, nem que fosse em latência ou reapropriados, mascarados, transvertidos ou até esquecidos, mas nunca ausentes.

III. Perfil da autora na página web da rede social *Couchsurfing*

The screenshot shows a web browser window displaying the Couchsurfing profile of Carolina Peixoto. The browser's address bar shows the URL <https://www.couchsurfing.com/users/2785007/profile>. The Couchsurfing logo is visible at the top left of the page. A search bar contains the text "Encontrar Anfitriões" and a dropdown menu shows "City (eg: San Francisco)". Navigation links for "Eventos", "Grupos", and a user profile icon are also present.

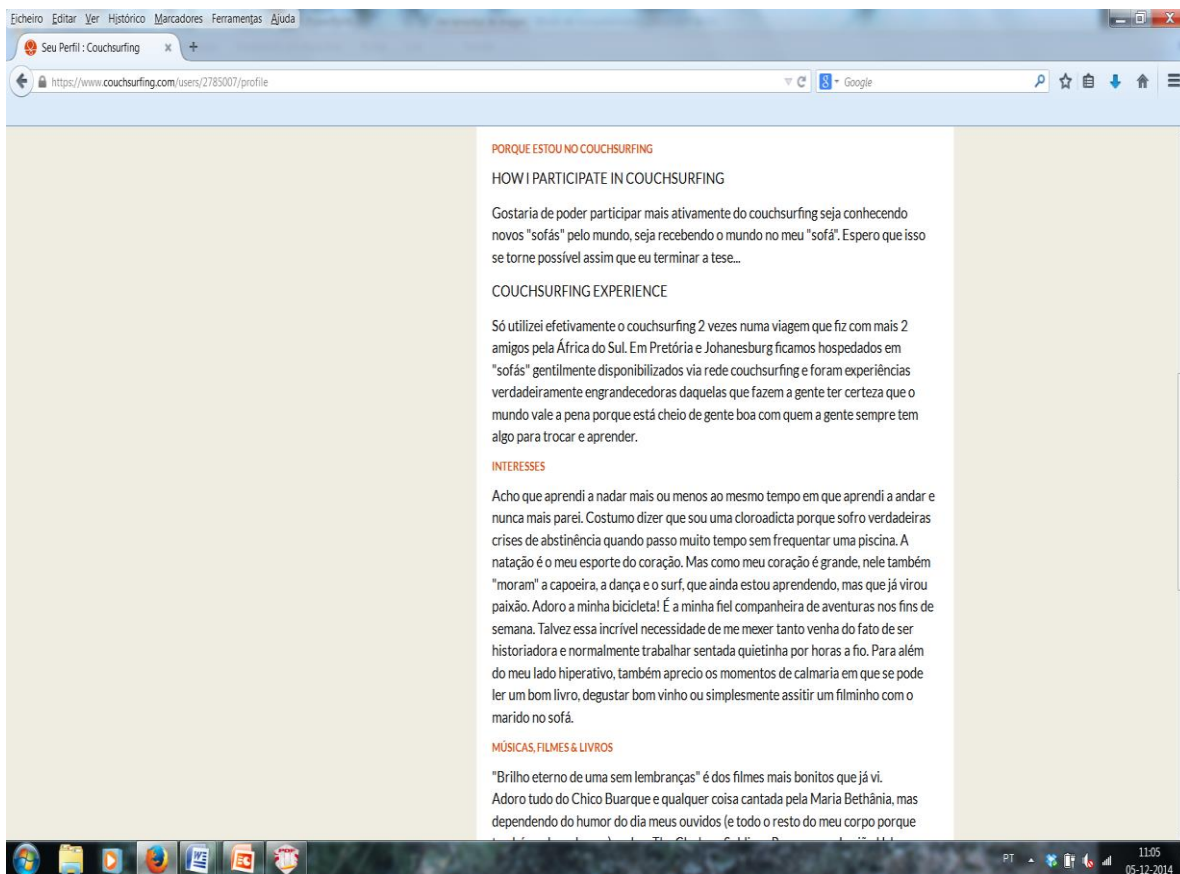
The profile itself features a profile picture of Carolina Peixoto, a woman with long dark hair, smiling. A green badge next to the photo says "SEJA VERIFICADO". To the right of the photo, the name "Carolina Peixoto" is displayed in large black text, with "Coimbra, Coimbra, Portugal" below it. A blue "Edit Profile" button is located to the right of the name.

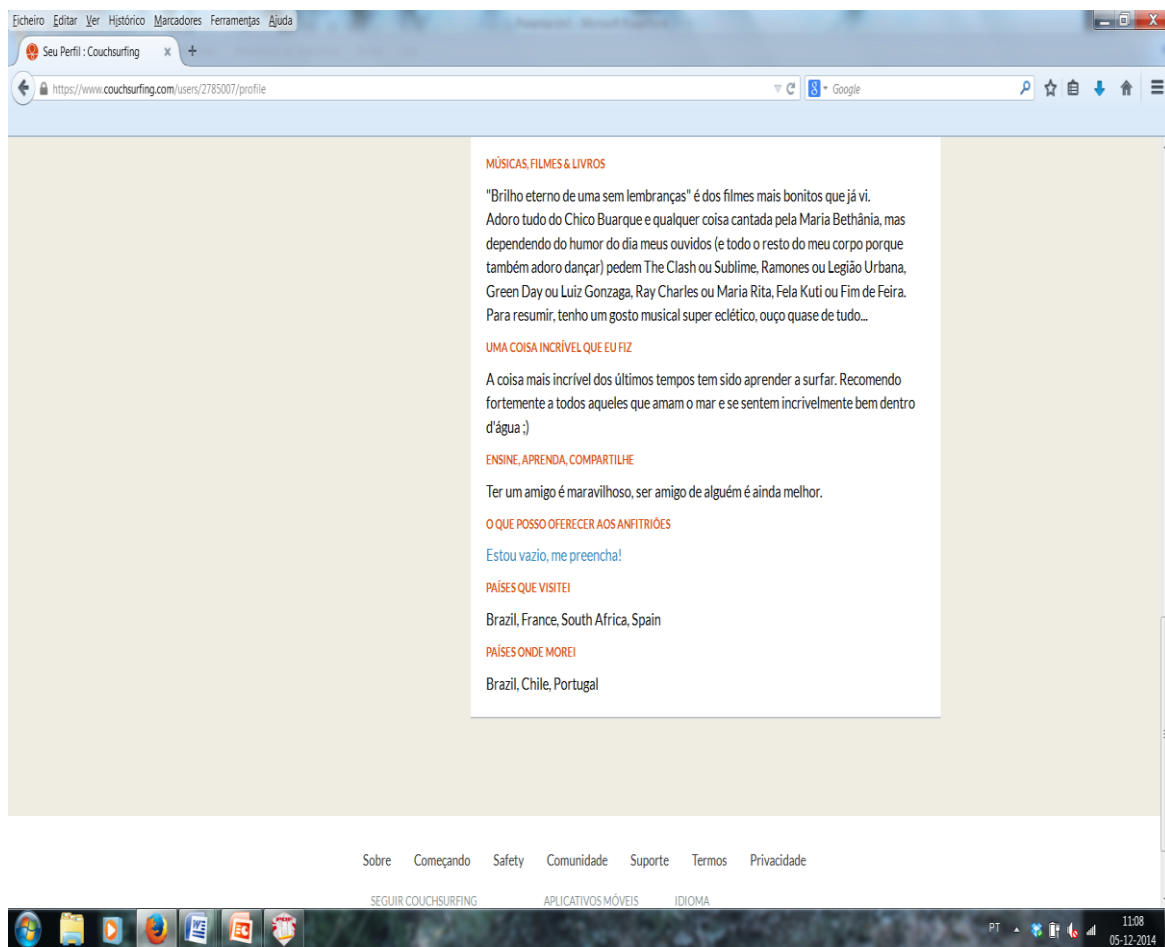
Below the name, a status box reads "NÃO ACEITANDO HÓSPEDES" (Not accepting guests) with "Last login 8 minutes ago" and a blue "Edit Profile" button. A navigation bar below this shows "About", "My Home", "Photos 1", "References 0", and "Friends 0".

The "ABOUT ME" section includes the following text:

- SOBRE MIM**
- CURRENT MISSION**
Terminar minha tese de doutoramento sem perder a ternura jamais.
- ABOUT ME**
Adoro ter amigos e fazer amigos. Estou sempre fazendo 5492 coisas ao mesmo tempo, talvez porque acredito que a vida é feita de ritmo, de movimento.
- PHILOSOPHY**
"Viver e não ter a vergonha de ser feliz
Cantar e cantar e cantar a beleza de ser um(a) eterno(a) aprendiz
Eu sei que a vida podia ser bem melhor e será
Mas isso não impede que eu repita: é bonita, é bonita e é bonita" (Gonzaguinha)

At the bottom of the browser window, the taskbar shows various application icons and the system tray displays the time as 11:05 and the date as 05-12-2014.





IV. Roteiro base para as entrevistas

1. Identificação

- Local e data de nascimento
- Profissão
- Estado civil
- Tem filhos (onde e quando nasceram)?
- Possui nacionalidade angolana e/ou portuguesa?

2. Origens

- História familiar (pais e avós): Onde nasceram os pais? Caso não fossem naturais de Angola, quando, como e por que foram para Angola? Que atividades os pais exerceram enquanto viveram em Angola? Onde vivia a família? É filho(a) único(a) ou tem irmãos? (descrição do agregado familiar)

3. Trajetória pessoal

- Onde estudou? Como era a convivência com os colegas de escola e com os professores? Havia discriminação racial e/ou entre metropolitanos e angolanos?

- Quem eram seus amigos na infância? Eram filhos de amigos dos seus pais, amigos da escola, do bairro? A cor da pele era um fator/tinha alguma relevância entre o grupo de amigos de que fazia parte? Manteve ou mantém contato com amigos da infância?

- Durante a juventude exerceu alguma militância ou atividade política? Atualmente mantém alguma filiação política?

- Onde e/ou com o que trabalhou/trabalha?

4. A. Angola independente

- Sofreu discriminação racial durante o período de transição para a independência? E depois da independência?

- Como era a vida durante a guerra civil?

4. B. Diáspora [quando aplicável]

- Por que saiu de Angola?

- Poderia descrever seu último dia em Angola?
- Como, por que meios, saiu de Angola?
- Como, por que meios, chegou a Portugal? Recebeu algum auxílio ao chegar?
- Como foi o processo de reconstrução da vida fora de Angola? Portugal foi o primeiro e único destino no exílio pós-independência?
- Possui familiares vivendo, atualmente, em Angola/ Portugal?
- Quando foi a última vez que esteve em Angola?
- Costuma acompanhar as notícias sobre Angola/Portugal através dos jornais, revistas, televisão, internet, conversas com familiares e amigos?
- Conhece alguma associação, grupo ou rede de amigos mobilizados em torno do fato de terem vivido/viverem em Angola?
- Participa de alguma associação, grupo ou rede de amigos mobilizados em torno do fato de terem vivido/viverem em Angola? Caso participe de alguma associação, como e onde ela funciona e que tipo de atividades realiza? Caso participe de grupos ou redes de amigos, como estes funcionam (só se contatam pela internet ou também promovem encontros tipo almoços, tertúlias, etc.)?

5. Leitura da atualidade

- Como avalia a questão racial em Angola hoje?
- Como avalia a situação política, econômica e social de Angola hoje?
- Como vê a atual situação política, econômica e social de Portugal?
- O que acha das relações atuais entre Angola e Portugal?

ANEXOS

Anexo I

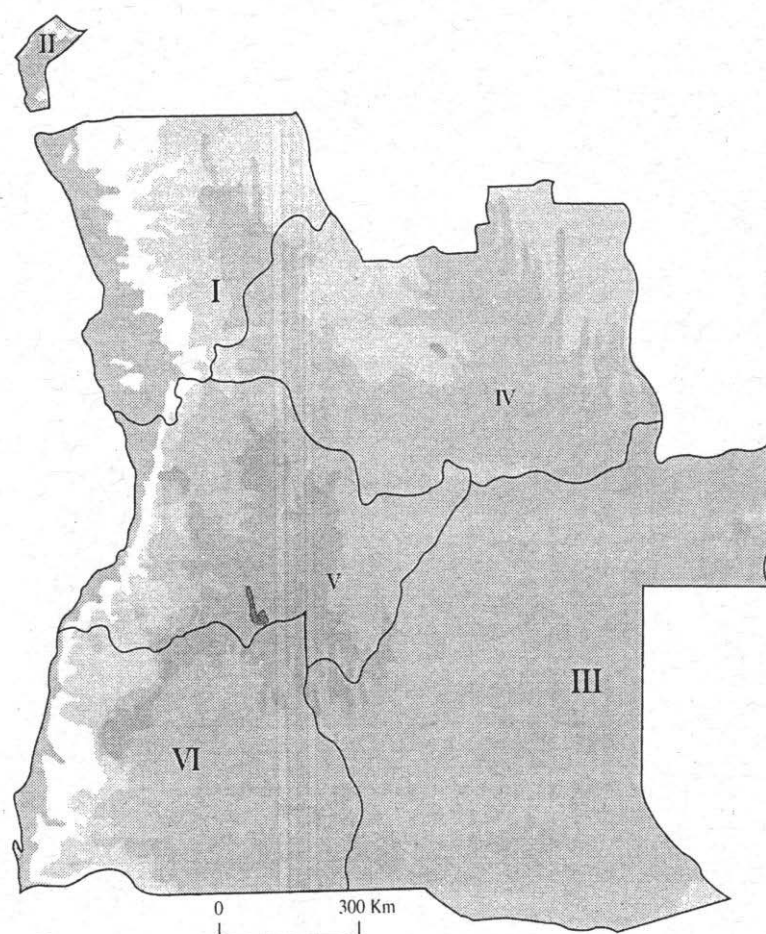
Mapa de Angola sob administração colonial portuguesa



Fonte: <http://www.flickr.com/photos/moitas61yahoo.com.br/2199438079/>

Anexo III

Mapa indicativo das Regiões Político-Militares do MPLA

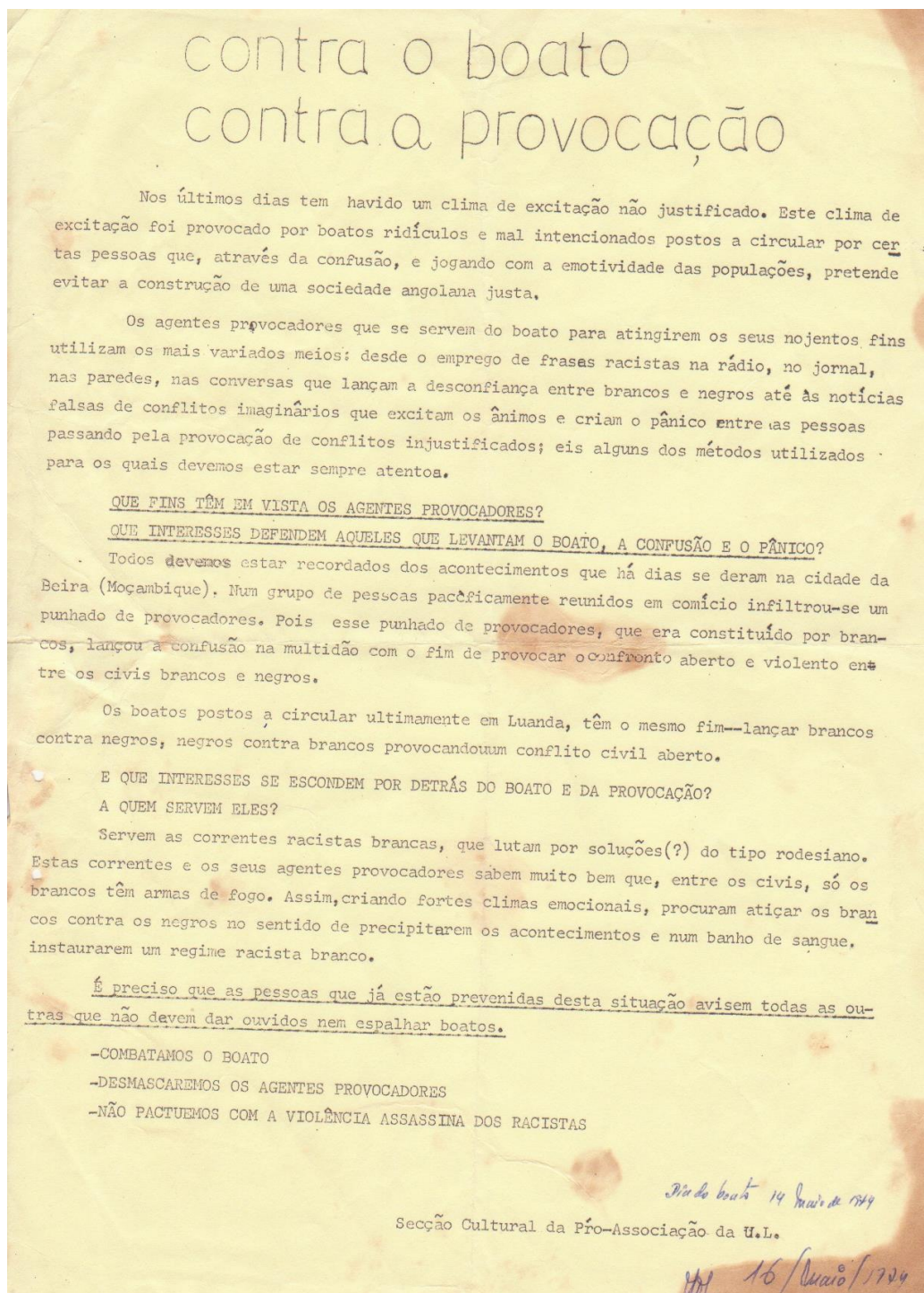


Legenda:

- I Região P.M. (aberta em 1961)
- II Região P.M. (aberta em 1964)
- III Região P.M. (aberta em 1966)
- IV Região P.M. (aberta em 1969)
- V Região P.M. (aberta em 1970)
- VI Região P.M.

Fonte: MPLA/DIP, 1985 *apud* TALI, 2001a:121

Anexo IV



Documento gentilmente cedido por Urtélia Oliveira Lourenço Silva.